

Relatório e Contas 2017

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

Índice

I. Relatório do Conselho de Administração	06
A. Considerações Gerais	06
1. Enquadramento Macroeconómico	06
2. Atividade Seguradora em Portugal	12
B. Atividade da Companhia Zurich Vida	14
1. Aspetos Gerais	14
2. Análise dos Resultados	16
3. Garantias Financeiras	32
4. Recursos Humanos	34
5. Gestão de Riscos	34
6. Estrutura e Prática do Governo da Sociedade	40
7. Política de Remuneração	42
8. Perspetivas para 2018	47
9. Proposta de Aplicação dos Resultados	47
10. Considerações Finais	48
II. Demonstrações Financeiras	52
Conta de Ganhos e Perdas	52
Demonstração do Rendimento Integral	54
Demonstração da Posição Financeira	56
Demonstração de Variações do Capital Próprio	58
Demonstração de Fluxos de Caixa	60
III. Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras	64
IV. Anexos	162
V. Certificação Legal das Contas	170
VI. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	175





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Grupo Zurich em Portugal

100 anos de história. Um compromisso com o futuro.

A Zurich está a celebrar 100 anos em Portugal.
É um século a proteger os Portugueses com uma profunda paixão e espírito inovador.
É um século a compreender e responder às necessidades dos Clientes.
É um século de resiliência e audácia.
É um século a mudar vidas.
É um século que norteia o futuro.
Parabéns Zurich!

100 ANOS
EM PORTUGAL

22º. Exercício

I. Relatório do Conselho de Administração 2017

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a honra de submeter à Assembleia Geral, o nosso Relatório e Contas da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S. A. (adiante Zurich Vida), relativo ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017.

A. Considerações Gerais

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1. Conjuntura Internacional

O crescimento global, que em 2016 foi o mais fraco desde a crise financeira situando-se nos 3,2%, deverá aumentar, segundo o FMI, para 3,6% em 2017 e para 3,7% em 2018. Contudo, o crescimento permanece fraco em muitos países e a inflação ficou abaixo dos objetivos na maioria das economias avançadas. Para este crescimento terá contribuído a aceleração de várias economias que compõem o grupo das economias avançadas, com destaque para EUA, UEM e Japão. Este grupo terá crescido 2,2% mais 0,5p.p. do que em 2016. As economias emergentes, no seu todo, terão crescido 4,9%, mais 0,3p.p. do que no ano anterior, destacando o retorno da América Latina a uma trajetória de crescimento superior a 1,2% em 2017 depois de em 2016 ter contraído 0,9%. Este movimento de aceleração do crescimento mundial beneficiou da permanência de condições financeiras muito acomodáticas, da evolução positiva dos preços das principais matérias-primas e das melhorias observadas no mercado de trabalho em várias economias, desenvolvidas e emergentes, dando suporte à recuperação da procura global. O ritmo de crescimento dos preços acelerou consideravelmente face a 2016, mas manteve-se contido, refletindo baixas pressões do lado das matérias-primas e também a permanência de folgas no mercado de trabalho de diversas economias, limitando o crescimento salarial, fator impulsionador dos efeitos de segunda ordem na formação dos preços. Nas economias avançadas a estimativa do FMI é de que a taxa de inflação se situe em 1,7% (0,8% em 2016). As economias emergentes registaram um movimento oposto, isto é, de abrandamento da inflação, devendo situar-se em 4,1%, menos 0,2p.p. do que em 2016. As perspetivas de crescimento económico mundial para 2018 mantêm-se positivas, antecipando-se que acelere 0,2p.p. face a 2017, atingindo uma taxa de crescimento de 3,8%. Segundo o FMI, o crescimento das economias avançadas, abrandará para 2,0%, dada a expectativa de que o crescimento no Japão e na zona euro seja mais moderado do que em 2017. As economias emergentes deverão crescer 4,9%, mais 0,3p.p. do que em 2017. Estas perspetivas refletem genericamente a permanência do atual status quo, sobretudo no que se refere às condições financeiras globais que se espera que continuem favoráveis. Paralelamente, os preços das principais matérias-primas, sobretudo o petróleo, deverão manter uma tendência de subida muito gradual, contribuindo para que o aumento da inflação seja moderado. Este cenário está no entanto sujeito a um número considerável de riscos que podem afetar o ciclo de crescimento mundial, destacando-se entre estes fatores de ordem geopolítica como por exemplo o aumento das tensões na Coreia do Norte, tensões comerciais entre China e EUA ou alterações ao acordo da "North American Free Trade Agreement" (NAFTA), a negociação do Brexit ou a questão catalã e as eleições em Itália. Desenvolvimentos adversos em qualquer uma destas frentes tenderiam a interromper o ciclo de crescimento mundial, na medida em que minariam a confiança dos agentes económicos, com efeitos no investimento, consumo e produção. A estes acrescem outros fatores de risco, potencialmente limitativos do crescimento, associados aos desequilíbrios financeiros chineses e à sustentabilidade do movimento de valorização de alguns ativos financeiros, nomeadamente os mercados acionistas nos EUA.

O crescimento continua forte e evidente nas diversas economias que formam o bloco do euro. No conjunto do ano, o PIB real da zona Euro deverá aumentar 2,3%, mais 0,5p.p. do que em 2016, beneficiando da aceleração em praticamente todas as suas economias, destacando-se os casos da Alemanha com um crescimento previsto de 2,6% (1,9% em 2016), da França com 1,8% (1,1% em 2016), da Itália com 1,6% (1,1% em 2016) e de Portugal com 2,7% (1,5% em 2016). A Espanha contrariará esta tendência apresentando um crescimento de 3,1%, menos 0,2p.p. do que em 2016. As condições financeiras muito acomodáticas, o baixo preço dos bens energéticos, a recuperação da confiança entre os agentes económicos e a redução dos riscos políticos associados à realização de eleições em algumas das suas principais economias, justificaram o maior dinamismo da atividade durante 2017. A procura interna continuou a ser o principal impulsionador do crescimento, mas a recuperação das exportações permitiram que o contributo da procura externa voltasse a ser positivo. Realce-se a melhoria do mercado de

trabalho ao longo de 2017, observando-se a recuperação do emprego para níveis acima do período anterior à crise financeira internacional. Todavia, a recuperação do emprego não foi acompanhada pela aceleração dos salários, não se assistindo à formação de fatores de segunda ordem na dinâmica do comportamento dos preços. Assim, a taxa de inflação manteve-se reduzida em 1,6%, apesar do fortalecimento da atividade económica. Para 2018, mantêm-se positivas as perspetivas de crescimento para a zona Euro, apesar do esperado abrandamento do crescimento do PIB para 2,2%, menos 0,1p.p. do que em 2017, continuando a economia a beneficiar do suporte da política monetária e da robustez da procura externa. Os principais riscos associados a este cenário podem advir de deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos, dependendo por um lado da evolução das negociações do Brexit, e por outro, do resultado das eleições italianas, se se confirmar a chegada ao poder de forças políticas eurocéticas. O termo do programa de compra de dívida de longo prazo poderá também refletir-se num agravamento dos custos de financiamento da economia; todavia este parece ser um risco relativamente contido, na medida em que o suporte do banco central continuará através da política de reinvestimento da dívida maturada e de baixas taxas de juro.

1.2. Conjuntura Nacional

Nos três primeiros trimestres, o ritmo de crescimento da economia portuguesa aumentou face a 2016, beneficiando do fortalecimento da procura interna e do bom desempenho das exportações associado ao bom momento económico dos principais parceiros comerciais. Na procura interna, que contribuiu com 3,0p.p. para o crescimento até setembro, tanto o consumo privado como o investimento apresentaram ritmos de crescimento robustos. O consumo privado beneficiou da recuperação do emprego e do rendimento disponível, tendo registado um crescimento médio anual de 2,3% até setembro, mais 0,5 p.p. do que em igual período de 2016. O ritmo de expansão do consumo privado refletiu maior dinamismo das despesas com bens duradouros via maior aquisição de automóveis.

Contribuições para a variação homóloga do PIB*

	PIB	Δ PIB*	Procura interna e externa						
	Bilhões		PI	CPriv**	CPub**	FBCF**	PE	Export.	Import.
set 17	143,6	2,8%	+3,0pp	+1,5pp	-0,0pp	+1,6pp	-0,2pp	+3,5pp	-3,8pp
2016	185,2	1,5%	+1,6pp	+1,4pp	+0,1pp	+0,2pp	-0,1pp	+1,8pp	-1,9pp
2015	179,8	1,8%	+2,9pp	+1,5pp	+0,3pp	+1,1pp	-1,1pp	+2,5pp	-3,6pp
2014	173,1	0,9%	+2,3pp	+1,5pp	-0,1pp	+0,9pp	-1,4pp	+1,7pp	-3,1pp
2013	170,3	-1,1%	-2,0pp	-0,8pp	-0,4pp	-0,8pp	+0,8pp	+2,6pp	-1,8pp
2012	168,4	-4,0%	-7,6pp	-3,6pp	-0,7pp	-3,4pp	+3,6pp	+1,2pp	+2,4pp
2011	176,2	-1,8%	-6,4pp	-2,4pp	-0,8pp	-3,2pp	+4,6pp	+2,2pp	+2,3pp
2010	179,9	1,9%	+2,1pp	+1,6pp	-0,3pp	+0,8pp	-0,2pp	+2,8pp	-3,0pp

* Taxa de variação homóloga real do PIB

Fonte: Banco de Portugal

** CPriv: Consumo Privado; CPub: Consumo Público; FBCF: Formação bruta de capital fixo

O investimento beneficiou da permanência dos baixos custos de financiamento e do fortalecimento da procura global que contribuiu para a recuperação da capacidade produtiva instalada, a qual se situava em 81,8% no terceiro trimestre de 2017, acima da média de longo prazo (80,6%). Com efeito, o investimento registou um crescimento médio anual de 10,3% nos três primeiros trimestres do ano, depois de no mesmo período de 2016 ter praticamente estagnado, devido exclusivamente ao investimento realizado pelo setor privado. Desta forma o contributo da formação bruta de capital fixo (FBCF) foi a mais positiva dos últimos anos. Contudo, apresenta uma tendência de recuperação muito gradual, tendo recuperado 2% face ao último trimestre de 2011 (ano em que se iniciou o programa de assistência financeira). Na FBCF saliente-se os pesos do investimento no setor da construção (47% da FBCF total no terceiro trimestre de 2017) e em máquinas e equipamentos (28%). O investimento em construção cresceu 8,0% (10% no segundo trimestre) e em máquina e equipamentos aumentou 13,2%.

Número de Veículos Automóveis Novos Vendidos

u.m: milhares

	Pass.*	Δ	Comm.	Δ	Fuel**	Δ
2017	222,1	7,1%	44,3	10,5%	4,9	1,1%
2016	207,3	16,1%	40,1	14,0%	5,8	0,1%
2015	178,5	25,0%	35,2	19,0%	5,8	2,5%
2014	142,8	34,8%	29,5	42,2%	5,6	1,6%
2013	105,9	11,1%	20,8	14,6%	5,5	-2,7%
2012	95,3	-37,9%	18,1	-52,3%	5,7	-9,2%
2011	153,4	-31,4%	38,0	-23,0%	6,3	-7,2%
2010	223,5	38,8%	49,3	15,3%	6,8	-0,4%

* Incluindo 4x4

** Milhões de toneladas (Ano atual até outubro de 2017)

Fonte: Banco de Portugal

O contributo da procura externa foi negativo, retirando 0,2p.p. ao crescimento nos primeiros nove meses do ano, na medida em que o crescimento das importações superou o das exportações, refletindo a elevada componente importada do investimento e do consumo de bens duradouros, o qual cresceu cerca de 6,5% nos primeiros nove meses do ano. De notar, contudo, que as exportações apresentaram um crescimento sólido nos três primeiros trimestres. No último trimestre do ano, os principais indicadores económicos divulgados até à data sugerem que o crescimento continuará sólido, ainda que podendo registar um abrandamento face aos trimestres anteriores. Segundo o Banco de Portugal, a taxa de crescimento real do PIB será de 2,6% em 2017, 0,2p.p. acima do crescimento da zona euro, contribuindo para a redução do gap de riqueza por habitante entre Portugal e a União Monetária. Contudo, apesar de muito positivo, este facto surge isolado, tanto no comportamento passado recente como na expectativa de evolução futura, salientando a necessidade de continuidade de reformas estruturais que favoreçam o crescimento e possibilitem a utilização, se necessário, de políticas económicas contra cíclicas. Tendo em conta a pequena dimensão da economia portuguesa e por isso a limitada capacidade de crescimento da atividade produtiva dirigida ao mercado interno, será também importante o suporte das atividades transacionáveis de forma a favorecer o comércio externo, acrescentar valor internamente e, consequentemente, elevando o potencial de crescimento do tecido empresarial, com consequências positivas, tanto na criação de emprego como no aumento da riqueza.

Segundo o Banco de Portugal, a economia deverá crescer pouco acima de 2,0% em 2018, continuando a beneficiar da robustez da procura interna e do fortalecimento da atividade do setor exportador, dadas as boas perspetivas de evolução dos principais parceiros comerciais de Portugal. A expectativa de que o mercado de trabalho continuará a recuperar gradualmente, de que os custos de financiamento se manterão baixos será reforçada pela classificação do risco Portugal, na classe de "investment grade", por duas casas de "rating" de referência (S&P e Fitch), que favorecerá a permanência dos indicadores de sentimento dos agentes económicos em níveis elevados, consolidando o movimento de recuperação da procura interna. O contributo da procura externa poderá tornar-se nulo ao longo do ano, na medida em que se espera o reforço da atividade do setor exportador.

As principais taxas diretoras mantiveram-se inalteradas ao longo de todo o ano em 0,0% no caso da taxa principal de refinanciamento, em -0,4%, a taxa dos depósitos e em 0,25% a de cedência de fundos. O Banco Central Europeu (BCE) continuou a afirmar que os principais instrumentos de política monetária não serão alterados enquanto estiver em vigor o programa de compra de ativos de longo prazo, devendo, inclusive, não o ser imediatamente alterado após o termo do programa de "quantitative easing". A melhoria económica da zona euro e a ultrapassagem de alguns fatores de risco, nomeadamente no campo político, permitiram que esta autoridade monetária iniciasse a redução dos estímulos monetários. Assim, em abril os montantes das compras mensais foram reduzidas para 60 mil milhões de euros, menos 20 mil milhões de euros do que anteriormente, e em outubro anunciou que a partir de 2018 reduzirá as compras mensais para 30 mil milhões de euros. Esta medida estará em vigor até setembro de 2018, continuando em aberto a possibilidade de prolongamento e aumento em caso de verificação de algum fator que ponha em causa o cenário central traçado pela autoridade monetária do euro. Caso se mantenha o cenário de expansão económica e se verifique o retorno da taxa de inflação a níveis em torno do objetivo do banco central, então este poderá decidir pelo fim das compras mensais em setembro. De notar, contudo, que tal será acompanhado por uma política de reinvestimento dos títulos na posse do BCE que entretanto maturam, pelo que o suporte dado pelo banco central continuará para lá de 2018, antecipando-se assim que as condições financeiras se mantenham muito acomodáticas durante todo o ano, devendo a taxa Euribor 3 meses manter-se em terreno negativo e possivelmente próximo dos níveis atuais, isto é, um pouco abaixo de -0.30%.

EURIBOR *

	EONIA*				
	3 meses	6 meses	12 meses	12m**	
2017	-0,33%	-0,26%	-0,15%	-0,19%	-0,35%
2016	-0,26%	-0,17%	-0,03%	-0,08%	-0,32%
2015	-0,02%	0,05%	0,17%	0,06%	-0,11%
2014	0,21%	0,31%	0,48%	0,33%	0,09%
2013	0,22%	0,34%	0,54%	0,54%	0,09%
2012	0,57%	0,83%	1,11%	0,55%	0,23%
2011	1,39%	1,64%	2,01%	2,00%	0,87%
2010	0,81%	1,08%	1,35%	1,53%	0,44%

* Média do ano

** Média do mês de dezembro

BCE Taxas de Juro *

	Deposit	Refinan.	Lend
2017	-0,40%	0,00%	0,25%
2016	-0,40%	0,00%	0,25%
2015	-0,30%	0,05%	0,30%
2014	-0,20%	0,05%	0,30%
2013	0,00%	0,25%	0,75%
2012	0,00%	0,75%	1,50%
2011	0,25%	1,00%	1,75%
2010	0,25%	1,00%	1,75%

* Em vigor no final do período

Em 2017, a “yield” do Bund a 10 anos transacionou num intervalo entre 0,18% e 0,60%, continuando condicionada pelo programa de compra de ativos pelo BCE (que adquiriu cerca de 50% da dívida alemã elegível, claramente acima dos níveis comprados a França, Itália ou Espanha, onde a percentagem adquirida não excede os 30%) e também pelo baixo nível de oferta, reflexo da sua saudável situação fiscal, num mercado em que muitos investidores institucionais têm condicionamentos quanto à qualidade do risco dos títulos de que são detentores. A Alemanha encontra-se entre os poucos países com classificação máxima de qualidade de risco, sendo por isso objeto de elevada procura por estes investidores. A estes fatores, acresce a ausência de pressões inflacionistas. Em 2018, a baixa necessidade do tesouro alemão emitir dívida e o facto de o BCE ainda comprar títulos de dívida pública, continuará a condicionar o movimento ascendente das yields alemãs.

Índice Bolsista* e Dívida Soberana**

	Mercado Ações		10 anos GovYield	
	PSI20	EUR50	Port	Ger
2017	15,2%	6,5%	1,9%	0,4%
2016	-11,9%	0,7%	3,8%	0,2%
2015	10,7%	3,8%	2,5%	0,6%
2014	-26,8%	1,2%	2,7%	0,5%
2013	16,0%	17,9%	6,1%	1,9%
2012	2,9%	13,8%	7,0%	1,3%
2011	-27,6%	-17,1%	13,4%	1,8%
2010	-10,3%	-5,8%	6,6%	3,0%

* Variação anual

** Yield no final do período

O ano de 2017 ficou marcado por comportamentos divergentes entre os vários países constituintes da periferia da zona euro (Espanha, Itália e Portugal) verificando-se desde o início do ano até meados de dezembro um muito ligeiro recuo dos prémios de risco das dívidas espanhola e italiana face ao Bund alemão e um forte encolhimento do “spread” de Portugal. O “spread” da dívida pública espanhola variou num intervalo entre 94p.b. e 149p.b., ao longo do ano, a italiana entre 136p.b. e 210p.b. e a portuguesa entre 141p.b. e 383p.b., sendo que no caso desta última, o mínimo foi observado no final do ano. O movimento de forte queda do prémio exigido à dívida pública portuguesa, traduz o retorno de Portugal ao clube dos países classificados na classe de investimento, depois de as agências de “rating” S&P, em setembro, e Fitch, em dezembro, terem revisto as classificações atribuídas a Portugal, colocando-o novamente na classe de investimento. Este facto, duas agências de referência classificarem o risco de um soberano como ativo de qualidade, é fundamental para que a dívida emitida possa ser adquirida por alguns investidores institucionais, nomeadamente fundos de pensões ou fundos soberanos, cuja formação da carteira deve obedecer a critérios restritivos no que respeita à qualidade dos ativos adquiridos. O retorno de Portugal à classe de investimento resulta do melhor desempenho da economia e dos sinais de correção de alguns desequilíbrios, nomeadamente a redução do desequilíbrio orçamental e do rácio de dívida pública. Contudo, Portugal ainda se encontra entre os países com rácio de dívida

pública mais elevado (o terceiro mais alto da zona euro), continuando este a ser um fator de risco significativo com efeitos eventualmente perversos para a economia num cenário económico-financeiro global menos favorável.

O ano de 2017 ficou marcado por alguns acontecimentos que permitiram a correção de alguns fatores de fragilidade existentes no sistema financeiro nacional, nomeadamente a conclusão da venda do Novo Banco e a capitalização da CGD, BCP e CEMG. Neste setor, os indicadores de rentabilidade, solvabilidade e de crédito mal parado apresentaram uma evolução positiva, mas o crédito ao setor privado continuou a contrair-se, sendo essa contração mais forte nos empréstimos a empresas do que no crédito a particulares. A contração do crédito a particulares resultou da queda de “stock” de crédito para aquisição de casa, estando o crédito ao consumo a crescer a ritmos bastante fortes. Apesar da queda do “stock” de crédito à habitação, o mercado de crédito para compra de casa apresentou-se dinâmico ao longo do ano, refletindo o dinamismo do mercado imobiliário, as condições favoráveis da procura interna e as baixas taxas de juro associadas aos novos contratos de crédito à habitação. Os dados disponíveis sugerem que no conjunto do ano, o crédito ao setor privado registará uma contração de 4,0%, antecipando-se que esta dinâmica se vá diluindo durante 2018, refletindo os sinais de maior dinamismo, sobretudo no setor dos particulares. Em 2018 deverá prosseguir a tendência de desagravamento do crédito ao setor privado. O comportamento dos depósitos durante o ano foi condicionado pelo baixo nível das taxas de juro praticadas pelos bancos e pela oferta de produtos concorrenciais pelo Estado, com rendibilidades atrativas. Até setembro os depósitos do setor privado não financeiro aumentaram 0,5%. Este movimento deveu-se totalmente ao incremento de 8,4% das aplicações de empresas, tendo a dos particulares diminuído 1,4%. Assistiu-se também a uma transferência de aplicações a prazo para depósitos à ordem, tendo as primeiras caído 4,4% e os segundos crescido 12,9%. A dinâmica observada até setembro sugere que o crescimento dos depósitos rondará 1,5%. Em 2018, o ritmo de expansão manter-se-á reduzido, mas deverá apresentar uma tendência de aceleração ligeira.

Taxas de Juro: Empréstimos

	Emp*	Priv1**	Priv2**	Priv3**
nov 17	2,6%	1,5%	7,2%	3,6%
2016	2,8%	1,8%	7,1%	4,5%
2015	3,0%	2,2%	7,7%	4,3%
2014	4,1%	3,0%	8,6%	4,5%
2013	5,1%	3,2%	9,5%	5,5%
2012	5,7%	3,4%	9,7%	5,9%
2011	6,5%	4,3%	10,0%	6,9%
2010	5,2%	3,0%	8,4%	5,8%

* Empresas não financeiras

** 1: Habitação, 2: Consumo, 3: Outros

Taxas Juro: Depósitos*

	Emp.	Priv.
nov 17	0,2%	0,2%
2016	0,3%	0,3%
2015	0,4%	0,5%
2014	0,7%	1,3%
2013	1,3%	1,9%
2012	1,3%	2,3%
2011	2,9%	3,6%
2010	3,2%	2,6%

* Depósitos a prazo até um ano

Nos primeiros nove meses do ano registou uma dinâmica bastante favorável, tendo o emprego aumentado 3,0% e o desemprego caído 19,2%. Este dinamismo traduziu-se na redução da taxa de desemprego para 8,5% no terceiro trimestre de 2017, menos 2p.p. do que no final do ano anterior. Por grupo etário, verifica-se também a redução do desemprego jovem, embora este continue em níveis que superam os 20% (24,3% no terceiro trimestre). O maior dinamismo do mercado de trabalho tem sido acompanhado pela redução dos inativos (-1,1% no terceiro trimestre), dos desencorajados (-9,6%) e dos subempregados (-16,7%), refletindo-se no aumento da população ativa, limitando a queda da taxa de desemprego. Segundo o Banco de Portugal, a taxa de desemprego reduzir-se-á para 8,9% em 2017 (10,5% em 2016). Para 2018 e 2019, a expectativa de que a economia continuará a recuperar suportará o mercado de trabalho, antecipando-se que a taxa de desemprego possa cair para 7,8% e 6,7%, respetivamente. Neste mercado é de salientar o forte contributo do setor do turismo para a criação de emprego.

População*

u.m: milhões

	Total	Ativa	Desemp.	Taxa	Taxa25
set 17	10,3	5,2	0,4	8,5%	24,3%
2016	10,3	5,2	0,5	10,5%	27,8%
2015	10,3	5,2	0,6	12,2%	32,7%
2014	10,4	5,2	0,7	13,5%	34,0%
2013	10,4	5,3	0,8	15,3%	36,1%
2012	10,5	5,3	0,9	16,8%	40,5%
2011	10,5	5,4	0,7	13,9%	35,3%
2010	10,6	5,5	0,6	11,1%	23,3%

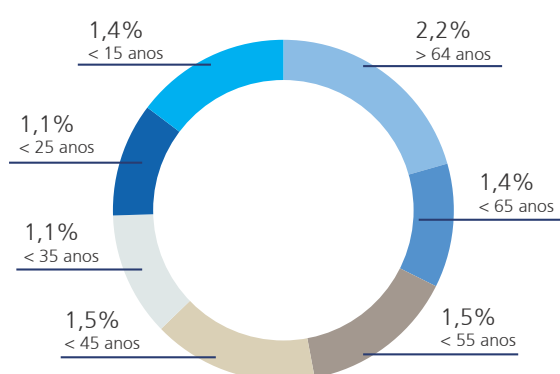
* Final do período

Taxa 25: Jovens com menos de 25 anos

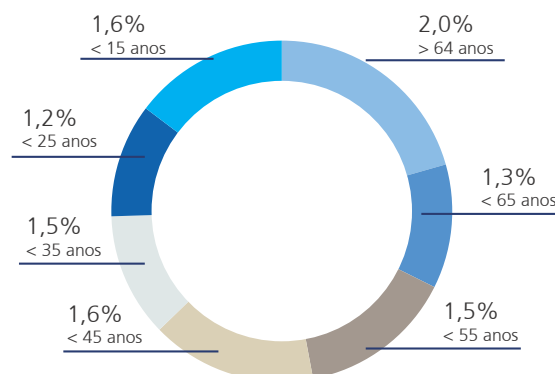
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

População*

Milhões



Setembro 2017



2010

O ritmo de crescimento dos preços ao consumidor registou ao longo do ano um movimento de gradual de aceleração. Esta dinâmica foi alimentada pela aceleração dos preços dos bens energéticos, cujo contributo para a taxa de inflação média anual ganhou importância ao longo do ano. Também o forte dinamismo do turismo, com impacto nos preços praticados no setor hoteleiro, contribuiu para a aceleração da inflação ao longo do ano. Com efeito, em 2017, a taxa de inflação média anual foi de 1,6%, tendo os preços da classe restaurantes e hotéis aumentado mais de 4% e o dos transportes quase 3%.

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HIPC)

	HIPC*	Bens	Serviços		
			Aliment.	Ind E	Ind NE
2017	1,6%	0,9%	1,7%	3,7%	-0,8%
2016	0,6%	0,0%	0,8%	-1,8%	-0,3%
2015	0,5%	-0,1%	1,5%	-3,7%	-0,7%
2014	-0,2%	-1,1%	-0,7%	-1,5%	-1,4%
2013	0,4%	0,0%	2,3%	-0,7%	-1,5%
2012	2,8%	2,5%	3,4%	9,5%	-2,1%
2011	3,6%	4,4%	3,0%	12,8%	1,4%
2010	1,4%	1,7%	0,4%	9,5%	-0,7%

* Média móvel 12 meses

IndE: Bens Industriais Energéticos. IndNE: Bens Industriais Não Energéticos

Fonte: Banco de Portugal

2. Atividade Seguradora em Portugal

Os dados provisórios publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para o ano de 2017, revelam que o volume de produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 11.552 milhões de euros que representa um acréscimo de 6,3% relativamente ao verificado em 2016 e deverá ser equivalente a 6,0% do PIB Português. Este rácio, que exprime a penetração do seguro na economia, foi ligeiramente superior ao registado em 2016 (5,9%).

A evolução positiva dos prémios deveu-se ao comportamento do ramo Vida e do ramo Não Vida que registaram fortes crescimentos de 5,8% e 7,1%, respetivamente. O ramo Vida inverteu a tendência decrescente dos dois anos anteriores onde tinha registado fortes decréscimos consecutivos. Em 2015, o Ramo Vida registou uma contração de 16,9% com menos 1,8 mil milhões de euros de Produção do que em 2014, em grande parte devido aos efeitos colaterais da resolução do BES que provocaram uma quebra acentuada na seguradora Vida do Grupo que registou um decréscimo de 0,9 mil milhões de euros. Em 2016, o Ramo Vida volta a registar uma forte contração de 2,0 mil milhões de euros. A quebra registou-se nos produtos direcionados para a poupança não ligados a fundos de investimento, como são os casos dos Seguros de Capitalização, dos Contratos de investimento e dos Planos Poupança Reforma (PPR), com uma diminuição de 1,2 mil milhões de euros (-33,7%), de 0,5 mil milhões de euros (-21,2%) e 0,3 mil milhões de euros (-15,1%), respetivamente. Saliente-se que o grupo económico BPI (BPI Vida e Pensões) registou uma perda significativa de produção de 1,3 mil milhões de euros, justificando cerca de 11pp da perda total do Ramo Vida em 2016. Em 2017, o crescimento de 6,2% (412 milhões de euros) é sustentado nos Seguros Ligados (Contratos de Investimento) e nos PPR (Não Ligados) que registaram aumentos de cerca de 30% a que corresponde um acréscimo de produção de 500 milhões e 300 milhões de euros, respetivamente. Este crescimento contrasta com o decréscimo acentuado dos produtos direcionados para a poupança não ligados a fundos de investimento, como são os casos dos Seguros de Capitalização com taxas garantidas, com menos 400 milhões de euros (-30%). Para este tipo de produtos assistiu-se, em 2017, a uma restrição forte na oferta o que explica este comportamento. Saliente-se que as taxas de juro de depósitos até um ano, oferecidas pelo setor bancário, mantiveram-se em níveis historicamente reduzidas.

Produção de Seguro Direto*

u.m: milhões de euros

	2014	2015	Δ	2016	Δ	2017	Δ
Vida	10 439	8 671	-16,9%	6 677	-23,0%	7 062	5,8%
Não Vida	3 849	3 993	3,8%	4 194	5,0%	4 490	7,1%
Total	14 288	12 664	-11,4%	10 872	-14,2%	11 552	6,3%
PIB**	173 079	179 809		185 180		192 957	
Penetração	8,3%	7,0%	-1,2pp	5,9%	-1,2pp	6,0%	+0,1pp

* Atividade em Portugal. Valores provisórios para 2017

** Valores a preços corrente. Estimativa para 2017

Fonte: ASF, Banco de Portugal

Já no que diz respeito aos ramos Não Vida, constatou-se pelo terceiro ano consecutivo uma evolução positiva com um aumento de 296 milhões de euros (+7,1%) no volume de produção, destacando-se a contribuição da modalidade de Acidentes de Trabalho que registou um aumento de 81 milhões de euros (+13,3%). De notar que esta modalidade já tinha registado um aumento de 68 milhões de euros em 2016, porventura na sequência das recomendações da ASF e das medidas tomadas pelos operadores no sentido do restabelecimento do seu equilíbrio técnico. Saliente-se ainda as contribuições dos ramos Automóvel, Doença e Incêndio e Outros Danos para o crescimento do Ramo Não Vida, com mais 88 milhões de euros (+5,8%), mais 58 milhões de euros (+8,3%) e mais 23 milhões de euros (+3,0%), respetivamente.

Produção de Seguro Direto*

u.m: milhões de euros

	2014	2015	Δ	2016	Δ	2017	Δ
Vida	10 439	8 671	-16,9%	6 677	-23,0%	7 062	5,8%
Seguro de Vida	8 401	6 522	-22,4%	4 991	-23,5%	4 874	-2,3%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2 031	2 148	5,8%	1 686	-21,5%	2 187	29,7%
Operações de Capitalização	7	1	-90,3%	0	-100,0%	1	-
Não Vida	3 849	3 993	3,8%	4 194	5,0%	4 490	7,1%
Acidentes e Doença	1 259	1 354	7,5%	1 482	9,5%	1 634	10,3%
Acidentes de Trabalho	516	556	7,8%	624	12,2%	705	13,0%
Doença	589	633	7,5%	694	9,6%	751	8,3%
Acidentes (outros)	154	165	7,0%	164	-0,3%	178	8,0%
Incêndio e Outros Danos	751	764	1,6%	779	1,9%	802	3,0%
Automóvel	1 449	1 471	1,5%	1 522	3,5%	1 610	5,8%
Marítimo e Transportes	28	25	-11,8%	25	-1,5%	25	0,3%
Aéreo	6	7	14,8%	6	-9,3%	7	13,3%
Mercadorias Transportadas	24	23	-3,8%	22	-4,8%	22	2,7%
Responsabilidade Civil Geral	108	112	4,0%	116	3,4%	127	8,9%
Diversos	223	238	6,4%	243	2,0%	263	8,5%
Total	14 288	12 664	-11,4%	10 872	-14,2%	11 552	6,3%

Fonte: ASF

* Atividade em Portugal. Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviços.

Valores provisórios para 2017

B. Atividade da Companhia Zurich Vida

1. Aspetos Gerais

Em 2017 a Zurich Vida continuou o desenvolvimento da estratégia definida para o triénio 2016-2018 de focalização no Cliente. Este posicionamento visa à avaliação global do Cliente e em função desta análise escolher os mercados alvo atrativos. O conhecimento destes mercados permite à Zurich Vida desenvolver as soluções mais adequadas às necessidades dos consumidores. Por outro lado tem também sido nossa preocupação dotar os canais de distribuição de suportes que lhes permitam a análise global das necessidades dos Clientes e, deste modo, efetuar o correto aconselhamento da solução e serviço.

O negócio vida é suportado por uma Unidade específica – SVI – Soluções Vida. Esta Unidade tem como objetivo a criação de soluções capazes de satisfazer as necessidades mais exigentes dos Clientes Zurich. Este é o motivo pelo qual a Zurich Vida faz questão em acolher as preocupações, sugestões e críticas do Cliente, o que nos tem permitido evoluir enquanto Companhia, acompanhando as mudanças da sociedade.

A Zurich Vida conta com mais de 800 pontos de contacto em Portugal, incluindo Agentes, Corretores e escritórios próprios em todo o país.

No final de 2017, o número de Colaboradores da Zurich Vida era de 63 (62 no final de 2016). Este número de Colaboradores, comparativamente com as companhias a operar em Portugal, revela um índice de produtividade elevado quando medido pelo rácio de prémios por Colaborador.

Cobertura nacional de escritórios Zurich



O ano de 2017 ficou ainda marcado pelo desenvolvimento do seu plano estratégico, destacando-se as seguintes ações:

- Continuação da estratégia de focalização no Cliente, através da identificação clara das suas necessidades e desenvolvimento de soluções específicas;
- Reforço da divulgação, junto dos canais de distribuição do suporte técnico para aconselhamento do financiamento de complementos de reforma individuais;
- No âmbito da proteção da família, em 2017 reforçámos a comunicação sobre o tema da reforma e sobre a importância dos seguros de vida risco (tradicionais), como reforço ou compensação da perda de rendimento nas situações de incapacidade e doença grave;
- Neste contexto melhoramos a nossa solução Vida Risco para suporte ao crédito à habitação;
- Aprofundamento da estratégia de segmentação de mercado focalizada em Alvos selecionados;
- Reforço da política de gestão de risco e continuação da implementação dos requisitos legais da legislação "Foreign Account Tax Compliance Act" (FATCA) e "Common Reporting Standard" (CRS);
- Também a política de prevenção ao Branqueamento de Capitais e de combate ao Terrorismo continuou a merecer uma atenção especial durante este exercício;
- Garantimos o cumprimento dos requisitos legais de reporte FATCA e CRS;
- Reforço das competências da nossa Rede de Agentes Principais Zurich através de ações de formação regulares, quer na área de produtos, quer sobre legislação e regulamentação;
- Atualização do programa de formação a novos Agentes e a Pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação (PDEAM's), de acordo com os futuros requisitos da nova Diretiva da Distribuição, assim como desenvolvimento de programas de formação em e-learning;
- Continuação do estreitamento da relação com os Agentes e Corretores através dos eventos "Congresso do Agente Principal", "Perspetivas Corretores" e "Jornadas Comerciais" de Agentes e "Roadshow" de Corretores;
- Reformulação e enriquecimento da página Internet www.zurich.com.pt;
- Planeamento de desenvolvimento de novas funcionalidades nos portais de acesso dos Agentes e Corretores através da nova plataforma MyZurich, na qual se encontra disponível toda a informação comercial sobre as soluções Zurich, campanhas, legislação e sistema de informação.

Os resultados apresentados neste relatório evidenciam o rigor posto na prossecução dos objetivos propostos e o êxito com que foram atingidos no exercício que agora termina.

2. Análise dos Resultados

A Zurich Vida apresentou em dezembro de 2017, um resultado líquido no valor de 10,17M€ que representa um aumento de 0,06M€ relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Conta de Ganhos e Perdas

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Prémios brutos emitidos	120,88	162,01	34,0%	143,20	-11,6%
Var. da provisão para prémios não adquiridos	0,25	0,02	-93,9%	0,02	52,7%
Prémios de resseguro cedido	-3,18	-2,98	-6,4%	-2,84	-4,4%
Var. da prov. para prém. não adq. parte do resseg.	-0,11	-0,01	-94,5%	0,00	-117,9%
Prémios líquidos adquiridos	117,83	159,04	35,0%	140,38	-11,7%
Comissões de contratos de Investimento	0,57	0,79	37,1%	1,44	83,4%
Custos com Sinistros	-59,20	-61,15	3,3%	-68,22	11,6%
Comissões e participação nos resultados resseguro cedido	0,40	0,52	30,9%	0,33	-37,9%
Custos e gastos de exploração	-7,84	-9,28	18,4%	-9,36	0,9%
Custos e gastos de exploração líquidos	-7,44	-8,75	17,7%	-9,03	3,2%
Var. da provisão matemática líquida de resseguro	-53,69	-92,45	72,2%	-68,63	-25,8%
Participação nos resultados	-6,36	-6,01	-5,5%	-6,91	14,9%
Resultado de exploração técnica	-8,28	-8,54	3,2%	-10,98	28,5%
Rendimentos de investimentos	21,53	22,55	4,8%	25,15	11,5%
Gastos de investimentos	-0,74	-0,93	25,7%	-1,24	33,9%
Ganhos líquidos financeiros não val. JV no G&P	5,81	1,19	-79,5%	1,26	5,6%
Diferenças de câmbio	1,40	0,22	-84,1%	-0,28	-225,1%
Ganhos líquidos ativos não financeiros	0,24	0,54	129,3%	0,42	-23,5%
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-0,38	-0,20	-48,3%	-0,57	188,7%
Ganhos líquidos financeiros val. JV no G&P	-2,45	-0,99	-59,8%	-0,18	-82,2%
Resultado dos investimentos	25,40	22,40	-11,8%	24,55	9,6%
Outros rendimentos e gastos	-0,03	0,03	-212,2%	0,50	-
Resultados antes de impostos	17,09	13,89	-18,8%	14,08	1,4%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-4,51	-3,77	-16,4%	-3,91	3,6%
Resultado líquido do exercício	12,58	10,11	-19,6%	10,17	0,6%

Dada a natureza técnica dos contratos de seguro de vida com taxa garantida é normal um resultado de exploração técnica negativo uma vez que a variação das provisões matemáticas que incorporam essa garantia financeira é compensada pelo resultado dos investimentos. Assim, para efeitos de análise dos resultados contextualizam-se os que lhe deram origem classificados segundo a sua natureza:

- **Margem técnica:** Resultado dos prémios líquidos adquiridos deduzido dos custos com sinistros (exceto despesas imputadas), da variação das provisões matemáticas expurgada do crédito de juros técnicos. Ou seja, o resultado puro da gestão do risco expurgado de todo o efeito financeiro.
- **Margem financeira:** Resultado dos investimentos deduzido dos juros técnicos creditados às provisões matemáticas. Ou seja o resultado exclusivamente financeiro.
- **Despesas técnicas:** Custos e gastos de exploração e despesas imputadas à função de sinistros.
- **Participação:** Participação nos resultados

A análise destas componentes revela que o aumento do resultado antes de impostos foi essencialmente devido à margem financeira que, líquida de participação nos resultados, foi 1,02M€ superior. A margem técnica, líquida de participação, foi 1,57M€ inferior, as despesas (sem as relativas a contratos de investimentos) foram 0,28M€ inferiores e os Outros Rendimentos foram 0,47M€ superiores.

Resultados antes de impostos

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Margem Técnica Líquida de Part.	10,25	10,97	5,60	9,40	-1,57
Margem Financeira Líq. de Part.	14,92	12,19	-9,36	13,22	1,02
Despesas Técnicas s/Cont.Invest.	-8,05	-9,32	-1,68	-9,04	0,28
Outros rendimento e gastos	-0,03	0,03	0,03	0,50	0,47
Total	17,09	13,89	-5,40	14,08	0,19

2.1 Prémios e Apólices de Contratos de Seguro e de Contratos de Investimento

Os prémios e depósitos aumentaram 3,6% (+6,29M€), devido ao forte crescimento dos unit-linked (identificados no quadro como "Contratos de Investimento") que aumentaram 25,10M€. Os produtos de capitalização e PPR não ligados (seguros de capitalização com taxa garantida) registaram menos 13,33M€ e menos 7,09M€, respetivamente.

Prémios Brutos Emitidos e Depósitos

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Contratos de Seguro	120,88	162,01	34,0%	143,20	-11,6%
Rendas Vitalícias	0,81	3,01	272,2%	4,80	59,1%
Produtos de Risco	15,25	14,89	-2,3%	14,72	-1,2%
Temp. Individuais	10,06	10,29	2,3%	10,46	1,7%
Temp. Grupo Aberto	3,57	3,25	-8,9%	2,91	-10,5%
Temp. Grupo Fechado	1,55	1,30	-15,9%	1,31	0,4%
Vida Inteira	0,07	0,05	-25,4%	0,04	-17,2%
Prod. de Cap. (Não lig.)	83,32	118,46	42,2%	105,13	-11,2%
PPR (Não ligados)	21,50	25,64	19,3%	18,55	-27,7%
Contratos de Invest.	17,97	13,39	-25,5%	38,49	187,4%
Resseguro aceite	0,00	0,00	-	0,00	-
Total	138,85	175,40	26,3%	181,69	3,6%

O Mercado Vida apresentou um crescimento de 5,8% (+385M€). A quota de mercado da Zurich Vida diminuiu ligeiramente de 2,63% em dezembro de 2016 para 2,57% em dezembro de 2017.

Os produtos de risco, que têm a maior margem de rentabilidade, registaram uma ligeira diminuição de 1,2% (-0,17M€), devido à evolução negativa dos seguros de grupo aberto que reduziram 10,5% (-0,34M€).

Por segmento de Clientes, a produção de contratos de seguros registou, em 2017, uma diminuição de 0,72M€ (-8,0%) nos Clientes Empresas, devido à quebra nos Produtos de Risco (-0,34M€) e nos Produtos de Capitalização (-0,32M€). Os Clientes Individuais apresentaram uma diminuição de 18,09M€ (-11,8%), devido essencialmente à quebra nos Produtos de Capitalização (-13,01M€) e nos PPR (-7,09M€). Desta forma, a percentagem de produção de Clientes Individuais (94%) não se alterou relativamente a 2016.

Número de Apólices em vigor

u.m: milhares de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Individual	79,40	79,25	-0,2%	79,78	0,7%
Rendas Vitalícias	0,02	0,04	54%	0,08	127%
Produtos de Risco	33,29	32,92	-1,1%	33,63	2,2%
Prod. de Cap. (Não lig.)	20,22	20,92	3,5%	21,33	2,0%
PPR (Não ligados)	25,86	25,37	-1,9%	24,73	-2,5%
Empresas	7,48	6,61	-11,7%	5,79	-12,4%
Rendas Vitalícias	0,02	0,02	10%	0,02	0%
Produtos de Risco	7,16	6,27	-12,5%	5,43	-13,3%
Prod. de Cap. (Não lig.)	0,30	0,32	7,4%	0,34	5,9%
PPR (Não ligados)	0,00	0,00	-	0,00	-
Contratos de Invest.	0,21	0,26	27,7%	0,58	120,9%
Total	87,08	86,12	-1,1%	86,15	0,0%

O número de Clientes continua na sua trajetória descendente, sendo mais forte a descida nos Clientes Empresas do que nos Clientes Individuais. Contudo, a densidade (média de apólices por Cliente) mantém-se praticamente inalterada nas 1,3 apólices por Cliente. O número de Clientes Vida que têm pelo menos uma apólice Não Vida e uma apólice Vida em vigor aumentou 1,6%, enquanto os Clientes Vida que não tem apólices Não Vida apresentaram uma diminuição de 2,1%:

- 6,4% dos Clientes Não Vida têm pelo menos uma apólice Vida. Esta percentagem no final dos anos 2014, 2015 e 2016 era de 6,4%, 6,3%, e 6,4% respetivamente.

- 48,9% dos Clientes Vida têm pelo menos uma apólice Não Vida. Esta percentagem no final dos anos 2014, 2015 e 2016 era de 48,7%, 48,7% e 48,0%, respetivamente.

Densidade de Apólices por Cliente

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Individual	1,2	1,3	1,5%	1,3	1,0%
Empresas	2,6	2,5	-5,4%	2,2	-10,6%
Total	1,3	1,3	0,8%	1,3	0,4%

2.2 Capitais Seguros

Os capitais mínimos garantidos dos produtos de capitalização diminuíram 9,8%, enquanto os prémios diminuíram 11,2%. Esta diminuição deve-se ao vencimento de apólices com taxas garantidas mais elevadas (4%) que já não são comercializadas desde 2003. Os capitais seguros dos produtos de risco aumentaram 0,9%, enquanto o número de apólices em vigor diminuiu 0,3%. Este desenvolvimento deve-se, por um lado ao reajustamento do capital das apólices para efeitos de empréstimo à habitação, mais evidente nos temporários individuais, onde o acréscimo de capitais seguros (+3,8%) é superior ao acréscimo de apólices (+2,2%). Por outro lado, aos decréscimos de 14,2% e 0,5% de apólices e decréscimo de 14,2% e acréscimo de 6,0% de capitais seguros no grupo aberto e grupo fechado, respetivamente.

Capitais Mínimos Garantidos

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	1	1	-3,1%	1	3,4%
Produtos de Risco	3	2	-4,1%	2	-2,0%
Prod. de Cap. (Não ligados)	125	114	-8,5%	103	-9,3%
PPR (Não ligados)	63	57	-9,7%	50	-11,5%
Total	191	175	-8,8%	157	-9,8%

Capitais Seguros

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	0	0	-93,8%	0	0,0%
Produtos de Risco	7 100	6 594	-7,1%	6 655	0,9%
Temp. Individuais	3 850	3 860	0,2%	4 005	3,8%
Temp. Grupo Aberto	1 405	1 225	-12,8%	1 051	-14,2%
Temp. Grupo Fechado	1 836	1 500	-18,3%	1 591	6,0%
Vida Inteira	9	8	-4,4%	7	-9,1%
Prod. de Cap. (Não ligados)	100	81	-19,8%	66	-17,6%
PPR (Não ligados)	0	0	-	0	-
Total	7 201	6 675	-7,3%	6 721	0,7%

No quadro em baixo pode-se observar um aumento de 1,2% do capital seguro médio por apólice, cujo valor atual é de 170 mil euros e uma diminuição da percentagem de cedência de capital e de prémio.

Este desenvolvimento deve-se, por um lado, ao reajustamento do capital das apólices para efeitos de empréstimo à habitação, mais evidente nos temporários individuais. Por outro, ao decréscimo de 11,0% de apólices e 18,3% de capitais seguros no grupo fechado. No grupo aberto o decréscimo de apólices (-12,6%) é idêntico ao decréscimo de capitais seguros (-12,8%). No quadro pode-se observar um aumento de 1,2% do capital seguro médio por apólice cujo valor atual é de 170 mil euros.

Produtos de Risco

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Capitais Médios por Apólice	0,176	0,168	-4,1%	0,170	1,2%
Temp. Individuais	0,116	0,118	1,4%	0,120	1,5%
Temp. Grupo Aberto	0,210	0,209	-0,2%	0,209	0,1%
Temp. Grupo Fechado	3,966	3,642	-8,2%	3,880	6,5%
Outros	0,048	0,046	-3,3%	0,043	-8,1%
Prémios por Capital*	2,1	2,3	5,2%	2,2	-2,1%
Temp. Individuais	2,6	2,7	2,0%	2,6	-2,0%
Temp. Grupo Aberto	2,5	2,7	4,5%	2,8	4,3%
Temp. Grupo Fechado	0,8	0,9	2,9%	0,8	-5,3%
Outros	8,0	6,2	-22,0%	5,7	-8,9%

*Permilagem

2.3 Custos Brutos com Sinistros

Os custos com sinistros brutos de resseguro aumentaram 11,7% relativamente ao período homólogo do ano anterior que representa em valor mais 7,31M€, devido essencialmente a mais resgates (+5,71M€), a mais Capitais por Morte ou Invalidez (+1,94M€) e mais Vencimentos (+1,94M€). O aumento dos resgates (+30,9%) deve-se essencialmente ao aumento da carteira. Sobre as Provisões Matemáticas a taxa de resgate sobe ligeiramente (+0,4pp). O custo relativo aos vencimentos e resgates está compensado, para efeitos de resultado, na variação da provisão matemática.

Custos com Sinistros

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Vencimentos	35,13	33,44	-4,8%	33,37	-0,2%
Cap. por Morte ou Inv.	7,56	7,52	-0,5%	9,46	25,8%
Rendas	1,23	1,15	-6,2%	1,18	2,3%
Resgates	16,04	18,49	15,2%	24,19	30,9%
Outros	0,27	0,59	119,6%	-2,50	-520,4%
Custos imputados	0,83	1,01	22,9%	1,08	6,2%
Total	61,05	62,21	1,9%	69,52	11,7%
Resgates s/PM (Atualizada)	3,9%	3,8%	-0,1pp	4,2%	+0,4pp

Custos com Sinistros

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	1,23	1,15	-6,2%	1,18	2,3%
Produtos de Risco	5,00	3,79	-24,2%	4,83	27,4%
Prod. de Cap. (Não lig.)	33,33	37,71	13,1%	44,74	18,6%
PPR (Não ligados)	20,67	18,55	-10,3%	17,69	-4,6%
Custos imputados	0,83	1,01	22,9%	1,08	6,2%
Total	61,05	62,21	1,9%	69,52	11,7%

Produtos de Risco

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Prémios	15,25	14,89	-2,3%	14,72	-1,2%
Var. PPNA	0,25	0,02	-93,9%	0,02	52,7%
Prémios Adquiridos	15,50	14,91	-3,8%	14,74	-1,1%
1-Sin/PAd	67,7%	74,6%	+6,8pp	67,2%	-7,3pp

A análise por tipo de produto revela que o custo com sinistros brutos de resseguro relativo aos produtos de risco aumentou 27,4% (+1,04M€), enquanto os capitais seguros deste tipo de produto aumentaram 0,9%. Este aumento de custo acompanhado por uma diminuição de 1,1% dos respetivos prémios brutos adquiridos, teve como consequência uma diminuição da rentabilidade bruta deste tipo de produtos de 74,6% para 67,2% (medida por: 1 - rácio de custo com sinistros por prémios adquiridos). Este rácio difere do apresentado na demonstração da margem técnica por não considerar a variação da provisão matemática.

2.4 Resultado do Resseguro

Existem apenas dois tratados em vigor abertos a novas apólices. Um primeiro de excedente de 80 mil euros de pleno e um segundo para apólices de Clientes internacionais, cuja cedência é de 100%.

O resultado do resseguro foi a desfavor da Seguradora, como é habitual, de 1,25M€, contudo inferior ao período homólogo do ano anterior (0,20M€ menos desfavorável).

Resultado do Resseguro

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Prémios	-3,18	-2,98	-6,4%	-2,84	-4,4%
Comissões	0,40	0,52	30,9%	0,33	-37,9%
Variação da PPNA	-0,13	-0,05	-59,7%	-0,03	-50,1%
Custos c/Sinistros	1,85	1,05	-43,2%	1,29	22,7%
Sinistros Pagos	1,75	1,44	-18,0%	1,47	2,4%
Variação da Prov. Sinistros	0,10	-0,38	-485,2%	-0,18	-53,1%
Total	-1,05	-1,45	37,6%	-1,25	-13,6%

Os prémios de resseguro apresentam uma diminuição de 0,13M€ (-4,4%) relativamente ao ano de 2016. Esta variação é essencialmente consequência da diminuição dos prémios de resseguro nos produtos de risco de 0,10M€ (-3,8%). Para este tipo de produtos, os capitais cedidos tiveram uma quebra de 6,9%, não obstante os capitais seguros tivessem registado um ligeiro aumento de 0,9%.

Resultado do Resseguro

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	0,00	0,00	-	0,00	-
Produtos de Risco	-0,95	-1,57	64,9%	-1,26	-19,9%
Temp. Individuais	-0,81	-0,85	5,6%	-0,76	-10,7%
Temp. Grupo Aberto	0,15	-0,54	-464,7%	-0,25	-53,6%
Temp. Grupo Fechado	-0,28	-0,18	-35,7%	-0,24	31,7%
Outros	-0,01	0,00	-77,6%	-0,01	363,8%
Prod. de Cap. (Não lig.)	-0,10	0,12	-219,8%	0,01	-94,4%
PPR (Não ligados)	0,00	0,00	-	0,00	-
Total	-1,05	-1,45	37,6%	-1,25	-13,6%

Os prémios de resseguro relativos aos produtos de capitalização (não ligados) diminuíram 0,03M€ (-13,5%), não obstante os respetivos prémios de seguro direto terem diminuído apenas 11,2%. Esta classe de produtos inclui os produtos do tipo "Universal Life" (não obstante serem de capitalização, incluem uma componente de risco ressegurável) que já não estão em comercialização desde 2003 e que durante os anos até à sua maturidade terão cada vez menos risco ressegurável.

A parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi maior do que no ano transato, devido essencialmente a alguns sinistros de maior dimensão este ano.

Os produtos de risco registam um capital médio seguro de 170 mil euros, mais 1,2% do que o registado no ano transato. Em termos médios a cedência é de 29,6%, ligeiramente inferior à do ano passado onde esta cedência era de 32,1%.

Produtos de Risco

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Cedência de Capital	31,8%	32,1%	+0,2pp	29,6%	-2,5pp
Temp. Individuais	33,2%	32,5%	-0,7pp	33,0%	+0,5pp
Temp. Grupo Aberto	41,9%	41,4%	-0,5pp	41,0%	-0,4pp
Temp. Grupo Fechado	21,3%	23,4%	+2,1pp	13,6%	-9,7pp
Outros	18,8%	19,0%	+0,2pp	18,4%	-0,6pp
Cedência de Prémio	19,1%	18,6%	-0,5pp	18,2%	-0,5pp
Temp. Individuais	15,6%	15,2%	-0,5pp	14,9%	-0,3pp
Temp. Grupo Aberto	21,9%	21,6%	-0,4pp	21,6%	+0,0pp
Temp. Grupo Fechado	35,7%	38,7%	+3,1pp	36,7%	-2,0pp
Outros	14,7%	19,3%	+4,5pp	22,6%	+3,4pp
Prémios por Capital Cedido*	1,3	1,3	1,8%	1,4	3,3%
Temp. Individuais	1,2	1,2	1,3%	1,2	-5,3%
Temp. Grupo Aberto	1,3	1,4	3,9%	1,5	5,5%
Temp. Grupo Fechado	1,4	1,4	1,7%	2,2	53,9%
Outros	6,3	6,3	0,9%	7,0	10,6%

*Permilagem

2.5 Margem Técnica

Para efeitos desta análise considera-se a Margem Técnica como sendo o resultado dos prémios líquidos adquiridos deduzido dos custos com sinistros (exceto despesas imputadas), da variação das provisões matemáticas expurgada do crédito de juros técnicos. Ou seja, o resultado puro da gestão do risco expurgado de todo o efeito financeiro.

A margem técnica diminui 1,72M€ (-15,1%) relativamente ao período homólogo do ano anterior e após participação diminui 1,57M€. Esta forte diminuição deve-se ao ajuste relativo às apólices órfãs feito, pela primeira vez, em Junho de 2016 com um impacto positivo na margem de 1,21M€ em dezembro de 2016 (com mais evidência nos produtos descontinuados), enquanto atualmente tem um impacto positivo de 0,06M€. Tem-se procedido mensalmente ao ajuste da provisão de sinistros (recalculada a responsabilidade para valores pendentes com mais de cinco anos com a probabilidade de pagamento apurada no histórico). Após o ajuste inicial, os ajustes seguintes não tem sido materialmente relevantes.

Margem Técnica

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Prémios Líquidos Adq.	117,83	159,04	35,0%	140,38	-11,7%
Custos c/Sinistros	-58,37	-60,14	3,0%	-67,15	11,6%
Var. PM Líq. de Ress.	-53,69	-92,45	72,2%	-68,63	-25,8%
Juros Técnicos cred. PM	4,95	4,95	0,0%	5,08	2,6%
Total	10,72	11,40	6,3%	9,67	-15,1%

Os Produtos de Risco registaram uma diminuição da margem técnica de 0,75M€ (-8,3%), devido a mais 0,69M€ de custos com sinistros líquidos de resseguro para os quais o efeito das apólices órfãs contribui negativamente com 0,27M€. Para este tipo de produtos o rácio do resultado bruto do risco sobre os prémios brutos adquiridos (medida de rentabilidade) foi de 67,4%, menos 7,8pp do que no período homólogo do ano anterior. Em termos líquidos (após efeito do resseguro) foi de 69,4% (-5,9pp).

Margem Técnica Produtos de Risco

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Prémios Brutos	15,25	14,89	-2,3%	14,72	-1,2%
Variação PPNA	0,00	0,00	-	0,00	-
Prémios Brutos Adquiridos	15,25	14,89	-2,3%	14,72	-1,2%
Variação PM	0,62	0,09	-85,3%	0,03	-67,4%
Custos c/Sinistros Brutos	-5,00	-3,79	-24,2%	-4,83	27,4%
Prémios Brutos Cedidos	-2,92	-2,78	-4,8%	-2,67	-3,8%
Variação PPNA Cedida	-0,11	-0,01	-94,5%	0,00	-117,9%
Variação PM Cedida	0,12	-0,56	-568,3%	-0,19	-65,8%
Custos c/Sinistros Cedidos	1,59	1,26	-20,5%	1,30	3,1%
Total	9,54	9,11	-4,5%	8,36	-8,3%
Rácio Res. Bruto do Risco	71,3%	75,2%	+3,9pp	67,4%	-7,8pp
Rácio Res. Líquido do Risco	78,1%	75,3%	-2,9pp	69,4%	-5,9pp

2.6 Rendimentos e Gastos dos Investimentos

Os rendimentos dos investimentos de ativos não relativos a contratos de investimento, foram superiores em 2,60M€, devido a maior volume de ativos sob gestão. O valor médio destes ativos investidos em 2017 aumentou 102,18M€ para 689,68M€, relativamente ao valor médio dos ativos investidos em 2016. Os efeitos de mercado foram negativos como traduz a diminuição da “Yield” de 20 pontos base de 3,4% para 3,2%.

Rendimentos

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Terrenos e edifícios	0,13	0,85	571,1%	1,98	134,4%
De uso próprio	0,00	0,00	-	0,00	-
De rendimento	0,13	0,85	571,1%	1,98	134,4%
Ativos fin. disp. para venda	10,69	12,09	13,1%	13,81	14,3%
* Instrumentos de Cap. e U.P.	1,34	1,08	-19,4%	1,21	12,6%
** Ações	1,34	1,08	-19,4%	1,21	12,6%
** Títulos de participação	0,00	0,00	-	0,00	-
** U.P. de fundos mobiliário	0,00	0,00	-	0,00	-
** U.P. de fundos imobiliário	0,00	0,00	-	0,00	-
* Títulos de dívida	9,35	11,01	17,8%	12,60	14,4%
** De dívida pública	8,96	10,77	20,2%	12,57	16,8%
** De outros emissores públicos	0,00	0,00	-	0,01	-
** De outros emissores	0,39	0,24	-37,4%	0,02	-92,9%
Emprést. e contas a receber	0,01	0,02	142,2%	0,00	-85,7%
Invest. deter até à maturidade	9,64	8,82	-8,5%	8,88	0,7%
Dep. à ordem em Inst. Crédito	0,00	0,00	-	0,00	-
Sub total	20,46	21,77	6,4%	24,68	13,4%
Rel. a Cont. de Investimento	1,07	0,79	-26,6%	0,47	-40,0%
Total	21,53	22,55	4,8%	25,15	11,5%

Yields: Rendimento
(Anualiz.)

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Terrenos e edifícios	5,2%	3,9%	-1,3pp	4,9%	+1,0pp
De uso próprio					
De rendimento	5,2%	3,9%	-1,3pp	4,9%	+1,0pp
Ativos fin. disp. para venda	3,1%	3,1%	-0,0pp	3,0%	-0,1pp
* Instrumentos de Cap. e U.P.	4,3%	3,2%	-1,1pp	3,4%	+0,2pp
** Ações	4,3%	3,2%	-1,1pp	3,4%	+0,2pp
** Títulos de participação					
** U.P. de fundos mobiliário	0,0%	0,0%	+0,0pp	0,0%	+0,0pp
** U.P. de fundos imobiliário	0,0%	0,0%	+0,0pp	0,0%	+0,0pp
* Títulos de dívida	3,0%	3,1%	+0,1pp	2,9%	-0,1pp
** De dívida pública	2,9%	3,0%	+0,1pp	3,0%	-0,0pp
** De outros emissores públicos				0,5%	
** De outros emissores	4,9%	6,6%	+1,7pp	0,3%	-6,3pp
Emprést. e contas a receber	3,4%	15,2%	+11,8pp	3,0%	-12,2pp
Invest. deter até à maturidade	5,7%	5,5%	-0,2pp	5,5%	-0,1pp
Dep. à ordem em Inst. Crédito	0,0%	0,0%	+0,0pp	0,0%	+0,0pp
Subtotal	3,9%	3,7%	-0,2pp	3,6%	-0,1pp
Rel. a Cont. de Investimento	1,4%	1,0%	-0,4pp	0,5%	-0,5pp
Total	3,6%	3,4%	-0,2pp	3,2%	-0,2pp

Os investimentos atingiram, sem os relativos a contratos de investimento, o valor de 752M€, mais 125M€ que no final do mesmo período do ano anterior. Saliente-se a aquisição imobiliária em janeiro de 2016 de 11,9M€ com um valor de balanço de 13,9M€ (Avaliação dezembro 2017) e em 30 de novembro de 2016 de 23,0M€ com um valor de balanço de 25,1M€ (Avaliação dezembro 2017). Os ativos relativos aos contratos de investimento atingiram o total de 98M€ que foi mais 22M€ do que o atingido no final do período homólogo do ano anterior. O valor de mercado dos títulos de dívida pública a deter até à maturidade é de 186M€, mais 22M€ do que o seu valor contabilístico (164m) e mais 20M€ do que o seu valor nominal (166M€).

Por outro lado, o fluxo de atividade operacional foi 109,18M€ ligeiramente superior ao do ano anterior. Saliente-se os prémios de seguro direto recebidos no valor de 144,19M€ (162,81M€ em 2016) que representa uma taxa de cobrança elevada de 98,6% (98,7% em 2016). Por outro lado, temos os recebimentos deduzidos dos pagamentos dos contratos de investimento de 20,72M€, enquanto em 2016 este saldo era negativo de 2,55M€. O valor dos sinistros pagos (67,40M€) foi superior ao registado em 2016 (62,66M€) e os impostos pagos (0,27M€) que foram inferiores do que em 2016 (2,10M€).

No final do ano de 2017, a carteira de investimentos sem os ativos relativos a contratos de investimento era essencialmente constituída por ativos disponíveis para venda (68,8%), investimentos a deter até à maturidade (21,8%) e Imóveis de Rendimento (5,3%). No conjunto dos ativos disponíveis para venda destaque-se os títulos de dívida pública (61,6%) e ações (5,2%). O "rating" médio da carteira de obrigações é BBB superior ao da República Portuguesa, medida pela S&P, onde a exposição é elevada (S&P: BBB-1; Fitch: BBB; Moofdy's: Ba1 Stable equivalente a BB+).

Investimentos

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Terrenos e edifícios	2,36	40,75	-	39,68	-2,6%
De uso próprio	0,00	0,00	-	0,00	-
De rendimento	2,36	40,75	-	39,68	-2,6%
Ativos fin. disp. para venda	372,61	416,57	11,8%	517,43	24,2%
* Instrumentos de Cap. e U.P.	35,02	32,50	-7,2%	39,39	21,2%
** Ações	34,83	32,30	-7,3%	39,39	21,9%
** Títulos de participação	0,00	0,00	-	0,00	-
** U.P. de fundos mobiliário	0,00	0,00	593,1%	0,00	132,5%
** U.P. de fundos imobiliário	0,19	0,19	2,3%	0,00	-100,0%
* Títulos de dívida	337,59	384,08	13,8%	478,04	24,5%
** De dívida pública	331,37	382,82	15,5%	463,06	21,0%
** De outros emissores públicos	0,00	0,00	-	4,10	-
** De outros emissores	6,22	1,26	-79,7%	10,87	761,3%
Emprést. e contas a receber	0,12	0,08	-36,9%	0,07	-14,1%
Invest. deter até à maturidade	158,45	161,14	1,7%	163,88	1,7%
Dep. à ordem em Inst. Crédito	14,28	8,65	-39,4%	31,12	259,7%
Sub total	547,82	627,19	14,5%	752,18	19,9%
Rel. a Cont. de Investimento	75,95	75,85	-0,1%	97,47	28,5%
Total	623,78	703,05	12,7%	849,64	20,9%

Fluxos de Caixa

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Prémios de Seguro	120,46	162,81	35,2%	144,19	-11,4%
Sinistros de Seguros	-59,97	-62,66	4,5%	-67,40	7,6%
Saldo de Resseguro Cedido	-1,13	-0,49	-57,1%	-1,22	151,9%
Participação nos Resultados	-0,45	-0,51	13,7%	-0,40	-22,5%
Contratos de Investimento	9,04	-2,55	-128,2%	20,72	-912,5%
Comissões e despesas	-9,45	-10,43	10,4%	-10,02	-4,0%
Juros, dividendos e rendas	19,91	20,66	3,8%	23,58	14,1%
Impostos	-8,95	-2,10	-76,6%	-0,27	-87,1%
Outros	-0,64	0,53	-182,2%	-0,57	-209,1%
Fluxos de ativ. operacional	68,81	105,27	53,0%	108,61	3,2%
Alienação e Aq. de Investimentos	-40,23	-61,23	52,2%	-74,85	22,2%
Alienação e Aq. De Imobilizado	0,24	-38,03	-	1,43	-103,8%
Empréstimos líquidos de recebimentos	0,01	0,01	-1,0%	0,00	-100,0%
Fluxos de ativ. de Invest.	-39,98	-99,25	148,3%	-73,42	-26,0%
Contribuições suplementares do acionista	0,00	0,00	-	0,00	-
Dividendos pagos a acionistas	-14,80	-10,00	-32,4%	-9,10	-9,0%
Fluxos de ativ. de financ.	-14,80	-10,00	-32,4%	-9,10	-9,0%
Var. de caixa e seus equiv.	14,03	-3,98	-128,3%	26,65	-770,0%

2.7 Margem Financeira

Para efeitos desta análise considera-se a Margem Financeira como sendo o resultado dos investimentos deduzido dos juros técnicos creditados às provisões matemáticas. Ou seja o resultado exclusivamente financeiro.

A margem financeira, antes de participação nos resultados, foi de 2,07M€ (+11,6%) superior ao do período homólogo do ano anterior para a qual contribuíram os rendimentos (+2,91M€), parcialmente absorvido por ganhos líquidos inferiores (-0,44M€), juros técnicos creditados às provisões matemáticas superiores (+0,13M€) e mais gastos (+0,36M€) dos contratos de seguros e dos não afetos. Os contratos de investimento contribuíram com 0,07M€ para a variação da margem financeira.

Margem Financeira

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	0,53	0,09	-83,4%	0,05	-48,1%
Produtos de Risco	0,32	0,11	-65,8%	0,10	-5,5%
Temp. Individuais	0,22	0,03	-84,5%	0,03	-10,3%
Temp. Grupo Aberto	0,02	0,01	-38,3%	0,01	-15,9%
Temp. Grupo Fechado	0,01	0,00	-34,1%	0,00	-4,5%
Vida Inteira	0,07	0,06	-17,8%	0,06	-0,5%
Prod. de Cap. (Não lig.)	7,77	9,70	24,8%	12,13	25,0%
*Em Comercialização	7,41	9,47	27,9%	11,96	26,2%
*Descontinuados	0,36	0,23	-37,2%	0,17	-26,0%
PPR (Não ligados)	4,05	4,42	9,0%	4,49	1,7%
Contratos de Invest.	0,16	0,17	4,4%	0,24	44,0%
Não afetos	7,98	3,30	-58,7%	2,84	-14,0%
Total	20,81	17,78	-14,6%	19,85	11,6%

O forte aumento dos gastos com investimentos dos contratos de seguro e não afetos (+0,36M€) é devido, essencialmente, a maior custo com a subcontratação intra-grupo da função investimentos (+0,20mM€) e com a subcontratação intra-grupo da Administração e Contabilização de Investimentos (+0,07M€). As comissões dos Contratos de Investimento foram mais 0,66M€, parcialmente absorvidos pelos gastos (+0,58M€) principalmente na componente de comissões de mediação. O aumento dos gastos com contratos de investimento deve-se a comissões de mediação que têm a sua compartida nas Comissões (encargos sobre depósitos cobrados aos Clientes).

Margem Financeira

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Contratos de Seguro	12,67	14,32	13,0%	16,77	17,1%
Rendimento	17,75	19,25	8,4%	22,32	16,0%
Gastos com Investimentos	-0,50	-0,72	44,1%	-1,07	48,0%
Ganhos Líquidos	0,57	0,88	54,4%	1,15	29,7%
Imparidades	-0,20	-0,15	-27,1%	-0,56	279,4%
Juros Técnicos na PM	-4,95	-4,95	0,0%	-5,08	2,6%
Contratos de Invest.	0,16	0,17	4,4%	0,24	44,0%
Rendimento	1,07	0,79	-26,6%	0,47	-40,0%
Comissões	0,57	0,79	37,1%	1,44	83,4%
Gastos com Contratos de Inv.	-0,43	-0,64	48,4%	-1,22	90,5%
Ganhos Líquidos Ativos	-6,61	1,88	-128,4%	3,53	87,8%
Ganhos Líquidos Passivos	5,56	-2,64	-147,5%	-3,98	50,6%
* Entregas	17,97	13,39	-25,5%	38,49	187,4%
* Var. Valor das U.P.	-3,48	-0,10	-97,2%	-24,70	-
* Resgates	-8,93	-15,94	78,4%	-17,77	11,5%
Não afetos	7,98	3,30	-58,7%	2,84	-14,0%
Rendimento	2,70	2,52	-6,8%	2,35	-6,5%
Gastos com Investimentos	-0,02	-0,02	44,1%	-0,03	47,3%
Ganhos Líquidos	5,48	0,85	-84,4%	0,53	-37,8%
Imparidades	-0,18	-0,05	-71,7%	-0,02	-68,7%
Total	20,81	17,78	-14,6%	19,85	11,6%

2.8 Custos e Gastos de Exploração Líquidos

Os custos por natureza (custos indiretos), são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados por uma chave de repartição em função do centro de custo onde a despesa teve origem a Custos de Aquisição, a Custos Administrativos, a Custos com Sinistros, a Custos com Investimentos e a Custos de Gestão de Fundos de Pensões.

Os custos que não são imputados (custos diretos) incluem (i) a remuneração da mediação (comissões de angariação e de cobrança), (ii) os designados por “outros custos de aquisição” e (iii) os designados por “outros custos administrativos”. Estes últimos incluem os apoios, incentivos e convenção anual, atribuídos aos Mediadores. Incluem ainda as comissões e participação nos resultados de resseguro cedido.

A metodologia de imputação utilizada para 2017 foi a mesma dos anos anteriores.

Custos e Gastos por Natureza a Imputar

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Gastos com pessoal	3,03	3,31	9,3%	3,53	6,8%
Fornecimentos e serviços externos	3,27	4,14	26,5%	4,39	6,1%
Impostos e taxas	0,07	0,13	85,5%	0,13	-3,6%
Depreciações e amortizações	0,05	0,06	25,8%	0,10	54,8%
Outras provisões	0,27	0,46	74,5%	0,08	-83,0%
Juros suportados	0,01	0,01	10,4%	0,00	-48,0%
Comissões	0,36	0,30	-14,6%	0,23	-25,6%
Total	7,05	8,42	19,4%	8,46	0,5%
* A custos e gastos de expl.	5,48	6,48	18,1%	6,14	-5,2%
** A custos de aquisição	1,96	2,20	12,0%	2,33	5,8%
** A gastos administrativos	3,52	4,28	21,5%	3,81	-10,9%
* A custos com sinistros	0,83	1,01	22,9%	1,08	6,2%
* A gastos de investimentos	0,74	0,93	25,7%	1,24	33,9%
* A gestão fundos de pensões	0,00	0,00	-82,7%	0,00	193,5%
Total	7,05	8,42	19,4%	8,46	0,5%
Total de Colaboradores	58	62	6,9%	63	1,6%
Total Trabalho Temporário	2	1	-50,0%	1	0,0%

Os factos mais relevantes observados na variação dos custos imputados são:

- Gastos com Pessoal: Aumento de 0,22M€ devido à inflação salarial (+1,3%/+0,03M€), Prémios de Desempenho (+0,10M€), mais Colaboradores (+0,06M€) e Formação (+0,02M€).
- Fornecimentos e Serviços Externos: Aumento de 0,25M€ devido essencialmente a Subcontratação intra-grupo da função investimentos (+0,20M€), Despesas de Representação (+0,10M€), Marketing (+0,08M€), Subcontratação intra-grupo da Administração e Contabilização de Investimentos (+0,07M€), Auditoria (+0,04M€) e Desenvolvimento de Projetos Informáticos (+0,02M€), parcialmente absorvidas por menor custo com a Subcontratação intra-grupo de Serviços Informáticos (-0,17M€) e utilização da Marca Zurich (-0,14M€).
- Amortizações e Depreciações: Não obstante o acréscimo percentual de 54,8% o aumento não é material (+0,03M€) e deveu-se às amortizações do projeto informático MyZurich.
- Outras provisões: Diminuição de 0,38M€ essencialmente devido ao reforço de provisão para reestruturação (0,39M€) feita em janeiro de 2016. O saldo no final de 2016, que era de 0,27M€, foi utilizado em 2017 no montante de 0,01M€ e anulado o remanescente (0,26M€).
- Comissões: Decréscimo de 0,08M€ devido essencialmente a serviços bancários, nomeadamente com cobranças e custódia de títulos cuja taxa passou em 2017 de 1,8p.b. para 1,0p.b.

As comissões de angariação e cobrança (registadas na rubrica de remunerações de mediação nos custos de aquisição e custos administrativos, respetivamente), aumentaram 0,51M€. O aumento registado é devido essencialmente aos Contratos de Investimento ("Unit-Link"), cujo encargo de aquisição (ao Cliente) é pago como comissão ao distribuidor. Sobre prémios comerciais e depósitos registou-se uma variação ligeiramente positiva de 0,2p.p., de 1,3% em 2016 para 1,6% em 2017 que em termos percentuais representa +15,0%, não obstante os prémios e depósitos terem registado um aumento de 3,6%.

Os incentivos comerciais, registados na rubrica de outros custos administrativos, tiveram uma diminuição de 0,09M€ (+4,4%), essencialmente devido fraco desempenho do canal Agentes nos produtos de risco ao qual está indexado este incentivo.

Custos e Gastos de Exploração

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Custos de Aquisição	3,84	4,53	17,8%	5,17	14,2%
Custos imputados	1,96	2,20	12,0%	2,33	5,8%
Remunerações de mediação	1,88	2,33	23,8%	2,84	22,1%
Outros	0,00	0,00	-	0,00	-
Variação dos custos de aq. diferidos	0,01	0,00	-75,1%	0,00	-31,1%
Gastos Administrativos	3,98	4,75	19,3%	4,19	-11,8%
Custos imputados	3,52	4,28	21,4%	3,81	-10,9%
Remunerações de mediação	0,01	0,00	-63,5%	0,00	1,7%
Outros	0,45	0,47	4,4%	0,37	-20,2%
Total	7,84	9,28	18,4%	9,36	0,9%

Despesas

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	-0,11	-0,16	47,2%	-0,17	7,6%
Produtos de Risco	-1,41	-1,30	-8,1%	-1,56	20,6%
Temp. Individuais	-1,11	-1,13	2,3%	-1,16	2,1%
Temp. Grupo Aberto	-0,31	-0,26	-14,7%	-0,30	16,6%
Temp. Grupo Fechado	0,01	0,10	659,8%	-0,09	-193,0%
Vida Inteira	-0,01	0,00	-66,9%	-0,01	117,8%
Prod. de Cap. (Não lig.)	-4,25	-5,17	21,6%	-5,09	-1,6%
*Em Comercialização	-3,18	-4,45	39,7%	-4,52	1,8%
*Descontinuados	-1,07	-0,72	-32,2%	-0,56	-22,2%
PPR (Não ligados)	-2,28	-2,69	17,8%	-2,21	-17,7%
Contratos de Invest.	-0,21	-0,45	118,5%	-1,07	136,9%
Não afetos	0,00	0,00	-	0,00	-
Total	-8,26	-9,77	18,2%	-10,11	3,5%

2.9 Participação nos Resultados

Para efeitos de enquadramento da participação nos resultados, contextualizaram-se os que lhe deram origem classificados pela natureza da sua fonte. Ou seja, a margem técnica, a margem financeira e despesas.

Somando estas três componentes consegue-se identificar, não só quais os tipos de produtos que geraram o resultado do exercício, bem como a natureza desse resultado. O resultado antes de participação foi superior em 0,62M€ àquele do período homólogo do ano anterior e a participação nos resultados foi 0,64M€ superior. O custo da participação nos resultados foi 0,90M€ inferior à do ano transato por efeito da componente atribuída em 2008 (alteração para as IFRS do regime de contabilização da atividade seguradora) e distribuída e/ou amortizada anualmente desde esse ano. O impacto destas duas componentes foi este ano 0,25M€ inferior ao impacto registado em 2016.

As participações nos resultados foram apuradas em conformidade com as condições contratuais dos diferentes produtos, obtendo-se os valores que se discriminam no quadro.

Resultado antes de Participação

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	0,57	0,31	-46,6%	0,15	-50,5%
Produtos de Risco	8,45	7,93	-6,2%	6,90	-13,0%
Temp. Individuais	6,07	5,45	-10,3%	5,38	-1,2%
Temp. Grupo Aberto	1,05	1,84	75,1%	1,12	-39,5%
Temp. Grupo Fechado	0,83	0,61	-26,9%	0,37	-40,0%
Vida Inteira	0,49	0,03	-93,7%	0,04	15,3%
Prod. de Cap. (Não lig.)	4,45	6,19	39,0%	7,98	28,9%
*Em Comercialização	4,45	5,28	18,8%	7,68	45,4%
*Descontinuados	0,01	0,91	-	0,30	-66,7%
PPR (Não ligados)	1,86	1,98	6,0%	2,38	20,3%
Contratos de Invest.	0,16	0,17	4,4%	0,24	44,0%
Não afetos	7,98	3,30	-58,7%	2,84	-14,0%
Total	23,48	19,86	-15,4%	20,49	3,1%

A participação nos Produtos de Risco (atualmente só aplicável nos seguros de grupo fechado), concretiza-se pela diminuição dos prémios futuros no montante apurado. Este montante foi em 2017 de 0,27M€ que corresponde a 20,9% dos prémios líquidos desta modalidade. No ano anterior esta percentagem foi 12,2p.p. superior (32,1%).

A participação nos seguros de capitalização ou com componente de capitalização, concretiza-se pelo apuramento de uma taxa de rentabilidade adicional à taxa garantida para estes produtos.

Participação nos Resultados

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Produtos de Risco	-0,47	-0,42	-9,5%	-0,27	-35,5%
Temp. Individuais	0,00	0,00	-	0,00	-
Temp. Grupo Aberto	0,00	0,01	-	0,00	-100,0%
Temp. Grupo Fechado	-0,47	-0,43	-8,0%	-0,27	-36,5%
Vida Inteira	0,00	0,00	-	0,00	-
Prod. de Cap. (Não lig.)	-4,61	-4,47	-3,2%	-5,22	16,8%
*Em Comercialização	-4,18	-4,03	-3,5%	-4,94	22,5%
*Descontinuados	-0,44	-0,44	0,1%	-0,28	-36,3%
PPR (Não ligados)	-2,07	-1,71	-17,7%	-1,75	2,5%
Total	-7,16	-6,60	-7,8%	-7,24	9,7%
Distribuição de Part. de 2008	0,49	0,45	-6,7%	0,17	-62,7%
Amortização de Part. de 2008	0,31	0,13	-57,3%	0,16	23,8%
Total do custo	-6,36	-6,01	-5,5%	-6,91	14,9%

A taxa de rentabilidade bruta, atribuída aos contratos de seguro em comercialização, para o ano de 2017 é de 2,40% para PPR e Seguros de Capitalização.

Estas taxas, mais uma vez, traduzem uma gestão eficiente e otimizada dos ativos afetos aos contratos de seguro.

Resultado após Participação

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Rendas Vitalícias	0,57	0,31	-46,6%	0,15	-50,5%
Produtos de Risco	7,98	7,50	-6,0%	6,63	-11,7%
Temp. Individuais	6,07	5,45	-10,3%	5,38	-1,2%
Temp. Grupo Aberto	1,05	1,85	75,8%	1,12	-39,7%
Temp. Grupo Fechado	0,36	0,18	-51,3%	0,09	-48,3%
Vida Inteira	0,49	0,03	-93,7%	0,04	15,3%
Prod. de Cap. (Não lig.)	0,59	2,30	287,0%	3,09	34,2%
*Em Comercialização	0,36	1,37	281,6%	2,78	102,3%
*Descontinuados	0,23	0,92	295,1%	0,31	-66,9%
PPR (Não ligados)	-0,17	0,28	-265,1%	0,64	129,1%
Contratos de Invest.	0,16	0,17	4,4%	0,24	44,0%
Não afetos	7,98	3,30	-58,7%	2,84	-14,0%
Total	17,12	13,85	-19,1%	13,58	-2,0%

Saliente-se que o resultado, após participação, assim apurado para 2017 no valor de 13,58M€, corresponde à soma do resultado de exploração técnica (-10,98M€) e do resultado dos investimentos (24,55M€), tal como evidenciado nas demonstrações financeiras tradicionais.

Taxas de Rentabilidade Bruta

Ano	Gar	Total	
		Seg.Cap	PPR
2015	1,00%	3,20%	3,00%
2016	1,00%	2,50%	2,50%
2017	1,00%	2,40%	2,40%

2.10 Outros Rendimentos, Outros Gastos e Impostos

Os Outros Rendimentos Líquidos de Outros Gastos foram 0,47M€ superiores ao ano anterior essencialmente por anulação da provisão de reestruturação. O saldo no final de 2016 desta provisão era de 0,27M€. Em 2017 foi utilizado 0,01M€ e o remanescente, 0,26M€, foi anulado em setembro de 2017.

2.11 Imposto sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento do exercício aumentou 0,13M€. Este aumento é devido a um maior resultado antes de impostos (+0,19M€) e a uma taxa efetiva ligeiramente superior (+0,6p.p.). A taxa utilizada para diferimento de imposto foi de 26,0%, igual à dos dois anos anteriores. O excesso de 1,7p.p. da taxa efetiva (27,7%) deve-se essencialmente a dividendos de ações afetas (-0,4p.p.), variações de justo valor/valias fiscais e contabilísticas (+0,6p.p.), tributação autónoma (+0,6p.p.) e derrama estadual (+1,0p.p.).

Enquadramento Fiscal

Ano	IRC	Derramas
2014	23,0%	1,5% Municipal 3,0% LT > 1,5m +2,0% LT > 7,5m +2,0% LT > 35m
2015	21,0%	1,5% Municipal 3,0% LT > 1,5m +2,0% LT > 7,5m +4,0% LT > 35m
2016		
2017		
2018	21,0%	

3. Garantias Financeiras

3.1 Provisões Técnicas

Tal como nos exercícios anteriores, o nível das provisões traduz a adequação ao desenvolvimento da carteira de seguros e uma política de rigor e prudente gestão das suas responsabilidades. O forte aumento de 74,76M€ da Provisão Matemática explica-se por 132,64M€ de Prémios Brutos Adquiridos ao longo de 2017 deduzidos de 0,37M€, 3,33M€ e 65,41M€ relativos a encargos sobre prémios, prémios de risco e sinistros, respetivamente. Ao valor assim obtido (63,53M€) deduz-se os juros técnicos (5,08M€) e a participação nos resultados (6,15M€) creditados às provisões matemáticas. O aumento substancial da Provisão p/ Participação nos resultados resulta da sua componente "A atribuir", em consequência da forte valorização potencial dos ativos nas carteiras afetas, nomeadamente, das obrigações portuguesas.

Provisões Técnicas

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Provisão p/Prémios não Adq.	1,26	1,24	-1,2%	1,22	-1,9%
Provisão matemática	442,45	541,54	22,4%	616,30	13,8%
Provisão para sinistros	23,37	21,90	-6,3%	22,94	4,7%
Provisão p/Particip. Resultados	26,23	11,68	-55,5%	44,35	279,8%
A atribuir	18,87	4,93	-73,9%	36,88	647,5%
Atribuída	7,36	6,74	-8,4%	7,47	10,8%
Provisões técnicas Brutas	493,30	576,36	16,8%	684,81	18,8%
Parte dos Resseguradores	-3,02	-2,58	-14,5%	-2,38	-8,0%
Provisão p/Prémios não Adq.	-0,16	-0,16	-4%	-0,16	0,7%
Provisão matemática	-0,29	-0,25	-16%	-0,22	-10,9%
Provisão para sinistros	-2,56	-2,18	-15%	-2,00	-8,3%
Total	490,29	573,78	17,0%	682,43	18,9%

3.2 Margem de Solvência

Adicionalmente à garantia das provisões técnicas, a adequação do capital, no regime de solvência II, é definida pela Zurich Vida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver eventual volatilidade. Este amortecedor é calibrado de tal modo que um evento de um em quatro anos pode ser absorvido, isto é, 75% de VaR ("Value at Risk") antes de cair abaixo do mínimo regulamentar (100%). Usando uma distribuição normal, que é considerada como representando justamente a distribuição das perdas que a Zurich Vida pode enfrentar, a perda de 75% do VaR corresponde a 26%. Isto significa que a Zurich Vida considera como adequado uma margem de 126% do Requisito de Solvência de Capital (RCS). Uma vez que o requisito de capital regulamentar não captura o risco de incumprimento dos títulos de dívida pública Portuguesa, considera ainda a Zurich Vida adequado ajustar o referido amortecedor de forma a também absorver um choque de 200 p.b. na curva da taxa efetiva da dívida pública portuguesa, onde a Zurich Vida tem uma exposição elevada. Este amortecedor corresponde, no final de 2017, a 64% do RCS.

Margem de Solvência

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Valor disponível*	45,28	40,38	-10,8%	57,34	42,0%
Mínimo requerido	18,89	26,39	39,7%	20,75	-21,4%
Excesso	26,39	13,99	-47,0%	36,59	161,6%
Taxa de Cobertura	240%	153%	-87pp	276%	+123pp
*Inclui distrib. aos Acionistas	10,00	9,10	-9,0%	9,16	0,6%
Cobertura antes de distrib.	293%	187%	-105pp	320%	+133pp

Os valores referentes ao final de 2017 não foram ainda auditados.

O valor da margem de solvência disponível no final de 2017 é de 57,34M€. Este valor incorpora uma proposta de distribuição de dividendos de 9,16M€ que corresponde à totalidade do resultado distribuível, uma vez que a margem de solvência ainda assim comporta um aumento de 200p.b. na "Yield Curve" da exposição em dívida pública portuguesa.

A Seguradora ao longo dos anos procedeu às alterações necessárias para a entrada em vigor do novo regime de Solvência II em 1 de janeiro de 2016. Estas alterações permitiram uma adequação ao novo regime e cumprimento do requisito de capital, sem a necessidade de pedido de aprovação de medidas transitórias.

Requisito de Capital de Solvência (RCS)

u.m: milhões de euros

	2015	2016	Δ	2017	Δ
Risco Mercado	15,27	22,55	47,7%	26,44	17,3%
Risco Contraparte	2,70	1,81	-32,9%	5,34	194,4%
Risco Específico Vida	6,10	8,06	32,2%	9,22	14,4%
Risco Esp. Acidente e Doença	1,06	1,00	-5,8%	0,98	-1,1%
RCS sem Diversificação	25,13	33,42	33,0%	41,98	25,6%
Efeito Diversificação	-5,97	-6,73	12,6%	-9,57	42,2%
Risco Operacional	5,80	6,99	20,4%	5,77	-17,4%
RCS antes Cap. de Absorção	24,96	33,68	34,9%	38,19	13,4%
Cap. Absorção - Provisões Técnicas	-2,08	-6,87	229,9%	-13,64	98,6%
Cap. Absorção - Impostos Diferidos	-3,98	-0,42	-89,5%	-3,80	806,4%
RCS	18,89	26,39	39,7%	20,75	-21,4%

4. Recursos Humanos

No ano de 2017 mantivemos o investimento e a aposta nas áreas de desenvolvimento de Recursos Humanos da Companhia, iniciada nos anos anteriores, nomeadamente ao nível da formação e da gestão do talento, algo que se continua a revelar essencial para termos capacidade de resposta às exigências e desafios, quer do mercado segurador, quer do próprio país.

Neste âmbito, levámos a cabo um conjunto diversificado de ações, complementadas com programas internacionais, com particular ênfase em funções-chave, seja pela criticidade que representam para a atividade, seja pelo nível de responsabilidade ou pela identificação de potencial, ao nível de planos de sucessão.

Mantivemos o nosso foco numa cultura de *performance*, alinhando o nosso sistema de recompensas à definição dos objetivos e consequente avaliação do desempenho, nomeadamente, através das principais políticas de Recursos Humanos, em alinhamento com o Grupo, e de acordo com os objetivos estratégicos definidos a nível local.

Mantivemos a política de acolhimento de estagiários oriundos de Escolas Profissionais e Universidades, por forma a mantermos, não apenas o nosso investimento na profissionalização dos jovens, como também identificarmos potenciais talentos e anteciparmos eventuais necessidades de recrutamento.

Procedeu-se à dinamização de diversas sessões (“HR Breakfast”) de partilha e discussão dos resultados dos estudos anteriores sobre o “Engagement”, assim como à implementação e comunicação dos resultados de mais um inquérito aos Colaboradores, desta feita designado por ISO – Inquérito de Saúde Organizacional, acompanhado da respetiva análise com referências comparativas nacionais e globais.

Os planos de ação entretanto definidos e comunicados, refletem a linha de orientação ao nível da Política de Gestão dos Recursos Humanos da Companhia e fornecem-nos orientações preciosas sobre as áreas de atuação prioritárias para o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 o número de Colaboradores da Zurich Vida era de 63, ligeiramente superior ao registado em 31 de dezembro de 2016 (62 Colaboradores).

5. Gestão de Riscos

Missão e Objetivos da Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos tem como missão acrescentar valor à Zurich Vida, através da incorporação na Companhia de uma cultura de tomada de risco disciplinada, onde as relações entre risco e benefício são transparentes, compreendidas e adequadamente recompensadas. Isto inclui dar suporte ao negócio na compreensão e gestão dos riscos, providenciando pareceres independentes e visões 360° sobre o risco, com o objetivo de otimizar o retorno e apoiar os processos de tomada de decisão.

Os objetivos principais da Gestão de Riscos são:

- Proteger o capital, através da monitorização dos riscos, assegurando que os mesmos não ultrapassam os limites de tolerância face ao risco, definidos pelo Grupo e/ou Conselho de Administração;
- Potenciar a criação de valor e contribuir para um perfil ideal de risco-benefício, proporcionando assim as bases para uma alocação eficiente do capital;
- Dar apoio aos processos de tomada de decisão através da disponibilização de informação consistente, fiável e tempestiva em matérias do risco;
- Proteger a reputação e a marca Zurich através da promoção de um ambiente robusto de sensibilização aos riscos e de tomada de riscos de uma forma consciente e informada.

Para o perfil de risco da Zurich Vida são considerados como materialmente relevantes os seguintes:

- Específico de seguros: Risco associado à incerteza inerente quanto à ocorrência, montante ou tempestividade das responsabilidades intrínsecas aos contratos de seguro;
- Operacional: Risco de perda, direta ou indiretamente, resultante de falhas processuais, humanas, sistémicas ou de eventos externos;
- Reputação: Risco que um ato ou omissão por parte dos Colaboradores ou de pessoas diretamente ligadas à Companhia possa resultar em danos à sua reputação ou na perda de confiança das suas partes interessadas;

- Estratégico: Risco inadvertido que pode resultar acessoriamente do planeamento ou implementação de uma estratégia;
- Crédito: Risco associado a uma perda ou a uma perda potencial de contrapartes incapazes de cumprir as suas responsabilidades;
- Mercado: Risco associado a posições do balanço, em que o valor ou os fluxos de caixa dependam de mercados financeiros;
- Liquidez: Risco associado à incapacidade da empresa em realizar os investimentos e outros ativos, a fim de cumprir as suas obrigações financeiras na data de vencimento.

5.1 Governação dos Riscos

Com o objetivo de cumprir com a sua missão e os seus objetivos, o Grupo Zurich possui uma “Framework” de Gestão de Riscos, na qual confia, sendo a mesma utilizada transversalmente por todas as Entidades Legais, nomeadamente a Zurich Vida.

No centro da “Framework” de Gestão de Riscos está um processo de governação, baseado no modelo de três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela tomada, gestão, monitorização e reporte dos riscos:

- Primeira linha de defesa – As Unidades Operacionais assumem os riscos e são responsáveis pela gestão dos riscos no dia-a-dia;
- Segunda linha de defesa – A Função de Gestão de Riscos supervisiona a “Framework” de Gestão de Riscos e auxilia na gestão dos mesmos. Outras Funções de Governação e de Controlo, como Verificação do Cumprimento, Jurídico, Atuarial e Financeira, ajudam as áreas operacionais do negócio a gerir e controlar tipos específicos de riscos;
- Terceira linha de defesa – A Função de Auditoria Interna providencia a garantia independente em relação à eficácia da “framework” de gestão e controlo de riscos.

A “Zurich Risk Policy” (ZRP) é o principal documento de governação dos riscos do Grupo, especificando transversalmente para todas as Entidades Legais os limites de tolerância, autonomias por tipologia de risco, requisitos de reporte, procedimentos para aprovação de quaisquer exceções à mesma e os procedimentos para escalar na estrutura organizacional (incluindo Conselho de Administração) qualquer problema/deficiência identificado. Os limites são especificados por tipologia de risco. O Grupo regularmente insere melhorias à ZRP, com o objetivo de refletir novas visões e alterações ao ambiente de gestão do risco e refletir as alterações aos limites de tolerância ao risco do Grupo.

Outro pilar de sustentação do processo de governação dos riscos é desempenhado pelas funções de governação e controlo, denominadas por *Risk Management*, *Compliance* e *Group Audit*. Estas funções assumem a responsabilidade de trabalhar em conjunto e de coordenar as suas atividades, no sentido de fornecer à Administração e *Management Team* da Zurich Vida a ajuda que permita garantir que os objetivos estão a ser alcançados e a confiança de que os riscos são identificados, apropriadamente geridos, ações de mitigação/eliminação são implementadas e que os mecanismos de controlo são operacionalmente eficazes. Esta coordenação é denominada por *Integrated Assessment*.

5.2 Gestão do Risco Específico de Seguro

O risco específico de seguros está relacionado com a incerteza inerente quanto à ocorrência, montante ou tempestividade das responsabilidades intrínsecas aos contratos de seguro.

A exposição é transferida para a Zurich através do processo de subscrição. A Zurich procura ativamente aceitar os riscos compreensíveis e mensuráveis que proporcionem uma oportunidade razoável de obter um proveito justo. A Zurich assume determinados riscos dos Clientes, procurando gerir essa transferência de risco e minimizando riscos de subscrição não intencionais, recorrendo a meios como:

- Definindo limites para os poderes de subscrição;
- Exigindo aprovações específicas para transações acima dos limites estabelecidos ou novos produtos;
- Utilizando várias metodologias de cálculo de reservas e de modelação;
- Cedendo risco específico de seguro através de tratados de resseguro externos proporcionais, não proporcionais e de risco único facultativo. O Grupo gere centralmente os tratados de resseguro.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem:

- Risco de mortalidade – a taxa de mortalidade registada nos atuais Segurados das apólices de seguro de vida é mais elevada do que o esperado;
- Risco de longevidade – os Beneficiários (de rendas) tenham uma esperança de vida superior ao esperado;
- Risco de morbilidade – os pagamentos de sinistros associados à saúde dos Segurados são mais elevados do que o esperado.
- Risco de comportamento dos Tomadores de Seguros – o comportamento dos Tomadores de Seguros, relativamente à anulação e redução de contribuições ou o cancelamento de benefícios antes do vencimento dos contratos, é pior do que o esperado. As reduzidas taxas de longevidade podem traduzir-se por uma diminuição do número de apólices em carteira

incapazes de cobrir despesas fixas futuras e, por conseguinte, reduzir os futuros fluxos de entrada de caixa do negócio subscrito, com potencial impacto na sua capacidade de recuperar despesas de aquisição diferidas;

- Risco de despesa – as despesas incorridas com a aquisição e gestão de apólices sejam mais elevadas do que o esperado;
- Risco de mercado – o risco associado às posições do balanço do Grupo, em que o valor ou os fluxos de entrada de caixa dependam dos mercados financeiros, risco analisado na secção “risco de mercado”;
- Risco de crédito – o risco associado a uma perda ou a uma perda potencial relacionada com a incapacidade de uma contraparte em cumprir os seus compromissos financeiros, risco analisado na secção risco de crédito.

Uma carteira de riscos mais diversificada tem menos probabilidade de ser afetada transversalmente por uma alteração do perfil de qualquer subconjunto de riscos. Como tal, os efeitos de compensação entre os produtos ligados a unidades de participação e produtos tradicionais reduzem algum do risco associado ao ramo vida.

A Zurich Vida tem localmente implementado um comité de desenvolvimento de produtos e, adicionalmente a nível do Grupo, um comité de aprovação de produtos, que se dedicam ao estudo de potenciais novos produtos do ramo vida que possam aumentar ou alterar, de forma significativa, a natureza dos seus riscos. O Grupo regularmente analisa a contínua adequação e os riscos potenciais dos produtos existentes.

O uso por parte do Grupo dos princípios de *Market Consistent Embedded Value*, permite à Zurich melhorar a compreensão e comunicação do perfil de risco dos seus produtos do ramo vida e o modo como estes riscos irão sofrer alterações em diferentes condições de mercado. O *Embedded Value* é a métrica que os mercados utilizam para avaliar os produtos do ramo vida.

Numa perspetiva de Gestão de Risco, os Seguros e Contratos de Investimento Ligados a Unidades de Participação (Unit-Linked) são concebidos para reduzir muito dos riscos de mercado e de crédito associados aos produtos tradicionais. Os riscos inerentes a estes produtos são amplamente transferidos para os Tomadores de Seguro, embora parte das comissões de gestão estejam indexadas ao valor dos fundos sob gestão e, por conseguinte, estão em risco caso se verifique uma diminuição da cotação do fundo. Na eventualidade da existência de garantias incorporadas na conceção do produto, os Unit-Linked acarretam risco de mortalidade/morbilidade e risco de mercado. Os contratos podem ter uma garantia mínima de prestações por morte, em que a quantia em risco depende do justo valor dos ativos subjacentes. Para determinados contratos, estes riscos são mitigados pela inclusão explícita de taxas relacionadas com a mortalidade e morbilidade.

Outros tipos de seguros de vida incluem produtos de seguro de vida tradicionais, tais como Rendas Vitalícias, Proteção e Capitais Diferidos. Os produtos de Proteção e Capitais Diferidos acarretam risco de mortalidade, longevidade e morbilidade, bem como risco de mercado e crédito. As alterações epidemiológicas e de estilo de vida estão entre os fatores mais significativos suscetíveis de aumentar a frequência dos sinistros associados e, assim, resultar em sinistros mais precoces ou num número maior que o esperado. A incapacidade, definida em termos de capacidade para executar uma profissão, pode ser afetada pelas condições económicas. Para reduzir subvenções cruzadas dos preços, quando permitido, os prémios são ajustados por idade. Os termos e condições da apólice e os requisitos de divulgação das propostas de seguros são concebidos de modo a mitigar o risco inerente aos riscos não padronizados e imprevisíveis, capazes de provocar graves perdas financeiras.

Nos produtos de Rendas Vitalícias, o risco de seguro mais significativo advém dos constantes progressos na área da medicina e a melhoria das condições sociais que redundam num incremento da longevidade. Os pressupostos relativos à mortalidade dos Beneficiários (de rendas) incluem uma margem para futuras melhorias da taxa de mortalidade.

Além dos riscos específicos enunciados anteriormente, a Zurich Vida está também exposta ao risco colocado pelo comportamento do Tomador de Seguros e ao risco de Despesas. O risco de comportamento dos Tomadores de Seguros é mitigado mediante a conceção de produtos que harmonizem tanto quanto possível as receitas e despesas associadas aos contratos. O risco de despesas é mitigado por um controlo cuidadoso das despesas, por análises regulares das mesmas e por exercícios de afetação.

Outra componente fundamental é a proteção de Resseguro. A Política de Resseguro é coerente com as autonomias proporcionadas à área de subscrição de riscos, nomeadamente no que respeita às exclusões constantes dos tratados.

A estrutura dos Tratados de Resseguro segue princípios de coerência na definição das retenções e capacidades, com base nos perfis de risco das carteiras seguras.

5.3 Gestão do Risco Operacional

A Gestão do Risco Operacional na Zurich assenta numa abordagem comum para avaliar, quantificar e gerir o risco operacional. Neste contexto, os riscos de natureza operacional são geridos através do sistema de controlo interno, capital, programa de resseguro e planos de continuidade de negócio.

A “Framework” de gestão de risco operacional:

- Utiliza uma abordagem baseada em cenários (denominada “Top Down Scenarios”), por forma a avaliar e quantificar o requisito de capital (a nível do Grupo) para o risco operacional;
- Documenta e avalia eventos de perda acima do limite de tolerância determinado pela ZRP numa base de dados comum a todo o Grupo. Ações de melhoria são implementadas para evitar a recorrência desses eventos de perda operacional;
- Procede à realização de avaliações de risco operacional, que permitam a identificação de riscos operacionais em áreas de negócio fundamentais. Estes riscos identificados necessitam de ser avaliados utilizando uma metodologia qualitativa. Os riscos identificados e avaliados acima de um determinado limite têm que ser mitigados e escalados ao Grupo. As ações de melhoria são documentadas e acompanhadas continuamente;
- Avalia a eficácia conceptual e operacional dos controlos operacionais, financeiros e de verificação do cumprimento através do processo de avaliação do controlo interno. Isto inclui a avaliação do risco residual, bem como da remediação das deficiências identificadas onde o risco residual exceda o limite de tolerância.

Complementarmente a esta “Framework”, o Grupo implementou processos e sistemas específicos para se centrar em temas de risco operacional relevantes, como a gestão da segurança da informação, a continuidade do negócio e a gestão de fornecedores, bem como o combate à fraude:

- Na área da segurança da informação, o Grupo e a Zurich Vida continuaram a focar-se no seu programa de melhoria global com ênfase especial na proteção das informações dos Clientes, melhorando a segurança com os seus fornecedores e adotando medidas de monitorização, destinadas a garantir que o acesso à informação é devidamente controlado. Isto permite que o Grupo aumente progressivamente a proteção da sua informação e, simultaneamente, o cumprimento com a regulamentação e políticas.
- Na área do plano de continuidade do negócio, o Grupo e a Zurich Vida continuam a desenvolver a sua capacidade de resposta a eventos que afetem a eficiência do seu negócio, com especial ênfase nas catástrofes naturais, interrupções operacionais significativas e pandemias. Para alcançar estes objetivos, o Grupo prosseguiu a implementação, a nível mais global, de uma abordagem consistente da continuidade do negócio e da gestão de crises;
- Em resposta à contínua importância dada ao risco de fraude (incluindo fraude nos sinistros), em 2017, o Grupo prosseguiu a sua iniciativa global antifraude para reforçar a sua capacidade de prevenir, detetar e dar resposta à fraude;
- A Zurich analisa regularmente o risco associado com os fornecedores estratégicos, de forma a verificar se os mesmos continuam a ser financeiramente viáveis e capazes de cumprir com o acordado. A Zurich avalia também de uma forma regular se não está exposta a risco de concentração e geográfico no que concerne a fornecedores.

5.4 Gestão dos Riscos Estratégicos e de Reputação

Os riscos para a reputação da Zurich Vida incluem o risco que um ato ou omissão por parte dos seus Colaboradores ou pessoas diretamente ligadas possa resultar em danos à reputação do Grupo ou da Zurich Vida ou na perda de confiança das suas partes interessadas. A Zurich Vida reconhece que qualquer risco pode ter potenciais consequências negativas para a sua reputação e, como tal, envida todos os esforços na gestão eficiente de cada tipo de risco, com o objetivo de reduzir o impacto dos mesmos na sua reputação.

Além do mais, o Grupo e a Zurich Vida procuram preservar a sua reputação mediante o cumprimento integral das leis e regulamentações aplicáveis e o respeito pelos valores e princípios fundamentais do código de conduta do Grupo, o Zurich Basics, no qual estão espelhadas as boas práticas de negócio e de integridade.

O risco estratégico corresponde ao risco inadvertido que pode resultar acessoriamente do planeamento ou implementação de uma estratégia. Uma estratégia é um plano de ação de longo prazo concebido para permitir à Zurich Vida alcançar os seus objetivos e aspirações. O risco estratégico pode ser gerado por:

- Avaliação inadequada de planos estratégicos;
- Implementação inadequada de planos estratégicos;
- Alterações inesperadas de pressupostos subjacentes a planos estratégicos.

A gestão de risco é um elemento fundamental no processo de tomada de decisões estratégicas. A Zurich Vida avalia as implicações das decisões estratégicas através de métricas de rentabilidade e impacto no capital, ambas com base em avaliações no risco, com o objetivo de otimizar o perfil entre retorno e risco e de aproveitar as oportunidades de crescimento sustentável que possam surgir.

A Zurich Vida usa os seus processos e ferramentas de avaliação do risco, incluindo o processo *Total Risk Profiling™*, para reduzir os riscos inadvertidos de decisões estratégicas de negócio.

A Zurich Vida avalia anualmente os riscos estratégicos que pode enfrentar, através de um processo *Total Risk Profiling™*, em que um conjunto de cenários de risco são qualitativamente avaliados. No fim do processo, obtém-se um mapa dos riscos, em que os cenários de risco são posicionados relativamente à probabilidade e severidade de ocorrência.

5.5 Gestão dos Riscos de Mercado, de Crédito e de Liquidez

Os objetivos da gestão dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez consistem em mitigar quaisquer efeitos nos ativos financeiros da Zurich e dos quais possam resultar prejuízos significativos.

O **risco de mercado** é o risco associado às posições do balanço da Zurich Vida, em que o valor ou os fluxos de caixa dependam de mercados financeiros. Os fatores de risco incluem:

- Cotações do mercado acionista;
- Preços do mercado imobiliário;
- Risco de taxa de juro;
- Alterações do spread de crédito;
- Taxas de câmbio.

A Zurich gere o risco de mercado dos ativos alocados aos passivos com base numa abordagem económica da totalidade do balanço. Isto é realizado para maximizar o excesso de rentabilidade dos ativos alocados aos passivos, ajustados em função do risco, tomando em consideração a tolerância ao risco do Grupo e da Zurich Vida e os constrangimentos regulamentares locais.

A Zurich Vida possui políticas e limites para gerir o risco de mercado e alinha a sua alocação estratégica de ativos com a sua capacidade de assunção do risco com base nas políticas transversais do Grupo. O Grupo Zurich centraliza a gestão de determinadas classes de ativos por forma a controlar a agregação do risco e possibilitar uma abordagem consistente na construção de carteiras e na seleção de gestores externos de ativos. A Zurich Vida definiu limites de concentração por emitente para determinadas classes de ativos, bem como a diferença máxima entre a sensibilidade do valor da carteira de ativos a variações de taxas de juro e a sensibilidade do valor dos passivos às mesmas variações. A Zurich Vida está sujeita aos limites definidos pelo Grupo para investimentos ilíquidos.

A Zurich Vida tem um Comité de Investimentos – “Asset Liability Matching Committee” (ALMIC) que analisa e monitoriza a alocação de ativos e monitoriza a exposição dos ativos e passivos. O efeito económico de potenciais flutuações extremas do mercado é analisado regularmente e tomado em consideração na definição da alocação de ativos.

A gestão pelo Comité de Investimentos, tal como a do dia-a-dia pela área de investimentos, cumpre com os princípios de gestor prudente, já que qualquer decisão requer a recolha de um conjunto de informações, de forma que as mesmas sejam tomadas para o melhor interesse dos Tomadores e Beneficiários. Este conjunto de informação contém dados a nível económico, através de relatórios semestrais da situação macroeconómica da área onde os ativos estão investidos, para compreensão de tendências e identificação de potenciais riscos e oportunidades, dados a nível do desempenho de investimento, através de relatórios mensais. Este relatórios incluem, entre outras métricas, o desempenho líquido do investimento contra o planeado, dados a nível da gestão de ativos e passivos, através de relatório com o mapeamento dos ativos e passivos para observação dos “gaps” e com outras métricas para gestão dos riscos de taxa de juro, ações e cambial e a nível do cumprimento com as normas internas, através de mapa com a indicação do grau de cumprimento com as diretrizes de investimento e com a “Zurich Risk Policy” pela gestão diária.

O **risco de crédito** é o risco associado a uma perda ou a uma perda potencial de contrapartes incapazes de cumprir as suas responsabilidades financeiras. A exposição do Grupo e da Zurich Vida ao risco de crédito deriva das seguintes principais categorias de ativos:

- Caixa e equivalentes de caixa
- Títulos de dívida
- Ativos de resseguro
- Empréstimos hipotecários
- Outros empréstimos
- Contas a receber
- Instrumentos derivados

O objetivo do Grupo e da Zurich Vida na gestão das posições em risco no que concerne ao risco de crédito é mantê-las dentro de parâmetros que reflitam os seus objetivos estratégicos e a sua tolerância ao risco. As fontes de risco de crédito são avaliadas e monitorizadas, existindo políticas para gerir os riscos específicos nas várias subcategorias do risco de crédito. Para avaliar o risco de crédito de contraparte, a Zurich Vida utiliza notações de risco de crédito de agências de notação de risco de crédito, entidades

qualificadas, tais como gestores de ativos e avaliações de crédito internas. Se existir uma discrepância entre as notações de risco de crédito de agências de notação de risco de crédito, é aplicado a pior notação de risco de crédito, excetuando se outros indicadores justifiquem a utilização de notações de risco de crédito internas alternativas.

A Zurich Vida testa e analisa regularmente os cenários de risco de crédito e prepara possíveis medidas de contingência que possam ser implementadas, se a envolvente piorar.

O ALMIC decide e implementa as diretrizes de investimento para cada carteira de ativos sob gestão. As diretrizes incluem os limites e procedimentos para o risco de crédito, com base nos recursos do gestor de investimentos e no apetite pelo risco da Zurich Vida.

O **risco de liquidez** é o risco da Zurich Vida não ter suficientes recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações quando as mesmas vencem ou de incorrer em custos excessivos para o fazer. A política da Zurich é manter um nível de liquidez adequado e fontes de contingência de liquidez para satisfazer as suas necessidades de liquidez em circunstâncias normais e em momentos de stress, respetivamente. Para o conseguir, a Zurich Vida continuamente avalia, monitoriza e gere as necessidades de liquidez.

A Zurich Vida dispõe de políticas e limites para gerir o risco de liquidez, através de um alinhamento da sua estratégia de alocação dos ativos com a sua tolerância ao risco e às restrições legais locais. A equipa de investimentos da Zurich Vida gere e avalia periodicamente a sua exposição ao risco de liquidez e reporta os resultados trimestralmente no Comité de Investimentos.

Faz parte dos princípios de gestão dos riscos da Zurich Vida, que as suas carteiras de investimentos financeiros sejam compostas por ativos suficientemente líquidos, de forma a mitigar eventuais riscos de inesperadas necessidades de tesouraria para fazer face aos compromissos financeiros assumidos.

5.6 Risco Legal e Compliance

O risco legal e o risco de compliance caracterizam-se pela possibilidade de incorrer em perdas por inadequação ou falhas nos processos internos, sistemas e eventos externos de obrigações que determinem a violação de normas legais ou regulamentares.

Por forma a eliminar ou mitigar os riscos acima identificados, a Zurich Vida dispõe de diversos controlos e normas instituídas, nomeadamente ao nível de Circulares Internas (Circulares Instruções) e matérias reservadas à análise e aprovação da Unidade Jurídica.

São objeto de particular análise por parte da Unidade Jurídica e de compliance as operações que se traduzam na incorporação, dissolução, fusão, simplificação da estrutura acionista, alterações exigidas por lei ou regulamento ou estipuladas pelo contrato de sociedade; todos os contratos que obriguem a empresa; matérias que, direta ou indiretamente, se relacionam com marcas e outros direitos de propriedade industrial; lançamento de novos produtos (o que inclui a aprovação de clausulados e respetiva campanha publicitária); questões relacionadas com a existência de licença válida para o exercício da atividade; acompanhamento do relacionamento com autoridades com poderes de supervisão e/ou atribuições na área da investigação financeira (Unidade de Informação Financeira e/ou Departamento Central de Investigação e Ação Penal), bem como as análises sobre soluções em revisão, respetivas condições especiais e particulares.

Ao nível da comunicação, estão sujeitos à aprovação da Unidade Jurídica os conteúdos que possam criar de forma explícita ou implícita direitos e obrigações para com a Zurich Vida.

Merecem particular atenção por parte da estrutura jurídica da Zurich Vida as matérias relacionadas, nomeadamente, com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, a prevenção de práticas de suborno e corrupção, o respeito pelas sanções comerciais e económicas, a Lei da Concorrência, o abuso de informação privilegiada, o Regime de Comunicação de Informações Financeiras (FATCA), a proteção de dados pessoais e cumprimento de regras de supervisão comportamental, na medida em que qualquer desvio aos princípios nela consagrados podem representar um elevado risco de reputação com visibilidade e impacto ao nível do Grupo Zurich.

São ainda objeto de acompanhamento todos os processos judiciais independentemente da qualidade em que a Zurich Vida neles intervém. Trata-se de medida que se destina a evitar a exposição da Zurich Vida a um risco jurídico com consequências negativas ao nível dos custos e, obviamente, com impacto no desempenho dos resultados financeiros.

Ainda a nível legal e regulamentar, durante o ano de 2017 a Zurich Vida dedicou especial atenção à implementação de dois diplomas regulamentares que entrarão em vigor em 2018, nomeadamente a nova diretiva da distribuição e o novo regulamento geral sobre a proteção de dados.

6. Estrutura e Prática do Governo da Sociedade

6.1 Estrutura de Capital

O capital social da Zurich Vida encontra-se representado por 4.132.052 ações, de valor nominal de EUR 5,00, não admitidas à negociação.

As ações são todas nominativas e representadas por títulos de um, dez, cinquenta, cem, mil, dez mil ou mais ações, a todo o tempo substituíveis por agrupamentos ou divisão.

O capital social da Zurich Vida é detido por cinco Acionistas:

- Zurich Life Insurance Company, Ltd: 4.132.048 ações
- Zurich Insurance Company, Ltd: 1 ação
- Zurich Investments Life, Spa: 1 ação
- Zurich Vida España Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.: 1 ação
- Zurich Finance Company, Ltd: 1 ação

A sociedade não tem quaisquer sucursais ou filiais e durante o exercício não se procedeu à aquisição de quaisquer ações próprias da sociedade.

A atuação da Zurich Vida é pautada pelo rigoroso cumprimento do Código de Conduta do Grupo Zurich (“Zurich Basics”) que regula as seguintes matérias: (i) conduta de negócio compatível e justa, (ii) emprego igual, (iii) local de trabalho sem assédio, (iv) saúde, segurança e ambiente, (v) proteção, segurança e confidencialidade dos dados, (vi) gestão de riscos (vii) conflitos de interesses, (viii) prevenção do suborno e da corrupção, (ix) concorrência (x) transação de valores mobiliários e abuso de informação privilegiada, (xi) comunicação com terceiros (xii) proteção de bens da empresa, prevenção da fraude e da criminalidade; e (xiii) combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e sanções económicas e comerciais.

Os princípios constantes do Código de Conduta do Grupo Zurich são densificados, sempre que necessário, por políticas determinadas pelo Grupo Zurich e pelas normas internas que em cada momento se encontram em vigor.

6.2 Modelo de Governação

O modelo de governo da sociedade que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral
- O Conselho de Administração
- O Conselho Fiscal
- A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Os membros dos órgãos sociais da Zurich Vida são eleitos por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos, de acordo com o estabelecido na lei.

Na reunião de Assembleia Geral da Zurich Vida realizada a 30 de março de 2017, procedeu-se à nomeação dos órgãos sociais para o mandato de 2017/2020. No entanto, nos termos do artigo 43.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, os membros dos órgãos sociais apenas podem iniciar funções, depois de previamente registados junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Assim, a Zurich Vida procedeu ao registo prévio dos seguintes membros dos órgãos sociais, tendo a sua entrada em funções ficado suspensa até a obtenção da respetiva aprovação por parte do regulador:

- Membros do Conselho de Administração
- Membros do Conselho Fiscal; e
- Revisor Oficial de Contas

O registo dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas foi aceite pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em setembro de 2017, tendo os mesmos entrado em efetividade de funções no decurso do mês de setembro de 2017. Relativamente aos membros do Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2017, a Zurich Vida aguardava a aceitação do registo dos mesmos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo que, durante o ano de

2017 mantiveram-se em funções os membros do Conselho de Administração nomeados para o mandato de 2013/2016. De referir que em 26 de janeiro de 2018, e após aprovação da ASF, entrou em funções o Conselho de Administração, designado para o mandato de 2017-2020, tendo o mesmo aprovado estas contas em 23 de fevereiro de 2018 e que é composto por:

- Bruno Walter Lehmann – Presidente
- António Alberto Martins Bico – Administrador Delegado
- Ana Paula Fernandes Paulo – Administradora Delegada (nomeada a 14 de fevereiro de 2018, entrando em funções nessa data)
- Gerhard Matschnig - Administrador

Assim, com referência a 31 de dezembro de 2017, os órgãos sociais da Zurich tinham a seguinte composição:

Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral tem a seguinte composição:

- Presidente: José Gonçalo Ferreira Maury

O Dr. Nuno Moraes Bastos, eleito como secretário da Mesa da Assembleia Geral para o mandato 2017/2020 renunciou ao referido mandato em outubro de 2017, pelo que a 31 de dezembro 2017 a sociedade não dispunha de secretário da Mesa da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a seguinte composição:

- Presidente: José Manuel Coelho
- Administrador Delegado: António Alberto Martins Bico
- Administrador: Peter Viktor Eckert
- Administrador: Silvia Maria Gerks

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Sociedade.

Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

- Presidente: Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra
- Vogal: António José Marques Centúrio Monzelo
- Vogal: José Manuel D'Ascensão Costa
- Suplente: José Parada Ramos

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Mazars & Associados, SROC, S.A., representada por Fernando Jorge Marques Vieira.

Comités

Comité de Produtos

O Comité de Produtos tem a seguinte composição:

- Diretor do Negócio Vida
- Responsável pela Função Atuarial
- Diretor de Gestão de Riscos
- Diretor Jurídico
- Responsável pela Função de Compliance
- Diretor da Unidade de Vendas e Distribuição de Seguros
- Diretor Financeiro
- Responsável pela Função de Investimentos
- Diretor de Marketing e Comunicação

- Responsável de Subscrição
- Responsável das Matérias Fiscais
- Responsável de Sinistros

O Comité de Produtos reúne com uma periodicidade mínima de duas vezes por ano, tendo como objetivos: (i) analisar o lançamento de novos produtos no mercado, (ii) analisar a viabilidade da manutenção dos já existentes e (iii) analisar a adequação dos mesmos às necessidades dos Clientes a que se destinam, bem como às características do canal de distribuição escolhido.

Rege-se pela política de desenvolvimento de produto e pelas regras de funcionamento deste Comité, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração, em dezembro de 2015.

Comité de Investimentos

O Comité de Investimentos tem a seguinte composição:

- Administrador Delegado
- Responsável pela área de Investimentos
- Responsável pela Função Atuarial
- Diretor responsável pela atividade de Atuariado
- Diretor de Gestão de Riscos
- Diretor Financeiro

O Comité de Investimentos rege-se pelas regras de funcionamento aprovadas em dezembro de 2015 pelo Conselho de Administração e reúne com uma periodicidade mínima de quatro vezes por ano tendo como objetivo definir, decidir e acompanhar os investimentos.

Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno

O Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno tem a seguinte composição:

- Membros do *Management Team*
- Responsáveis pelas Funções-Chave

Poderão ainda ser dirigidos convites a terceiros para participarem, pontualmente, no Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno, incluindo, mas sem se limitar, os Auditores Externos ou Conselho Fiscal.

O Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno rege-se pelas regras de funcionamento aprovadas em dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração e reúne com uma periodicidade mínima de quatro vezes por ano, tendo como objetivo dar suporte ao Administrador Delegado e à *Management Team* no processo de tomada de decisão e sobre as matérias de gestão de risco e controlo interno, que o Administrador Delegado tem de partilhar com o Conselho de Administração pela sua natureza e relevância.

Não decorreram negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos e para os efeitos dos art.º 66º e art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A estrutura de governação acima melhor descrita e regularmente revista tem por objetivo assegurar o cumprimento dos normativos legais e regulamentares, bem como das melhores práticas da indústria seguradora e, em particular, o conjunto de orientações sobre o sistema de governação, emitidas pela EIOPA (European Insurance and Occupational Pensions Authority), em 2013.

7. Política de Remuneração

A Lei n.º 28/2009 de 19 de junho veio impor o dever de divulgação anual da política de remuneração adotada e do montante da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma agregada e individual.

Por outro lado, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões emitiu a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões) e, na mesma data, a Circular n.º 6/2010 (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões).

A Zurich Vida sempre adotou uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficazes, idónea a evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos Clientes.

7.1 Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente Política foi aprovada pela Assembleia-Geral da Zurich Vida em 30 de março de 2016.

Anualmente, a Política de Remuneração é revista pela Unidade de Recursos Humanos sendo, posteriormente, submetida à aprovação da Assembleia Geral da Zurich Vida.

A Política de Remuneração procura recompensar os órgãos sociais pelo desempenho da Zurich Vida a longo prazo e pela satisfação dos interesses societários e acionistas dentro do enquadramento temporal relevante.

Assim, é definida a política de remuneração dos seguintes órgãos:

- a) Conselho de Administração; e
- b) Conselho Fiscal

a) Conselho de Administração

A política de remuneração do Conselho de Administração tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da Zurich Vida, quer pelo equilíbrio entre as componentes variável e fixa da sua remuneração, no caso do Administrador Delegado, quer pela relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados consolidados do Grupo Zurich.

Os estatutos da Zurich Vida preveem que o Conselho de Administração tenha entre 3 (três) a 9 (nove) membros, podendo ainda dispor de 1 (um) suplente. Para o mandato relativo ao quadriénio 2017/2020, encontram-se designados 4 Administradores dos quais, dois exercem funções executivas, com competências delegadas pelo Conselho de Administração.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração é fixa, podendo a mesma ser revista anualmente. A remuneração não inclui qualquer componente que dependa do desempenho ou do valor da instituição.

Por sua vez, a remuneração do Administrador Delegado, é composta por uma componente fixa e por outra variável. A parcela variável da remuneração, por normativo do Grupo Zurich, encontra-se fixada nos 75% do valor absoluto da remuneração fixa anual. A elegibilidade para Remuneração Variável implica um Rigoroso Processo de Avaliação de Desempenho de acordo com padrões definidos pelo Grupo Zurich, nos termos do qual relevam os objetivos anualmente fixados, determinando um valor bruto final em função da percentagem supracitada.

O conceito de Remuneração Variável é fragmentável em duas parcelas, a primeira paga durante o mês de março – associada ao Modelo de Incentivos de Curto Prazo – e a segunda com alienação condicionada nos primeiros três anos – integrada no Plano de Incentivos de Longo Prazo.

O método de cálculo do Modelo de Incentivos a curto Prazo do Grupo Zurich encontra-se influenciado pelos seguintes indicadores de desempenho:

- Desempenho do Grupo, que determina se se efetua o pagamento do Incentivo de Curto Prazo a nível mundial;
- Execução da Região que define o intervalo médio de resultados alcançados nas diversas Unidades;
- Resultado da Companhia ao nível local, determinando a percentagem efetiva a pagar aos diferentes níveis de desempenho individual;
- Desempenho Individual face aos objetivos definidos e acordados no início do ano, escalados em 5 (cinco) níveis, com percentagens correspondentes, definidas entre 0% e 185% do valor potencial;
- Após a decisão da classificação individual, é feita uma calibração da mesma, face aos níveis de desempenho designados pelo Grupo, para que a avaliação de desempenho siga uma distribuição aproximada à normal.

De forma a garantir a sustentabilidade a longo prazo do processo de avaliação de desempenho, todos os indicadores supramencionados obedecem à estratégia do Grupo Zurich:

- Aumentar as receitas e a rentabilidade
- Focalizar e Concretizar
- Aprender e Melhorar

O processo de Avaliação de Desempenho é confiado à Unidade de Recursos Humanos do Grupo Zurich, sendo a responsabilidade da avaliação confiada ao Superior Hierárquico. Neste sentido, importa referir que existe uma relação entre o processo de avaliação de desempenho, o cálculo do prémio anual de desempenho e o valor acrescentado proporcionado aos Acionistas.

Naturalmente, o processo encontra-se congruente com as regras de controlo interno e as referentes às relações com os Tomadores de Seguros, Segurados, Participantes, Beneficiários e Aderentes, bem como a da sustentabilidade e ao cumprimento das regras aplicáveis à atividade desenvolvida.

O Administrador Delegado é elegível para o Plano de Incentivos de Longo Prazo do Grupo Zurich. Este plano permite alinhar a Política de Incentivos com os interesses do Grupo Zurich e respetivos Acionistas.

A Participação no Plano de Incentivos de Longo Prazo do Grupo Zurich é revista anualmente, não sendo facultada nenhuma garantia de continuidade de participação.

Aos participantes no Plano de Ações são atribuídas ações, diretamente dependentes dos resultados dos indicadores a três anos de “Total Shareholder Return”, “Return on Equity” e “Cash remittance”, tendo as seguintes características:

- Atribuição de ações preferenciais;
- Recebidas após três anos no exercício das funções, sendo que só metade das mesmas poderão ser alienadas decorridos três anos desde a sua receção; e
- Garantia de rentabilidade e direito aos dividendos gerados durante os três anos.

Neste sentido, os Resultados do Segmento de Negócio, assim como a Classificação Final de Desempenho, determinam a Remuneração Variável auferida pelo Administrador Delegado.

b) Conselho Fiscal

À semelhança da política de remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, também a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixa, podendo a mesma ser revista anualmente. A remuneração não inclui qualquer componente que dependa do desempenho ou do valor da instituição.

Para os efeitos previstos no Artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 5/2010 – R de 1 de abril (Declaração de Cumprimento), indicam-se como Recomendações adotadas as I.4, I.5, I.6, II.1, II.3, II.4, II.5, IV.1, IV.2, IV.3, IV.4, IV.6, IV.10, V.2, VI.1, VI.2 e VI.3, da Circular n.º 6/2010 emitida numa perspetiva de “comply or explain”.

Por outro lado, não foram adotadas as seguintes Recomendações:

- III.1, III.2, III.3, III.4 e III.5 - Não aplicáveis por ausência de Comissão de Remuneração;
- IV.5 e IV.9 - Não aplicáveis por não existir uma definição destes pontos no Plano de Incentivos de Longo Prazo, do Grupo Zurich;
- IV.7 - Não aplicável por existir a possibilidade de alienação de ações findos três anos da sua atribuição;
- IV.8 - Não aplicável por inexistência de planos de opções;
- IV.11 - Não aplicável por não constar da Política de Remuneração definida pelo Grupo Zurich;
- VII 1, 2, 3 e 4 – Não aplicável dado que a empresa mãe do Grupo não se encontra sujeita a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

7.2 Política de Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave

A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S. A. (adiante Zurich Vida), em 25 de fevereiro de 2016.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, emitiu a Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões) e, na mesma data, a Circular n.º 6/2010, (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões).

A Zurich Vida sempre adotou uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficazes, idónea a evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos Clientes.

Anualmente, a política de Remuneração é revista pela Unidade de Recursos Humanos sendo, posteriormente, submetida à aprovação do Conselho de Administração.

A política de Remuneração procura recompensar os Colaboradores que exercem Funções-Chave pelo desempenho da Zurich

Vida a longo prazo e pela satisfação dos interesses societários e dos Acionistas dentro do enquadramento temporal relevante.

Assim, é definida a política de remuneração de Colaboradores que exercem Funções-Chave.

Colaboradores que exercem Funções-Chave

A remuneração dos Diretores e Colaboradores que exercem Funções-Chave é composta por uma componente fixa e por outra variável. A parcela variável da remuneração, por regulamento do Grupo Zurich, encontra-se balizada entre 5% e 35% do valor absoluto da remuneração fixa anual.

A elegibilidade para Remuneração Variável implica um Rigoroso Processo de Avaliação de Desempenho de acordo com padrões definidos pelo Grupo Zurich, nos termos do qual relevam os objetivos anualmente fixados, determinando um valor bruto final em função da percentagem supracitada.

A Remuneração Variável é paga durante o mês de março – associada ao Modelo de Incentivos de Curto Prazo, sendo aplicado quer a Diretores, quer a Colaboradores que exercem Funções-Chave.

O método de cálculo do Modelo de Incentivos a curto Prazo do Grupo Zurich encontra-se influenciado pelos seguintes indicadores de desempenho:

- Desempenho do Grupo, que determina o pagamento do Incentivo de Curto Prazo a nível mundial;
- Execução da Região, que define o intervalo médio de resultados alcançados nas diversas Unidades;
- Resultado da Companhia a nível local, determinando a percentagem efetiva a pagar aos diferentes níveis de desempenho individual;
- Desempenho Individual face aos objetivos definidos e acordados no início do ano, escalados em cinco níveis, com percentagens correspondentes, definidas entre 0% e 185% do valor potencial.
- Após a decisão da classificação individual, é feita uma calibração da mesma, face aos níveis de desempenho designados pelo Grupo, para que a avaliação de desempenho siga uma distribuição aproximada à distribuição normal.

Por forma a garantir a sustentabilidade a longo prazo do processo de avaliação de desempenho, todos os indicadores supramencionados obedecem à estratégia do Grupo Zurich:

- Aumentar as receitas e a rentabilidade
- Focalizar e Concretizar
- Aprender e Melhorar

O processo de Avaliação de Desempenho é confiado à Unidade de Recursos Humanos do Grupo Zurich, sendo a responsabilidade da avaliação confiada ao Superior Hierárquico. Neste sentido, importa referir que existe uma relação entre o processo de avaliação de desempenho, o cálculo do prémio anual de desempenho e o valor acrescentado proporcionado aos Acionistas.

Naturalmente, o processo encontra-se congruente com as regras de controlo interno e as referentes às relações com os Tomadores de Seguros, Segurados, Participantes, Beneficiários e Aderentes, bem como a da sustentabilidade e ao cumprimento das regras aplicáveis à atividade desenvolvida.

Para os efeitos previstos no Artigo 4.º da referida Norma Regulamentar (Declaração de Cumprimento), indicam-se como Recomendações adotadas as I.4, I.5, I.6, II.2, II.3, II.4, II.5, V.1, V.3, V.4, V.5, V.8, V.9, VI.1, VI.2 e VI.3, da Circular n.º 6/2010 emitida numa perspetiva de “comply or explain”.

Por outro lado, não foram adotadas as seguintes Recomendações:

- III.1, III.2, III.3, III.4 e III.5 - Não aplicáveis por ausência de Comissão de Remuneração;
- V.2, V.6 e V.7 – Não aplicáveis por não constar da Política de Remuneração definida pelo Grupo Zurich;
- VII 1, 2, 3 e 4 – Não aplicável dado que a empresa mãe do Grupo não se encontra sujeita a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

7.3 Política de Remuneração de Colaboradores

A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S. A. (adiante Zurich Vida), em 18 de novembro de 2015, aplicando-se a todos os Colaboradores desta empresa, com exceção dos pertencentes aos Órgãos de Administração e Fiscalização e às Funções-Chave, cobertos por Políticas próprias.

A Zurich Vida sempre adotou uma Política de Remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficazes, idónea a

evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos Clientes. Anualmente, a Política de Remuneração é revista pela Unidade de Recursos Humanos sendo, posteriormente, submetida à aprovação do Conselho de Administração.

A Política de Remuneração procura recompensar todos os Colaboradores pelo desempenho da Zurich Vida a longo prazo e pela satisfação dos interesses societários e dos Acionistas dentro do enquadramento temporal relevante.

Assim, é definida a presente Política de Remuneração de Colaboradores.

Colaboradores

A remuneração dos Diretores e Colaboradores é composta por uma componente fixa e por outra variável. A parcela variável da remuneração, por regulamento do Grupo Zurich, estabelece um limite máximo de 100% da remuneração fixa anual para o Incentivo de Curto Prazo. Contudo, na Zurich Vida, alinhando a práticas de mercado, os valores potenciais desta retribuição têm atualmente uma distribuição aproximada entre 5% e 30% do valor absoluto da remuneração fixa anual. A elegibilidade para Remuneração Variável implica um Rigoroso Processo de Avaliação de Desempenho, de acordo com padrões definidos pelo Grupo Zurich, nos termos do qual relevam os objetivos anualmente fixados, determinando um valor bruto final em função da percentagem supracitada.

A Remuneração Variável é paga durante o mês de março – associada ao Plano de Incentivos de Curto Prazo.

O método de cálculo do Plano de Incentivos a curto Prazo do Grupo Zurich encontra-se influenciado pelos seguintes indicadores de desempenho:

- Desempenho do Grupo, que determina o pagamento do Incentivo de Curto Prazo a nível mundial;
- Execução da Região, que define o intervalo médio de resultados alcançados nas diversas Companhias da Região;
- Resultado da Companhia a nível local, determinando a percentagem efetiva a pagar aos diferentes níveis de desempenho individual;
- Desempenho Individual face aos objetivos definidos e acordados no início do ano, escalados em cinco níveis, com percentagens correspondentes, definidas entre 0% e 185% do valor potencial.
- Após a decisão da classificação individual, é feita uma calibração da mesma, face aos níveis de desempenho designados pelo Grupo, para que a avaliação de desempenho siga uma distribuição aproximada à distribuição normal.

Por forma a garantir a sustentabilidade a longo prazo do processo de avaliação de desempenho, todos os indicadores supramencionados obedecem à estratégia do Grupo Zurich:

- Aumentar as receitas e a rentabilidade
- Focalizar e Concretizar
- Aprender e Melhorar

O processo de Avaliação de Desempenho é confiado à Unidade de Recursos Humanos sendo a responsabilidade da avaliação confiada ao Superior Hierárquico de cada Colaborador. Neste sentido, importa referir que existe uma relação entre o processo de avaliação de desempenho, o cálculo do prémio anual de desempenho e o valor acrescentado proporcionado aos Acionistas.

Naturalmente, o processo encontra-se congruente com as regras de controlo interno e as referentes às relações com os Tomadores de Seguros, Segurados, Participantes, Beneficiários e Aderentes, bem como a da sustentabilidade e ao cumprimento das regras aplicáveis à atividade desenvolvida.

8. Perspetivas para 2018

A estratégia da Zurich Vida para 2017-2019 está desenhada para oferecer um crescimento sustentável e rentável num ambiente de negócios em mudança e cada vez mais competitivo. Continuaremos a focalizar todas as nossas iniciativas nos Clientes e a manter as suas necessidades no centro do nosso negócio.

Não podemos deixar também de dedicar a nossa atenção aos novos desafios regulamentares em curso, nomeadamente o modelo de Solvência II e as novas Diretivas Europeias em desenvolvimento, como por exemplo a Diretiva da Distribuição e o Regulamento de Proteção de Dados. Também o reforço da informação aos consumidores e a análise das respetivas necessidades serão fatores estratégicos fundamentais para continuarmos a responder eficazmente aos nossos Clientes.

A execução da estratégia caracteriza-se por:

- Tornar as nossas capacidades técnicas em vantagem competitiva;
- Desenvolver relacionamentos que criem confiança nos nossos Colaboradores e na nossa marca;
- Oferecer propostas e capacidades que refletem o que os nossos Clientes valorizam.

A execução focaliza-se nos nossos Clientes para entender verdadeiramente as suas necessidades, investindo nos nossos Colaboradores, marca e competências das nossas pessoas e agindo com responsabilidade em tudo o que fazemos, cujos vetores principais a seguir se destacam:

- Crescimento e Rentabilidade sustentados;
- Focalizar e incrementar o negócio em Alvos de Mercado selecionados;
- Desenvolvimento de soluções que respondam às reais necessidades dos Clientes;
- Desenvolvimento tecnológico;
- Reforço da relação com os vários canais de distribuição, Agentes, Corretores e Bancos;
- Reforço das competências dos nossos canais de distribuição;
- Consolidação da posição da Companhia no Mercado.

9. Proposta de aplicação dos resultados

valores em euros

O Resultado Líquido do Exercício foi de	10.172.961,26
---	---------------

Nos termos da alínea b) do Art.º 376 do Código das Sociedades Comerciais e ainda dos Estatutos da Zurich Companhia de Seguros Vida, S.A., propomos a seguinte distribuição:

valores em euros

Para afetação à Reserva Legal	1.017.296,13
Para distribuição aos Acionistas	9.155.665,13

Esta proposta de distribuição de dividendos justifica-se pelo conforto na margem de solvência existente como se pode constatar no ponto 3.2. deste relatório.

10. Considerações Finais

Num ano marcado por um ambiente económico ainda difícil, mas que apresentou sinais muito positivos de retoma e por um ambiente concorrencial muito significativo na área seguradora, a Zurich Vida apresenta um bom resultado e um balanço robusto com uma margem de solvência muito acima do legalmente exigido.

Os objetivos estratégicos que tinham sido planeados para o exercício foram atingidos, com a contribuição de todos aqueles que nos acompanharam ao longo de mais um ano fértil em desafios difíceis, mas ao mesmo tempo estimulantes.

Para os novos desafios que o mercado nos coloca, continuaremos a contar com o empenhamento das nossas Unidades de Suporte, das nossas Áreas Comerciais espalhadas por todo o país, bem como dos nossos Parceiros de Negócio, em especial, os nossos Agentes Principais e Corretores, no sentido da implementação da nossa Direção Estratégica, visando sobretudo à satisfação das expectativas dos nossos Grupos de Interesse Prioritários, ou seja, os nossos Clientes, Colaboradores, Acionistas e Mediadores que nos tem apoiado dedicadamente ao longo da vida da Companhia.

Não pode o Conselho de Administração deixar de realçar, em especial, a total dedicação, esforço e entusiasmo de todos os Colaboradores da Companhia, cujo contributo, através do seu trabalho diário, foi decisivo para alcançar os resultados do exercício.

Queremos também agradecer aos nossos estimados Agentes, Corretores e seus Colaboradores bem como aos restantes Parceiros de Negócio, a valiosa e indispensável colaboração que nos concederam ao longo deste exercício.

À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, à Associação Portuguesa de Seguradores, Congéneres e demais entidades ligadas ao Setor Segurador, expressamos os nossos agradecimentos pela colaboração, apoio e atenção que nos foram dispensados.

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, apresentamos os nossos agradecimentos pelo acompanhamento e apoio prestado à Administração durante o exercício.

Para concluir, uma especial referência a todos os nossos Clientes, agradecendo a preferência com que nos distinguem e a confiança que em nós depositam.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração

Bruno Walter Lehmann – Presidente
António Alberto Martins Bico – Administrador Delegado
Ana Paula Fernandes Paulo – Administradora Delegada
Gerhard Matschnig - Administrador

UM SÉCULO DE HISTÓRIA A PROTEGER OS NOSSOS CLIENTES!

Este ano completamos
100 anos de presença
em Portugal.

Orgulhamo-nos de ser
uma das mais antigas
Companhias de Seguros
do mercado português.

CONSULTE O SEU
MEDIADOR ZURICH
OU VISITE-NOS EM
WWW.ZURICH.COM.PT



100 ANOS
EM PORTUGAL

**SEGUROS ZURICH.
PARA QUEM VERDADEIRAMENTE AMA O SEU MUNDO.**



ZURICH®

Para o seu filho colher amanhã



Investimento
Zurich

Um ninho sólido
que gera riqueza



Tudo está bem quando se investe bem.



GRUPO **ZURICH**

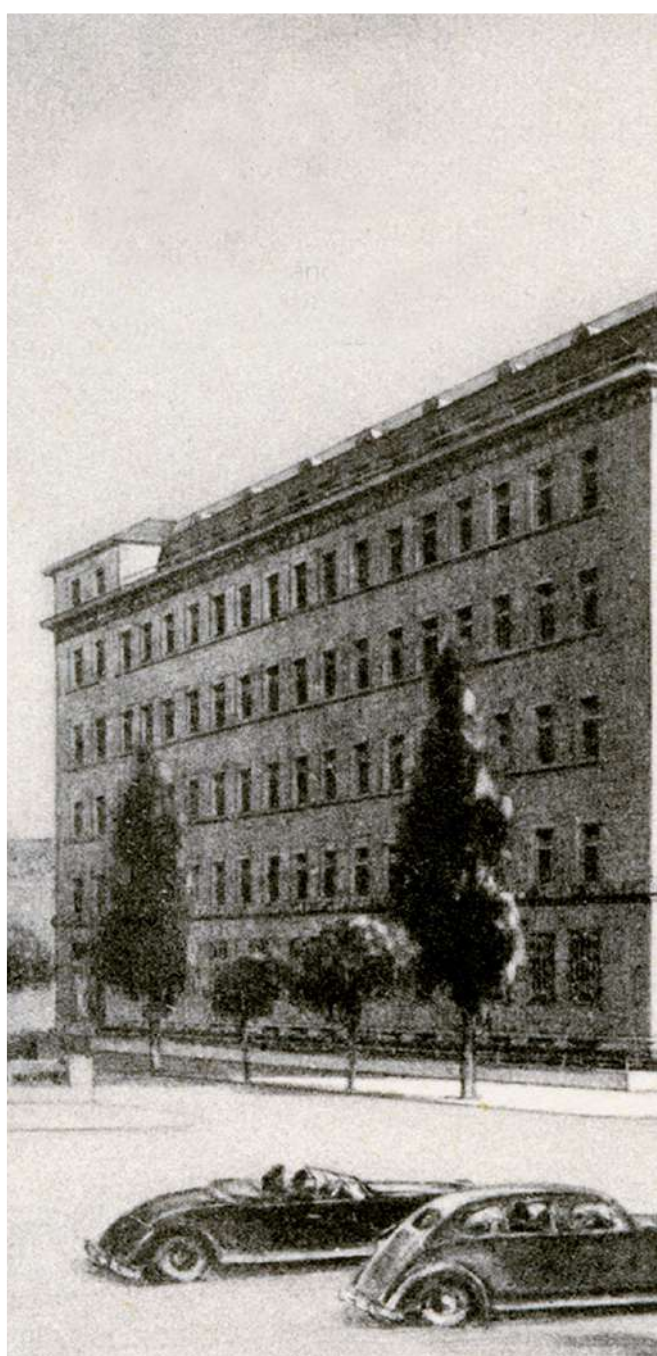
Qualidade Superior

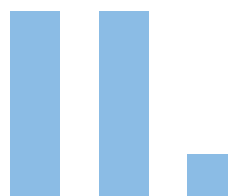


A Nossa Visão



Qualidade Superior





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Breve história da Zurich Vida

Com a abertura da atividade seguradora ao setor privado em Portugal, regulamentada pelo Decreto-lei n.º 188/84, criou-se uma porta de entrada para a instalação de agências gerais de empresas estrangeiras, permitindo, de igual modo, a exploração do Ramo Vida, anteriormente vedado a algumas Companhias.

Esta oportunidade foi aproveitada pelo Grupo Zurich que decidiu implantar a Vita no mercado português, dando início aos trâmites de preparação e planificação para o efeito em maio de 1987. O aval do Governo português deu-se em 1989.

Mais tarde, em 1993, procedeu-se à substituição do nome Vita por Zurich Life.

II. Demonstrações Financeiras

Conta de Ganhos e Perdas

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas (1)	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
5. e 29.	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	140 378 548	0		140 378 548	159 042 279
	Prêmios brutos emitidos	143 198 499	0		143 198 499	162 008 766
	Prêmios de resseguro cedido	(2 844 271)	0		(2 844 271)	(2 975 326)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	23 183	0		23 183	15 181
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1 138	0		1 138	(6 341)
6.	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1 443 885	0		1 443 885	787 198
7. e 29.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(68 223 289)	0		(68 223 289)	(61 154 975)
	Montantes pagos	(67 006 686)	0		(67 006 686)	(62 233 150)
	Montantes brutos	(68 479 263)	0		(68 479 263)	(63 670 544)
	Parte dos resseguradores	1 472 578	0		1 472 578	1 437 394
	Provisão para sinistros (variação)	(1 216 603)	0		(1 216 603)	1 078 175
	Montante bruto	(1 036 321)	0		(1 036 321)	1 462 673
	Parte dos resseguradores	(180 282)	0		(180 282)	(384 498)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0	0		0	0
8. e 29.	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro	(68 634 158)	0		(68 634 158)	(92 452 657)
	Montante bruto	(68 607 163)			(68 607 163)	(92 407 157)
	Parte dos resseguradores	(26 995)			(26 995)	(45 500)
9. e 29.	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(6 907 871)	0		(6 907 871)	(6 011 925)
10., 13., 14., 26. e 27.	Custos e gastos de exploração líquidos	(9 032 934)	0		(9 032 934)	(8 753 964)
	Custos de aquisição	(5 168 170)	0		(5 168 170)	(4 526 579)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(2 232)	0		(2 232)	(3 237)
	Gastos administrativos	(4 188 330)	0		(4 188 330)	(4 748 641)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	325 797	0		325 797	524 494
11. e 25.	Rendimentos	22 796 681	0	2 353 373	25 150 054	22 552 572
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	19 905 129	0	1 580 234	21 485 363	19 844 536
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	2 891 552	0	773 138	3 664 691	2 708 036
12., 13. e 25.	Gastos financeiros	(1 212 144)	0	(32 828)	(1 244 972)	(929 491)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	(1 212 144)	0	(32 828)	(1 244 972)	(929 491)

Nota: As perdas do exercício são apresentadas com sinal negativo (), enquanto que os ganhos são apresentados com valor positivo.

valores em euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas (2)	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1 076 168	0	184 765	1 260 933	1 193 677
	De ativos disponíveis para venda	1 076 168	0	184 765	1 260 933	1 193 677
	De empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De outros	0	0	0	0	0
16.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(175 275)	0	0	(175 275)	(986 792)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(175 275)	0	0	(175 275)	(986 792)
17.	Diferenças de câmbio	(278 021)	0	0	(278 021)	222 198
26.	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	69 412	0	346 551	415 963	543 573
18.	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(557 569)	0	(16 188)	(573 756)	(198 758)
	De ativos disponíveis para venda	(557 569)	0	(16 188)	(573 756)	(198 758)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De outros	0	0	0	0	0
19.	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	134 533	0	0	134 533	109 263
	Outras provisões (variação)	0	0	0	0	0
20. e 37.	Outros rendimentos/gastos	0	0	366 118	366 118	(76 829)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	0
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	10 877 965	0	3 201 791	14 079 756	13 885 371
31.	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(2 399 627)	0	(706 300)	(3 105 927)	(3 830 077)
31.	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(618 748)	0	(182 121)	(800 868)	57 908
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7 859 590	0	2 313 371	10 172 961	10 113 202

Nota: As perdas do exercício são apresentadas com sinal negativo (), enquanto que os ganhos são apresentados com valor positivo.

Demonstração do Rendimento Integral

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
38. e 41.	Resultado líquido do exercício	7 859 590	0	2 313 371	10 172 961	10 113 202
	Outro rendimento integral do exercício	7 922 386	0	2 460 357	10 382 742	(4 995 573)
	Itens que não reclassificam por resultados	59 787	0	0	59 787	2 618
14. e 31.	Remensurações de planos de benefícios definidos	11 273	0	0	11 273	3 538
31. e 38.	Impostos relacionados com itens que não reclassificam por resultados	48 513	0	0	48 513	(920)
	Itens que reclassificam por resultados	7 862 599	0	2 460 357	10 322 956	(4 998 191)
23. e 38.	Ativos financeiros disponíveis para venda	10 641 990	0	3 278 435	13 920 425	(6 754 313)
	Ganhos e perdas líquidos	11 160 589	0	3 447 013	14 607 602	(5 759 393)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultado do exercício	(518 600)	0	(168 577)	(687 177)	(994 919)
	Imparidade	557 569	0	16 188	573 756	198 758
	Alienação	(1 076 168)	0	(184 765)	(1 260 933)	(1 193 677)
31. e 38.	Impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	(2 779 391)	0	(818 078)	(3 597 469)	1 756 121
	Total do rendimento integral	15 781 976	0	4 773 728	20 555 704	5 117 629

INVESTIMENTO E POUPANÇA COM RENTABILIDADE.

Em 2017 potenciámos as suas opções financeiras e distribuámos 2,40%* nas soluções de seguro PPR Zurich, Zurich Investimento e Zurich Poupança.

CONSULTE O SEU MEDIADOR
ZURICH OU CONSULTE-NOS EM
WWW.ZURICH.COM.PT

100 ANOS
EM PORTUGAL

Desde 1918

Um século de história a
proteger os nossos Clientes.

2,40%*

PPR Zurich
Zurich Poupança
Zurich Investimento

**SEGUROS ZURICH.
PARA QUEM VERDADEIRAMENTE AMA O SEU MUNDO.**



ZURICH®

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

* Taxa bruta de rentabilidade, que incide sobre os prémios e o saldo existente nas soluções em comercialização Zurich Investimento, Zurich Poupança e PPR Zurich, e sujeita ao débito dos encargos de gestão, conforme as condições e penalizações contratuais. As soluções apresentadas garantem uma taxa de juro mínima em cada ano civil, cujo valor é igual a 80% da média da taxa Euribor a 12 meses durante o mês de dezembro do ano civil anterior e que não pode ser superior a 4%.

Esta comunicação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida, disponível em www.zurich.com.pt e em qualquer mediador Zurich.

Demonstração da Posição Financeira

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Ativo	Exercício			Exercício anterior
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
21. e 33.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	42 916 476	0	42 916 476	16 262 460
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
	Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
22. e 33.	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	89 632 967	0	89 632 967	68 467 206
	Derivados de cobertura	0	0	0	0
23. e 33.	Ativos disponíveis para venda	517 429 746	0	517 429 746	416 574 978
24. e 33.	Empréstimos e contas a receber	67 423	0	67 423	78 461
	Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
	Outros depósitos	0	0	0	0
	Empréstimos concedidos	67 423	0	67 423	78 461
	Contas a receber	0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0
25. e 33.	Investimentos a deter até à maturidade	163 879 797	0	163 879 797	161 139 141
26. e 33.	Terrenos e edifícios	39 680 000	0	39 680 000	40 750 588
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0	0	0	0
	Terrenos e edifícios de rendimento	39 680 000	0	39 680 000	40 750 588
27. e 33.	Outros ativos tangíveis	132 767	94 435	38 332	42 284
	Inventários	0	0	0	0
	Goodwill	0	0	0	0
28. e 33.	Outros ativos intangíveis	1 949 992	1 440 117	509 875	401 298
29. e 33.	Provisões técnicas de resseguro cedido	2 375 299	407	2 374 892	2 581 438
	Provisão para prémios não adquiridos	158 696	0	158 696	157 558
	Provisão matemática do ramo vida	220 930	0	220 930	247 924
	Provisão para sinistros	1 995 674	407	1 995 267	2 175 956
	Provisão para participação nos resultados	0	0	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0	0	0
14.	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	127 125	0	127 125	150 077
30. e 33.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 927 020	350 196	3 576 824	4 106 717
	Contas a receber por operações de seguro direto	3 077 755	39 932	3 037 823	3 732 126
	Contas a receber por outras operações de resseguro	33 286	0	33 286	11 425
	Contas a receber por outras operações	815 979	310 264	505 715	363 166
31. e 33.	Ativos por impostos	131 090	0	131 090	2 086 850
	Ativos por impostos correntes	0	0	0	1 545 041
	Ativos por impostos diferidos	131 090	0	131 090	541 809
32. e 33.	Acréscimos e diferimentos	95 515	0	95 515	20 403
	Outros elementos do ativo	0	0	0	0
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0
	TOTAL ATIVO	862 345 217	1 885 155	860 460 062	712 661 902

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.
31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Passivo e capital próprio	Exercício	Exercício anterior
PASSIVO			
8., 9. e 29.	Provisões técnicas	684 810 108	576 361 713
	Provisão para prêmios não adquiridos	1 216 901	1 240 084
	Provisão matemática do ramo Vida	616 303 928	541 540 299
	Provisão para sinistros	22 940 933	21 904 612
	De Vida	22 940 933	21 904 612
	De Acidentes de Trabalho	0	0
	De Outros Ramos	0	0
	Provisão para participação nos resultados	44 348 345	11 676 718
	Provisão para compromissos de taxa	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0
	Provisão para desvios de sinistralidade	0	0
	Provisão para riscos em curso	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0
34.	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	97 214 898	73 956 149
35.	Outros passivos financeiros	142 575	147 873
	Derivados de cobertura	0	0
	Passivos subordinados	0	0
	Depósitos recebidos de resseguradores	142 575	147 873
	Outros	0	0
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	0
36.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 903 317	6 368 504
	Contas a pagar por operações de seguro direto	3 126 476	1 568 518
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	699 251	849 733
	Contas a pagar por outras operações	3 077 590	3 950 253
31.	Passivos por impostos	6 632 924	2 170 409
	Passivos por impostos correntes	3 971 536	521 579
	Passivos por impostos diferidos	2 661 388	1 648 829
32.	Acréscimos e diferimentos	1 588 182	1 614 126
37.	Outras Provisões	276 031	604 923
	Outros Passivos	0	0
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0	0
	TOTAL PASSIVO	797 568 035	661 223 697
CAPITAL PRÓPRIO			
38. e 41.	Capital	20 660 260	20 660 260
	(Ações Próprias)	0	0
38. e 41.	Outros instrumentos de capital	0	0
38.	Reservas de reavaliação	22 327 302	8 604 740
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	22 327 302	8 406 877
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0	197 863
	Por revalorização de ativos intangíveis	0	0
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0
	De diferenças de câmbio	0	0
38.	Reserva por impostos diferidos	(5 795 935)	(2 246 979)
38.	Outras reservas	15 105 437	14 082 843
	Resultados transitados	422 002	224 139
41.	Resultado do exercício	10 172 961	10 113 202
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	62 892 027	51 438 205
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	860 460 062	712 661 902

Demonstração de Variações do Capital Próprio

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	
	Balanço a 31 de dezembro 2016 (balanço de abertura)	20 660 260	8 406 877	197 863	(2 246 979)
38.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	0	0	0	0
38. e 41.	Resultado líquido do período (2)	0	0	0	0
38.	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	0	13 920 425	(197 863)	(3 548 956)
23., 31. e 38.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	0	13 920 425	0	(3 597 469)
31. e 38.	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0	0	(197 863)	51 444
14. e 31.	Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (IAS19)	0	0	0	(2 931)
	Total rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2) + (3)	0	13 920 425	(197 863)	(3 548 956)
	Operações com detentores de capital (5)	0	0	0	0
38. e 41.	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	0	13 920 425	(197 863)	(3 548 956)
	Balanço a 31 de dezembro de 2017	20 660 260	22 327 302	0	(5 795 935)

Demonstração de Variações do Capital Próprio

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

31 de dezembro de 2016

valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	
	Balanço a 31 de dezembro 2015 (balanço de abertura)	20 660 260	15 161 190	197 863	(4 002 181)
38.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	0	0	0	0
38. e 41.	Resultado líquido do período (2)	0	0	0	0
38.	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	0	(6 754 313)	0	1 755 202
23., 31. e 38.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	0	(6 754 313)	0	1 756 121
14. e 31.	Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (IAS19)	0	0	0	(920)
	Total rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2) + (3)	0	(6 754 313)	0	1 755 202
	Operações com detentores de capital (5)	0	0	0	0
38. e 41.	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	0	(6 754 313)	0	1 755 202
	Balanço a 31 de dezembro de 2016	20 660 260	8 406 877	197 863	(2 246 979)

(Continuação)

31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Outras reservas					Total
		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	
	Balanco a 31 de dezembro 2015 (balanco de abertura)	8 540 998	4 105 272	1 436 573	224 139	10 113 202	51 438 205
38.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(1) 1 011 320	0	0	0	(1 011 320)	0
38. e 41.	Resultado líquido do período	(2) 0	0	0	0	10 172 961	10 172 961
38.	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto	(3) 0	0	11 273	197 863	0	10 382 742
23., 31. e 38.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	10 322 956
31. e 38.	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0	0	0	197 863	0	51 444
14. e 31.	Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (IAS19)	0	0	11 273	0	0	8 342
	Total rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2) + (3)	0	0	11 273	197 863	10 172 961	20 555 704
	Operações com detentores de capital	(5) 0	0	0	0	(9 101 882)	(9 101 882)
38. e 41.	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0	(9 101 882)	(9 101 882)
	Total das variações do capital próprio	(1) + (4) + (5) 1 011 320	0	11 273	197 863	59 759	11 453 822
	Balanco a 31 de dezembro de 2017	9 552 318	4 105 272	1 447 846	422 002	10 172 961	62 892 027

(Continuação)

31 de dezembro de 2016

valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Outras reservas					Total
		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	
	Balanco a 31 de dezembro 2015 (balanco de abertura)	7 283 100	4 105 272	111 950	224 139	12 578 983	56 320 576
38.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(1) 1 257 898	0	1 321 085	0	(2 578 983)	0
38. e 41.	Resultado líquido do período	(2) 0	0	0	0	10 113 202	10 113 202
38.	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto	(3) 0	0	3 538	0	0	(4 995 573)
23., 31. e 38.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	(4 998 191)
14. e 31.	Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (IAS19)	0	0	3 538	0	0	2 618
	Total rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2) + (3)	0	0	3 538	0	10 113 202	5 117 629
	Operações com detentores de capital	(5) 0	0	0	0	(10 000 000)	(10 000 000)
38. e 41.	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0	(10 000 000)	(10 000 000)
	Total das variações do capital próprio	(1) + (4) + (5) 1 257 898	0	1 324 623	0	(2 465 781)	(4 882 371)
	Balanco a 31 de dezembro de 2016	8 540 998	4 105 272	1 436 573	224 139	10 113 202	51 438 205

Demonstração de Fluxos de Caixa

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

31 de dezembro de 2017

valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício	Exercício anterior
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL			
5.	Prêmios de seguro direto recebidos	144 190 566	162 813 002
5.	Prêmios de resseguro cedido pagos	(3 021 912)	(2 447 554)
	Participação nos resultados paga (apenas o que passe por Caixa)	(397 196)	(512 241)
7.	Sinistros de seguro direto pagos	(67 402 102)	(62 656 047)
7.	Sinistros de resseguro cedido recebidos	1 472 578	1 437 394
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	325 797	524 494
6. e 34.	Recebimentos de contratos de investimento	38 488 518	13 391 704
6. e 34.	Pagamentos de contratos de investimento	(17 767 565)	(15 941 915)
10.	Comissões por intermediação de seguros	(1 948 679)	(3 204 614)
13. e 14.	Pagamentos ao pessoal	(3 450 888)	(3 139 642)
10.	Pagamentos a fornecedores	(4 620 297)	(4 089 522)
	Outros fluxos de caixa operacionais	(672)	533 941
11.	Dividendos recebidos	1 321 364	1 283 375
11.	Juros recebidos	20 277 431	18 492 901
32.	Rendas de imóveis	1 981 715	887 133
	Alienações (ganhos/perdas) realizadas de investimentos	119 184 997	155 545 222
	Aquisição de investimentos:		
	Títulos de rendimento variável	(92 039 201)	(78 515 137)
	Títulos de rendimento fixo	(101 992 113)	(138 261 905)
	Juros pagos	(3 702)	(7 116)
31.	Impostos sobre os rendimentos (reembolso) pagos	(162 410)	(2 036 471)
	Outros Impostos	(107 123)	(58 802)
	Fluxos de atividade operacional (1)	34 329 106	44 038 201
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
27.	Aquisição de imobilizado/imóveis de rendimento	(207 602)	(38 028 257)
26.	Alienação de imóvel	1 634 394	3 004
24.	Empréstimos concedidos líquidos de recebimentos	0	8 806
	Fluxos de atividade de investimento (2)	1 426 792	(38 016 447)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
41.	Dividendos pagos a Acionistas	(9 101 882)	(10 000 000)
	Fluxos de atividade de financiamento (3)	(9 101 882)	(10 000 000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM			
	(4) = (1) + (2) + (3)	26 654 016	(3 978 247)
21.	Caixa e seus equivalentes e depósitos no início do período	16 262 460	20 240 707
21.	Caixa e seus equivalentes e depósitos no fim do período	42 916 476	16 262 460
	Variação no período	26 654 016	(3 978 247)

MyZurich

PLATAFORMA DIGITAL PARA MEDIADORES

Em 2017 a Zurich lançou uma nova plataforma digital de gestão de seguros: MyZurich.

Esta plataforma facilita o dia-a-dia de todos os Mediadores, proporcionando-lhes mais tempo para promover a relação com os seus Clientes, reduzir o tempo necessário para efetuar qualquer operação de negócio ou simplesmente obter informação relevante em determinado contexto.

Atendendo à crescente necessidade de ter acesso à informação em qualquer lugar, a plataforma MyZurich permite o acesso através de diferentes dispositivos.

O investimento no lançamento desta solução reafirma a vontade da Zurich em continuar a apostar na inovação tecnológica e na sua rede de Mediadores.



Para um futuro
a Dois,
dê ao seu
Seguro Vivo
um dote
complementar.



Seguro Complementar D



EAGLE STAR

Cobrando os seus Horizontes

Fique ao abrigo
de imprevistos,
dando ao seu
Seguro Vivo
uma cobertura
complementar.



Seguro Complementar A



EAGLE STAR VIDA

Seguros à medida dos seus Riscos

Assegure
o seu
Seguro Vivo
e viva ainda
mais seguro.



Seguro Complementar E



EAGLE STAR VIDA

Seguros à medida dos seus Riscos



ZURICH



**Garantia
EAGLE STAR**

Garante o seu futuro.





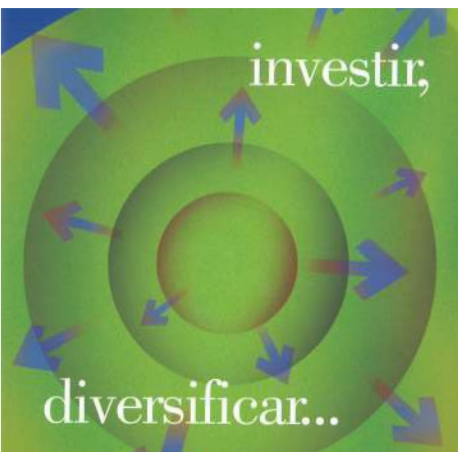
NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na história da Zurich Vida, o ano de 1998 ficou marcado pela aquisição da Companhia Eagle Star Vida que, em Portugal, passou a integrar a Zurich, iniciando-se, em 1989, um processo de fusão entre aquela e a Zurich Life.

Ainda durante o andamento desta fusão ocorreu, em 2002, por parte do Grupo Zurich, uma nova aquisição de vulto, desta vez do Deutsche Bank Vida.

O processo de fusão das Companhias do Ramo Vida da Zurich Portugal integrou numa só denominação as três empresas – Zurich Life, Eagle Star Vida e Deutsche Bank Vida –, constituindo-se, em 2003, a Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A.

Após a transferência das carteiras, seleção de recursos humanos, integração das diferentes estruturas e sistemas informáticos, a fusão deu-se por concluída, e os frutos de tal empreendimento foram visíveis ao longo da história.



III. Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Informação Geral

A Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A. (adiante designada por Zurich Vida ou Companhia) é uma empresa do Grupo Segurador Multinacional Zurich Financial Services, tendo resultado da redenominação da Companhia de Seguros Eagle Star Vida, S.A., a qual se fundiu legalmente com a DB Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A., por referência a 1 de janeiro de 2003.

Paralelamente à fusão foi também concentrada a atividade desenvolvida pela Sucursal do Grupo Zurich Financial Services, denominada Zurich Life Insurance Company LTD Agência Geral em Portugal. Esta operação foi efetuada através de aumento de capital efetuado pela Companhia de Seguros Eagle Star Vida, S.A., por entrada de ativos e passivos realizada pela Zurich Life Insurance Company, mediante a transferência da totalidade do património afeto à Sucursal, por referência a 1 de junho de 2003.

A Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A. resulta assim de um processo de integração do Grupo Zurich Financial Services, no qual se unificaram as estruturas societárias existentes em Portugal, com o objetivo de obter sinergias e de dotar de maior eficácia a penetração no mercado segurador.

A Companhia encontra-se registada em Portugal, tendo a sua sede na Rua Barata Salgueiro, N.º. 41, 1269-058 Lisboa.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo Vida para o qual obteve a devida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Enquadramento Macroeconómico

O crescimento global, que em 2016 foi o mais fraco desde a crise financeira situando-se nos 3,2%, deverá aumentar, segundo o FMI, para 3,6% em 2017 e para 3,7% em 2018. Contudo, o crescimento permanece fraco em muitos países e a inflação ficou abaixo dos objetivos na maioria das economias avançadas. Para este crescimento terá contribuído a aceleração de várias economias que compõem o grupo das economias avançadas, com destaque para EUA, UEM e Japão. Este grupo terá crescido 2,2% mais 0,5p.p. do que em 2016. As economias emergentes, no seu todo, terão crescido 4,9%, mais 0,3p.p. do que no ano anterior, destacando o retorno da América Latina a uma trajetória de crescimento superior a 1,2% em 2017 depois de em 2016 ter contraído 0,9%. Este movimento de aceleração do crescimento mundial beneficiou da permanência de condições financeiras muito acomodáticas, da evolução positiva dos preços das principais matérias-primas e das melhorias observadas no mercado de trabalho em várias economias, desenvolvidas e emergentes, dando suporte à recuperação da procura global. O ritmo de crescimento dos preços acelerou consideravelmente face a 2016, mas manteve-se contido, refletindo baixas pressões do lado das matérias-primas e também a permanência de folgas no mercado de trabalho de diversas economias, limitando o crescimento salarial, fator impulsionador dos efeitos de segunda ordem na formação dos preços.

Nas economias avançadas, a estimativa do FMI é de que a taxa de inflação se situe em 1,7% (0,8% em 2016). As economias emergentes registaram um movimento oposto, isto é, de abrandamento da inflação, devendo situar-se em 4,1%, menos 0,2p.p. do que em 2016. As perspetivas de crescimento económico mundial para 2018 mantêm-se positivas, antecipando-se que acelere 0,2p.p. face a 2017, atingindo uma taxa de crescimento de 3,8%. Segundo o FMI, o crescimento das economias avançadas, abrandará para 2,0%, dada a expectativa de que o crescimento no Japão e na zona euro seja mais moderado do que em 2018. As economias emergentes deverão avançar 4,9%, mais 0,3p.p. do que em 2017. Estas perspetivas refletem genericamente a permanência do atual status quo, sobretudo no que se refere às condições financeiras globais que se espera que continuem favoráveis, tendo em conta que as perspetivas de retirada muito gradual dos estímulos monetários pelos bancos centrais das economias avançadas e as expectativas de que os mercados de trabalho mantenham dinâmicas positivas. Paralelamente, os preços das principais matérias-primas, sobretudo o petróleo, deverão manter uma tendência de subida muito gradual, contribuindo para que o aumento da inflação seja moderado. Este cenário está no entanto sujeito a um número considerável de riscos que podem afetar o ciclo de crescimento mundial, destacando-se entre estes fatores de ordem geopolítica como por exemplo o aumento das tensões na Coreia do Norte, tensões comerciais entre China e EUA ou alterações ao acordo da "North American Free Trade Agreement" (NAFTA), a negociação do Brexit ou a questão catalã e as eleições em Itália. Desenvolvimentos adversos em qualquer uma destas frentes tenderiam a interromper o ciclo de crescimento mundial, na medida em que minariam a confiança dos agentes económicos, com efeitos no investimento, consumo, produção. A estes acrescem outros fatores de risco, potencialmente limitativos do crescimento, associados aos desequilíbrios financeiros chineses e à sustentabilidade do

movimento de valorização de alguns ativos financeiros, nomeadamente os mercados acionistas nos EUA.

O crescimento continua forte e evidente nas diversas economias que formam o bloco do euro. No conjunto do ano, o PIB real da zona Euro deverá avançar 2,3%, mais 0,5p.p. do que em 2016, beneficiando da aceleração em praticamente todas as suas economias, destacando-se os casos da Alemanha com um crescimento previsto de 2,6% (1,9% em 2016), da França com 1,8% (1,1% em 2016), da Itália com 1,6% (1,1% em 2016) e de Portugal com 2,7% (1,5% em 2016). A Espanha contrariará esta tendência apresentando um crescimento de 3,1%, menos 0,2p.p. do que em 2016. As condições financeiras muito acomodáticas, o baixo preço dos bens energéticos, a recuperação da confiança entre os agentes económicos e a redução dos riscos políticos associados à realização de eleições em algumas das suas principais economias, justificaram o maior dinamismo da atividade durante 2017.

A procura interna continuou a ser o principal impulsionador do crescimento, mas a recuperação das exportações permitiram que o contributo da procura externa voltasse a ser positivo. Realce-se a melhoria do mercado de trabalho ao longo de 2017, observando-se a recuperação do emprego para níveis acima do período anterior à crise financeira internacional. Todavia, a recuperação do emprego não foi acompanhado pela aceleração dos salários, não se assistindo à formação de fatores de segunda ordem na dinâmica do comportamento dos preços. Assim, a taxa de inflação manteve-se reduzida em 1,6%, apesar do fortalecimento da atividade económica. Para 2018, mantêm-se positivas as perspetivas de crescimento para a zona Euro, apesar do esperado abrandamento do crescimento do PIB para 2,2%, menos 0,1p.p. do que em 2017, continuando a economia a beneficiar do suporte da política monetária e da robustez da procura externa. Os principais riscos associados a este cenário podem advir de deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos, dependendo por um lado da evolução das negociações do Brexit, e por outro, do resultado das eleições italianas, se se confirmar a chegada ao poder de forças políticas eurocéticas. O termo do programa de compra de dívida de longo prazo poderá também refletir-se num agravamento dos custos de financiamento da economia; todavia este parece ser um risco relativamente contido, na medida em que o suporte do banco central continuará através da política de reinvestimento da dívida maturada e de baixas taxas de juro.

Atividade Seguradora em Portugal

Os dados provisórios publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para o ano de 2017, revelam que o volume de produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 11.552 milhões de euros que representa um acréscimo de 6,3% relativamente ao verificado em 2016 e deverá ser equivalente a 6,0% do PIB Português. Este rácio, que exprime a penetração do seguro na economia, foi ligeiramente superior ao registado em 2016 (5,9%).

A evolução positiva dos prémios deveu-se ao comportamento do ramo Vida e do ramo Não Vida que registaram forte crescimentos de 5,8% e 7,1%, respetivamente. O ramo Vida inverteu a tendência decrescente dos dois anos anteriores onde tinha registado fortes decréscimos consecutivos. Em 2015, o Ramo Vida registou uma contração de 16,9% com menos 1,8 mil milhões de euros de Produção do que em 2014, em grande parte devido aos efeitos colaterais da resolução do BES que provocaram uma quebra acentuada na seguradora Vida do Grupo que registou um decréscimo de 0,9 mil milhões de euros. Em 2016, o Ramo Vida volta a registar uma forte contração de 2,0 mil milhões de euros. A quebra registou-se nos produtos direcionados para a poupança não ligados a fundos de investimento, como são os casos dos Seguros de Capitalização, dos Contratos de investimento e dos Planos Poupança Reforma (PPR), com uma diminuição de 1,2 mil milhões de euros (-33,7%), de 0,5 mil milhões de euros (-21,2%) e 0,3 mil milhões de euros (-15,1%), respetivamente. Saliente-se que o grupo económico BPI (BPI Vida e Pensões) registou uma perda significativa de produção de 1,3 mil milhões de euros, justificando cerca de 11pp da perda total do Ramo Vida em 2016. Em 2017, o crescimento de 6,2% (412 milhões de euros) é sustentado nos Seguros Ligados (Contratos de Investimento) e nos PPR (Não Ligados) que registaram aumentos de cerca de 30% a que corresponde um acréscimo de produção de 500 milhões e 300 milhões de euros, respetivamente. Este crescimento contrasta com o decréscimo acentuado dos produtos direcionados para a poupança não ligados a fundos de investimento, como são os casos dos Seguros de Capitalização com taxas garantidas, com menos 400 milhões (-30%). Para este tipo de produtos assistiu-se, em 2017, a uma restrição forte na oferta o que explica este comportamento. Saliente-se que as taxas de juro de depósitos até um ano, oferecidas pelo setor bancário mantiveram-se em níveis historicamente reduzidas.

Já no que diz respeito aos ramos Não Vida, constatou-se pelo terceiro ano consecutivo uma evolução positiva com um aumento de 296 milhões de euros (+7,1%) no volume de produção, destacando-se a contribuição da modalidade de Acidentes de Trabalho que registou um aumento de 81 milhões de euros (+13,3%). De notar que esta modalidade já tinha registado um aumento de 68 milhões em 2016, porventura na sequência das recomendações da ASF e das medidas tomadas pelos operadores no sentido do restabelecimento do seu equilíbrio técnico. Saliente-se ainda as contribuições dos ramos Automóvel, Doença e Incêndio e Outros Danos para o crescimento do Ramo Não Vida, com mais 88 milhões de euros (+5,8%), mais 58 milhões de euros (+8,3%) e mais 23 milhões de euros (+3,0%), respetivamente.

Produção de Seguro Direto - Atividade em Portugal

u.m: milhões de euros

	2014	2015	2015/2014	2016	2016/2015	2017	2017/2016
Vida	10 439	8 671	-16,9%	6 677	-23,0%	7 062	5,8%
Seguro de Vida	8 401	6 522	-22,4%	4 991	-23,5%	4 874	-2,3%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2 031	2 148	5,8%	1 686	-21,5%	2 187	29,7%
Operações de Capitalização	7	1	-90,3%	0	-100,0%	1	-
Não Vida	3 849	3 993	3,8%	4 194	5,0%	4 490	7,1%
Total	14 288	12 664	-11,4%	10 872	-14,2%	11 552	6,3%
PIB*	173 079	179 809		185 180		192 957	
Penetração	8,3%	7,0%	-1,2 pp	5,9%	-1,2 pp	6,0%	0,1 pp

Nota: Valores provisórios para 2017

Fonte: ASF, Banco de Portugal

* Valores a preços corrente. Estimativa para 2017

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e ainda de acordo com as normas, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros, estabelecidas pela ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

No exercício de 2017 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior apresentado nos comparativos.

Tal como descrito abaixo, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2017. Esta adoção não teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, os ativos financeiros, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador de seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2018.

Os principais impactos das alterações publicadas pelo IASB e o seu respetivo status de endosso pela União Europeia, com referência a 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

Alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017

- IAS 7 – ‘Revisão das divulgações’. Esta alteração que é parte do projeto de revisão das divulgações introduz uma divulgação adicional relativa às variações dos passivos de financiamento desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e outros movimentos (com um adequado grau de detalhe), e a forma como estas conciliam com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1990 de 6 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. Esta alteração tem impacto na divulgação das demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 12 – ‘Reconhecimento de impostos diferidos ativos’. Esta alteração clarifica a forma de: i) contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor; ii) como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis; e iii) como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, quando existem restrições na lei fiscal. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1989 de 6 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas endossadas pela UE, mas ainda não efetivas

- IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’. A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz alterações no que se refere: (i) à classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão; (ii) ao reconhecimento da componente de “own credit risk” na mensuração voluntária de passivos ao justo valor; (iii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas; e (iv) às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2016/2067 de 22 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. As entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora podem recorrer ainda a uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021, a qual é opcional e aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de um Grupo, quando este inclui uma entidade seguradora, conforme “carve in” da União Europeia. Esta alteração tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 15 – ‘Rébito de contratos com Clientes’. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a Clientes, e exige que a entidade reconheça o rébito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Esta norma prevê ainda o tratamento específico para transações como: contratos à consignação; acordos de recompra; direito de devolução; concessões de licenças; garantias; agência; etc. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2016/1905 de 22 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 – ‘Locações’. A IFRS 16 substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um ativo relativo ao “direito de uso”. Estão previstas isenções a este tratamento contabilístico para as locações de curto prazo (< 12 meses) e de ativos de baixo valor (< 5.000 USD). A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1986 de 31 de outubro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada desde que a IFRS 15 – ‘Rébito de contratos de Clientes’ seja adotada ou esteja em vigor à mesma data. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações às normas endossadas pela UE, mas ainda não efetivas

- IFRS 4 – ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’. Esta alteração atribui a opção de reconhecimento em Outro rendimento integral, por oposição ao reconhecimento em resultados do período, da volatilidade que resulte da aplicação da IFRS 9, antes da entrada em vigor da IFRS 17 – “Contratos de seguro” (opção concedida às entidades que negociam contratos de seguro). As entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora podem recorrer ainda a uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021, a qual é opcional e aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de um Grupo, quando este inclui uma entidade seguradora, conforme “carve in” da União Europeia. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1988 de 3 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com Clientes – clarificações’. Esta alteração corresponde a clarificações introduzidas à IFRS 15, que se referem a indicações adicionais a seguir na: i) determinação das obrigações de desempenho de um contrato; ii) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual; iii) identificação dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente; e iv) seleção dos novos regimes transitórios previstos para a adoção da IFRS 15. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1987 de 31 de outubro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 40 – ‘Transferência de propriedades de investimento’. Esta alteração clarifica que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 2 – ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseadas em ações’. Esta alteração clarifica as bases de mensuração das transações de pagamentos baseados em ações que são liquidadas financeiramente (“cash-settled”), assim como a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Uma alteração adicional é a introdução de uma exceção aos princípios da IFRS 2, a qual passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante do valor do plano para pagamento do imposto a que o Colaborador está sujeito, e pagar a quantia à autoridade fiscal. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9 – ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’. Esta alteração permite a classificação /mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (compensação negativa), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 28 – ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser considerado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ciclo anual de melhorias 2014-2016

- IFRS 1 – ‘Primeira adoção das IFRS’. Esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para as IFRS, para a IFRS 7 (divulgações respeitantes ao período comparativo e transferências de ativos financeiros), IFRS 10 (disposições transitórias respeitantes a entidades de investimento) e IAS 19 (informação comparativa relativa à análise de sensibilidade das obrigações de benefícios definidos), uma vez que estas já não são aplicáveis ao abrigo das respetivas normas. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 12 – ‘Divulgações de interesses noutras entidades’. Esta melhoria clarifica que o âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5) e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 28 – ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual. A melhoria esclarece ainda que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas que detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação que essas associadas ou empreendimentos conjuntos têm nas suas próprias subsidiárias, na aplicação do método da equivalência patrimonial. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ciclo anual de melhorias 2015-2017

- IAS 23 – ‘Custos de empréstimos obtidos’. Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 12 – ‘Impostos sobre o rendimento’. Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Esta alteração tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 3 – ‘Concentrações de atividades empresariais’ e IFRS 11 – ‘Acordos conjuntos’. Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

- IFRS 17 – ‘Contratos de seguro’. A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15. Tal como previsto na IFRS 4, é permitido que os contratos de garantia financeira sejam incluídos no âmbito da IFRS 17 desde que a entidade os tenha explicitamente classificado como contratos de seguro. Os contratos de seguros em que a entidade é a detentora da apólice de seguro não estão no âmbito da IFRS 17 (exceção feita ao resseguro cedido). A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem um impacto muito significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas interpretações publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

- IFRIC 22 – ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’. A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira a ‘data da transação’. Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

b) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxa de amortização
Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	12,50%
Equipamento informático	33,33% e 50%
Instalações interiores	10%
Outro equipamento	12,5% e 20%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Imóveis

(i) Terrenos e edifícios de investimento

A Companhia classifica como imóveis de rendimento os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, utilizando os critérios de mensuração da IAS 40.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento baseia-se numa valorização efetuada por um avaliador independente.

Os avaliadores independentes possuem um conhecimento profundo do mercado imobiliário onde a propriedade se insere e os seus Colaboradores têm as capacidades técnicas adequadas para executar a presente avaliação de forma competente e rigorosa, relevante para a emissão dos relatórios de avaliação, em cumprimento da Normas Regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) N.º. 16/1999, N.º. 7/2007-R, e N.º. 9/2007-R.

A reavaliação dos terrenos e edifícios foi realizada no exercício de 2017, tendo como base de valor o Valor de Mercado, definido pelas Normas Profissionais do RICS – Janeiro de 2014 da seguinte forma: “Estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo ou um passivo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.”

A metodologia utilizada foi o Método do Rendimento que consiste no apuramento do valor do edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva ou previsivelmente libertada, líquida de encargos de conservação e manutenção, e uma taxa de remuneração adequada às suas características e ao nível do investimento, face às condições gerais do mercado imobiliário no momento da avaliação. Consideraram-se os fluxos de caixa gerados até ao termo dos contratos de arrendamento e o valor potencial do imóvel com base na renda potencial, após um período de comercialização adequado.

O avaliador independente realizou a avaliação do imóvel através do Método do Rendimento, por considerar ser o mais adequado para determinar o Valor de Mercado do mesmo. Este método aplica-se a propriedades arrendadas e/ou suscetíveis de gerarem rendimento. Realizou também a avaliação do imóvel através do Método Comparativo.

O Método Comparativo tem por base a determinação do valor efetuada através da comparação dos valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis, obtidos através do conhecimento do mercado local ou da prospeção efetuada. Este método fundamenta-se no conhecimento do mercado local e do valor pelo qual se transacionam as propriedades análogas à que se pretende avaliar e pressupõe a existência de um mercado imobiliário ativo, uma correta obtenção de informação e a existência de transações semelhantes.

A valorização dos imóveis faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada a cada caso dos valores resultantes da aplicação dos seguintes dois métodos:

- a) Método Comparativo;
- b) Método do Rendimento.

Em cumprimento da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) N.º. 19/2010-R, de 16 de dezembro, a Zurich Vida mantém um registo informático com os dados históricos e atualizados dos terrenos e edifícios, disponível caso a ASF o solicite juntamente com os relatórios dos avaliadores e as escrituras ou os contratos-promessa de compra e venda se as escrituras ainda não tiverem sido efetuadas.

Ver adicionalmente a Nota 26.

(ii) Terrenos e edifícios de uso próprio

Em conformidade com as opções previstas na IAS 16, os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados ao custo depreciado, deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são reconhecidas de forma consistente ao longo da vida útil estimada para o ativo.

De acordo com estabelecido na IAS 36, o cálculo da imparidade deste tipo de ativos é baseado num valor recuperável o qual é medido pelo valor mais alto entre o valor de venda e o seu valor de uso.

A Companhia não possui terrenos e edifícios classificados como uso próprio a 31 de dezembro de 2017.

e) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos intangíveis:

	Ativos intangíveis gerados internamente	Vida útil finita?	Taxa de amortização
Despesas com aplicações informáticas	N	S	20% e 33,33%

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

f) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes Categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros de negociação são os ativos adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos financeiros, designados no momento do seu reconhecimento inicial, ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações: (i) ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos acima são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, na parte que pertence ao Acionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (capital próprio) e, posteriormente, transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados corresponde ao seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

(iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos concedidos e contas a receber ou para Investimentos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às seguintes características:

- Se o ativo financeiro, na data da reclassificação deixar de ser detido para efeitos de venda ou recompra no curto prazo;

- O ativo financeiro corresponde à definição de empréstimos concedidos e contas a receber e a companhia tem a capacidade e intenção de deter os instrumentos no futuro previsível, ou até à maturidade;
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos concedidos e contas a receber e Investimentos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

(v) Imparidade

Imparidade de títulos:

A Companhia avalia regularmente, por carteira de títulos, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(i) para os títulos de rendimento variável cotados:

- 1) O seu justo valor esteja abaixo da média ponderada do seu custo de aquisição mais do que o limite de imparidade aplicável, de acordo com a comunicação trimestral do Grupo (ver quadros seguintes com limites aplicáveis. No caso da Zurich Vida, "European stocks").

Para 2017 o quadro considerado é:

Trimestres	Limite de imparidade (Ações Europeias)
Q1 2017	40,7%
Q2 2017	39,7%
Q3 2017	38,9%
Q4 2017	38,2%

Fonte: Bloomberg

Para 2016 o quadro considerado é:

Trimestres	Limite de imparidade (Ações Europeias)
Q1 2016	44,7%
Q2 2016	44,9%
Q3 2016	43,6%
Q4 2016	41,5%

Fonte: Bloomberg

ou

- 2) Tenha estado abaixo da média ponderada do seu custo de aquisição nos últimos 24 meses consecutivos ou mais.

3) Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

4) Adicionalmente, é efetuada uma lista de análise qualitativa baseada em outros indicadores de imparidade, com o objetivo de identificar declínios de valor que não sejam capturados pela aplicação dos limites de imparidade referidos em 1), 2) e 3).

(ii) para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- Existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa:

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base nos valores dos prémios por cobrar, aplicando os critérios definidos pela ASF, de base económica.

Este ajustamento destina-se a reconhecer nos resultados das companhias o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos. Face a esta definição importa identificar qual é efetivamente o impacto de um prémio em cobrança nos resultados da Companhia.

Desta forma devemos em primeiro lugar distinguir o tipo de produtos e o tipo de reserva matemática que é constituída para os diferentes produtos.

Nos produtos financeiros a reserva constituída corresponde, no momento da emissão, a aproximadamente entre 95% e 100% do prémio dependendo exclusivamente do valor do encargo de subscrição. Por norma o valor remanescente do prémio destina-se a suportar o valor das comissões que são emitidas em simultâneo restando como rendimento da Companhia um valor, por norma inferior a 1% do prémio. Acresce ainda que tratando-se de um produto financeiro a reserva matemática cresce incrementada dos juros técnicos do produto. Como consequência, caso o recibo não seja liquidado no momento da emissão a seguradora incorrerá num prejuízo pois estará a constituir reservas para um montante que não detém e que consequentemente não gera rendimentos.

Nos produtos de risco puro a análise deverá ser efetuada de forma diferente. Neste caso, a Companhia aquando da emissão do prémio constitui imediatamente a provisão matemática correspondente ao período de risco coberto pelo prémio que durante a vida útil do prémio irá sendo reduzida até à sua extinção. Neste caso, no momento da extinção o rendimento da Companhia associado ao prémio será igual ao valor do prémio deduzido das comissões que este suportou e dos encargos adicionais sobre ele incidente.

Considerando estes dois tipos de produtos fica clara a necessidade da criação de um ajustamento para recibos por cobrar no caso dos produtos de risco puro e a não necessidade do mesmo nos financeiros.

Face a esta situação optou a Zurich Vida por constituir um ajustamento para recibos por cobrar apenas para os recibos de produtos de risco puro.

Para a constituição da reserva foi em primeiro lugar determinado qual o rácio de anulação de recibos pendentes ao fim de determinados intervalos de tempo em períodos de observação definidos. Este rácio permite-nos ter uma estimativa aproximada da probabilidade de anulação de um recibo que esteja em cobrança dentro de cada escalão de antiguidade. Em simultâneo, foi determinada uma aproximação da margem de lucro que cada prémio em cobrança dá à Zurich Vida. Para o cálculo desse lucro foi considerada a seguinte fórmula:

Margem de lucro = Prémio comercial - Provisão Matemática – Comissões e outros encargos.

Em que:

- Provisão matemática é o valor da responsabilidade da companhia para o período que falta decorrer;
- Comissões e outros encargos – é a soma do valor da comissão do recibo acrescida dos encargos sobre o prémio a serem liquidados a outras entidades deduzidos dos custos de aquisição diferidos incidentes sobre o recibo.

Através de processamento informático foi efetuado o cálculo recibo a recibo, para os recibos pendentes, da margem de lucro de cada um deles tendo essa margem sido agrupada pelas diferentes classes de antiguidade constituídas.

Após determinar as margens de lucro de cada uma das classes e a probabilidade de anulação de cada uma delas, podemos obter uma estimativa da perda de lucro que resultará do volume de anulações esperado de acordo com as observações efetuadas. O montante assim apurado constituirá o núcleo principal dos ajustamentos para recibos por cobrar.

Retomando a situação dos produtos financeiros, importa referir que excecionalmente e devido a limitações dos circuitos administrativos e informáticos podem ocorrer situações em que estando as apólices financeiras já anuladas existam recibos, que a elas respeitantes, se encontrem por regularizar (i.e. em cobrança). Os recibos que se encontrem nesta situação deverão ser analisados caso a caso e constituído o respetivo ajustamento para recibos por cobrar. No final de 2017 não existiam recibos nestas circunstâncias pelo que não houve necessidade de constituir nenhum ajustamento a eles referente.

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização, sendo calculado em função da antiguidade dos referidos saldos, tendo por base uma análise económica.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da sua área de contencioso quer recorrendo posteriormente à via judicial.

g) Outros ativos financeiros – derivados

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, nos casos em que o derivado não está intimamente relacionado com o ativo base, e na reserva de reavaliação nos restantes casos.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem passivos de contrato de investimento e são registrados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registrados ao justo valor, por contrapartida de ganhos e perdas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registrados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

j) Capital social

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proventos, líquida de imposto.

k) Contratos de seguro e contratos de investimento - Classificação

Os Contratos de seguro são contratos segundo o qual a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4 (seguros de vida puros);

Os Contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária. Se os contratos de investimento forem puros cairão no âmbito da IAS 39 (é o caso dos produtos Unit-linked comercializados pela Companhia), enquanto os contratos com a característica de participação discricionária se inserem na IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxa garantida e com participação nos resultados).

l) Contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados

Prêmios

Os prêmios brutos emitidos são registrados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prêmios de resseguro cedido são registrados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prêmios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e de investimento.

As comissões contratadas são registradas como gastos no momento da emissão dos respetivos prêmios ou renovação das respetivas apólices.

Provisão matemática

As provisões matemáticas para o Ramo Vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, relativamente às apólices emitidas, e são calculadas mediante tabelas e fórmulas plenamente enquadradas no normativo da ASF. As provisões matemáticas são zilverizadas e o respetivo efeito é abatido às mesmas.

As provisões matemáticas constituídas para todos os contratos comercializados pela Seguradora correspondem ao valor atuarial estimado do compromisso assumido para com os Tomadores de Seguro, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prêmios futuros.

As provisões matemáticas foram calculadas individualmente para cada contrato em vigor e segundo um método atuarial prospetivo.

As bases técnicas inerentes ao cálculo das provisões matemáticas foram as mesmas que as utilizadas para a determinação dos prémios e estão de acordo com o Decreto-Lei N.º 94-B/98 de 17 de abril com as alterações do Decreto-Lei 8-C/2002 de 11 de janeiro, substituído pela Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro e as normas emitidas pela ASF.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como segue:

- A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- Pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos e resgates, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os ativos afetos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para prémios não adquiridos

Esta provisão corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método “prorata temporis”, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Esta provisão corresponde à provisão matemática dos prémios de risco.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor e correspondem à parte das resseguradoras nos montantes brutos de provisões técnicas de seguros de vida.

m) Contratos de investimento

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e expurgados do efeito relativo à variação da reserva relativa à aplicação do justo valor aos ativos que estejam a representar provisões técnicas do seguro de vida com participação nos resultados.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

o) Benefícios concedidos aos Colaboradores

Benefícios pós-emprego (Benefícios de longo prazo)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho para o Sector Segurador (adiante designado por CCT) cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) N.º 2, de 15 de janeiro de 2012, a Companhia procedeu à alteração do plano de benefício definido existente até 31 de dezembro de 2011 para um plano de contribuição definida aplicável a todos os Colaboradores no ativo.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do CCT, “todos os Colaboradores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

Ainda de acordo com o CCT no n.º 2 da cláusula 48ª “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos Colaboradores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, foi em 2012 convertido em contas individuais desses Colaboradores, nos termos e de acordo com os critérios previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi parcialmente liquidado e o valor das responsabilidades por velhice dos ativos integralmente financiadas a 31 de dezembro de 2011 foi transferido para contas individuais dos Colaboradores elegíveis, para esse plano de benefícios, no fundo de pensões.

Em novembro de 2014 foi publicada uma alteração ao CCT, tendo as percentagens de contribuição para o PIR sido alteradas. A partir de 2015 e, tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do Colaborador.

Ano civil	Percentagem de contribuição para o PIR
2012	1,00
2013	2,25
2014	2,50
2015 e seguintes	3,25

Ainda no decorrer da aplicação da alteração havida ao CCT no ano de 2014, foi feita uma contribuição extraordinária para o PIR de valor correspondente a 1,25% sobre o ordenado base anual do Colaborador, para todos os Colaboradores admitidos em data anterior a 31 de dezembro de 2012 na modalidade de contrato sem termo.

A 14 de janeiro de 2016 foi celebrado um Acordo Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 4, de 26 de janeiro 2016 (adiante designado por ACT 2016) e que, vem substituir o Contrato Coletivo de Trabalho para a Atividade Seguradora, cujo texto foi publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012 (CCT 2012).

O ACT 2016 não altera o plano de contribuição definida do CCT 2012 para o financiamento das responsabilidades das pensões por velhice, nem o plano de benefícios definido do CCT 2008 para o financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e as respetivas atualizações de pensões.

O valor das contribuições anuais está garantido à data de liquidação do benefício.

O plano de benefício definido fica em vigor e associado somente ao financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e respetivas atualizações.

A 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades dos planos indicados estão totalmente financiadas pelo Fundo de Pensões.

Apoio Escolar (Benefícios de curto prazo)

Ao abrigo do ACT 2016, a cláusula 49ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, a atribuição de um valor, monetário ou vale social, como segue:

- a) 1.º ciclo do ensino básico (1.º a 4.º anos): 40,00 €
- b) 2.º ciclo do ensino básico (5.º e 6.º anos): 70,00 €
- c) 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário (7.º a 12.º anos): 110,00 €

Prémio de Permanência (Benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do ACT 2016, a cláusula 42 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o Colaborador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

A Companhia reconhece esta responsabilidade de acordo com o definido na IAS 19, para Benefícios de longo-prazo (especialização anual da respetiva responsabilidade).

Responsabilidades por férias e subsídios de férias (Benefícios de curto prazo)

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os Colaboradores, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

Benefícios de saúde (Benefícios de curto prazo)

Ao abrigo do ACT 2016, a cláusula 44ª contempla a obrigação da Companhia contratar um seguro de saúde que garanta, em cada anuidade, aos Colaboradores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos estejam suspensos por motivos de doença, acidente de trabalho, ou de pré-reforma, a cobertura dos riscos de internamento ambulatorio.

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos Colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. Estes benefícios são reconhecidos quando incorridos, independentemente do seu pagamento.

Ao abrigo do ACT 2016, a cláusula 45ª contempla a obrigação da Companhia contratar um seguro de vida que garanta, aos Colaboradores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos estejam suspensos por motivos de doença, acidente de trabalho, ou de pré-reforma, o pagamento de um capital em caso de morte ou de reforma por invalidez nos termos das alíneas constantes da respetiva cláusula do ACT.

Complemento do subsídio por doença (Benefícios de curto prazo)

Ao abrigo do ACT 2016, a cláusula 43ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, quando doente ou por assistência a menores de 12 anos ou filhos com deficiência ou doença crónica, com incapacidade temporária para o trabalho certificada pelos serviços médicos da segurança social, um complemento de subsídio por doença de montante igual à diferença de valor entre o ordenado efetivo correspondente aos dias subsidiados pela segurança social e o subsídio de doença que esta entidade lhe concede.

Bónus de desempenho (Benefícios de curto prazo)

Os prémios de desempenho são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, baseando-se nas regras definidas pelo Grupo Zurich, existindo dois modelos: o *“Short Term Incentive Plan”* (STIP) e o Incentivo de Vendas (SIP).

O objetivo dos prémios de desempenho é alinhar a estrutura de remunerações com o atingimento dos objetivos financeiros chave do Grupo e com a execução da estratégia comercial, estrutura de gestão de risco e planos operacionais.

O Grupo Zurich faz corresponder os prémios de remuneração variável a fatores-chave de desempenho, que incluem o desempenho do Grupo, segmentos de negócio e funções, bem como, aos êxitos individuais.

O desempenho global do negócio é avaliado em função do plano de negócios. O plano de negócios para cada ano é definido e aprovado pelo Grupo Zurich antes do início desse ano. No final do ano, o Grupo verifica e avalia o desempenho comercial e financeiro numa base quantitativa e qualitativa.

Os prémios STIP são calculados no final do ano, através da alocação de uma pool e sub-pool a cada Colaborador. Estas pools/ sub-pools são definidas em função de uma arquitetura, tendo em conta a função exercida pelo Colaborador. Existem diferentes critérios financeiros utilizados na determinação dos prémios: o Resultado Líquido atribuível aos Acionistas (*“Net Income Attributable to Shareholders – NIAS”*) após impostos e o Lucro operacional comercial (*“Business Operating Profit – BOP”*). Dependendo do desempenho da pool/sub-pool de STIP e do Colaborador, a atribuição do STIP pode variar entre 0% e 200% do bónus potencial.

Relativamente aos Incentivos de Vendas, é considerada a contribuição do Colaborador para atingir os objetivos da Companhia (em termos de resultados). Os critérios utilizados são: organizacionais, individuais e competências. Se neste processo o avaliado obtiver uma classificação inferior a 80% não recebe prémio de desempenho, caso contrário, recebe um prémio proporcional à classificação obtida, com um máximo de pagamento de 185% do bónus potencial.

Estes benefícios são reconhecidos quando incorridos, independentemente do seu pagamento.

Benefícios de cessação de emprego (Benefícios de longo prazo)

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando o Colaborador aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios.

A Zurich Vida reconhece a responsabilidade com benefício de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a Zurich Vida deixa de poder retirar a oferta dos benefícios, ou na qual a Companhia reconhece os gastos de uma reestruturação no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

PIR – Plano Individual de Reforma (Benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do ACT 2016, a cláusula 50ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir a todos os Colaboradores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa.

Apólice 1% (Benefícios de longo prazo)

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de um Plano de Contribuição definida aplicado a todos os Colaboradores da Zurich Vida, de um Plano de Contribuição definida correspondente a 1% do salário anual bruto. Estes benefícios são aplicáveis de acordo com as condições específicas da apólice.

PAC – Programa de Apoio ao Colaborador (Benefícios de curto prazo)

A Companhia concedeu um benefício de um Programa que disponibiliza a cada Colaborador e respetivo agregado familiar, um conjunto de serviços de apoio, nomeadamente, aconselhamento pessoal, legal e financeiro, prestado por especialistas altamente qualificados, garantindo confidencialidade no tratamento de todas as questões de cada situação.

p) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

q) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

r) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações

financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro e de investimento, respetivamente.

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica provisões técnicas e as decorrentes de contratos de investimento são reconhecidas na rubrica passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros e (4) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente pelo atuário da Zurich Vida.

A Companhia calcula as provisões técnicas e passivos financeiros com base nas notas técnicas e planos de participação dos produtos. Qualquer eventual alteração de critérios é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Ver adicionalmente as Notas 2 a), 3 e 40.

b) Justo valor de ativos/passivos financeiros

O justo valor dos ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado similares ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Todos os ativos financeiros da Companhia são inicialmente registados ao justo valor. Posteriormente, os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo na data do balanço. Todos os outros instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado e as técnicas de avaliação utilizadas para determinar a sua mensuração do justo valor são descritas abaixo.

O justo valor dos ativos de dívida detidos até à maturidade são obtidos através de provedores de preços. O justo valor recebido desses provedores de preços pode ser baseado em preços cotados num mercado ativo para ativos idênticos e/ou métodos de avaliação alternativos. Estes ativos são categorizados dentro do Nível 2.

O justo valor dos empréstimos concedidos é baseado em modelos de fluxo de caixa descontado usando taxas de juro que refletem o retorno que seria expectável receber em instrumentos com prazos e vencimentos semelhantes, modelos de fluxo de caixa, risco de crédito e garantias. Os empréstimos concedidos estão classificados no Nível 3.

O justo valor dos passivos financeiros decorrentes de carteiras de investimentos Unit-linked é determinado com base no valor da unidade de participação dos respetivos fundos de investimento ligados.

O seguinte quadro compara o justo valor com o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros na data do balanço. Determinados instrumentos financeiros não são incluídos nesta tabela dado que o seu valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. Tais instrumentos incluem caixa, depósitos à ordem e juros decorridos dos títulos de dívida.

valores em euros

Ativos financeiros	Justo valor		Valor contabilístico	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	510 006 085	410 208 500	510 006 085	410 208 500
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	470 615 151	377 711 155	470 615 151	377 711 155
Ações e outros Títulos Rendimento variável	39 390 934	32 497 345	39 390 934	32 497 345
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	89 631 927	68 452 258	89 631 927	68 452 258
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3 144 836	9 286 734	3 144 836	9 286 734
Ações e outros Títulos Rendimento variável	86 487 091	59 165 525	86 487 091	59 165 525
Ativos detidos até à maturidade	181 184 682	181 047 765	159 543 828	156 803 173
Propriedades de investimento	39 680 000	40 750 588	39 680 000	40 750 588
Empréstimos concedidos	67 192	78 216	67 423	78 461
Total ativos financeiros	820 569 886	700 537 328	798 929 263	676 292 980

valores em euros

Passivos financeiros	Justo valor		Valor contabilístico	
	2017	2016	2017	2016
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	97 214 898	73 956 149	97 214 898	73 956 149
Passivos financeiros de contratos de "unit-linked"	97 214 898	73 956 149	97 214 898	73 956 149
Depósitos recebidos de resseguradores	142 575	147 873	142 575	147 873
Total passivos financeiros	97 357 473	74 104 022	97 357 473	74 104 022

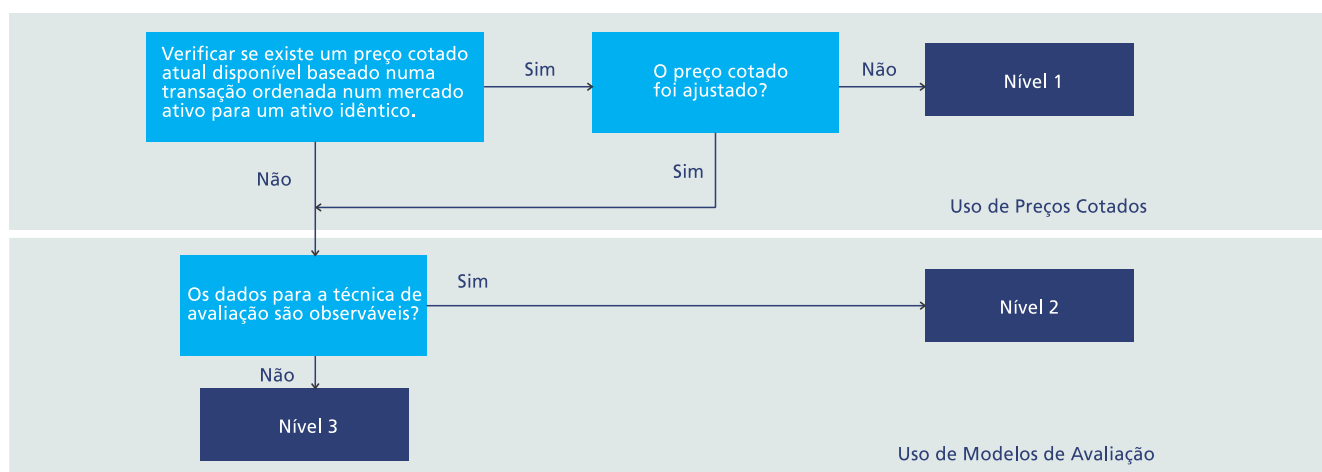
Dependendo da observabilidade dos preços e das técnicas de avaliação, a Companhia classifica os instrumentos mensurados ao justo valor dentro dos 3 níveis seguintes (hierarquia do valor justo):

Nível 1 - Inclui os ativos e passivos financeiros para os quais o justo valor é determinado diretamente a partir de um preço cotado não ajustado. Não inclui os ativos/passivos para os quais o justo valor é determinado através de transações ordenadas em mercados ativos para ativos/passivos semelhantes. Neste nível são incluídas as ações, fundos de investimento que são negociados ativamente em bolsa e outros instrumentos financeiros altamente líquidos.

Nível 2 - Inclui ativos e passivos financeiros para os quais o justo valor é determinado usando dados significativos observáveis direta ou indiretamente, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1. Se o ativo ou passivo tem um determinado prazo contratual, deve ser observável um dado de Nível 2. Os dados observáveis de Nível 2 incluem (i) preços cotados de ativos/passivos similares em mercados ativos; (ii) preços cotados de ativos/passivos idênticos em mercados não ativos e (iii) dados corroborados pelo mercado. São incluídos neste nível as obrigações de dívida pública e de empresas, os investimentos em fundos de investimento e outros instrumentos financeiros tais como MBS e ABS com rating AAA.

Nível 3 - Inclui ativos e passivos financeiros para os quais o justo valor é determinado usando técnicas de avaliação, com pelo menos um dado significativo, não sendo baseado em dados de mercado observáveis. Esta abordagem é utilizada apenas em circunstâncias em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para um determinado instrumento e que são desenvolvidos dados utilizando a melhor informação disponível relativamente aos pressupostos que os participantes no mercado usariam ao avaliar o ativo/passivo. Estão incluídos neste nível os ativos financeiros em situação de incumprimento, as propriedades de investimento e os empréstimos concedidos.

A figura abaixo descreve a abordagem utilizada para determinar a classificação da hierarquia de justo valor (não inclui os juros decorridos):



A classificação dos níveis na Companhia é determinada com base nos critérios definidos pelo Grupo Zurich Financial Services em conformidade com a IFRS 13. Ver adicionalmente a Nota 40.

A divisão dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por níveis (não inclui os juros decorridos) para 2017 e 2016 é como se segue:

valores em euros

2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	39 386 659	470 619 424	3	510 006 085
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	470 615 150	1	470 615 151
Ações e outros Títulos Rendimento variável	39 386 659	4 274	2	39 390 934
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	86 487 090	3 144 836	1	89 631 927
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	3 144 836	0	3 144 836
Ações e outros Títulos Rendimento variável	86 487 090	0	1	86 487 091
Ativos detidos até à maturidade	0	159 543 828	0	159 543 828
Propriedades de investimento	0	0	39 680 000	39 680 000
Empréstimos concedidos	0	0	67 423	67 423
Total ativos financeiros	125 873 749	633 308 088	39 747 426	798 929 263
Total passivos financeiros	0	97 357 473	0	97 357 473

valores em euros

2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	32 495 505	377 712 992	3	410 208 500
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	377 711 154	1	377 711 155
Ações e outros Títulos Rendimento variável	32 495 505	1 838	2	32 497 345
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	58 232 484	10 219 774	1	68 452 258
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	9 286 734	0	9 286 734
Ações e outros Títulos Rendimento variável	58 232 484	933 040	1	59 165 525
Ativos detidos até à maturidade	0	156 803 173	0	156 803 173
Propriedades de investimento	0	0	40 750 588	40 750 588
Empréstimos concedidos	0	0	78 461	78 461
Total ativos financeiros	90 727 990	544 735 938	40 829 052	676 292 980
Total passivos financeiros	0	74 104 022	0	74 104 022

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor (títulos de rendimento variável). A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas e de metodologias alternativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente as Notas 2 e 18.

d) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor.

A valorização das propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada a cada caso dos valores resultantes da aplicação dos seguintes dois métodos:

- a) Método comparativo;
- b) Método do rendimento.

Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Durante o exercício de 2017, a Companhia registou um ganho no valor nos seus imóveis de rendimentos no montante de 559.412 euros, tendo em 2016 registado um ganho de 543.573 euros.

Ver adicionalmente a Nota 26.

e) Pensões e outros benefícios a Colaboradores

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma em pagamento requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 14.

f) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por produto, dividindo entre produtos de poupança, produtos de previdência e *“universal life”*.

Os produtos de poupança são produtos que preenchem as necessidades de investimento dos tomadores de seguro. Os produtos de previdência protegem o tomador de seguro contra os riscos de morte, invalidez, doença grave e outros. Todos os contratos incluídos neste último segmento garantem benefícios ao tomador de seguro. Os produtos *“universal life”* são produtos que combinam as características dos produtos de proteção com os de poupança garantindo ao tomador do seguro um capital em caso de morte ou invalidez e, em simultâneo, através dos prémios pagos vai sendo constituída uma poupança.

Segmento principal – Segmento Operacional

Reporte por segmentos em 31 de dezembro de 2017:

Conta de ganhos e perdas

valores em euros

	Poupança	Previdência	Universal Life	Outros	Total
Prêmios brutos emitidos	121 351 923	14 677 955	2 329 165	4 839 457	143 198 499
Prêmios de resseguro cedido	0	(2 662 217)	(172 489)	(9 565)	(2 844 271)
Comissões de gestão (*)	0	0	0	1 443 885	1 443 885
Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	299 631	25 766	399	325 797
Outras receitas / (despesas)	0	0	0	629 070	629 070
Ganhos	121 351 923	12 315 369	2 182 442	6 903 246	142 752 979
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro	54 723 765	4 925 210	8 671 633	1 194 977	69 515 584
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	0	(1 126 757)	(165 538)	0	(1 292 295)
Provisão matemática líquida de resseguro	70 653 265	(58 267)	(5 733 735)	3 748 574	68 609 837
Participação nos resultados de seguro direto	6 638 136	273 361	(3 626)	0	6 907 871
Custos de aquisição e gastos administrativos	5 981 953	1 758 226	377 968	1 240 583	9 358 731
Outras despesas / (receitas)	0	0	0	128 419	128 419
Perdas	137 997 119	5 771 773	3 146 702	6 312 554	153 228 147
Resultado Operacional	(16 645 196)	6 543 596	(964 260)	590 692	(10 475 168)
Resultados Financeiros	20 061 915	45 414	1 270 838	3 176 757	24 554 924
Resultado antes de Impostos	3 416 719	6 589 010	306 579	3 767 448	14 079 756
Imposto	(948 058)	(1 828 292)	(85 068)	(1 045 377)	(3 906 795)
Resultado líquido do Exercício	2 468 661	4 760 718	221 510	2 722 072	10 172 961

(*) As comissões recebidas são geradas pela gestão de ativos e outros serviços relacionados, em resultado de contratos de seguro e contratos de investimento.

Demonstração da posição financeira

valores em euros

	Poupança	Previdência	Universal Life	Outros	Total
Caixa, depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber	25 237 284	593 531	1 780 280	15 372 804	42 983 899
Ativos financeiros	574 427 978	3 365 093	36 505 252	156 644 186	770 942 510
Ativos intangíveis	0	0	0	509 875	509 875
Ativos de resseguro	0	1 472 922	896 750	5 220	2 374 892
Outros ativos	25 100 000	0	0	18 548 886	43 648 886
Total de ativos	624 765 262	5 431 547	39 182 282	191 080 971	860 460 062
Provisões técnicas	622 850 499	6 355 820	37 692 114	17 911 675	684 810 108
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0	0	97 214 898	97 214 898
Outros passivos	0	0	0	15 543 030	15 543 030
Total de passivos	622 850 499	6 355 820	37 692 114	130 669 603	797 568 035

Reporte por segmentos em 31 de dezembro de 2016:

Conta de ganhos e perdas

valores em euros

	Poupança	Previdência	Universal Life	Outros	Total
Prêmios brutos emitidos	141 360 200	14 841 695	2 741 676	3 065 196	162 008 766
Prêmios de resseguro cedido	0	(2 766 113)	(199 386)	(9 828)	(2 975 327)
Comissões de gestão (*)	0	0	0	787 198	787 198
Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	499 136	17 452	7 906	524 494
Outras receitas / (despesas)	0	0	0	181 688	181 688
Ganhos	141 360 200	12 574 718	2 559 742	4 032 161	160 526 820
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro	48 883 100	3 852 869	8 272 050	1 199 851	62 207 870
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	0	(719 807)	(333 088)	0	(1 052 895)
Provisão matemática líquida de resseguro	96 029 662	(101 979)	(5 293 199)	1 809 334	92 443 818
Participação nos resultados de seguro direto	5 604 925	423 664	(16 664)	0	6 011 925
Custos de aquisição e gastos administrativos	6 445 303	1 700 009	521 439	611 708	9 278 458
Outras despesas / (receitas)	0	0	0	149 254	149 254
Perdas	156 962 990	5 154 755	3 150 538	3 770 147	169 038 430
Resultado Operacional	(15 602 790)	7 419 962	(590 796)	262 014	(8 511 610)
Resultados Financeiros	17 254 625	51 074	1 516 794	3 574 488	22 396 980
Resultado antes de Impostos	1 651 834	7 471 036	925 998	3 836 502	13 885 371
Imposto	(448 746)	(2 029 619)	(251 561)	(1 042 243)	(3 772 169)
Resultado líquido do Exercício	1 203 089	5 441 417	674 437	2 794 259	10 113 202

(*) As comissões recebidas são geradas pela gestão de ativos e outros serviços relacionados, em resultado de contratos de seguro e contratos de investimento.

Demonstração da posição financeira

valores em euros

	Poupança	Previdência	Universal Life	Outros	Total
Caixa, depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber	6 055 515	232 458	608 384	9 444 564	16 340 921
Ativos financeiros	486 310 972	4 514 688	42 106 564	113 249 101	646 181 326
Ativos intangíveis	0	0	0	401 298	401 298
Ativos de resseguro	0	1 663 061	912 378	6 000	2 581 438
Outros ativos	25 030 588	0	0	22 126 331	47 156 919
Total de ativos	517 397 075	6 410 208	43 627 326	145 227 294	712 661 902
Provisões técnicas	512 319 550	6 536 639	43 340 870	14 164 654	576 361 713
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0	0	73 956 149	73 956 149
Outros passivos	0	0	0	10 905 835	10 905 835
Total de passivos	512 319 550	6 536 639	43 340 870	99 026 638	661 223 697

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são como segue:

	valores em euros	
	2017	2016
Prémios brutos emitidos	143 198 499	162 008 766
Prémios de resseguro cedido	(2 844 271)	(2 975 326)
Prémios líquidos de resseguro	140 354 227	159 033 440
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	24 320	8 839
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	140 378 548	159 042 279

Os prémios de resseguro cedido respeitam às coberturas dos produtos de previdência, "universal life" e outros, tal como referido na Nota 4.

De acordo com os princípios de classificação da IFRS 4, os valores recebidos relativamente a contratos de seguro que apenas transferem risco financeiro sem participação nos resultados são classificados como contratos de investimentos e contabilizados no passivo. Desta forma, os valores recebidos de contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

Alguns indicadores relativos aos seguros de vida podem ser analisados como segue:

2017

	valores em euros	
Prémios brutos emitidos de seguro direto		143 198 499
Relativos a contratos individuais	134 899 587	
Relativos a contratos de grupo	8 298 912	143 198 499
Periódicos	25 929 101	
Não periódicos	117 269 398	143 198 499
De contratos sem participação nos resultados	15 401 719	
De contratos com participação nos resultados	127 796 780	143 198 499
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0
Prémios brutos emitidos de resseguro cedido		2 844 271
Saldo de resseguro		1 252 036

2016

	valores em euros	
Prémios brutos emitidos de seguro direto		162 008 766
Relativos a contratos individuais	152 988 852	
Relativos a contratos de grupo	9 019 915	162 008 766
Periódicos	25 989 889	
Não periódicos	136 018 878	162 008 766
De contratos sem participação nos resultados	13 456 686	
De contratos com participação nos resultados	148 552 081	162 008 766
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0
Prémios brutos emitidos de resseguro cedido		2 975 326
Saldo de resseguro		1 449 779

6. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	valores em euros	
	2017	2016
Comissões de emissão	628 024	209 341
Penalização por resgate	2 319	2 182
Comissões de gestão	813 542	575 675
Total	1 443 885	787 198

As comissões de emissão são cobradas pela Companhia aquando da subscrição de produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro. As comissões de gestão respeitam ao valor cobrado referente à gestão da carteira de ativos financeiros pela Companhia.

O incremento na variação resulta do aumento da carteira Unit-linked.

7. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	valores em euros	
	2017	2016
Seguro Direto	69 515 584	62 207 870
Montantes pagos	68 479 263	63 670 544
Prestações	67 402 102	62 656 047
Custos de gestão de sinistros imputados (Ver Nota 13)	1 077 162	1 014 497
Provisão para sinistros (variação)	1 036 321	(1 462 673)
Resseguro cedido	(1 292 295)	(1 052 895)
Montantes pagos	(1 472 578)	(1 437 394)
Provisão para sinistros (variação)	180 282	384 498
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	68 223 289	61 154 975

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas, rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos) e rácio financeiro, calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2017	2016	Variação
Rácio de Sinistralidade	48,5%	38,4%	10,1%
Rácio de Despesas	6,5%	5,7%	0,8%
Rácio Combinado	55,1%	44,1%	11,0%
Rácio Operacional	8,5%	8,1%	0,4%
Rácio Financeiro	4,3%	4,6%	-0,2%

Os custos com sinistros por tipo de sinistro são decompostos como segue:

Custos com sinistros de Seguro Direto (sem imputação)

valores em euros

	2017		2016		Varição
Maturidades	33 365 636	48,8%	33 441 099	54,6%	-0,2%
Morte / Invalidez	9 426 832	13,8%	7 566 919	12,4%	24,6%
Rendas	1 175 735	1,7%	1 149 279	1,9%	2,3%
Resgates	24 194 776	35,4%	18 486 044	30,2%	30,9%
Outros	241 111	0,4%	594 827	1,0%	-59,5%
IBNR	34 333	0,1%	(44 795)	-0,1%	-176,6%
Total	68 438 423	100%	61 193 373	100%	11,8%

Os custos com sinistros brutos de resseguro aumentaram 12% no exercício de 2017 relativamente ao período homólogo do ano anterior, essencialmente, devido aos Resgates (+31%), Morte / Invalidez (+25%) e Rendas (+2%), tendo os outros tipos de sinistro apresentado descidas no valor dos custos. A evolução do tipo de sinistro Resgates, que apresenta um crescimento significativo no exercício de 2017, deve-se ao incremento da exposição a este tipo de sinistro resultado do crescimento verificado no valor dos produtos de poupança e investimento.

No respeitante aos produtos de risco e, analisando o impacto do resseguro nos seus resultados, observamos a seguinte evolução:

Custos com sinistros de Morte, Invalidez e Outros de produtos de risco vs sinistros de Resseguro Cedido

valores em euros

	Sinistros de Seguro Direto (*)	Sinistros de Resseguro Cedido	RC / SD
2013	5 717 103	1 522 419	26,6%
2014	5 048 120	1 731 110	34,3%
2015	5 408 386	1 845 744	34,1%
2016	4 350 943	1 032 686	23,7%
2017	5 048 764	1 330 241	26,3%

(*) Apenas sinistros de seguro direto em produtos que geram sinistros de resseguro cedido

Da sua análise resulta que, ao aumento do custo com sinistros de seguro direto de 16%, observado entre 2017 e 2016, correspondeu um aumento de 29% no volume de sinistros ressegurados, do que resultou um incremento de 12% dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Custos com sinistros de Resseguro Cedido vs prémios de Resseguro Cedido

valores em euros

	Sinistros de Resseguro Cedido	Prémios de Resseguro Cedido	SRC/PRC
2013	1 522 419	3 214 338	47,4%
2014	1 731 110	3 281 284	52,8%
2015	1 845 744	3 178 305	58,1%
2016	1 032 686	2 975 326	34,7%
2017	1 330 241	2 844 271	46,8%

8. Provisão matemática do ramo vida líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

Ver adicionalmente a Nota 29.

9. Participação nos resultados líquida de resseguro

A rubrica de participação nos resultados líquida de resseguro respeita ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativo aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

Ver adicionalmente a Nota 29.

10. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	valores em euros	
	2017	2016
Custos de aquisição - Remunerações de mediação	2 840 215	2 326 471
Custos de aquisição imputados (Nota 13)	2 327 955	2 200 108
Custos de aquisição diferidos (variação)	2 232	3 237
Custos administrativos - Remunerações de mediação	376 051	470 261
Custos administrativos imputados (Nota 13)	3 810 427	4 277 749
Custos gestão de fundos de pensões (Nota 13)	1 852	631
Comissão e participação nos resultados de resseguro	-325 797	-524 494
Custos de exploração líquidos	9 032 934	8 753 964

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e, posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de Aquisição, a Custos Administrativos, a Custos com Sinistros, a Custos com Investimentos e a Custos de Gestão de Fundos de Pensões (ver Nota 13). A metodologia de imputação utilizada para 2017 foi consistente com a adotada em anos anteriores.

Os custos diretos incluem (i) remunerações de mediação (comissões de angariação e de cobrança), (ii) outros custos de aquisição e (iii) outros custos administrativos (apoios, incentivos e convenção anual, atribuídos aos Mediadores). Incluem ainda as comissões e participação nos resultados de resseguro cedido.

Os incentivos comerciais, registados na rubrica de outros custos administrativos, tiveram uma diminuição de 4,4%, essencialmente, devido ao fraco desempenho do canal Agentes nos produtos de risco ao qual está indexado este incentivo. As comissões de angariação e cobrança (registadas na rubrica de remunerações de mediação nos custos de aquisição e custos administrativos, respetivamente) aumentaram, devido essencialmente aos Contratos de Investimento Unit-Linked cujo encargo de aquisição (ao Cliente) é pago como comissão ao distribuidor. Sobre prémios comerciais e depósitos registou-se uma variação ligeiramente positiva de 0,3%, não obstante os prémios e depósitos terem registado um aumento de 3,6%.

Ver análise dos gastos imputados na Nota 13.

11. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros são analisados como segue:

valores em euros

Rendimentos	2017	2016
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	21 485 363	19 844 536
Afetos	19 905 129	18 219 660
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Juros	11 049 610	9 387 264
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber		
Juros	1 799	14 734
Investimentos a deter até à maturidade		
Juros	8 853 720	8 817 663
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	0	0
Não afetos	1 580 234	1 624 876
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Juros	1 550 267	1 623 331
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber		
Juros	402	648
Investimentos a deter até à maturidade		
Juros	29 565	898
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	0	0
Outros	3 664 691	2 708 036
Afetos	2 891 552	1 815 468
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Dividendos	448 137	495 238
Juros	23 829	291 150
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	1 049 750	915 736
Terrenos e Edifícios		
Rendimento	1 369 836	113 343
Não afetos	773 138	892 569
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	161 725	160 529
Terrenos e Edifícios		
Rendimento	611 414	732 040
Total	25 150 054	22 552 572

O exercício de 2017 regista um acréscimo dos rendimentos dos juros de dívida dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, devido essencialmente, ao aumento da média dos ativos financeiros investidos durante o ano.

O forte aumento do rendimento dos terrenos e edifícios é motivado pela aquisição de uma propriedade de investimento, no ultimo trimestre de 2016, sendo que o ano de 2017 já reflete o rendimento total correspondente a um ano. Ver adicionalmente a Nota 26.

12. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros respeita essencialmente aos custos imputados à função investimentos (ver Nota 13) no valor de 1.244.972 euros (2016: 929.491 euros), que inclui o montante de 145.290 euros (2016: 186.523 euros) imputado a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

13. Custos por natureza imputados

Os custos por natureza são imputados por função como segue:

valores em euros

	2017	2016
Custos com sinistros (Nota 7)	1 077 162	1 014 497
Custos de aquisição (Nota 10)	2 327 955	2 200 108
Custos administrativos (Nota 10)	3 810 427	4 277 749
Custos gestão dos investimentos (Nota 12)	1 244 972	929 491
Custos gestão de fundos de pensões (Nota 10)	1 852	631
Total	8 462 367	8 422 476

A desagregação dos custos por natureza é como segue:

valores em euros

	2017	2016
Custos com o pessoal	3 533 944	3 309 722
Fornecimentos e serviços externos:		
Grupo Zurich - Serviços de gestão de investimentos (Nota 39)	795 866	539 513
Grupo Zurich - Serviços de IT e projetos diversos (Nota 39)	684 176	874 880
Trabalhos especializados	470 416	354 557
Comunicações	391 777	385 384
Deslocações, estadas e despesas de representação	367 187	269 363
Publicidade e propaganda	355 081	310 753
Serviços diversos - "Outsourcing"	337 456	356 890
Rendas e alugueres	335 497	313 442
Conservação e reparação	178 878	213 634
Grupo Zurich - "Licence Agreement" (Nota 39)	155 082	295 924
Custos com cobrança de prémios	59 388	50 946
Seguros	40 517	25 233
Quotizações da atividade	39 996	11 534
Artigos para oferta a Clientes	36 915	22 279
Despesas condominio	29 827	57 755
Gastos com Formação Agentes e Corretores	21 431	21 777
Outros (de valor < 15.000 euros)	93 445	38 106
	4 392 933	4 141 971
Impostos e taxas	128 093	132 898
Amortizações/depreciações do exercício:		
Ativos intangíveis (Nota 28)	91 217	49 977
Ativos tangíveis (Nota 27)	7 365	13 699
	98 582	63 676
Provisões	78 500	462 331
Juros suportados	3 702	7 116
Comissões	226 614	304 762
Total dos Custos por natureza	8 462 367	8 422 476

Os valores mais significativos são:

- Gastos com pessoal registaram no exercício de 2017 um acréscimo face ao exercício de 2016 devido à inflação salarial, incremento do número de Colaboradores, aumento dos gastos com formação profissional e dos prémios de desempenho e correspondentes encargos patronais;
- Prestações de serviços pelo Grupo relacionados com a utilização da marca Zurich, suportes de informática e comunicação, management e gestão de investimentos financeiros (ver adicionalmente a Nota 39);
- Trabalhos especializados relacionados com consultoria, auditoria externa, exames médicos, digitalização de apólices de seguro e desenvolvimento de projetos especiais;
- Comunicações telefónicas, correios e transmissões de dados;
- Deslocações, estadas e despesas de representação;

- Publicidade e propaganda relacionada com o patrocínio do Futsal;
- Serviços de “Outsourcing” de suporte ao sistema informático;
- Rendas das instalações no montante de 211.200 euros (2016: 211.200 euros) e alugueres de computadores, impressoras e viaturas, no montante total de 124.297 euros (2016: 102.242 euros);
- O acréscimo no montante das amortizações/depreciações do exercício em ativos intangíveis, devido à nova plataforma MyZurich. Ver adicionalmente a Nota 28;
- Em 2017, o decréscimo da rubrica de provisões corresponde, essencialmente, ao cancelamento de provisões para indemnizações por reestruturação no montante de 262.626 euros (2016: reforço de 387.331 euros) e para processos em contencioso e litígios que a 31 de dezembro totalizavam 78.500 euros (2016: 75.000 euros). Ver adicionalmente a Nota 37;
- Comissões que registaram um decréscimo no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016, devido essencialmente, a serviços bancários, nomeadamente os decorrentes da cobrança de prémios de seguros por débito bancário e da custódia de investimentos financeiros.

Durante o exercício de 2017 a Companhia teve, em média, 63 Colaboradores ao seu serviço (2016: 60 Colaboradores), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro.

Adicionalmente, apresenta-se o número de Colaboradores por categoria profissional no final dos exercícios de 2017 e 2016:

	Número médio de Colaboradores por categoria profissional		Número de Colaboradores por categoria profissional no final do exercício	
	2017	2016	2017	2016
Quadros superiores	21	20	21	20
Quadros médios	17	16	17	17
Profissionais altamente qualificados	11	10	11	11
Profissionais qualificados	14	14	14	14
Total	63	60	63	62

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

valores em euros

Custos com pessoal	2017	2016
Remunerações		
dos órgãos sociais	17 360	18 939
do pessoal	2 286 983	2 222 852
Encargos sobre remunerações	630 496	587 877
Benefícios pós-emprego		
Planos de benefícios definidos (ver Nota 14)	36 873	36 403
Seguros obrigatórios	71 335	65 760
Gastos de ação pessoal	32 632	34 703
Outros gastos com pessoal	110 154	76 886
Estimativa de bónus	348 110	266 303
Total	3 533 944	3 309 722

A remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia, encontra-se detalhada no quadro abaixo:

	valores em euros	
	2017	2016
Conselho de Administração		
Presidente		
Remuneração e outros benefícios	7 865	7 788
Administrador		
Remuneração e outros benefícios		
Subtotal	7 865	7 788
Presidente da mesa da Assembleia Geral		
Remuneração e outros benefícios	2 816	2 816
Conselho Fiscal		
Presidente		
Remuneração e outros benefícios	8 646	7 201
Vogal		
Remuneração e outros benefícios	8 232	2 058
Vogal		
Remuneração e outros benefícios	7 232	4 850
	24 110	14 109
Diretores		
Remuneração e outros benefícios	392 443	355 328
Benefícios pós emprego	3 946	3 906
	396 389	359 234
Total	431 180	383 947

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, auferiu 24.110 euros durante o ano de 2017 (2016: 14.109 euros).

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os honorários com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 170.405 euros (2016: 130.294 euros), incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia e dos Fundos de Pensões sob gestão, a auditoria à taxa global de custos para efeitos de reporte à CMVM e, adicionalmente, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos à ASF.

O acréscimo de honorários no ano de 2017 deve-se à revisão dos relatórios de Solvência II, referentes ao exercício de 2016, no seguimento do requerido na Norma Regulamentar nº 2-2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Adicionalmente, foi emitido um Relatório de Certificação Atuarial, Relatório Anual sobre a solvência e a situação financeira incluindo a informação quantitativa e o Relatório de Requisito de Capital de Solvência.

14. Benefícios concedidos a Colaboradores

Plano de Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (ACT) a Companhia assume a responsabilidade do financiamento do custo anual do Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do Colaborador:

Ano Civil	Percentagem de contribuição para o PIR
2012	1,00
2013	2,25
2014	2,50
2015 e seguintes	3,25

A primeira contribuição anual do Colaborador para o plano individual de reforma verificar-se-á:

- Para os Colaboradores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 — no ano de 2015;
- Para os Colaboradores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os Colaboradores no ativo, admitidos depois de 1 de janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

Em 2014, foi feita uma contribuição extraordinária para o PIR de valor correspondente a 1,25% sobre o ordenado base anual do Colaborador, para todos os Colaboradores admitidos em data anterior a 31-12-2012 na modalidade de contrato sem termo. Esta contribuição foi feita de acordo com o disposto na alteração do CCT publicada a 21 de novembro de 2014.

Para efeito de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos Colaboradores, o custo associado a planos de contribuição definida é a obrigação anual da empresa que é determinada pelas quantias a serem contribuídas relativas ao ano.

Métodos, pressupostos e hipóteses usados na avaliação atuarial

Com a alteração do plano de pensões da população ativa, de plano de benefício definido para plano de contribuição definida, não são necessários pressupostos atuariais para mensurar a obrigação ou o gasto e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

O custo anual é calculado com base nas percentagens definidas no ponto 1. do Anexo V do Contrato Coletivo de Trabalho para o Sector Segurador - (tabela supracitada).

Como o plano de contribuição definida tem uma garantia de capital à data de liquidação do benefício, no final de cada exercício e após o apuramento do valor do sub-fundo CD (quota-parte do fundo de pensões que financia o plano de contribuição definida) se este for inferior ao valor das contribuições efetuadas no âmbito deste plano, cria-se um passivo nas contas da Companhia (associada) - provisão pela diferença.

Grupo de pessoas abrangidas:

O presente plano abrange todos os Colaboradores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado.

Caraterísticas da população

Participantes	Ativos		Ex-Ativos	
	2017	2016	2017	2016
Total de participantes	64	63	10	9
Idade média	46,0	45,0	48,0	47,0
Taxa média de crescimento salarial	1,3%	1,6%	0%	0%

No exercício de 2017 registou-se a saída de um Colaborador, por quebra de vínculo laboral e a entrada de um Colaborador do número de participantes ativos abrangidos pelo plano de contribuição definida tal como determinado pelo CCT (2016: saída de três Colaboradores).

A contribuição do ano de 2017 para o plano de contribuição definida foi de 37.536 euros (2016: 36.994 euros).

Plano de Benefício definido

Plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades das pensões por velhice em pagamento a 31 de dezembro de 2011 e respetivas atualizações.

Métodos, pressupostos e hipóteses usados na avaliação atuarial – pensões em pagamento

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais para 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como segue:

Pressupostos atuariais	2017	2016
Tábua Mortalidade	GRF80	GRF80
Tábua Invalidez	n.a.	n.a.
Taxa de rendimento do fundo		
1º Ano	1,96%	0,87%
Anos seguintes	1,96%	0,87%
Taxa desconto	1,96%	0,87%
Taxa crescimento salarial	n.a.	n.a.
Taxa crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa técnica das rendas	1,96%	0,87%
Percentagem esperada de pré-reformas	n.a.	n.a.

Apesar do plano de benefício definido estar associado apenas ao financiamento das pensões em pagamento, a mensuração da obrigação existe, por tal motivo foi feita a reposição dos pressupostos da taxa de desconto, de rendimento do fundo e taxa técnica das rendas. O seu valor é atualizado aplicando uma taxa de 1,96% (2016: 0,87%) e que corresponde à taxa da curva de cupão zero da zona euro para 12 anos (tempo de serviço futuro de pagamento de pensões).

Beneficiários	Reforma Velhice	
	2017	2016
Total de beneficiários	2	2
Idade média	76,5	75,5

Reconciliação da obrigação do Plano de Pensões e do justo valor dos ativos do Plano

valores em euros

	2017	2016
Responsabilidades em 31 de dezembro	602 598	574 611
Plano CD	541 202	503 666
Ativos	491 484	444 440
Ex-ativos c/ direitos adquiridos	49 718	59 226
Plano BD	61 396	70 946
Beneficiários	61 396	70 946
Saldo do fundo em 31 de dezembro	1 557 074	1 522 391
Plano CD	748 609	695 234
Plano BD	107 192	104 805
Outros ativos	701 273	722 352
Rácio de financiamento do plano de pensões	142%	139%

As responsabilidades do fundo de pensões para com o plano de contribuição definida, no que respeita a Ativos e Ex-Ativos com direitos adquiridos, correspondem ao montante do capital mínimo garantido conforme definido no novo CCT. As responsabilidades do fundo de pensões para com planos de benefício definido correspondem ao valor atual das pensões em pagamento.

O valor do fundo de pensões encontra-se afeto às respetivas responsabilidades, apresentando um rácio de financiamento superior a 100%. Há um montante de 81.329 euros (2016: 116.218 euros) respeitante à extinção das responsabilidades com reformas por invalidez a 31 de dezembro de 2011 do plano de pensões do anterior CCT. Este valor será utilizado como contrapartida de contribuições futuras e pagamento de encargos associados ao Plano de Pensões.

Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho da obrigação do Plano de Pensões

valores em euros

	2017	2016
Responsabilidades em 1 de janeiro	574 611	540 023
Plano CD		
Responsabilidades em 1 de janeiro	503 666	467 002
Contribuições	37 536	36 664
Responsabilidades a 31 de dezembro	541 202	503 666
Plano BD		
Responsabilidades em 1 de janeiro	70 945	73 021
Custo dos juros	1 391	635
(Ganhos) e Perdas atuariais nas responsabilidades	(5 848)	2 381
Benefícios pagos pela Companhia	(5 091)	(5 091)
Responsabilidades a 31 de dezembro	61 396	70 945
Responsabilidades em 31 de dezembro	602 598	574 611
Responsabilidades em 31 de dezembro reconhecidas no Balanço da Companhia	61 396	70 945

A obrigação do plano de pensões, a qual em 31 de dezembro de 2017 ascende a 602.598 euros (2016: 574.611 euros), encontra-se financiada por um Fundo de Pensões de valor superior, o que representa um nível de financiamento acima de 100%. A Companhia não tem planos por financiar.

De referir que a Companhia apenas reconhece no seu balanço a responsabilidades com plano de benefícios definidos no montante de 61.396 euros (2016: 70.945 euros).

Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano

valores em euros

	2017	2016
Valor do fundo em 1 de janeiro	1 522 391	1 497 350
Plano CD		
Saldo do fundo em 1 de janeiro	811 452	798 105
Retorno real dos ativos	(19 050)	(23 317)
Contribuição do ano	37 536	36 664
Saldo do fundo em 31 de dezembro	829 939	811 452
Plano BD		
Saldo do fundo em 1 de janeiro	104 805	103 081
Retorno esperado dos ativos	2 054	897
Ganhos e (Perdas) atuariais	5 425	5 918,53
Benefícios pagos pelo Fundo	(5 091)	(5 091)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	107 192	104 805
Outros ativos		
Saldo do fundo em 1 de janeiro	606 134	596 164
Retorno real dos ativos	13 809	9 970
Saldo do fundo em 31 de dezembro	619 943	606 134
Valor do fundo em 31 de dezembro	1 557 074	1 522 391
Valor do fundo em 31 de dezembro reconhecido no Balanço da Companhia	188 522	221 022

A contribuição do ano de 2017 foi de 37.536 euros (2016: 36.664 euros). A variação entre contribuições deve-se à percentagem definida no Anexo V do ACT para cada ano e à elegibilidade dos Colaboradores ao plano.

De referir que a Companhia reconhece no seu balanço o ativo com plano de benefícios definidos no montante de 107.192 euros (2016: 104.805 euros), e o montante das unidades de participação detidas pela Zurich Vida no sub-fundo de contribuição definida que foram atribuídas à Companhia, no processo de liquidação do plano de benefícios definidos, correspondente ao valor totalmente financiado a 31 de dezembro de 2011 das responsabilidades com reforma por invalidez de participantes no ativo e ex-ativos no montante de 81.329 euros (2016: 116.218 euros).

A Companhia não reconhece no seu balanço a quota-parte do fundo afeta a responsabilidades associadas à cessação do plano de pensões do anterior CCT relativos à população ex-ativa, em 31 de dezembro de 2011 (quota-parte do fundo: 619.943 euros versus responsabilidade: 412.146 euros). Este ativo somente será reconhecido se a responsabilidade não se concretizar.

A carteira de ativos do Fundo Pensões Zurich Vida é composta da seguinte forma (por classe de ativos):

valores em euros

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Títulos rendimento variável	88 555	6%	80 168	5%
Títulos rendimento fixo	1 316 723	85%	1 338 053	88%
Depósitos à ordem	126 361	8%	78 734	5%
Valores a liquidar	25 436	2%	25 436	2%
Valor do Fundo	1 557 074	100%	1 522 391	100%

A rubrica Títulos de rendimento fixo inclui os juros a receber no montante de 25.436 euros (2016: 25.436 euros).

A Companhia não utiliza ativos do Fundo de Pensões. O Fundo não detém títulos emitidos por entidades do Grupo.

A política de investimentos do Fundo que se encontra definida cumpre com os limites previstos na Norma Regulamentar Nº. 9/2007-R.

Evolução dos ganhos/perdas atuariais reconhecidos no SORIE

A rubrica de ganhos/perdas atuariais diz respeito ao Plano de Benefício Definido:

valores em euros

	2017	2016
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no SORIE em 1 de janeiro	(37 557)	(34 019)
(Ganhos)/perdas atuariais no ano	(11 273)	(3 538)
nas responsabilidades	(5 848)	2 381
nos ativos do plano	(5 425)	(5 919)
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no SORIE em 31 de dezembro	(48 830)	(37 557)

Justificação dos ganhos atuariais conforme informação requerida pela IAS 19 Revista:

	2017	2016
Alteração dos pressupostos demográficos	5 848	(2 381)
Taxa real de rentabilidade dos ativos financeiros	5 425	5 919
Total de Ganhos e perdas atuariais	11 273	3 538

Na avaliação para o exercício de 2017 foi apurado o valor de 11.273 euros (2016: 3.538 euros) que se encontra registado na rubrica de Reservas por ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos, que resulta do seguinte:

- Ganhos e perdas atuariais no valor atual das pensões em pagamento, foi apurada um ganho atuarial de 5.848 euros (2016: perda atuarial de 2.381 euros) devido a:
 - Alteração da taxa de atualização do valor atual das pensões em pagamento, passou de 0,87% em 2016 para 1,96% em 2017, o que implica que o valor atual seja inferior, ganho atuarial de 5.665 euros;
 - Pressuposto da taxa de crescimento das pensões de 1,50% e a taxa de crescimento real em 2017 foi de 0,00%, ganho atuarial de 183 euros.
- Ganhos e perdas atuariais no valor do Fundo:
 - A taxa real de rentabilidade dos ativos financeiros ficou 2,28%, acima da taxa de rentabilidade pressuposta, 1,96%, tendo resultado um ganho atuarial de 5.425 euros.

Evolução do saldo líquido de balanço

valores em euros

	2017	2016
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	(134 539)	(164 889)
Plano CD		
Liquidação da contribuição por contrapartida do ativo afeto à Zurich Vida	37 536	36 664
Retorno real das unidades de participação afetas à Zurich Vida	(2 648)	(2 514)
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro - Plano CD	34 888	34 150
Plano BD		
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	(5 848)	2 381
(Ganhos) e perdas atuariais no fundo	(5 425)	(5 919)
Encargos do ano:		
Custo dos juros	1 391	635
Retorno esperado dos ativos do plano	(2 054)	(897)
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro - Plano BD	(11 937)	(3 800)
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	(111 587)	(134 539)

Indicação do gasto total reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas do exercício corrente

valores em euros

	2017	2016
Plano CD		
Contribuições efetuadas no ano	37 536	36 664
Plano BD		
Custo de juros	1 391	635
Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolso	(2 054)	(897)
Total de impactos no Ganhos e Perdas	36 873	36 403

A evolução das responsabilidades, dos saldos do Fundo e dos Ganhos e Perdas de experiência nos últimos cinco anos é como segue

valores em euros

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	61 396	70 946	73 021	73 191	69 157
Justo valor dos ativos do plano	107 192	104 805	103 081	100 265	91 716
Défice / (excedente) do plano	(45 796)	(33 859)	(30 060)	(27 074)	(22 559)
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano - (Ganho)/Perda	(5 848)	(2 381)	(4 071)	(7 943)	(6 778)
Ajustamentos de experiência resultantes dos ativos do plano - Ganho/(Perda)	5 425	5 919	6 743	12 073	9 903

Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Os valores evidenciados nesta rubrica a 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

valores em euros

Benefícios com planos de pensões	2017	2016
Planos de contribuição definida	81 329	116 218
Planos de benefícios definidos	45 796	33 859
Total	127 125	150 077

Outros benefícios de longo prazo

A 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho assinado em dezembro de 2011 com prémios de permanência (antiguidade) encontram-se devidamente reconhecidas, no montante de 26.090 euros (2016: 25.114 euros).

15. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas são decompostos como segue:

valores em euros

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	14 095	(11 177)	2 918	1 310 699	0	1 310 699
De emissores públicos	9 460	(11 177)	(1 717)	1 310 699	0	1 310 699
De outros emissores	4 635	0	4 635	0	0	0
Ações	1 762 688	(579 678)	1 183 011	92 499	(209 521)	(117 022)
Total	1 851 787	(590 855)	1 260 933	1 403 198	(209 521)	1 193 677

O resultado das valias apresentadas em 2017 deriva integralmente da alienação dos respetivos Ativos financeiros disponíveis para venda.

16. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas são decompostos como segue:

Ganhos líquidos sem reavaliação cambial

valores em euros

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 045	(0)	1 045	594 945	(28 704)	566 241
De outros emissores	52 330	(38 661)	13 669	1 086 022	(714 981)	371 041
Ações	394 006	(248 511)	145 495	132 712	(355 124)	(222 413)
Outros títulos de rendimento variável	4 103 955	(460 078)	3 643 877	2 718 971	(1 778 955)	940 015
	4 551 336	(747 250)	3 804 086	4 532 649	(2 877 765)	1 654 885
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	5 816 384	(9 795 746)	(3 979 362)	5 398 145	(8 039 822)	(2 641 677)
Total	10 367 721	(10 542 996)	(175 275)	9 930 794	(10 917 587)	(986 792)

Ganhos líquidos com reavaliação cambial

valores em euros

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 045	(0)	1 045	594 945	(28 704)	566 241
De outros emissores	84 156	(38 661)	45 495	1 132 241	(716 876)	415 365
Ações	402 745	(298 890)	103 856	145 467	(384 419)	(238 952)
Outros títulos de rendimento variável	4 105 143	(729 474)	3 375 669	3 061 122	(1 926 694)	1 134 428
	4 593 089	(1 067 024)	3 526 065	4 933 776	(3 056 694)	1 877 083
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	5 816 384	(9 795 746)	(3 979 362)	5 398 145	(8 039 822)	(2 641 677)
Total	10 409 474	(10 862 770)	(453 297)	10 331 922	(11 096 516)	(764 594)

O valor registado na rubrica de Passivos financeiros classificados ao justo valor por via de resultados corresponde aos ganhos líquidos dos passivos financeiros de contratos de investimentos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (ver Nota 34).

17. Diferenças de câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2 e é analisada como segue:

valores em euros

	2017	2016
Ganhos (Perdas) por diferenças cambiais		
Investimentos relativos a contratos de investimento "Unit-linked"	(278 021)	222 198
Total	(278 021)	222 198

18. Perdas de imparidade, líquidas de reversão

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2017 e 2016 desagregam-se como segue:

valores em euros

Imparidade reconhecida no ano	2017	2016
Títulos de rendimento variável		
Ações	573 756	198 751
Total	573 756	198 758

Entre 2017 e 2016, a imparidade evoluiu da seguinte forma:

valores em euros

Evolução da imparidade	2017	2016
Saldo inicial	10 988 199	10 789 442
Reforço	573 756	198 758
Libertação	(4 448 678)	0
Saldo final	7 113 278	10 988 199

O valor acumulado da imparidade, em 2017 e 2016, pode-se desagregar como segue:

valores em euros

Valor acumulado de imparidades por tipo de ativo	2017	2016
Títulos de rendimento variável		
Ações	7 113 083	10 988 004
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações		
Outros emissores	195	195
Total	7 113 278	10 988 199

19. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Na rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro estão registados os rendimentos gerados pela prestação de serviços de gestão dos fundos de pensões. Os rendimentos obtidos em 2017 e 2016 são como se segue:

valores em euros

	2017	2016
Gestão dos fundos de pensões	45 271	45 543
Acordo de Prestação de Serviço - Grupo Zurich	89 262	63 720
Total	134 533	109 263

Na rubrica Acordo de Prestação de Serviço – Grupo Zurich encontra-se registada a faturação relativa ao suporte prestado à Casa Mãe na área de documentação de logística, incluindo a gestão e implementação da estratégia, análise e alterações dos processos.

20. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de Outros rendimentos/gastos tem a seguinte decomposição:

valores em euros

	2017	2016
Gastos		
Despesas confidenciais	35 000	35 000
Imposto retido no estrangeiro não recuperável	74 557	107 749
Perdas com abate de ativos tangíveis	4 394	3 004
Multas fiscais	4 059	188
Outros gastos	10 409	3 314
Total gastos	128 419	149 254
Rendimentos		
Anulação de ajustamentos do exercício (ver Nota 37)	(348 238)	(55 000)
Correção de IRC de 2016 (ver Nota 31)	(133 313)	0
Ganhos relativos ao Plano de Contribuição Definida (ver Nota 14)	(2 649)	(2 514)
Ajustamento de recibos por cobrar	(7 280)	(14 851)
Outros rendimentos	(3 057)	(60)
Total rendimentos	(494 538)	(72 425)
Outros rendimentos/gastos	(366 118)	76 829

21. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

valores em euros		
	2017	2016
Caixa	3 749	4 689
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	42 912 727	16 257 771
Total	42 916 476	16 262 460

A rubrica de Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis evidencia valores bastante elevados em 31 de dezembro de 2017, devido à manutenção do valor disponível na carteira de seguros com participação nos resultados, face à intenção da aquisição de um imóvel de rendimento, que veio a concretizar-se em fevereiro de 2018 (ver Nota 44). Em 31 de dezembro de 2017 o valor total nesta carteira é de 30.433.828 euros (2016: 8.133.721,28 euros).

No final do exercício também se verificou um incremento dos recebimentos de Unit-linked, que em 31 de dezembro totalizam um valor de 7.833.532 euros (2016: 7.387.770 euros). Estes montantes incluem os saldos pendentes a liquidar a instituições bancárias relativos a aquisição de investimentos financeiros, sendo que no final do exercício de 2017 o montante é de 61.033 euros (2016: 1.816.039 euros).

22. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

valores em euros		
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	0	576 019
De outros emissores públicos	0	0
De outros emissores	3 145 877	8 722 538
	3 145 877	9 298 556
Ações	3 593 030	3 053 998
Outros títulos de rendimento variável		
Unidades de participação de fundos de investimento mobiliário	82 515 963	55 178 486
Unidades de participação de fundos de investimento imobiliário	378 098	0
Outros instrumentos de capital	0	936 165
	82 894 061	56 114 651
Valor de balanço	89 632 967	68 467 206
Valor de aquisição	86 451 836	67 116 350

Ver adicionalmente as Notas 3 b) e 40.

Os movimentos ocorridos no exercício de 2017 e 2016, nos ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, encontram-se detalhados no seguinte quadro:

valores em euros

Tipo de ativo	Saldo inicial	Compras	Vendas	Valias potenciais	Valias realizadas	Juros decorridos	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
Títulos de dívida pública	576 019	2 772 979	(3 350 043)	0	1 045	0	0
De outros emissores públicos	0	0	0	0	0	0	0
De outros emissores	8 722 538	4 034 965	(9 646 338)	10 870	34 624	(10 783)	3 145 877
	9 298 556	6 807 944	(12 996 381)	10 870	35 670	(10 783)	3 145 877
Ações	3 053 998	4 623 512	(4 188 337)	8 695	95 161	0	3 593 030
Outros títulos de rendimento variável	56 114 651	72 589 923	(49 183 057)	2 338 921	1 036 748	(3 125)	82 894 061
Total 2017	68 467 206	84 021 379	(66 367 775)	2 358 486	1 167 579	(13 908)	89 632 967
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
Títulos de dívida pública	7 873 076	12 459 829	(19 960 062)	37	445 835	(242 695)	576 019
De outros emissores públicos	1 870 162	0	(1 965 429)	0	120 369	(25 102)	0
De outros emissores	14 120 227	11 718 946	(17 328 917)	58 388	356 978	(203 084)	8 722 538
	23 863 465	24 178 775	(39 254 408)	58 425	923 182	(470 882)	9 298 556
Ações	2 140 926	5 712 762	(4 560 738)	(68 502)	(170 450)	0	3 053 998
Outros títulos de rendimento variável	44 926 883	71 073 477	(61 021 700)	1 221 001	(86 573)	1 563	56 114 651
Total 2016	70 931 274	100 965 014	(104 836 845)	1 210 924	666 159	(469 320)	68 467 206

23. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados disponíveis para venda são como segue:

valores em euros

Tipo de ativo	Custo Amortizado (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	402 015 365	57 924 458	(173 394)	0	459 766 429	7 398 440	467 164 868
De outros emissores	10 833 411	34 587	(19 081)	(195)	10 848 722	25 221	10 873 943
	412 848 775	57 959 045	(192 475)	(195)	470 615 151	7 423 660	478 038 811
Ações	42 653 514	5 377 482	(1 531 253)	(7 113 083)	39 386 661	0	39 386 661
Outros títulos de rendimento variável	4 196	77	0	0	4 274	0	4 274
Saldo em 31 de dezembro de 2017	455 506 486	63 336 605	(1 723 728)	(7 113 278)	510 006 085	7 423 660	517 429 746
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	362 978 881	25 655 611	(12 135 661)	0	376 498 832	6 316 318	382 815 149
De outros emissores	1 205 949	6 569	0	(195)	1 212 323	50 161	1 262 484
	364 184 830	25 662 180	(12 135 661)	(195)	377 711 155	6 366 479	384 077 633
Ações	40 314 008	4 644 242	(1 667 140)	(10 988 004)	32 303 107	0	32 303 107
Outros títulos de rendimento variável	117 864	76 374	0	0	194 238	0	194 238
Saldo em 31 de dezembro de 2016	404 616 703	30 382 797	(13 802 800)	(10 988 199)	410 208 500	6 366 479	416 574 978

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável.

O valor dos dividendos a receber estão considerados na rubrica Outros devedores por operações de seguros e outras operações, em Contas a receber por outras operações - Outros. Ver adicionalmente a Nota 30.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 18.

A valorização dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda é determinada tendo por base o preço de compra corrente "bid-price". Na ausência de cotação em mercado ativo, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Dependendo da observabilidade dos preços e das técnicas de avaliação, a Companhia classifica os instrumentos mensurados ao valor justo dentro dos três níveis (hierarquia do valor justo). Ver adicionalmente a Nota 3 b).

Os movimentos ocorridos no ano 2017 e 2016, nos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, encontram-se detalhados no seguinte quadro:

valores em euros											
Tipo de ativo	Saldo inicial	Compras	Vendas	Reembolsos	Transferências	"Amort. Premios /descontos"	Imparidades	Valias potenciais	Valias realizadas	Juros decorridos	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo											
Títulos de dívida pública	382 815 149	68 934 345	(24 274 578)	(11 700 000)	3 302 246	(1 301 710)	0	44 211 121	(1 717)	1 076 810	463 061 666
De outros emissores públicos	(0)	4 082 550	0	0	0	(4 652)	0	19 992	0	5 313	4 103 203
De outros emissores	1 262 484	22 190 980	(209 720)	(9 000 000)	(3 302 246)	(56 188)	0	8 938	4 635	(24 940)	10 873 943
	384 077 633	95 207 875	(24 484 298)	(20 700 000)	0	(1 362 549)	0	44 240 051	2 918	1 057 182	478 038 811
Ações	32 303 107	13 346 647	(7 741 473)	0	0	0	(573 756)	869 126	1 183 011	0	39 386 661
Outros títulos de rendimento variável	194 238	2 371	(191 043)	0	0	0	0	(76 297)	75 005	0	4 274
Total 2017	416 574 978	108 556 893	(32 416 815)	(20 700 000)	0	(1 362 549)	(573 756)	45 032 880	1 260 933	1 057 182	517 429 746
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo											
Títulos de dívida pública	331 374 088	111 901 643	(41 449 545)	(1 780 708)	2 506 198	(1 198 818)	0	(21 633 125)	1 310 699	1 784 717	382 815 149
De outros emissores públicos	(0)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(0)
De outros emissores	6 215 992	0	0	(2 100 000)	(2 506 198)	49 121	(6)	(362 762)	0	(33 663)	1 262 484
	337 590 081	111 901 643	(41 449 545)	(3 880 708)	(0)	(1 149 697)	(6)	(21 995 887)	1 310 699	1 751 054	384 077 633
Ações	34 790 856	162 504	(3 041 870)	0	0	0	(198 751)	707 391	(117 022)	0	32 303 107
Outros títulos de rendimento variável	188 371	1 568	0	0	0	0	0	4 299	0	0	194 238
Total 2016	372 569 307	112 065 715	(44 491 415)	(3 880 708)	(0)	(1 149 697)	(198 758)	(21 284 197)	1 193 677	1 751 054	416 574 978

Os valores incluídos na rubrica de Transferências referem-se à reclassificação de obrigações, classificadas anteriormente como Obrigações de Outros emissores, para a rubrica de Títulos de Dívida pública, por se tratar de obrigações com garantia do Estado Português.

A reserva de reavaliação por ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda é decomposta como segue:

valores em euros

Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	2017	2016
Mais valias	63 336 605	30 382 797
Menos valias	(1 723 728)	(13 802 800)
Reservas dos ativos classificados como detidos até à maturidade que foram transferidos da categoria de disponíveis para venda	(2 415 759)	(3 579 380)
Quota parte dos tomadores de seguro	(36 869 815)	(4 593 739)
Total	22 327 302	8 406 877

A redução da reserva de reavaliação por ajustamento no justo valor pode ser explicada pela forte desvalorização dos títulos de dívida pública:

valores em euros

Reserva por tipo de ativo	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	55 350 811	9 947 637
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 846 306	3 052 980
Total	59 197 117	13 000 617

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de dezembro de 2017 podem ser analisadas através dos 10 títulos com maior impacto na reserva como segue:

valores em euros

Título	Custo amortizado (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
TELEFONICA, SA	979 958	0	(254 119)	0	725 839
ENGI, SA	661 516	0	(159 791)	0	501 725
SANOFI	1 036 986	0	(138 861)	0	898 125
BAYER AKTIE	1 093 633	0	(108 008)	0	985 625
EBRD VAR 2032	3 001 968	0	(105 368)	0	2 896 600
PGB 4.125% 2027	20 223 823	3 445 977	0	0	23 669 800
PGB 3.875% 2030	35 826 197	3 785 953	0	0	39 612 150
PGB 2.875% 2026	31 603 978	4 052 584	0	0	35 656 563
PGB 4.1% 2037	34 292 270	14 981 510	0	0	49 273 780
PGB 4.95% 2023	59 350 557	18 829 373	0	0	78 179 930

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável.

Sendo em 31 de dezembro de 2016 como segue:

valores em euros

Título	Custo amortizado (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
PGB 4.1% 2045	20 846 916	0	(4 219 341)	0	16 627 575
PGB 2.875% 2025	45 934 229	0	(3 717 079)	0	42 217 150
PGB 3.875% 2030	30 681 201	0	(2 714 901)	0	27 966 300
PGB 2.875% 2026	31 490 992	0	(1 044 954)	0	30 446 038
ENGI, SA	961 672	0	(349 612)	0	612 060
NETHER 2.25% 2022	6 717 164	719 681	0	0	7 436 845
DBR 2% 2022	9 759 996	936 624	0	0	10 696 620
FRTR 4.25% 2023	10 801 868	1 402 212	0	0	12 204 080
PGB 4.1% 2037	34 092 226	5 704 199	0	0	39 796 425
PGB 4.95% 2023	53 030 516	12 112 159	0	0	65 142 675

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável.

24. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica é analisada como segue:

valores em euros

	2017	2016
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Empréstimos sobre apólices	31 449	34 618
Outros empréstimos a Colaboradores	35 974	43 843
Total	67 423	78 461

25. Investimentos a deter até à maturidade

A decomposição dos investimentos a deter até à maturidade é a seguinte:

valores em euros

	2017		2016	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos reclassificados	161 904 654	183 233 811	159 192 393	183 099 694
Títulos adquiridos em 2011	1 975 143	2 286 840	1 946 748	2 284 040
Total	163 879 797	185 520 650	161 139 141	185 383 733

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

Os quadros seguintes mostram o detalhe dos ativos reclassificados nos exercícios de 2017 e 2016:

valores em euros

2017						
Título	Valor de Mercado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Alisamento P/L	Custo Amortizado*	Juro Decorrido (Balanço)	Valor de Balanço
OT 3,85% 15/04/2021	61 158 112	(1 702 427)	575 627	50 565 648	1 491 901	52 057 550
OT 4,45% 15/06/2018	40 838 000	(151 721)	287 557	39 701 196	970 466	40 671 661
OT 4,75% 14/06/2019	20 868 120	(241 564)	103 072	19 091 831	507 534	19 599 365
OT 4,8% 15/06/2020	56 085 950	(320 047)	582 385	48 262 351	1 313 727	49 576 078
Total	178 950 182	(2 415 759)	1 548 641	157 621 026	4 283 629	161 904 654

* Valor de mercado de 2011 alisado até à maturidade.

valores em euros

2016						
Título	Valor de Mercado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Alisamento P/L	Custo Amortizado*	Juro Decorrido (Balanço)	Valor de Balanço
OT 3,85% 15/04/2021	58 795 520	(2 231 399)	548 096	49 461 050	1 491 901	50 952 951
OT 4,45% 15/06/2018	42 550 000	(487 486)	275 345	39 077 875	970 466	40 048 340
OT 4,75% 14/06/2019	21 454 875	(410 139)	98 729	18 820 183	507 534	19 327 718
OT 4,8% 15/06/2020	56 015 670	(450 357)	550 559	47 549 657	1 313 727	48 863 384
Total	178 816 065	(3 579 380)	1 472 728	154 908 764	4 283 629	159 192 393

* Valor de mercado de 2011 alisado até à maturidade.

26. Terrenos e edifícios

O movimento ocorrido, em 2017, em terrenos e edifícios de rendimento pode ser analisado como segue:

valores em euros

	Saldo inicial		Aquisições	Beneficiações	Alienações	Variação do justo valor	Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço					Valor de aquisição	Valor de balanço
Terrenos	10 063 348	10 187 647	0	0	(407 500)	139 853	9 545 352	9 920 000
Edifícios	30 214 038	30 562 941	0	0	(1 222 500)	419 559	28 636 051	29 760 000
Total	40 277 386	40 750 588	0	0	(1 630 000)	559 412	38 181 403	39 680 000

Durante o exercício de 2017 foram alienadas as propriedades de investimento na Rua Castilho, cujo valor de aquisição era de 2.095.983 euros e estavam reconhecidas no balanço pelo montante de 1.630.000 euros.

Os movimentos ocorridos durante o ano 2016 encontram-se detalhados no quadro abaixo:

valores em euros

	Saldo inicial		Aquisições	Beneficiações	Alienações	Variação do justo valor	Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço					Valor de aquisição	Valor de balanço
Terrenos	600 885	589 291	9 462 463	0	0	135 893	10 063 348	10 187 647
Edifícios	1 826 649	1 767 872	28 387 389	0	0	407 680	30 214 038	30 562 941
Total	2 427 534	2 357 163	37 849 852	0	0	543 573	40 277 386	40 750 588

As propriedades de investimento são avaliadas anualmente por peritos independentes. Em 2017, o resultado das avaliações foi positivo no montante de 559.412 euros (2016: 543.573 euros), tendo sido reconhecido nos resultados do exercício na rubrica ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os Rendimentos e gastos associados a Terrenos e edifícios de rendimento são analisados como segue:

valores em euros

	2017	2016
Rendimentos		
Rendas e alugueres	1 981 250	845 383
Gastos		
Reparações, manutenções e outras despesas		
Terrenos e edifícios de rendimento que geraram rendimentos	91 632	122 972
Terrenos e edifícios de rendimento que não geraram rendimentos	16 125	0
Total	2 072 882	968 355

O acréscimo registado na rubrica de Rendimentos relativos a Rendas e alugueres deve-se ao forte investimento efetuado durante o ano 2016 com a aquisição de imóveis, sendo que o ano de 2017 já reflete o rendimento total correspondente a um ano.

27. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 são analisados como segue:

valores em euros

	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações		Saldo final		
	Valor Bruto	Depreciações	Valor líquido				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações	Valor líquido
Equipamento administrativo	44 701	44 701	0	0	(11 507)	0	0	11 507	33 194	33 194	0
Máquinas e ferramentas	13 384	13 384	0	0	(4 319)	0	0	4 319	9 066	9 066	0
Equipamento informático	23 192	20 457	2 736	0	(2 834)	0	1 800	2 834	20 358	19 422	936
Instalações interiores	332 048	317 790	14 257	0	(291 083)	0	4 096	291 077	40 965	30 810	10 155
Outras imobilizações corpóreas	15 045	8 107	6 937	1 058	(12 021)	0	1 469	7 633	4 082	1 943	2 139
Ativos tangíveis em curso	18 354	0	18 354	6 749	0	0	0	0	25 103	0	25 103
Total	446 723	404 439	42 284	7 807	(321 763)	0	7 365	317 369	132 767	94 435	38 332

Não foram consideradas amortizações para as aquisições ocorridas no exercício de 2017, no montante de 6.749 euros (2016: 18.354 euros), dado tratar-se de um projeto que se iniciou em 2016, com a alteração da gestão de todas as comunicações de voz e de dados da Empresa Orange Business Services para a British Telecom, novo operador do Grupo Zurich a nível global. Prevê-se a conclusão deste projeto durante o ano 2018, com a substituição de todos os equipamentos de comunicações que se encontram em fim de vida, ou seja, sem suporte técnico por parte da British Telecom.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2016 são analisados como segue:

valores em euros

	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações		Saldo final		
	Valor Bruto	Depreciações	Valor líquido				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações	Valor líquido
Equipamento administrativo	44 701	44 701	0	0	0	0	0	0	44 701	44 701	0
Máquinas e ferramentas	13 384	13 384	0	0	0	0	0	0	13 384	13 384	0
Equipamento informático	27 814	18 266	9 548	0	(4 621)	0	3 808	1 617	23 192	20 457	2 736
Instalações interiores	336 241	313 596	22 645	0	(4 193)	0	8 387	4 193	332 048	317 790	14 257
Outras imobilizações corpóreas	15 045	6 604	8 441	0	0	0	1 503	0	15 045	8 107	6 937
Ativos tangíveis em curso	0	0	0	18 354	0	0	0	0	18 354	0	18 354
Total	437 184	396 551	40 633	18 354	(8 815)	0	13 699	5 811	446 723	404 439	42 284

Considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante o exercício de 2017 foi registado o valor de 4.394 euros (2016: 3.004 euros) de depreciações extraordinárias devido ao abate de ativos tangíveis considerados obsoletos.

Nos exercícios de 2017 e 2016 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

28. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano 2017 são:

valores em euros

	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Amortizações		Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	1 750 197	1 348 899	401 298	199 795	0	0	91 217	0	1 949 992	1 440 117	509 875
Total	1 750 197	1 348 899	401 298	199 795	0	0	91 217	0	1 949 992	1 440 117	509 875

Não foram consideradas amortizações para as aquisições ocorridas no exercício de 2017, no montante de 108.031 euros (2016: 234.005 euros), dado tratar-se de projetos em curso. A 31 de dezembro de 2017, encontra-se registado nesta rubrica o valor de 173.840 euros, relacionado com a segunda fase da criação de funcionalidades de “workflow” na aplicação de gestão das apólices de seguro da Companhia, I2S Life, que no exercício de 2016 já registava o montante de 151.733 euros.

Adicionalmente, também está registado no final do exercício de 2017 o montante de 85.823 euros relativo à terceira fase da criação de funcionalidades adicionais na plataforma MyZurich, “front end” da atual aplicação administrativa de apólices, com ganhos de eficiência na performance do sistema e que foi disponibilizada durante o ano de 2017 aos parceiros de negócio da Companhia.

Os movimentos ocorridos durante o ano 2016 são:

valores em euros

	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Amortizações		Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	1 590 146	1 298 922	291 224	160 051	0	0	49 977	0	1 750 197	1 348 899	401 298
Total	1 590 146	1 298 922	291 224	160 051	0	0	49 977	0	1 750 197	1 348 899	401 298

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

29. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como segue em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

valores em euros

	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Total	Seguro direto	Resseguro cedido	Total
Provisão para prêmios não adquiridos	1 216 901	(158 696)	1 058 206	1 240 084	(157 558)	1 082 526
Provisão matemática do ramo Vida	616 303 928	(220 930)	616 082 998	541 540 299	(247 924)	541 292 374
Provisão para sinistros	22 940 933	(1 995 674)	20 945 259	21 904 612	(2 175 956)	19 728 656
Provisão para participação nos resultados	44 348 345	0	44 348 345	11 676 718	0	11 676 718
Provisões técnicas	684 810 108	(2 375 299)	682 434 809	576 361 713	(2 581 438)	573 780 275

A provisão matemática líquida dos custos de aquisição diferidos do ramo vida é analisada como segue:

valores em euros

	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Total	Seguro direto	Resseguro cedido	Total
Poupança	567 792 727	0	567 792 727	491 419 091	0	491 419 091
Previdência	629 842	(120 939)	508 903	674 371	(135 149)	539 222
Universal Life	29 981 572	(94 771)	29 886 801	35 296 511	(106 775)	35 189 735
Outros	17 899 786	(5 220)	17 894 566	14 150 326	(6 000)	14 144 326
Provisão matemática	616 303 928	(220 930)	616 082 998	541 540 299	(247 924)	541 292 374

A provisão para prêmios não adquiridos é analisada como segue:

valores em euros

	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Total	Seguro direto	Resseguro cedido	Total
Poupança	0	0	0	0	0	0
Previdência	1 216 901	(158 696)	1 058 206	1 240 084	(157 558)	1 082 526
Universal Life	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Provisão para prêmios não adquiridos	1 216 901	(158 696)	1 058 206	1 240 084	(157 558)	1 082 526

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Nessa base em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados e registrados na rubrica passivos por contratos de investimentos. Ver adicionalmente a Nota 34.

As provisões matemáticas constituídas para todos os contratos comercializados pela Seguradora correspondem ao valor atuarial estimado do compromisso assumido para com os Tomadores de Seguro, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prêmios futuros.

As provisões matemáticas foram calculadas individualmente para cada contrato em vigor e segundo um método atuarial prospectivo.

As bases técnicas inerentes ao cálculo das provisões matemáticas foram as mesmas que as utilizadas para a determinação dos prêmios e estão de acordo com o Decreto-Lei N°. 94-B/98 de 17 de abril, com as alterações do Decreto-Lei 8-C/2002 de 11 de janeiro, substituído pela Lei nº147/2015 de 9 de setembro e as normas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As taxas técnicas de juro e as tábuas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas foram as seguintes:

Contratos de seguro

ASF	Lob	Nome	Data Início	Perfil de Taxa	Tábua de Mortalidade	Apólices em Vigor	
CAPITAIS DIFERIDOS	600	DBV Reforma (Grupo Fechado)	01/12/1995	GarMult	GKF80	8	0,01%
	601	DBV Reforma (Grupo Aberto)	01/01/1998	GarMult	GKF80	4	0,00%
	900	DBV Ouro	01/12/1995	GarMult	GKF80	15	0,02%
	901	DBV Ouro	01/02/1996	GarMult	GKF80	224	0,26%
	902	DBV Ouro	01/06/1999	GarMult	GKF80	87	0,10%
	903	DBV Ouro	01/03/2000	Gar80Eur	GKF80	165	0,19%
	1000	STF/Ouro	01/11/1995	GarMult	GKF80	10	0,01%
	1001	STF/Ouro	01/02/1996	GarMult	GKF80	123	0,14%
	1002	STF/Ouro	01/06/1999	GarMult	GKF80	15	0,02%
	1003	STF/Ouro	01/03/2000	Gar80Eur	GKF80	19	0,02%
	1200	DBT/Ouro	01/11/1995	GarMult	GKF80	3	0,00%
	1201	DBT/Ouro	01/02/1996	GarMult	GKF80	32	0,04%
	1202	DBT/Ouro	01/06/1999	GarMult	GKF80	1	0,00%
	1203	DBT/Ouro	01/03/2000	Gar80Eur	GKF80	2	0,00%
	1500	DB Platina	01/08/1997	GarMult	GKF80	0	0,00%
	1503	DB Platina	01/07/1999	Gar80Eur	GKF80	0	0,00%
	1504	DB Platina	01/03/2000	Gar80Eur	GKF80	1	0,00%
	2300	DBV Segura Financ	01/08/2001	Gar80Eur	GKF80	4	0,00%
	2600	DBV Plano Poupança	01/07/2001	Gar80Eur	GKF80	25	0,03%
	2700	DBV Futuro Gar F	01/08/2001	Gar80Eur	GKF80	4	0,00%
	2900	Solução Poupança Zurich	01/06/2003	Gar80Eur1	GKM80	69	0,08%
	2906	Solução Poupança Zurich - Março 2005	01/03/2005	Gar80Eur1	GKM80	4 148	4,82%
	2907	Solução Investimento Zurich - Março 2005	01/03/2005	Gar80Eur1	GKM80	9 333	10,83%
	3000	Solução Investimento Empresas Zurich	01/06/2003	Gar80Eur1	GKM80	85	0,10%
	3001	Solução Investimento Empresas Zurich - Termo Def.	01/06/2003	Gar80Eur1	GKM80	5	0,01%
	3002	Poupança Especial Zurich	01/06/2003	Gar80Eur1	GKM80	190	0,22%
	4400	GARANTIA EAGLE STAR 1997	01/10/1997	Gar4%	PM6064	9	0,01%
	4401	GARANTIA EAGLE STAR 1999	01/02/1999	Gar3%	PM6064	7	0,01%
	4600	Plano Activo Investimento	01/12/1998	Gar3,5%	GKM80 65%qx	13	0,02%
	6500	ZURICH INVESTE (INDIVIDUAL) (L2 e L2U)	01/07/1990	Gar4%	PF6064	71	0,08%
	6501	POUPANCA ZURICH	01/07/1997	Gar4%	GRM80	49	0,06%
	6502	INVESTIMENTO ZURICH	01/07/1997	Gar4%	GRM80	15	0,02%
	6503	ZURICH POUPANÇA	01/03/1999	Gar3%	GRM80	286	0,33%
	6504	ZURICH INVESTIMENTO	01/03/1999	Gar3%	GRM80	95	0,11%
	6505	POUPANÇA ZURITEL	01/11/2001	Gar3%	GRM80	2	0,00%
	6700	ZURICH INVESTE / COLECTIVO	01/10/1990	Gar4%	PF6064	25	0,03%
	6701	ZURICH INVESTE / COLECTIVO 3%	24/04/2002	Gar3%	GRM80	9	0,01%
	8300	Poupança DB Kids	01/06/2014	Gar80Eur1	GKM80	1 177	1,37%
	8301	BBVA Investimento	01/06/2014	Gar80Eur1	GKM80	3	0,00%
	8302	Plano Poupança Especial	01/06/2014	Gar80Eur1	GKM80	479	0,56%
MISTOS	6100	MISTO CREDITOS PERIODICOS (3 CAPITAIS)	01/03/1990	Gar4%	PM6064	1	0,00%
	6102	MISTO CREDITOS PERIODICOS (4 CAPITAIS)	01/08/1990	Gar4%	PM6064	1	0,00%
	6103	MISTO 4 CAPITAIS (2 cabeças)	01/08/1990	Gar4%	PM6064	1	0,00%
	6105	CONJUNTO MISTO COM OPÇÕES	01/02/1991	Gar4%	PM6064	0	0,00%

Contratos de seguro

ASF	Lob	Nome	Data Início	Perfil de Taxa	Tábua de Mortalidade	Apólices em Vigor	
PPR	200	PPR	01/11/1995	GarMult	GKF80	66	0,08%
	201	PPR (Transf.)	01/12/1995	GarMult	GKF80	4	0,00%
	202	PPR	01/06/1999	GarMult	GKF80	8	0,01%
	203	PPR (Transf.)	01/10/1997	GarMult	GKF80	1	0,00%
	204	PPRE	01/10/1999	Gar80Eur	GKF80	84	0,10%
	205	PPR	01/03/2000	Gar80Eur	GKF80	24	0,03%
	206	PPR (Transf.)	01/04/2000	Gar80Eur	GKF80	1	0,00%
	3100	Solução PPR/E Zurich	01/06/2003	Gar80Eur1	GKM80	1 300	1,51%
	3102	Solução PPR/E Zurich - Março 2005	01/03/2005	Gar80Eur1	GKM80	2 125	2,47%
	3103	Solução FINIPPR	01/09/2006	Gar80Eur1	GKM80	99	0,11%
	3105	Solução PPR Zurich	01/03/2007	Gar80Eur1	GKM80	17 206	19,97%
	4100	SEGURO VIVO PPR	01/11/1990	Gar4%	PM6064	16	0,02%
	4200	EAGLE STAR PPR 1995- (L2L1 e L2L2)	01/11/1995	Gar4%	PM6064	533	0,62%
	4201	EAGLE STAR PPR- (L2L3 e L2L4)	01/03/1999	GarMultF	PM6064	222	0,26%
	4700	PPR/E MAIS PR (L2L5 e L2L6)	01/08/2000	Gar3%	PM6064	398	0,46%
	6600	ZURICH PPR (L2PR e L2PRU)	01/07/1990	Gar4%	GRM80	350	0,41%
	6601	ZURICH PPR EXPERIENTE (L2PRX e L2PRXU)	01/10/1996	Gar4%	PF6064	10	0,01%
	6602	PLANO POUPANÇA REFORMA ZURICH (L2RZ e L2RZU)	01/07/1998	Gar3%	GRM80	1 924	2,23%
	6603	FINI PPR/E - (L2FI e L2FIU)	01/12/1999	Gar3%	GRM80	304	0,35%
	6604	FINIPPR/E 4% (L2FT e L2FTU)	01/10/2000	Gar4%	GRM80	52	0,06%
	6605	PPR/E ZURITEL (L2PRT e L2PTU)	01/12/2001	Gar3%	GRM80	2	0,00%
RENDAS	100	Rendas Vitalícias Imediatas	01/02/1998	Gar3,5%	TV7377	1	0,00%
	3200	Solução Rendas Zurich	01/06/2003	Gar2,5%	GRF95	18	0,02%
	3201	Solução Rendas Zurich Vitalícia Reversível	01/06/2015	Gar1,5%	GRF95	19	0,02%
	3203	Solução Rendas Zurich Temporária Reversível	01/11/2015	Gar1,5%	GRF95	2	0,00%
	3204	Solução Rendas Zurich	01/11/2015	Gar1,5%	GRF95	38	0,04%
	3205	Solução Renda Temporária Zurich (02-2017)	01/02/2017	Gar1,5%	GRF95	5	0,01%
	3300	Solução Rendas Zurich Empresas	01/06/2003	Gar2,5%	GRF95	6	0,01%
	3301	Solução Rendas Zurich Empresas Reversível	01/06/2003	Gar2,5%	GRF95	1	0,00%
	3302	Solução Rendas Temporária Zurich Empresas	01/06/2003	Gar2,5%	GRF95	1	0,00%
	3303	Solução Rendas Temporária Zurich Empresas	01/06/2003	Gar1,5%	GRF95	1	0,00%
	3304	Solução Rendas Zurich Empresas	01/06/2003	Gar1,5%	GRF95	2	0,00%
	7000	RENDA VITALICIA IMEDIATA INDIVIDUAL	01/05/1995	Gar4%	TV7377	1	0,00%
	7100	RENDA VITALICIA IMEDIATA GRUPO	01/01/1994	Gar3%	TV7377	7	0,01%
	7101	RENDA VITALICIA IMEDIATA GRUPO REVERSÍVEL	01/01/1994	Gar3%	TV7377	5	0,01%
TEMPORÁRIOS	300	Plano Previdência	01/11/1995	Gar4%	GKM80	70	0,08%
	301	Plano Previdência	01/12/1995	Gar4%	GKM80	39	0,05%
	302	Plano Previdência	01/12/1995	Gar4%	GKM80	4	0,00%
	700	DBV Grupo	01/12/1995	Gar4%	GKM80	3	0,00%
	701	DBV Grupo (CHDB Func.)	01/01/1996	Gar4%	GKM80	1	0,00%
	703	DBV Grupo (Barclays, BBVA)	01/05/1996	Gar4%	GKM80	48	0,06%
	704	DBV Grupo (TEXINS)	01/10/1996	Gar4%	GKM80	146	0,17%

ASF	Lob	Nome	Data Início	Perfil de Taxa	Tábua de Mortalidade	Apólices em Vigor	
TEMPORÁRIOS	705	DBV Grupo (MEDIAALVES)	01/10/1996	Gar4%	GKM80	96	0,11%
	706	DBV Grupo (BBVA - Func.)	01/11/1996	Gar4%	GKM80	9	0,01%
	708	DBV Grupo (Abertos 1V)	01/09/1997	Gar4%	GKM80	288	0,33%
	709	DBV Grupo (Abertos 2V)	01/11/1997	Gar4%	GKM80	234	0,27%
	710	DBV Grupo (Grandes Emp.)	01/01/1999	Gar4%	GKM80	2	0,00%
	800	Super Temporário	01/11/1995	Gar4%	GKM80	45	0,05%
	1100	STF/ST	01/11/1995	Gar4%	GKM80	70	0,08%
	1400	PP 2V	01/11/1996	Gar4%	GKM80 e GKF80	26	0,03%
	1401	PP 2V	01/12/1996	Gar4%	GKM80 e GKF80	45	0,05%
	1402	PP 2V	01/02/1997	Gar4%	GKM80 e GKF80	6	0,01%
	2400	DBV Futuro Gar R	01/08/2001	Gar2,5%	GKM80	3	0,00%
	3400	Solução Prev. Vida + Zurich	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 85% qx	545	0,63%
	3401	Solução Prev. Vida + Zurich 2 cabeças	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80/GKF80 85% qx	142	0,16%
	3402	Solução Prev. Vida Zurich	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 e GKF80	66	0,08%
	3403	Solução Prev. Vida Zurich 2 cabeças	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 e GKF80	2	0,00%
	3404	Solução Prev. Vida + Zurich - Março 2005	01/03/2005	Gar2,5%	GKM80 85% qx	3 852	4,47%
	3405	Solução Prev. Vida + Zurich 2 cabeças- Março 2005	01/03/2005	Gar2,5%	GKM80/GKF80 85% qx	148	0,17%
	3406	Solução Crédito Vida Zurich (1 Vida)	01/03/2005	Gar2,5%	GKM80 75% qx	473	0,55%
	3407	Solução Crédito Vida Zurich (2 Vidas)	01/03/2005	Gar2,5%	GKM80/GKF80 75% qx	652	0,76%
	3408	Zurich Absolutamente Simples	01/09/2007	Gar2,5%	GKM80/GKF80 75% qx	4 334	5,03%
	3409	Solução Crédito Vida Zurich (1 Vida) junho 2008	08/06/2001	Gar2,5%	GKM95	832	0,97%
	3410	Solução Crédito Vida Zurich (2 Vidas) junho 2008	08/06/2001	Gar2,5%	GKM95/GKF95	1 457	1,69%
	3411	Solução Protecção Vida Zurich (1 Vida) Outubro 2008	01/06/2008	Gar2,5%	GKM95	388	0,45%
	3412	Solução Protecção Vida Zurich (2 Vidas) Outubro 2008	01/06/2008	Gar2,5%	GKM95/GKF95	76	0,09%
	3413	Solução Protecção Vida Zurich I (1 Vida) Set-2009	01/09/2009	Gar2,5%	GKM95	41	0,05%
	3414	Solução Protecção Vida Zurich II(2 Vidas) Set-2009	01/09/2009	Gar2,5%	GKM95/GKF95	38	0,04%
	3418	Zurich Vida Total (1 Vida)	04/11/2013	Gar2,5%	GKM95	4 533	5,26%
	3419	Zurich Vida Total (2 Vidas)	04/11/2013	Gar2,5%	GKM95/GKF95	1 017	1,18%
	3420	JAP Vida Auto	01/11/2014	Gar2,5%	GKM80 85% qx	1	0,00%
	3421	Zurich Vida Risco Flex	01/03/2016	Gar2,5%	GKM95	3 481	4,04%
	3500	Solução Prev. Vida + Zurich Grupo	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 85% qx	247	0,29%
	3501	Solução Prev. Vida + Zurich 2 cabeças Grup	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80/GKF80 85% qx	257	0,30%
	3502	Solução Previdência Zurich - Empresas	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 85% qx	15	0,02%
	3503	Solução Previdência Zurich - Empresas	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 85% qx	50	0,06%
	3506	Solução Crédito Vida Zurich (1 Vida) Grupo	01/03/2005	Gar2,5%	GKM80 75% qx	569	0,66%
	3507	Solução Crédito Vida Zurich (2 Vidas) Grupo	01/03/2005	Gar2,5%	GKM80 75% qx	686	0,80%
	3508	Solução Previdência Zurich Grp Empreg	01/10/2005	Gar2,5%	GKM80	41	0,05%
	3509	Solução Previdência Zurich Grp Empreg 2V	01/10/2005	Gar2,5%	GKM80	61	0,07%
	3510	Solução Previdência Vida Zurich - Empresas	01/05/2007	Gar2,5%	GKM80 85% qx	14	0,02%
	3511	Solução Previdência Vida Zurich - Empresas TX Fixa	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80 85% qx	54	0,06%
	3512	Solução Previdência Zurich - Empresas (Dlnit Variavel)	03/06/2001	Gar2,5%	GKM80 85% qx	2	0,00%
	3513	Solução Crédito Vida Zurich (1 Vida) Grupo junho 2008	08/06/2001	Gar2,5%	GKM95	607	0,70%
	3514	Solução Crédito Vida Zurich (2 Vidas) Grupo junho 2008	08/06/2001	Gar2,5%	GKM95/GKF95	1 056	1,23%

ASF	Lob	Nome	Data Início	Perfil de Taxa	Tábua de Mortalidade	Apólices em Vigor	
TEMPORÁRIOS	3515	Solução Previdência Vida Zurich - Empresas TX Fixa (Dinit fixa)	01/01/2008	Gar2,5%	GKM80 85% qx	37	0,04%
	3516	Zurich Crédito Vida Auto	01/03/2012	Gar2,5%	GKM80 85% qx	126	0,15%
	3517	Solução Previdência Vida Zurich Empresas	21/10/2009	Gar2,5%	GKM80 85% qx	4	0,00%
	3518	Solução Prev. Vida + Zurich 2 cabeças Dez 2012	21/12/2012	Gar2,5%	GKM95/GKF95	1	0,00%
	3522	Solução Previdência Zurich - Empresas (2015)	01/11/2015	Gar2,5%	GKM95/GKF95	12	0,01%
	4300	VIDA MAIS	01/11/1996	Gar4%	GKM80 76.5%qx	33	0,04%
	4301	VIDA MAIS	01/11/1996	Gar4%	GKM80 76.5%qx	2	0,00%
	4500	Plano Activo Dupla Protecção	01/12/1998	Gar3,5%	GKM80 65%qx	5	0,01%
	3516	Zurich Crédito Vida Auto	01/03/2012	Gar2,5%	GKM80 85% qx	126	0,15%
	3517	Solução Previdência Vida Zurich Empresas	21/10/2009	Gar2,5%	GKM80 85% qx	4	0,00%
	3518	Solução Prev. Vida + Zurich 2 cabeças Dez 2012	21/12/2012	Gar2,5%	GKM95/GKF95	1	0,00%
	3522	Solução Previdência Zurich - Empresas (2015)	01/11/2015	Gar2,5%	GKM95/GKF95	12	0,01%
	4300	VIDA MAIS	01/11/1996	Gar4%	GKM80 76.5%qx	33	0,04%
	4301	VIDA MAIS	01/11/1996	Gar4%	GKM80 76.5%qx	2	0,00%
	4500	Plano Activo Dupla Protecção	01/12/1998	Gar3,5%	GKM80 65%qx	5	0,01%
	4800	CREDIVIDA	01/07/2000	Gar4%	GKM80	73	0,08%
	4801	CREDIVIDA 2 C	01/09/2001	Gar4%	GKM80	1	0,00%
	6000	TEMPORARIO ANUAL RENOVAVEL GRUPO FECHADO	01/01/1990	Gar4%	PM6064	35	0,04%
	6001	TEMPORARIO ANUAL RENOVAVEL GRUPO ABERTO	01/03/1994	Gar4%	GRM80	2	0,00%
	6002	TEMPORARIO ANUAL RENOVAVEL GRUPO-ANTRAL	01/07/1998	Gar4%	GKM80	78	0,09%
	6003	Temporário Anual Renovável	01/01/1990	Gar4%	GKM80	3	0,00%
	6004	Temporário Anual Renovável - Abilio Tixeira	01/01/1990	Gar4%	GKM80	83	0,10%
	6005	Temporário Anual Renovável - Tarifa fixa	01/01/1990	Gar4%	GKM80	3	0,00%
	6006	Temporário Anual Renovável - Abilio Teixeira 2 vidas	01/01/1990	Gar4%	GKM80	18	0,02%
	6007	TEMPORARIO ANUAL RENOVAVEL GRUPO	01/01/1990	Gar4%	PM6064	0	0,00%
	6302	ZURICH UNIRISCO	01/10/1996	Gar4%	GRM80	3	0,00%
	6303	CONJUNTO ZURICH UNIRISCO	01/11/1996	Gar4%	GRM80	1	0,00%
	7200	ZURICH PREVIDENCIA	01/06/1996	Gar4%	GKM80	362	0,42%
	7201	PREVIDENCIA ZURICH	05/07/1997	Gar4%	GKM80	2 044	2,37%
	7202	PREVIDENCIA ZURICH 2 cabeças	01/07/2001	Gar4%	GKM80	63	0,07%
	8100	SOLUÇÃO CREDITO HABITAÇÃO ZVIDA I	01/12/2009	Gar2,5%	GKM95	1 571	1,82%
	8101	SOLUÇÃO CREDITO HABITAÇÃO ZVIDA II	01/12/2009	Gar2,5%	GKM95/GKF95	2 964	3,44%
	8104	Zurich Vida Habitação (1 vida)	04/11/2013	Gar2,5%	GKM95	1 048	1,22%
	8105	Zurich Vida Habitação (2 vidas)	04/11/2013	Gar2,5%	GKM95/GKF95	1 750	2,03%
	8106	Zurich Proteção Credito Habitação (1 vida)	04/11/2013	Gar2,5%	GKM95/GKF95	536	0,62%
	8107	Zurich Proteção Credito Habitação (2 vidas)	04/11/2013	Gar2,5%	GKM95/GKF95	985	1,14%
	8200	Zicro	19/10/2010	Gar2,5%	GKM95 85% qx	174	0,20%
UNIVERSAL LIFE	3700	Solução Seguro Vivo Zurich	01/06/2003	GarMultF1	PM6064	159	0,18%
	3701	Solução Junior Zurich	01/06/2003	Gar80Eur1	GRM80	89	0,10%
	3703	Solução Junior Zurich 2006	01/01/2006	Gar80Eur1	GRM80	1 298	1,51%
	3704	Zurich Vida Escolar	12/04/2013	Gar80Eur1	GRM80	593	0,69%
	3705	Zurich Vida Escolar	12/04/2013	Gar80Eur1	GRM80	29	0,03%
	4000	SEGURO VIVO 1987- (L2E1 L2E2 e L2E3)	01/01/1987	Gar4%	PM6064	1 368	1,59%
	4001	SEGURO VIVO - (L2J1 L2J2 e L2J3)	01/07/1997	GarMultF	PM6064	87	0,10%
	4002	SV 99 NC- (L2H1 L2H2 e L2H3)	01/06/1999	GarMultF	PM6064	486	0,56%
	6900	VITA CRIANÇA	01/07/1991	Gar4%	PM6064	289	0,34%
	6902	FEMINA	01/08/1993	Gar4%	PM6064	9	0,01%
	6903	PLANO CRIANÇA	01/08/1993	Gar4%	PM6064	13	0,02%

ASF	Lob	Nome	Data Início	Perfil de Taxa	Tábua de Mortalidade	Apólices em Vigor	
VIDA INTEIRA	6904	ZURICH MULTIPLANO	01/10/1994	Gar4%	PM6064	164	0,19%
	6905	ZURICH MULTIPLANO FAMILIA	01/03/1995	Gar4%	PM6064	44	0,05%
	6906	POUPANCA CLUNY	01/09/1995	Gar4%	PM6064	1	0,00%
	6907	POUPANCA CLUNY	01/10/1995	Gar4%	PM6064	2	0,00%
	6908	CRESCER VIDA	01/07/1997	Gar4%	GKM80	221	0,26%
	500	Vida Inteira	01/12/1995	Gar4%	GKM80	117	0,14%
	1300	DBT/VI	01/11/1995	Gar4%	GKM80	55	0,06%
	3800	Solução Vida Inteira Zurich	01/06/2003	Gar2,5%	GKM80	2	0,00%

Contratos de investimento

ASF	Lob	Nome	Data Início	Perfil de Taxa	Tábua de Mortalidade	Apólices em Vigor	
UNIT LINKED	3601	Solução Multifundos Meiral	22/06/2006	Ligado	NA	1	0,00%
	3602	Solução Multifundos Zurich - Protocolo DB	01/12/2006	Ligado	NA	4	0,00%
	3604	BBVA Unit Linked	01/03/2010	Ligado	NA	182	0,21%
	3605	DB Multifundos	26/12/2012	Ligado	NA	10	0,01%
	3606	DB Gestão Ativa	01/11/2015	Ligado	NA	384	0,45%

Em que a coluna perfil de taxa corresponde às seguintes taxas técnicas:

Perfil de Taxa	Descrição
DivDB	Taxa de Dividendos da DB
DivDBPPR	Taxa de Dividendos dos PPR DB
DivESPPR	Taxa Dividendos Eagle Star PPR
DivFinPPR	Taxa de Dividendos FiniPPR
DivGES	Taxa Dividendos Garantia Eagle Star
DivINVZL	Taxa de Dividendos Investe ZL
DivL2C	Taxa de Dividendos Vita Crianca ZL
DivPPREXZL	Taxa de Dividendos PPR Experiente ZL
DivPPRZL	Taxa de Dividendos PPR ZL
DivSVES	Taxa Dividendos Seguro Vivo
DivSVPPRES	Taxa Dividendos Seguro Vivo PPR
DivVMES	Taxa de aumento das Garantias p/Ano civil (Vida Mais)
DivZV	Taxa de Dividendos novos produtos Zurich Vida
Gar1,5%	Taxa Garantida Constante
Gar2,5%	Taxa Garantida Constante
Gar3%	Taxa Garantida Constante
Gar3,5%	Taxa Garantida Constante
Gar3,75%	Taxa Garantida Constante
Gar4%	Taxa Garantida Constante
Gar4,25%	Taxa Garantida Constante
Gar80Eur	80% da Euribor 12 meses no mínimo de 1% e máximo de 4%
Gar80Eur1	80% da Euribor 12 meses no máximo de 4%
GarMult	Múltiplas Taxas Garantidas: 4%, 3% e Gar80Euro
GarMultF	Taxa garantida por fundos - Seguro Vivo 4% (F101) e 3% (F102)
GarMultF1	Taxa garantida por fundos - Seguro Vivo 4% e Euribor (F101)
Ligado	Sem taxa garantida e sem participação nos resultados (UL)

No Ganhos e Perdas a 31 de dezembro de 2017 a Provisão matemática de seguros direto ascende a 68.607.163 euros (2016: 92.407.157 euros). A provisão matemática de resseguro direto evidencia o valor de 26.995 euros (2016: 45.500 euros).

A provisão para sinistros por segmento operacional é analisada como segue:

valores em euros

	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Total	Seguro direto	Resseguro cedido	Total
Poupança	11 338 693	0	11 338 693	10 092 396	0	10 092 396
Previdência	4 191 988	(1 193 695)	2 998 293	4 217 310	(1 370 354)	2 846 956
Universal Life	7 398 363	(801 979)	6 596 384	7 580 579	(805 602)	6 774 977
Outros	11 889	0	11 889	14 327	0	14 327
Provisão para sinistros	22 940 933	(1 995 674)	20 945 259	21 904 612	(2 175 956)	19 728 656

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada no montante de 546.340 euros (2016: 512.007 euros) relativa aos sinistros de seguro direto ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão estimada de IBNR relativa a sinistros de resseguro cedido a 31 de dezembro de 2017 é de 138.058 euros (2016: 176.003 euros).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros são apresentados como segue:

valores em euros

Saldo a 1 de janeiro de 2016	23 367 285
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	58 295 258
Anos anteriores	2 898 115
Montantes pagos	
Próprio ano	(48 562 652)
Anos anteriores	(14 093 395)
Saldo a 31 de dezembro de 2016	21 904 612
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	66 198 746
Anos anteriores	2 239 676
Montantes pagos	
Próprio ano	(54 555 604)
Anos anteriores	(12 846 498)
Saldo a 31 de dezembro de 2017	22 940 933

O desenvolvimento da provisão para sinistros, relativa a sinistros ocorridos no exercício de 2016 e anteriores apresenta a seguinte distribuição por tipo de sinistros:

valores em euros

	Provisão para sinistros 2016	Custos com sinistros montantes pagos (1)	Provisão para sinistros 2017 (1)	Reajustamentos
Vencimentos	14 529 037	9 039 823	5 911 278	422 063 (*)
Morte	3 851 770	2 127 104	2 261 662	536 996
Rendas	2 596	1 066 837	4 851	1 069 092 (**)
Resgates	281 470	246 603	76 043	41 177
Outros	2 727 732	366 131	2 496 021	134 420
IBNR	512 007	0	35 232	(476 776)
Total	21 904 612	12 846 498	10 785 086	1 726 971

* Deriva das maturidades das apólices que terminam às 24H do dia 31-12 acrescida das participações nos resultados do exercício de 2016 que só são distribuídas em 2017

** Consequência do tratamento das rendas vitalícias em que as provisões para sinistros que são constituídas por contrapartida das provisões matemáticas no momento da emissão do recibo

(1) Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O desenvolvimento da provisão para sinistros, relativa a sinistros ocorridos no exercício de 2015 e anteriores apresenta a seguinte distribuição por tipo de sinistros:

valores em euros

	Provisão para sinistros 2015	Custos com sinistros montantes pagos (1)	Provisão para sinistros 2016 (1)	Reajustamentos (2)
Vencimentos	15 398 055	9 614 370	6 059 180	275 495 (*)
Morte	4 541 741	2 851 834	2 792 044	1 102 137
Rendas	2 855	1 080 918	2 530	1 080 593 (**)
Resgates	245 336	67 183	99 672	(78 481)
Outros	2 622 496	479 089	2 706 572	563 165
IBNR	556 802	0	125 809	(430 993)
Total	23 367 285	14 093 395	11 785 808	2 511 917

* Deriva das maturidades das apólices que terminam às 24H do dia 31-12 acrescida das participações nos resultados do exercício de 2015 que só são distribuídas em 2016

** Consequência do tratamento das rendas vitalícias em que as provisões para sinistros que são constituídas por contrapartida das provisões matemáticas no momento da emissão do recibo

(1) Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Correspondendo à seguinte distribuição por tipo de produtos como segue:

valores em euros

	Provisão para sinistros 2016	Custos com sinistros montantes pagos (1)	Provisão para sinistros 2017 (1)	Reajustamentos (2)
Poupança	10 092 396	7 923 785	2 803 956	635 344
Previdência	4 217 310	1 978 647	2 179 041	(59 621)
Universal life	7 580 579	1 872 578	5 790 199	82 198
Outros	14 327	1 071 488	11 889	1 069 050
Total	21 904 612	12 846 498	10 785 086	1 726 971

(1) Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

(2) Englobam as maturidades das apólices que terminam às 24H do dia 31-12 acrescidas das participações nos resultados do exercício de 2016 que só são distribuídas em 2017. Adicionalmente, englobam as rendas vitalícias em que as provisões para sinistros são constituídas por contrapartida das provisões matemáticas no momento da emissão do recibo, para além dos naturais reajustamentos relativos a sinistros não participados nos respetivos anos de ocorrência.

	Provisão para sinistros 2015	Custos com sinistros montantes pagos (1)	Provisão para sinistros 2016 (1)	Reajustamentos (2)
Poupança	9 948 882	7 859 469	2 836 645	747 231
Previdência	4 871 441	2 737 502	2 786 399	652 461
Universal life	8 527 695	2 415 506	6 153 153	40 964
Outros	19 267	1 080 918	9 611	1 071 261
Total	23 367 286	14 093 395	11 785 808	2 511 917

(1) Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

(2) Englobam as maturidades das apólices que terminam às 24H do dia 31-12 acrescidas das participações nos resultados do exercício de 2015 que só são distribuídas em 2016. Adicionalmente, englobam as rendas vitalícias em que as provisões para sinistros são constituídas por contrapartida das provisões matemáticas no momento da emissão do recibo, para além dos naturais reajustamentos relativos a sinistros não participados nos respetivos anos de ocorrência

Os reajustamentos no produto Poupança no final do exercício de 2017 englobam 522.804 euros relativos a vencimentos e resgates (2016: 661.916 euros). Os reajustamentos indicados nos Outros tipos de produtos a 31 de dezembro de 2017 englobam sinistros de renda no valor 1.069.902 (2016: 1.180.917 euros).

A Companhia considera como apólices órfãs aquelas que têm sinistros, nomeadamente, de morte e vencimento participados há mais de cinco anos, cuja regularização ainda não foi efetuada, por não terem sido reclamados, não ter sido providenciada a documentação necessária para a sua regularização ou não se ter conseguido localizar os beneficiários. Para estas apólices, a Zurich Vida reduziu o montante provisionado para sinistros, em função da sua antiguidade e com base na informação estatística disponível, considerando a existência de uma probabilidade de nunca virem a ser liquidados os sinistros, de 25% para os participados entre 6 e 10 anos e de 75% para os participados há mais de 11 anos.

No final do ano de 2017 o valor da provisão destas apólices órfãs ascendia a 4.408.582 euros (2016: 3.471.125, euros) e o valor da redução efetuada foi de 1.272.973 euros (2016: 1.213.970 euros).

A participação nos resultados atribuída é apurada para cada apólice de acordo com o esquema de participação associado.

Os esquemas de participação assentam nos resultados técnicos e/ou financeiros de cada modalidade de acordo com o quadro anexo:

Fundo	Conta de Resultados	Taxa de Participação Mínima		
		Técnica	Financeira	Global
Geral com Participação	Modalidades do Fundo Autónomo DB		90%	
Geral sem Participação	Credivida ES		Sem Participação	
Fundo PPR - Zurich Vida	Eagle Star PPR			90%
Geral com Participação	Garantia ES	75%	85%	
Geral com Participação	Investe ZL		85%	
Geral com Participação	Universal Life L2A	85%	85%	
Geral com Participação	Universal Life L2B	85%	85%	
Geral com Participação	Universal Life L2C	85%	85%	
Geral com Participação	Universal Life L2D	85%	85%	
Geral com Participação	Universal Life L2F	85%	85%	
Geral com Participação	Universal Life L2P	85%	85%	
Geral com Participação	Universal Life L2Z	85%	85%	
Geral sem Participação	Misto ZL		Sem Participação	
Geral com Participação	Plano Activo DP ES	100%		
Geral com Participação	Plano Activo Invest. ES	75%	85%	
Fundo PPR - Zurich Vida	Modalidades do Fundo PPR DB		90%	
Fundo PPR - Zurich Vida	PPRE ES		90%	
Fundo PPR - Zurich Vida	PPR Finibanco	100%	100%	
Fundo PPR - Zurich Vida	PPR Experiente ZL		85%	

Fundo PPR - Zurich Vida	PPR Zurich ZL		85%
Geral com Participação	Rendas DB	90%	90%
Geral com Participação	Rendas Grupo ZL	85%	85%
Geral com Participação	Rendas Individual ZL	85%	85%
Geral com Participação	Seguro Vivo ES	75%	85%
Fundo PPR - Zurich Vida	Seguro Vivo PPR ES		90%
Geral com Participação	Temporários Grupo	Apuramento em Pool ou individualizado	
Geral sem Participação	Temporários Individual		Sem Participação
Geral sem Participação	Temporários Zurich		Sem Participação
Geral com Participação	Vida Inteira	75%	75%
Geral com Participação	Vida Mais ES	100%	
Geral sem Participação	Produtos Sem Part.		Sem Participação
Geral com Participação	Produtos Financeiros c/Participação		75%
Geral com Participação	Produtos Mistos ZV		75%
Geral com Participação	Apuramento em Pool		Apuramento em Pool
Fundo PPR - Zurich Vida	PPR ZV		75%
Fundo PPR - Zurich Vida	Solução FiniPPR		75%

De igual forma, a participação nos resultados a atribuir resultante das valias potenciais de cada carteira de ativos é calculada considerando a percentagem de participação financeira ou global devida a cada esquema de participação.

No exercício de 2017, procedeu-se a uma distribuição adicional de parte da participação nos resultados a atribuir, resultante da transição para o novo plano de contas para Empresas de Seguros em 1 de janeiro de 2011, o que se traduziu num incremento da participação nos resultados atribuída no valor global de 169.447 euros (2016: 454.098 euros) correspondente a um mínimo de 10% do valor disponível distribuído pelos diversos fundos onde tiveram origem. Em simultâneo, procedeu-se a uma utilização para amortização de resultados de contas de participação negativas do saldo da transição no valor de 164.489 euros.

Estes movimentos acrescidos das valorizações inerentes à carteira ainda detida ocasionaram a que o valor da provisão para participação nos resultados a atribuir se alterasse para 36.875.567 euros no final do exercício de 2017 (2016: 4.933.428 euros).

Nos quadros seguintes apresentam-se os valores de participação atribuída para cada fundo autónomo de acordo com os pressupostos apresentados, além dos valores da participação a atribuir e do valor total das Provisões matemáticas, para os exercícios de 2017 e 2016:

valores em euros

Fundo autónomo	Participação nos resultados atribuída				Provisão matemática e Provisão para prémios não adquiridos	
	No início do exercício 2017	Participação	Resultados distribuídos	No fim do exercício 2017	No início do exercício 2017	No fim do exercício 2017
Fundo PPR - Zurich Vida	1 816 149	1 750 017	1 703 258	1 862 908	159 544 479	163 234 970
Geral com Participação	4 927 141	5 491 791	4 809 061	5 609 871	375 922 879	442 805 958
Geral sem Participação	0	0	0	0	7 313 024	11 479 901
Total	6 743 290	7 241 808	6 512 319	7 472 779	542 780 383	617 520 829

valores em euros

Fundo autónomo	Participação nos resultados atribuída				Provisão matemática e Provisão para prémios não adquiridos	
	No início do exercício 2016	Participação	Resultados distribuídos	No fim do exercício 2016	No início do exercício 2016	No fim do exercício 2016
Fundo PPR - Zurich Vida	2 193 349	1 706 801	2 084 001	1 816 149	149 267 015	159 544 479
Geral com Participação	5 165 590	4 892 052	5 130 501	4 927 141	289 388 620	375 922 879
Geral sem Participação	0	0	0	0	5 047 282	7 313 024
Total	7 358 939	6 598 854	7 214 502	6 743 290	443 702 917	542 780 383

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados atribuída para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

valores em euros

Segmento de negócio	Participação nos resultados atribuída			
	No início do exercício 2017	Participação	Resultados distribuídos	No fim do exercício 2017
Poupança	5 874 635	6 689 249	5 720 372	6 843 512
Previdência	404 874	273 361	361 147	317 088
Universal Life	463 782	279 198	430 801	312 179
Outros	0	0	0	0
Total	6 743 291	7 241 808	6 512 320	7 472 779

valores em euros

Segmento de negócio	Participação nos resultados atribuída			
	No início do exercício 2016	Participação	Resultados distribuídos	No fim do exercício 2016
Poupança	6 378 036	5 737 199	6 240 600	5 874 635
Previdência	516 644	423 664	535 433	404 874
Universal Life	464 260	437 991	438 469	463 781
Outros	0	0	0	0
Total	7 358 939	6 598 854	7 214 503	6 743 290

A provisão para participação nos resultados a atribuir inclui o ajustamento relativo ao "shadow accounting", o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as valias dos títulos que contribuíram para a provisão para participação nos resultados a atribuir apresentam os seguintes valores:

valores em euros

	2017	2016
Valias de títulos já alienados (Transição)	(5 752)	(339 689)
Valias de títulos em carteira	(36 869 815)	(4 593 739)
Total	(36 875 567)	(4 933 428)

No Ganhos e Perdas, a rubrica Participação nos resultados, líquida de resseguro, evidencia os seguintes valores:

valores em euros

	2017	2016
Participação nos resultados a atribuir	333 937	586 929
Participação nos resultados atribuída	(7 241 808)	(6 598 854)
Total	(6 907 871)	(6 011 925)

30. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

valores em euros

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto		
Contas em cobrança - Tomadores de seguro	2 571 849	2 232 572
Mediadores de seguros	502 885	1 542 905
Outros	3 021	3 862
	3 077 755	3 779 338
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores do Grupo	0	0
Outros resseguradores	33 286	11 425
	33 286	11 425
Contas a receber por outras operações		
Saldos em dívida de Mediadores de seguros	372 795	377 630
Outros	443 184	295 549
	815 979	673 179
	3 927 020	4 463 943
Ajustamentos	(350 196)	(357 226)
Total	3 576 824	4 106 717

Para 2017 e 2016, o valor dos dividendos a receber estão considerados na rubrica Contas a receber por outras operações - Outros. Ver adicionalmente a Nota 23.

A rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto – Mediadores de seguros inclui uma conta de passagem no valor de 478.889 euros (2016: 792.953 euros) onde são registados os valores a receber dos Agentes com base no boletim de prestação de contas enviado pelo Agente, para os quais a Companhia ainda não dispõe do pagamento. Esta conta é debitada por contrapartida da conta do Mediador, sendo posteriormente creditada por contrapartida de caixa e seus equivalentes, aquando do recebimento do dinheiro.

31. Ativos e Passivos por impostos

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2017 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (2016: 21%), aplicável à matéria coletável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascende a 1,5% (2016: 1,5%). Adicionalmente, aplica-se a derrama estadual, ao lucro tributável compreendido entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, à taxa de 3% (2016: 3%). Complementarmente, ao quantitativo da parte do lucro tributável compreendido entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros é aplicada a taxa de 5% (2016: 5%). Ao quantitativo da parte do lucro tributável que exceda 35 milhões de euros é aplicada a taxa de 7% (2016: 7 %). A derrama estadual foi criada pela Lei Nº. 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública, atualmente em vigor no artigo 87º A do Código do IRC, tendo sofrido algumas alterações (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro; Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro; e Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro) no que concerne ao valor das taxas e aos respetivos montantes de incidência das mesmas.

A Companhia tem sido objeto de inspeções periódicas pela Autoridade Tributária, tendo sido a última alusiva ao exercício de 2015, sendo o âmbito desta parcial, uma vez que foi circunscrita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Não foram reconhecidos, em 2017, ativos por impostos correntes (2016: 1.545.041 euros), essencialmente porque as entregas por conta de IRC, efetuadas durante o decurso do ano foram inferiores à importância apurada de IRC a pagar.

Ativos por impostos correntes

valores em euros

	2017	2016
Apuramento de IRC (*)		
Apuramento IRC a pagar	0	(2 633 802)
Entregas por conta	0	3 745 494
Retenção de imposto na fonte	0	428 435
Outros impostos e taxas a recuperar	0	4 914
Total	0	1 545 041

(*) Em 2016 esta rubrica está considerada no Passivo por impostos correntes

Os passivos por impostos correntes totalizam 3.971.536 euros (2016: 521.579 euros), assumindo maior preponderância o valor relativo ao apuramento de IRC a pagar, sendo o mesmo decorrente do lucro tributável apurado, o qual, face às entregas por conta efetuadas no decorrer do exercício e aos valores retidos na fonte por entidades terceiras, ascende a 3.467.726 euros (2016: 1.540.127 euros a favor da Companhia), adicionalmente, integram esta rubrica as retenções de imposto na fonte efetuadas pela Companhia, o Imposto sobre o Valor Acrescentado, Outros impostos e taxas relativos a Imposto do Selo, taxa para o INEM e taxa para a ASF, às Contribuições para a Segurança Social e Tributos das autarquias locais.

Passivo por impostos correntes

valores em euros

	2017	2016
Retenção de imposto na fonte	190 415	175 890
IVA a pagar	115 672	142 608
Contribuições para a Segurança Social	60 654	54 108
Tributos às autarquias locais	36 934	38 120
INEM	63 396	66 109
Taxa para a ASF	36 569	42 650
Apuramento de IRC (*)		
Apuramento IRC a pagar	6 032 474	0
Entregas por conta	(1 835 850)	0
Retenção de imposto na fonte	(728 898)	0
Outros impostos e taxas	170	2 095
Total	3 971 536	521 579

(*) Em 2016 esta rubrica está considerada no Ativo por impostos correntes

A taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos é baseada na projeção dos lucros futuros da Companhia, estimando-se que, no final do exercício de 2017, e relativamente aos períodos seguintes, as diferenças temporárias sejam revertidas à taxa de 26,0% (2016: 26,0%).

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço nos exercícios de 2017 e 2016 são analisados como segue:

valores em euros

	2017	2016
Ativos		
Diferimento de custos	118 723	220 987
Ajuste de terrenos e edifícios	0	320 822
Fundo complemento reforma	12 367	0
Total	131 090	541 809
Passivos		
Investimentos	(2 452 780)	(1 655 229)
Ajuste de terrenos e edifícios	(208 608)	0
Fundo complemento reforma	0	6 400
Total	(2 661 387)	(1 648 829)

O imposto diferido passivo relativo aos Investimentos, é oriundo da reserva de justo valor de títulos não afetos ou afetos a produtos de vida com participação nos resultados, a qual registou um decréscimo, invertendo a tendência verificada no ano transato.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2017 e 2016 explica-se como segue:

Movimento do imposto diferido de balanço

valores em euros

	2017		2016	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ajustamento no diferimento de custos	(102 264)	0	103 020	0
Investimentos	33 001	(830 552)	22 155	625 098
Ajuste de terrenos e edifícios	(580 874)	51 444	(141 329)	0
Fundo complemento reforma	8 898	(2 931)	8 811	(920)
Total	(641 238)	(782 039)	(7 343)	624 178

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2017 e 2016 explica-se como segue:

Imposto sobre o rendimento reportado nos resultados

valores em euros

	2017	2016
Imposto corrente	(3 105 927)	(3 830 077)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(800 868)	57 908
Prejuízos reportáveis	0	0
	(800 868)	57 908
Total	(3 906 795)	(3 772 169)

O imposto reportado em reservas nos anos de 2017 e 2016 explica-se como segue:

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

valores em euros

	2017	2016
Reserva de justo valor	5 783 240	2 185 770
Terrenos e edifícios	0	51 444
Ganhos e perdas atuariais	12 696	9 765
Total	5 795 935	2 246 979

A reconciliação da taxa de imposto nominal e efetiva pode ser analisada como segue:

Reconciliação entre taxa de imposto nominal e efetiva

valores em euros

	2017	2016
Resultado antes de impostos	14 079 756	13 885 371
Gasto de imposto nominal 26,0% (2016: 26,0%)	3 660 737	3 610 196
Gasto de imposto efetivo 27,5% (2016: 27,2%)	3 906 795	3 772 169
Diferença	246 058	161 973
Dupla tributação económica dos lucros recebidos	(62 105)	(50 058)
Reintegrações e amortizações não dedutíveis	5 535	5 405
Ajustamento em investimentos financeiros	21 157	17 487
Imóveis	61 518	141 329
Tributação autónoma	85 297	53 275
Ajustamento taxa nominal (derrama municipal e derrama estadual)	140 028	(43 608)
Outros custos não dedutíveis	(5 371)	38 142
Diferença	246 058	161 973

32. Acréscimos e diferimentos

A rubrica Acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

valores em euros

	2017	2016
Ativo		
Gastos diferidos	95 515	20 403
Total acréscimos e diferimentos ativos	95 515	20 403
Passivo		
Rendimentos diferidos	(128 510)	(53 045)
Acréscimos de gastos	(1 459 672)	(1 561 081)
Total acréscimos e diferimentos passivos	(1 588 182)	(1 614 126)
Total	(1 492 668)	(1 593 723)

Na rubrica Gastos diferidos estão contabilizados os gastos diferidos com seguros, rendas e alugueres.

Na rubrica Rendimentos diferidos estão contabilizadas a 31 de dezembro de 2017 rendas e alugueres no montante de 53.510 euros (2016: 53.045 euros). Adicionalmente, encontra-se registada nesta rubrica uma fatura no valor de 75.000 euros, emitida ao Grupo Zurich e relativa à participação nas celebrações do centenário da Zurich em Portugal, a decorrer durante no ano 2018.

Em Acréscimo de gastos estão contabilizados remunerações e respetivos encargos a liquidar no valor global de 834.029 euros (2016: 787.797 euros) onde se inclui a especialização do bónus de desempenho no valor de 422.476 euros (2016: 391.153 euros).

Adicionalmente, nesta rubrica estão também registados outros acréscimos de gastos no valor de 625.643 euros (2016: 773.285 euros) respeitantes, essencialmente, aos incentivos comerciais a Agentes, às viagens para a convenção anual e à especialização de faturas de prestadores de serviços, tendo-se registado um decréscimo no exercício de 2017 comparativamente com o ocorrido em 2016.

33. Afetação dos investimentos e de outros ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

valores em euros

	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total 2017
Caixa e equivalentes	27 360 148	2 069 493	7 833 532	5 653 303	42 916 476
Terrenos e edifícios	25 100 000	0	0	14 580 000	39 680 000
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0	0	89 632 967	0	89 632 967
Ativos financeiros disponíveis para venda	460 787 108	11 766 389	0	44 876 249	517 429 746
Empréstimos concedidos e contas a receber	31 449	0	0	35 974	67 423
Investimentos a deter até à maturidade	157 953 721	0	0	5 926 075	163 879 797
Outros ativos tangíveis	0	0	0	38 332	38 332
Outros ativos	1 611 700	931 054	12 409	4 260 158	6 815 321
Total	672 844 126	14 766 936	97 478 908	75 370 092	860 460 062

valores em euros

	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total 2016
Caixa e equivalentes	6 746 869	546 345	7 387 770	1 581 476	16 262 460
Terrenos e edifícios	25 030 588	0	0	15 720 000	40 750 588
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0	0	68 467 206	0	68 467 206
Ativos financeiros disponíveis para venda	375 907 771	9 930 366	0	30 736 842	416 574 978
Empréstimos concedidos e contas a receber	34 618	0	0	43 843	78 461
Investimentos a deter até à maturidade	161 139 141	0	0	0	161 139 141
Outros ativos tangíveis	0	0	0	42 284	42 284
Outros ativos	1 473 038	1 130 283	180 837	6 562 625	9 346 783
Total	570 332 025	11 606 994	76 035 813	54 687 070	712 661 902

34. Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

valores em euros		
	2017	2016
Contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	97 214 898	73 956 149

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A maturidade está referida na Nota 40.

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

valores em euros	
Saldo a 1 de janeiro de 2016	74 649 699
Depósitos recebidos	13 391 704
Comissões de gestão	(575 675)
Benefícios pagos:	
Vencimento	(4 557)
Resgate	(16 135 586)
Morte	(11 113)
Revalorização do exercício	2 641 677
Saldo a 31 de dezembro de 2016	73 956 149
Depósitos recebidos	38 488 518
Comissões de gestão	(813 542)
Benefícios pagos:	
Vencimento	0
Resgate	(13 679 425)
Morte	(4 716 164)
Revalorização do exercício	3 979 362
Saldo a 31 de dezembro de 2017	97 214 898

Os depósitos recebidos estão líquidos de comissões de emissão que a 31 de dezembro de 2017 totalizam 628.024 euros (2016: 209.341 euros). Ver adicionalmente a Nota 6.

Os benefícios são pagos líquidos das penalizações por resgate que totalizam 2.319 euros (2016: 2.182 euros).

35. Outros passivos financeiros

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos inerente ao recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor destes depósitos é de 142.575 euros (2016: 147.873 euros), apresentando a seguinte decomposição por ressegurador:

	valores em euros	
	2017	2016
SCOR Global Life Rückversicherung en Madrid	78 417	81 330
General Reinsurance AG-Sucursal en Madrid	64 159	66 543
Total	142 575	147 873

36. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	valores em euros	
	2017	2016
Por operações de seguro direto		
Mediadores de seguros	2 075 508	1 533 607
Tomadores de seguros	1 050 969	34 911
	3 126 476	1 568 518
Por operações de resseguro		
Resseguradores do Grupo	373 822	574 804
Outros resseguradores	325 429	274 929
	699 251	849 733
Por outras operações - Outros credores		
Operações pendentes de investimentos financeiros	1 431 556	2 479 898
Operações com o Grupo Zurich	224 567	356 124
Fornecedores	96 084	95 019
Inquilinos	226 750	226 749
Depósitos recebidos sem identificação do tomador de seguro	1 069 494	487 749
Operações com pessoal	6 338	4 333
Operações com segurados	9 623	51 432
Outras operações pendentes de regularização	13 179	248 949
	3 077 590	3 950 253
Total	6 903 317	6 368 504

As maiores variações estão evidenciadas nas rubricas:

- Mediadores de seguros, cujo acréscimo do valor das comissões a receber a 31 de dezembro de 2017 está relacionado com o aumento da carteira de prémios de Unit-linked;
- Resseguradores do Grupo e Outros resseguradores, pelo facto de, no final do exercício de 2017, ainda se encontrarem por liquidar os saldos relativos ao terceiro e quarto trimestre;
- Operações pendentes a liquidar a instituições bancárias relativos a aquisição de investimentos financeiros no final do exercício;

- Operações pendentes de liquidação com o Grupo Zurich. Ver adicionalmente a Nota 39;
- Fornecedores, cujo montante a 31 de dezembro de 2017 corresponde às faturas a liquidar no início de 2018;
- Inquilinos, devido às cauções das rendas das propriedades de investimento;
- Depósitos recebidos sem identificação do tomador de seguro no final do exercício de 2017.

37. Outras provisões

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

valores em euros					
	Saldo Inicial	Dotação	Anulação	Utilização	Saldo Final
2017					
Processos judiciais em curso	332 694	78 500	(85 612)	(49 552)	276 031
Reestruturação	272 229	0	(262 626)	(9 602)	0
Total	604 923	78 500	(348 238)	(59 154)	276 031
2016					
Processos judiciais em curso	417 239	75 000	(55 000)	(104 544)	332 694
Reestruturação	98 950	387 331	0	(214 052)	272 229
Total	516 189	462 331	(55 000)	(318 597)	604 923

A rubrica de Outras provisões destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro, no montante de 276.031 euros no final de 2017 (2016: 604.923 euros). A 31 de dezembro de 2017, a totalidade do valor é relativo a processos judiciais interpostos contra a Zurich Vida (2016: 332.694 euros).

A dotação do exercício é registada em custos por natureza (ver Nota 13).

O montante de anulação no exercício, 348.238 euros (2016: 55.000 euros) foi registado na rubrica de Outros rendimentos (ver Nota 20) no seguimento do encerramento de processos judiciais e respetiva libertação de provisões no montante de 85.612 euros e ao cancelamento da provisão de reestruturação no valor de 262.626 euros, devido à conclusão do processo durante o exercício de 2017.

O montante de utilização corresponde às liquidações ocorridas com responsabilidades provisionadas no montante de 59.154 euros (2016: 318.597 euros).

38. Capital, Outros instrumentos de capital, Reservas de reavaliação, Outras reservas e Resultados Transitados

Capital

O capital social da Companhia era, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 20.660.260 euros, representado por 4.132.052 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade por cinco Acionistas, conforme detalhado no quadro abaixo.

valores em euros

	Ações detidas	
	2017	2016
Zurich Life Insurance Company LTD	4 132 048	4 132 048
Zurich Insurance Company LTD	1	1
Zurich Investments Life, SPA	1	1
Zurich Vida, Companhia de Seguros e Reaseguros, SA	1	1
Zurich Finance Company, LTD	1	1
Total	4 132 052	4 132 052

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos financeiros disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor das reservas a 31 de dezembro de 2017 é 22.327.302 euros (2016: 8.406.877 euros).

Ver adicionalmente a Nota 23.

As reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio resultaram da transferência de imóveis de uso próprio para rendimento. Em conformidade com a IAS 40, quando há uma transferência desta natureza, e o critério de valorimetria definido para os terrenos de rendimento é o justo valor, a entidade deve aplicar a IAS 16 até à data da transferência, considerando, nessa data, o justo valor do imóvel a transferir. Desta forma, a diferença positiva entre o justo valor e o valor contabilístico do imóvel na data da transferência, encontra-se refletida nesta conta de reservas. O valor a 31 de dezembro de 2017 é 0 euros (2016: 197.863 euros).

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. O valor das reservas por impostos diferidos a 31 de dezembro de 2017 é 5.795.935 euros (2016: 2.246.979 euros).

Adicionalmente, esta rubrica engloba ainda os impostos correntes resultantes do reconhecimento do imposto calculado sobre as valias não realizadas das carteiras afetas com participação nos resultados.

Outras Reservas

Nesta rubrica, a Companhia tem registado a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de dezembro de 2017 a reserva legal ascendia 9.552.318 euros (2016: 8.540.998 euros).

Encontram-se nesta rubrica os Prémios de Emissão que regista a diferença entre os valores de subscrição (ou preço da emissão) das ações emitidas e o seu valor nominal. De acordo com a legislação Portuguesa, o preço da emissão não pode ser inferior ao valor nominal do capital e, tal como a reserva legal, os prémios de emissão só podem ser aplicados na cobertura de prejuízos ou em incorporação no capital social. Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de prémios de emissão ascendia 4.105.272 euros (2016: 4.105.272 euros).

Inclui, adicionalmente, as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos Acionistas. Em 31 de dezembro de 2017 as reservas livres ascendiam a 1.399.017 euros (2016: 1.339.017 euros).

No exercício de 2017 foram distribuídos dividendos relativamente ao exercício de 2016 no valor de 9.101.882 euros (2016: 10.000.000 euros) resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2016, no montante de 10.113.202 euros (2016: 12.578.983 euros). Considerando que o capital da Companhia estava, até à data da distribuição dos resultados, representado por 4.132.052 ações, dá um total de dividendos por ação de 2,2 euros (2016: 2,4 euros).

Inclui, ainda, a Reserva SORIE onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19. A 31 de dezembro de 2017 o valor da reserva é 48.829 euros (2016: 37.556 euros). Ver adicionalmente a Nota 14.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as reservas e os resultados transitados podem ser analisados como segue:

	valores em euros			
	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados Transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2016	15 359 053	(4 002 181)	11 500 322	224 139
Transferência de/para reservas	0	0	2 578 983	0
Alterações de justo valor	(6 754 313)	1 755 202	3 538	0
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8 604 740	(2 246 979)	14 082 843	224 139
Transferência de/para reservas	0	0	1 011 320	0
Alterações de justo valor	13 722 562	(3 548 956)	11 273	197 863
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22 327 302	(5 795 935)	15 105 437	422 002

As reservas de reavaliação explicam-se, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	valores em euros	
	2017	2016
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	455 506 486	404 616 703
Imparidade acumulada reconhecida	(7 113 278)	(10 988 199)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imparidade	(1) 448 393 209	393 628 503
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	510 006 085	410 208 500
Reservas dos ativos reclassificados entre categorias (Detidos para venda para Detidos até à maturidade)	(2 415 759)	(3 579 380)
Provisão para Participação nos Resultados a atribuir aos Tomadores de Seguros	(36 869 815)	(4 593 739)
	(2) 470 720 511	402 035 381
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	(3) = (2) - (1) 22 327 302	8 406 877
Ganhos potenciais na reavaliação de imóveis (4)	0	197 863
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e de imóveis (5) = (4) + (3)	22 327 302	8 604 740

39. Transações com partes relacionadas

A empresa mãe da Companhia é a Zurich Life Insurance Company, com sede em Austrasse, 46, em Zurique, na Suíça.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante dos ativos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas, resume-se como segue:

valores em euros

	2017				2016			
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos
Zurich Insurance plc - Sucursal em Portugal								
Prestação de Serviços - Arrendamento	0	0	211 200	0	0	0	211 200	0
Fundo de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas								
Gestão do fundo	5 429	0	0	(45 271)	8 637	0	0	(45 543)
Fundo de Pensões Zurich Vida								
Gestão do fundo	3	(12)	0	0	0	(12)	0	0
Aide Asistencia Seguros y Reaseguros, S.A.								
Prestações de Serviços	0	0	0	0	12 462	0	4 433	0
Serviaide - Assistência e Serviços, Lda.								
Prestações de Serviços	27	0	0	0	0	0	0	0
Zurich Life Insurance Company								
Resseguro	0	0	0	(0)	0	(19 769)	366 037	(315 474)
Zurich Life Insurance Company Ltd Ireland Branch								
Prestações de Serviços	0	(18 920)	23 624	0	0	0	18 296	0
Zurich Insurance plc - Sucursal en España								
Prestações de Serviços	0	0	0	0	0	0	1 347	0
Servizurich S.A. - Sociedad Unipersonal								
Prestações de Serviços	31 442	0	441 546	0	0	(136 718)	224 889	0
Zurich Insurance Company								
Resseguro	0	(373 822)	2 062 146	(1 077 331)	0	(555 035)	1 731 135	(875 558)
Royalties	0	(26 440)	126 084	0	0	(117 497)	240 453	0
Prestações de Serviços	16 501	(197 451)	783 715	(165 725)	0	(86 944)	878 345	(63 720)
Total	53 402	(616 645)	3 648 315	(1 288 327)	21 099	(915 975)	3 676 134	(1 300 295)

Nota: Os montantes indicados no quadro não incluem IVA.

A Zurich Vida efetua várias operações com entidades pertencentes ao Grupo Zurich, abrangendo as seguintes naturezas:

- Royalties
- Prestações de serviços
 - Serviços de Informática e Comunicação
 - Serviços de Management
 - Gestão de Investimentos
 - Projeto Solvência II
- Resseguro
- Arrendamento
- Gestão de Fundo de Pensões

Royalties

A Zurich Vida, no exercício da sua atividade, utiliza uma imagem de marca, a qual é propriedade do Grupo Zurich.

A remuneração pela utilização da marca materializa-se em 0,05% dos depósitos de contratos de seguros e 0,20% dos prêmios processados globais anuais.

O valor pago destina-se a recompensar o usufruto do bom-nome da marca, assim como o apoio a nível de ferramentas publicitárias e outros esforços comerciais da marca.

Prestações de Serviços

- Serviços de Informática e Comunicação

Os serviços relacionados com as Tecnologias de Informação são na sua maioria liquidados ao Grupo, na sequência da sua política de centralização e consolidação destes serviços.

- Serviços de Management

O Grupo Zurich coordena determinadas operações que, no seu entender, se revelam essenciais para a prossecução do seu negócio. Estas operações são fundamentais na análise de oportunidades de negócio e gestão dos riscos inerentes à atividade seguradora. Algumas destas atividades, que são exercidas centralmente, estão diretamente relacionadas com as filiais, sendo-lhes concedidos, através das mesmas, vários benefícios.

- Gestão de Investimentos

Com o objetivo de maximizar o desempenho das suas Carteiras de Investimentos, a Zurich Vida, aufere determinados serviços, relacionados com a análise e avaliação das rentabilidades e riscos a estas associadas, assim como o aconselhamento tático e estratégico relativamente às estruturas que as mesmas deverão apresentar. Paralelamente, são facultados serviços relacionados com a gestão operacional e o registo contabilístico dos Investimentos geridos.

- Projeto Solvência II

Inerente aos trabalhos de implementação da Diretiva de Solvência II, o Grupo Zurich, faculta a sua assistência na criação e implementação de processos e metodologias essenciais à aplicação deste regime.

- Resseguro

No decurso da sua atividade, com o objetivo de transferir parte dos riscos assumidos através da venda de seguros, a Zurich Vida recorre ao Grupo Zurich, com o propósito de realizar operações de resseguro.

Adicionalmente, a Zurich Vida repercutiu, igualmente, para o Grupo Zurich, o encargo de algumas despesas incorridas, nomeadamente a promoção da marca Zurich em Portugal e a realocação de recursos humanos.

Remuneração dos órgãos sociais

Ver Nota 13.

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas.

40. Gestão dos riscos de atividade

Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

A efetiva gestão dos riscos que afetam a Zurich Vida revela-se essencial para a sua capacidade operacional e para ajudar os Clientes na gestão dos seus próprios riscos. Apesar da gestão dos riscos ter sido, desde há muito, uma das principais tarefas da Zurich Vida, esta atividade tornou-se ainda mais importante para a Companhia e para os seus Clientes à medida que o cenário dos riscos evolui e se torna mais complexo.

Missão e objetivos da Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos tem como missão acrescentar valor à Zurich Vida, através da incorporação na Companhia de uma cultura de tomada de risco disciplinada, onde as relações entre risco e benefício são transparentes, compreendidas e adequadamente recompensadas. Isto inclui dar suporte ao negócio na compreensão e gestão dos riscos, providenciando pareceres independentes e visões 360° sobre o risco, com o objetivo de otimizar o retorno e apoiar os processos de tomada de decisão.

Os objetivos principais da Gestão de Riscos são:

- Proteger o capital, através da monitorização dos riscos, assegurando que os mesmos não ultrapassam os limites de tolerância face ao risco definidos pelo Grupo e/ou Conselho de Administração;
- Potenciar a criação de valor e contribuir para um perfil ideal de risco-benefício, proporcionando assim as bases para uma alocação eficiente do capital;
- Dar apoio aos processos de tomada de decisão através da disponibilização de informação consistente, fiável e tempestiva em matérias do risco;
- Proteger a reputação e a marca Zurich através da promoção de um ambiente robusto de sensibilização aos riscos e de tomada de riscos de uma forma consciente e informada.

Framework de Gestão de Riscos

Com o objetivo de cumprir com a sua missão e os seus objetivos, o Grupo Zurich possui uma *Framework* de Gestão de Riscos, na qual confia, sendo a mesma utilizada transversalmente por todas as Entidades legais, nomeadamente a Zurich Vida.

No centro da *Framework* de Gestão de Riscos está um processo de governação, baseado no modelo de três linhas de defesa (descrito no capítulo Governação do risco e organização da gestão do risco), no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela tomada, gestão, monitorização e reporte dos riscos.

A Zurich Risk Policy é o principal documento de governação dos riscos do Grupo, especificando transversalmente para todas as Entidades Legais os limites de tolerância, autonomias por tipologia de risco, requisitos de reporte, procedimentos para aprovação de quaisquer exceções à mesma e os procedimentos para escalar na estrutura organizacional (incluindo Conselho de Administração) qualquer problema/deficiência identificado. Os limites são especificados por tipologia de risco. O Grupo regularmente insere melhorias à ZRP, com o objetivo de refletir novas visões e alterações ao ambiente de gestão do risco e refletir as alterações aos limites de tolerância ao risco do Grupo.

A Zurich Vida possui uma Política de gestão de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, que se encontra sustentada nas linhas estratégicas (por exemplo: Risk Strategy Document) definidas por esse mesmo órgão, bem como na ZRP. Como tal, define a Governação no processo de gestão de riscos e reflete a visão do Conselho de Administração sobre as matérias da gestão de riscos, nomeadamente no que concerne à gestão integrada, individual e global dos riscos. A Política tem que ser revista anualmente, ou sempre que necessário se alguma situação extraordinária requerer alteração da mesma, sendo que alterações significativas à Política têm que ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos não está apenas incorporada no negócio, mas está também alinhada com o processo de planeamento estratégico e operacional da Zurich Vida. O Grupo, e consequentemente a Zurich Vida, avalia os riscos de uma forma sistemática e de uma perspetiva estratégica através do processo patenteado pelo Grupo Zurich, denominado Total Risk Profilling™ (TRP). O processo TRP é parte integrante do modo como a Zurich Vida lida com a mudança e é particularmente adequado para avaliar riscos estratégicos, bem como riscos à sua reputação.

Adicionalmente a esta abordagem qualitativa, a Zurich Vida quantifica regularmente o requisito de capital para cada um dos riscos através da Fórmula Padrão – Solvência II. A Política de Gestão de Capital da Zurich Vida define uma almofada para o rácio de solvência acima do mínimo requerido, para proteção contra volatilidades de curto prazo.

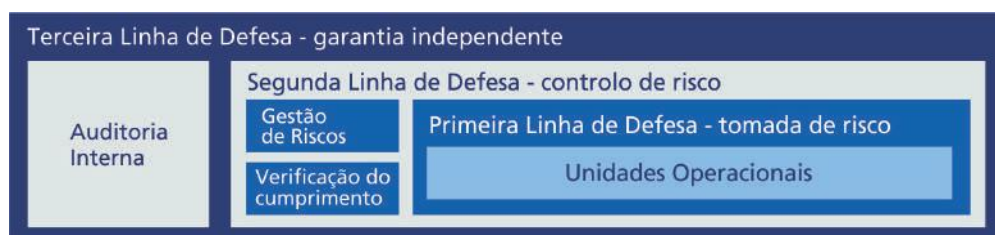
A posição de solvência obtida a partir da aplicação da fórmula padrão e do processo de monitorização da aderência aos requisitos da ZRP são os elementos basilares da Declaração de Appetite ao Risco do Conselho de Administração da Zurich Vida. Esta Declaração é, também, uma das pedras angulares da Framework de Gestão de Riscos, pois define a disposição e capacidade da Zurich Vida na assunção de riscos, sem colocar em causa o cumprimento da estratégia da Companhia.

A Zurich Vida adota uma Política de Remuneração consistente com uma adequada, idónea e eficaz gestão e controlo de riscos, por forma a evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos Clientes.

Governança do risco e organização da gestão do risco

O modelo de governo da Zurich Vida assegura uma efetiva segregação de funções entre as funções de gestão e de supervisão. O Conselho de Administração da Zurich Vida tem a responsabilidade última pela supervisão de todas as áreas da Companhia, incluindo a gestão dos riscos. O Conselho de Administração delegou autonomias ao Administrador Delegado, como tal tem poderes para gerir a Companhia.

As responsabilidades dos procedimentos de gestão de riscos estão distribuídas pela estrutura organizacional da Zurich Vida, conforme definido pelo modelo de três linhas de defesa.



A abordagem de “três linhas de defesa” está incorporada em toda a estrutura de governação do risco da Zurich, para permitir que os riscos sejam claramente identificados, alocados e geridos:

- Primeira linha de defesa – As Unidades Operacionais assumem os riscos e são responsáveis pela gestão dos riscos no dia-a-dia;
- Segunda linha de defesa – A Função de Gestão de Riscos supervisiona a Framework de Gestão de Riscos e auxilia na gestão dos mesmos.
 - Outras Funções de Governação e de Controlo, como Verificação do Cumprimento, Jurídico, Atuarial e Financeira, ajudam as áreas operacionais do negócio a gerir e controlar tipos específicos de riscos;
- Terceira linha de defesa – A Função de Auditoria Interna providencia a garantia independente em relação à eficácia da framework de gestão e controlo de riscos.

Por outro lado, as funções Atuarial, Gestão de Riscos, Verificação do Cumprimento e Auditoria Interna desempenham um papel primordial na estrutura do sistema de governação do risco, uma vez que fornecem o grau de independência relativamente à gestão diária da Companhia. Assumem ainda a responsabilidade de trabalhar em conjunto e de coordenar as suas atividades, no sentido de fornecer à Administração e Gestão da Zurich Vida a ajuda que permita garantir que os objetivos estão a ser alcançados e a confiança de que os riscos são identificados, apropriadamente geridos, as ações de mitigação/eliminação são implementadas e que os mecanismos de controlo são operacionalmente eficazes. Esta coordenação é denominada por Integrated Assessment.

Procedimentos de prestação de informação

Um dos aspetos fundamentais da Framework de Gestão de Riscos é a promoção da transparência do risco através da implementação de normas de reporte sobre o risco, transversais a todo o Grupo Zurich. Tanto a nível local, como a nível do Grupo, são emitidos relatórios regulares sobre o perfil de risco, atuais problemas relacionados com a gestão do risco e demais temas.

Sendo a ZRP o principal documento de governação dos riscos do Grupo Zurich, a Zurich Vida tem implementado um processo de monitorização de adesão com os requisitos constantes na mesma. O resultado do processo de monitorização é apresentado ao Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

A Função de Gestão de Riscos procede trimestralmente à monitorização do cumprimento com a declaração de Appetite ao Risco da Zurich Vida, de forma a manter a solidez da Framework de Gestão de Riscos e a mitigar possíveis desvios aos requisitos da mesma. Os possíveis desvios são analisados pelo Chief Risk Officer e pelo responsável de cada tipologia de risco e são delineados os planos de ação para mitigação dos desvios, sendo que os desvios e os respetivos planos de ação são apresentados e aprovados no respetivo comité de governação, sendo que os desvios materiais são sempre escalados ao Conselho de Administração.

A Função de Gestão de Riscos na Zurich Vida realiza, anualmente, o exercício Total Risk Profiling (TRP), com o objetivo de identificar, avaliar, gerir e acompanhar os riscos que possam impedir a Companhia de atingir os seus objetivos estratégicos e de cumprir os seus planos financeiros. O resultado do TRP traduz-se num mapa de riscos, em que os cenários de risco são posicionados relativamente à probabilidade e severidade de ocorrência. Para os riscos acima do limite de tolerância são desenvolvidas e implementadas ações de melhoria com o objetivo de os mitigar, e assim, os mover para baixo do limite de tolerância. O resultado do TRP é revisto e atualizado trimestralmente, com o objetivo de manter o perfil de risco atualizado. Além disso, a Função de Gestão de Riscos realiza trimestralmente a monitorização das ações de melhoria, juntamente com o responsável pela gestão do risco e apresenta os resultados ao Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno. Em linha com o processo de TRP, a Função de Gestão de Riscos segue a mesma metodologia quando avalia os riscos de novos projetos e subcontratações.

Com o objetivo de identificar o perfil de risco operacional da Zurich Vida, a Função de Gestão de Riscos, juntamente com a Direção, realiza um exercício anual, denominado Top-Down Scenarios, no qual um conjunto pré-definido de cenários de risco é analisado, com o objetivo de identificar os cenários a que a Companhia está mais exposta. Os resultados são partilhados no Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno e com o Administrador Delegado.

A Função de Gestão de Riscos, também, promove a consciencialização do risco e a compreensão do controlo interno, através de um processo trimestral de avaliação do ambiente de controlo interno, partilhando o resultado da avaliação trimestral no Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno, incluindo o ponto de situação dos planos de ação de controlos considerados como ineficazes.

Com o objetivo de mitigar o risco de interrupções do negócio a que a Zurich Vida está exposta, a Função de Gestão de Riscos elabora um plano anual de atividades relacionado com a continuidade do negócio, no qual se incluem a atualização dos planos de continuidade do negócio e a calendarização de exercícios de simulação.

Além deste conjunto de procedimentos de prestação de informação, trimestralmente, o CRO informa o Conselho de Administração das tarefas e atividades realizadas pela Função de Gestão de Riscos e os riscos atuais ou futuros que a Companhia enfrenta ou pode enfrentar.

Autoavaliação do Risco e da Solvência

O Conselho de Administração da Zurich Vida é o responsável por garantir que as responsabilidades, regras e procedimentos de tomada de decisão estão bem definidos, são transparentes e estão adequadamente implementados.

A Framework de Gestão de Riscos Empresarial está incorporada no sistema de governação da Zurich Vida. Está desenhada para dar o devido suporte aos procedimentos de tomada de decisão, através da disponibilização de informação consistente, fiável e tempestiva sobre o risco e, desta forma protegendo o capital da Zurich Vida de riscos que excedem os limites de tolerância estabelecidos.

Abordagem

A Zurich Vida define a Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) como a totalidade dos processos e procedimentos empregues na identificação, avaliação, monitorização, gestão e reporte dos riscos de curto e longo prazo enfrentados pela Zurich Vida. Estes processos e procedimentos estão integrados na Framework de Gestão de Riscos Empresarial (ERM) articulada na Zurich Risk Policy.

A Zurich Risk Policy e a Política de Autoavaliação do Risco e da Solvência da Zurich Vida incluem:

- Funções e responsabilidades no processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência;
- Processos e procedimentos para realização da Autoavaliação do Risco e da Solvência;
- Processos e procedimentos para realização da Autoavaliação Prospetiva dos Riscos e da Solvência;
- Interligações com as Frameworks de Gestão de Riscos e de Capital;
- Frequência e calendário de produção do relatório de autoavaliação do risco e da solvência.

A Zurich Vida emprega uma ampla e diversa gama de processos e procedimentos para identificar, avaliar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos de curto e longo prazo que enfrenta. Estes processos e procedimentos estão incorporados na estrutura de gestão do risco empresarial (ERM) da Zurich Vida articulada na Zurich Risk Policy.

Componentes essenciais

A pedra angular do processo de Autoavaliação do Risco e da Solvência é a avaliação do perfil de risco atual, bem como uma avaliação do requisito de capital regulamentar, incluindo:

- Consideração sobre a natureza, dimensão e complexidade dos riscos atuais e futuros inerentes ao negócio;
- Atualização da posição de solvência, segundo o ambiente atual e condições de stress;
- Uma autoavaliação prospetiva da posição de solvência, segundo o horizonte temporal de planeamento.

Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno na Zurich Vida está implementado com base nas diretrizes instituídas pelo Grupo Zurich e em cumprimento com os requisitos legais e regulamentares emanados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que, a cada momento, se encontrarem em vigor. A Zurich Vida, de acordo com as diretrizes do Grupo Zurich, tem adotado uma abordagem coordenada na Gestão de Riscos e Controlo Interno. As diretrizes do Sistema de Controlo Interno são estabelecidas a nível do Grupo e com implementação transversal a todas as Entidades Legais do Grupo.

O Sistema de Controlo Interno, em conjunto com o Sistema de Gestão de Riscos, é um elemento essencial do processo de governação da Zurich Vida, na medida em que engloba o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo que permitem assegurar um ambiente de controlo eficaz e uma gestão sã e prudente das suas atividades.

O Sistema de Controlo Interno da Zurich Vida é um processo levado a cabo transversalmente por toda a estrutura organizacional, desde o Conselho de Administração aos Colaboradores, com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objetivos:

- A eficiência e a eficácia das operações;
- A existência e prestação de informação, financeira e não financeira, fiável e completa;
- A eficiência do sistema de gestão de riscos;
- Uma correta e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- O desempenho prudente da atividade;
- A prevenção e a deteção de fraudes e erros.

Governação do Sistema de Controlo Interno

As responsabilidades por garantir um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz encontram-se atribuídas transversalmente pela estrutura organizacional, de acordo com o modelo de três linhas de defesa (descrito anteriormente).

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Zurich Vida tem a responsabilidade última pelos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno, de forma que este seja considerado adequado e eficaz e assegure a conformidade do negócio com a legislação e demais regulamentação em vigor.

Management Team

O *Management Team* é responsável por garantir o cumprimento das estratégias e linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração através do desenvolvimento, implementação, manutenção e monitorização de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz.

Comité de Gestão de Riscos e de Controlo Interno

Supervisiona e monitoriza a implementação dos controlos e revê problemas significativos que sejam identificados, bem como o estado das ações de melhoria e de remediação.

Função de Gestão de Riscos

Desenvolve, juntamente com as diferentes Unidades, a estratégia de controlo interno aprovada pelo Conselho de Administração. Monitoriza o processo de certificação dos controlos e gere a implementação dos planos de ação.

Função de Verificação do Cumprimento

Providência assessoria ao Conselho de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis. Abrange, também, a avaliação do potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade da Zurich Vida e a identificação e avaliação do risco de incumprimento.

Função de Auditoria Interna

Procede à avaliação independente da eficácia do desenho e operacionalidade do Sistema de Controlo Interno e dos controlos existentes para gerir e/ou mitigar o risco. Reporta regularmente as conclusões, observações e recomendações que surgem como resultado das suas análises independentes e testes aos controlos internos sobre relatórios financeiros ou sobre riscos operacionais.

Responsáveis dos Processos e dos Controlos

Gestão dos controlos que se encontrem no âmbito das suas áreas de responsabilidade, incluindo a adequada identificação, documentação e avaliação dos controlos operacionais e dos relatórios financeiros. Implementação de ações de remediação/mitigação.

Metodologias de Controlo Interno

Com vista a mitigar os riscos relacionados com os relatórios financeiros e os riscos de natureza operacional, encontram-se definidas e implementadas as seguintes metodologias de controlo:

Controlos Financeiros (*Minimum Common Financial Controls*)

Tem como objetivo a implementação de uma estrutura de Controlo Interno sobre as contas contabilísticas, de forma a mitigar o risco de distorção dos dados financeiros mais significativos nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. Regularmente, cada linha das demonstrações financeiras é analisada relativamente à sua materialidade e pode ser incluída na framework de controlo interno.

Estrutura de Controlo para o Capital Económico e Solvência (*Control Framework for Economic Capital and Solvency*)

Tem como objetivo garantir que a Zurich Vida tem controlo sobre o reporte financeiro na área do Capital Económico e de Solvência II, de forma a entregar relatórios fiáveis aos Órgãos de Gestão e Supervisor.

Controlos Operacionais Essenciais (*Operational Key Controls*)

A abordagem seguida tem como objetivo permitir obter uma visão clara dos riscos, fornecer uma abordagem coerente e transparente para a identificação e avaliação dos riscos operacionais significativos e potenciais concentrações de exposição acima da tolerância, concentrar os recursos nos riscos mais significativos e temas-chave, permitir a condução de forma atempada e sustentável do processo de responsabilização e remediação, bem como fornecer garantia à Zurich Vida e aos stakeholders que o risco operacional é bem gerido.

Avaliação e Certificação do Sistema de Controlo Interno

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A documentação dos Controlos Internos é a base para uma avaliação da sua eficácia.

O Sistema de Controlo Interno é eficaz se os controlos que o compõe forem:

- Desenhados de forma eficaz, isto é, capazes de prevenir ou detetar perdas, erros ou falhas em tempo oportuno;
- Operacionalmente eficazes, isto é, executados de acordo com o seu desenho e cuja evidência da sua realização está disponível e é mantida.

Os responsáveis dos processos e dos controlos (ou ambos) deverão:

- Avaliar o desenho e a eficácia operacional dos controlos internos;
- Guardar evidência suficiente que sustente a eficácia dos controlos.

Cada um dos controlos internos tem atribuído um responsável. A responsabilidade pelos processos ou pela avaliação de risco é claramente atribuída a pessoas com autoridade e conhecimento suficiente.

Quando são identificadas deficiências nos controlos:

- Os controlos são avaliados como ineficazes em termos de desenho e/ou da sua eficácia operacional;
- Deverão ser definidas ações de melhoria/remediação ou controlos de compensação (se necessário), de forma a reduzir o risco/exposição atual.

Monitorização do Sistema de Controlo Interno

Adicionalmente, a Zurich Vida contempla na sua estrutura organizacional uma Unidade dedicada à monitorização da eficácia do controlo interno, que não desempenha nenhuma função operacional e reporta diretamente ao Administrador Delegado. As conclusões (e respetivos planos de ação propostos) das atividades realizadas por esta Unidade são analisadas e validadas pela Direção da Unidade avaliada e partilhadas com o Administrador Delegado da Zurich Vida.

Avaliação Independente do Sistema de Controlo Interno

A Auditoria Interna providencia a garantia independente e objetiva sobre o ambiente de controlo para o Conselho de Administração e comités relevantes, como sejam por exemplo o Comité de Gestão de Riscos e de Controlo Interno.

Auditoria Interna

Os mecanismos de monitorização do sistema de controlo interno são assegurados pela função de Auditoria Interna.

A Função de Auditoria Interna (denominada *Group Audit*) é uma função independente, subcontratada na Zurich Insurance Company Ltd., que tem linha de reporte administrativo ao CEO do Grupo e funcional ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração do Grupo.

O *Group Audit* desenvolve as suas tarefas em todas as Entidades Legais do Grupo Zurich, inclusive na Zurich Vida, de forma independente e objetiva, visando a proporcionar um elevado grau de segurança aos órgãos de administração.

Assim, o *Group Audit* tem como função:

- Providenciar garantia independente e objetiva aos Conselhos de Administração do Grupo Zurich e da Zurich Vida;
- Melhorar a eficácia e eficiência das operações, como resultado dos trabalhos de auditoria, e;
- Providenciar serviços de consultadoria sobre risco e controlo conforme requerido.

Com a sua atuação espera contribuir para uma cultura de “sem surpresas” e auxiliar o negócio na identificação antecipada e gestão dos riscos significativos.

Independência e objetividade

Para assegurar a independência, todos os Colaboradores do Group Audit reportam ao Responsável pelo Group Audit, que por sua vez responde ao Comité de Auditoria do Grupo e ao CEO do Grupo.

Os Colaboradores do Group Audit devem ser independentes e objetivos em todos os trabalhos que realizam e não fazer nada que possa prejudicar ou ser entendido como prejudicial à sua independência ou objetividade. Nenhum Colaborador do Group Audit reporta ou, é diretamente responsável por, uma Entidade Legal local.

Se em qualquer momento, a independência ou objetividade forem postas em causa efetiva ou aparentemente, as razões serão imediatamente reportadas ao Responsável e imediatamente serão implementadas as ações adequadas. Situações que podem ser consideradas como prejudiciais à independência ou objetividade:

- Ser pedido a um Auditor que audite uma função em que já tenha exercido funções ou que tenha sido responsável por um ano;
- Realizar uma auditoria a uma função/processo ao qual tenha providenciado previamente serviços de consultadoria;
- Auditar uma função onde o Auditor tenha uma estreita relação pessoal com alguém dessa função (ex.: membro familiar);
- Auditar um processo em que o Auditor possa receber um benefício direto;
- Auditar uma função que o Responsável pelo Group Audit seja responsável.

Autoridade

Qualquer Colaborador do Group Audit está autorizado a rever todas as áreas do Grupo Zurich e tem acesso total e sem qualquer tipo de restrição a todas as atividades, registros, espaços físicos e Colaboradores do Grupo necessários para realizar os seus trabalhos. O Group Audit tem autoridade para alocar recursos, definir frequências, selecionar áreas, determinar âmbitos de auditorias e aplicar ferramentas e metodologias de auditoria, bem como obter a necessária assistência e serviços especializados dentro e fora do Grupo para alcançar os seus objetivos.

Responsabilidades

A responsabilidade primária do Group Audit é rever a adequação e a eficácia dos processos de gestão dos riscos, controle interno e governação do Grupo. Incluindo a qualidade de execução das responsabilidades assignadas. Mais especificamente as responsabilidades incluem, mas não se limitam a:

- Rever e avaliar a eficácia e eficiência da gestão do risco, dos controlos internos, da fiabilidade/integridade das informações financeira, de gestão e operacional e reportar sobre tal informação;
- Rever alterações ou desenvolvimentos significativos em processos de negócio, sistemas de informação e iniciativas estratégicas;
- Rever os sistemas estabelecidos para assegurar o cumprimento com as políticas e procedimentos do Grupo, leis, regulamentação e contratos;
- Dar suporte ao negócio no cumprimento dos requisitos da Zurich Risk Policy, incluindo providenciar orientação ao negócio de conceitos das práticas de risco e estruturas de controlo;
- Rever operações ou programas de forma a avaliar se os mesmos estão a ser executados conforme planeado e se os resultados estão consistentes com os objetivos estabelecidos.

Estas atividades apenas serão realizadas se o Group Audit deter as qualificações/competências adequadas e onde o resultado implicar uma melhoria na framework de risco, controlo e governação do Grupo ou materialmente contribuir para o alcançar dos objetivos do Grupo.

No decurso dos seus trabalhos, o Group Audit tem em consideração o trabalho de outras funções de assurance e coordena o seu trabalho conforme apropriado. Em particular, o Group Audit coordenará as suas atividades com as dos auditores externos. O Group Audit é responsável por assegurar que as falhas que possam ter impacto nas operações do Grupo são do conhecimento do Comité de Auditoria do Grupo e que realiza o acompanhamento adequado dessas falhas.

Abordagem

O *Group Audit*:

- Desenvolve e submete ao Conselho de Administração da Zurich Vida um plano anual e uma estratégia para esse mesmo ano, utilizando uma adequada metodologia baseada no risco. O plano terá por base o espectro total de riscos, incluindo preocupações e falhas apontadas pelo Management Team e Conselho de Administração da Zurich Vida;
- Atualiza continuamente o plano de auditorias, refletindo as alterações ao perfil de risco. Estas alterações são revistas e aprovadas dentro do Group Audit, sendo que o Management Team e Conselho de Administração da Zurich Vida, bem como o Comité de Auditoria do Grupo são informados de todas as alterações significativas ao plano;
- Implementa o plano de auditorias, no qual estão incluídos os trabalhos requeridos pelo Conselho de Administração da Zurich Vida;
- Emite relatórios periódicos ao Conselho de Administração e Management Team da Zurich Vida resumindo as falhas detetadas, incluindo o ponto de situação das ações corretivas e da execução do plano.

Descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos

A Zurich Vida, ao assumir os riscos dos seus Clientes, o que faz por via do processo de subscrição, análise e aceitação, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Este processo inclui o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exija.

A estratégia de subscrição da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Zurich Vida procura otimizar o valor dos Acionistas através do alcance dos seus objetivos de médio prazo em termos de “return on equity”. Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade suscetível de causar ruturas.

Na base do processo de subscrição encontra-se um sólido processo de governação. Este processo inclui a estratégia, o estabelecimento de objetivos, a delegação de autoridades, a monitorização financeira, as auditorias aos processos de subscrição e às ações corretivas com as quais se pretende levar a cabo os melhoramentos necessários.

Nos processos de subscrição a Companhia utiliza diversas metodologias em ordem a salvaguardar que aos riscos são aplicáveis os prémios adequados, tendo sempre por base fundamentados cálculos atuariais.

Como parte da sua estratégia geral de Risk Management, a Zurich mitiga e cede determinados riscos e responsabilidades através de tratados de resseguro proporcionais e não proporcionais.

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. No entanto, existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, os quais incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** risco de incumprimento (default) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestadores de serviços, Mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de “commodities” (ex.: petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;
- **Risco de Liquidez:** risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;
- **Risco Operacional:** risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio;
- **Risco de reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, Acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;
- **Risco estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado;
- **Risco de seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Risco de crédito

A Zurich Vida está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos.

No cumprimento do estipulado nas normas e diretivas internas onde estão especificadas as políticas e princípios de gestão dos riscos, não são permitidos investimentos em derivados, com exceção de ativos afetos a Contratos de Investimento.

Ainda de acordo com as normas e diretivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas corretivas apropriadas relativamente aos investimentos em que haja expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de “investment grade”.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emitente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes, para comparação com os limites definidos pela Zurich Vida.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

valores em euros

Ratings	AAA	AA	A	BBB	<BBB	Not rated	Total 2017
Depósitos em instituições de crédito	0	0	2 375 802	40 536 925	0	0	42 912 727
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	201 974	0	2 943 903	0	0	3 145 877
Ativos disponíveis para venda	34 388 859	79 717 575		363 932 376		1	478 038 811
Empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0	67 423	67 423
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	163 879 797	0	0	163 879 797
Provisões técnicas de resseguro cedido	0	2 374 892	0	0	0	0	2 374 892
Total	34 388 859	82 294 441	2 375 802	571 293 001	0	67 424	690 419 526

valores em euros

Ratings	AAA	AA	A	BBB	<BBB	Not rated	Total 2016
Depósitos em instituições de crédito	0	0	0	16 236 445	21 327	0	16 257 771
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	201 807	2 213 118	6 883 631	0	0	9 298 556
Ativos disponíveis para venda	45 402 402	75 128 261	220 692	1 041 791	262 284 486	1	384 077 633
Empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0	78 461	78 461
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	161 139 141	0	161 139 141
Provisões técnicas de resseguro cedido	0	2 581 438	0	0	0	0	2 581 438
Total	45 402 402	77 911 507	2 433 810	24 161 867	423 444 954	78 462	573 433 002

A diversificação dos ativos financeiros por sectores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontra-se apresentada conforme segue:

valores em euros

Setor de Atividade	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos disponíveis para venda	Investimentos a deter até à maturidade	Total 2017
Instituições financeiras	85 380 167	25 139 209	0	110 519 376
Dívida Pública	0	457 299 413	163 879 797	621 179 209
Telecomunicações	295 535	3 415 428	0	3 710 963
Energia	0	6 584 570	0	6 584 570
Indústria	2 150 730	9 684 266	0	11 834 996
Outros	1 806 535	15 306 860	0	17 113 395
Total	89 632 967	517 429 746	163 879 797	770 942 510

valores em euros

Setor de Atividade	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos disponíveis para venda	Investimentos a deter até à maturidade	Total 2016
Instituições financeiras	61 787 854	8 585 044	0	70 372 898
Dívida Pública	576 019	375 853 277	161 139 141	537 568 437
Telecomunicações	1 930 930	3 344 462	0	5 275 392
Energia	0	4 417 261	0	4 417 261
Indústria	2 191 595	8 235 203	0	10 426 798
Outros	1 980 808	16 139 732	0	18 120 540
Total	68 467 206	416 574 978	161 139 141	646 181 326

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

valores em euros

Títulos de Dívida (sem ULK)	Valor escriturado 2017	Peso
Portugal	521 991 176	84,0%
França	30 323 986	4,9%
Alemanha	15 997 324	2,6%
Holanda	13 475 597	2,2%
Áustria	28 180 907	4,5%
Finlândia	11 210 220	1,8%
Total	621 179 209	100,0%

valores em euros

Títulos de Dívida (sem ULK)	Valor escriturado 2016	Peso
Portugal	423 423 627	78,9%
França	31 117 900	5,8%
Alemanha	16 463 270	3,1%
Holanda	21 977 260	4,1%
Áustria	29 214 085	5,4%
Finlândia	14 796 277	2,8%
Total	536 992 418	100,0%

valores em euros

Títulos de Dívida (ULK)	Valor escriturado 2017	Peso
	0	0,0%
Total	0	0,0%

valores em euros

Títulos de Dívida (ULK)	Valor escriturado 2016	Peso
Itália	576 019	100,0%
Total	576 019	100,0%

Risco de mercado

Quanto ao risco de mercado, tal como acontece com o risco de crédito, a Zurich avalia e efetua regularmente a gestão do seu risco de mercado, comparando os níveis de concentração por emitente ou grupo pertencente a este e por classe de ativos.

O objetivo é não só o “matching” entre os ativos e os passivos, ou seja uma correta adequação ao risco ALM, como também a monitorização da Estratégia de Alocação de Ativos (Strategic Asset Allocation), que é definida nos ALMIC’s – Asset Liability Management and Investment Committees, isto é, Comitês de ALM e Investimento que se realizam numa base trimestral, compostos por membros locais e do Group Investments, na Suíça.

Na análise dos riscos referidos, para além da gestão do risco de taxa de juro por intervalo de maturidade, da eficiência da alocação dos ativos ao nível atual de risco e da conformidade com os limites das posições agregadas, está incluída a análise da duração dos ativos e passivos, inserida no risco ALM.

Ao longo do ano de 2016, a duração dos ativos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das ações, no valor dos imóveis e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados Acionistas e do sector imobiliário poderão afetar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os ativos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de ativos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

Também ao nível dos contratos de investimento, estes podem estar expostos aos riscos de ações e imóveis e ainda que o risco seja suportado pelo tomador, a Zurich Vida através da exposição a estes movimentos do mercado sofrerá o impacto das comissões de gestão recebidas.

Tal como nos anteriores riscos referidos, os riscos decorrentes das variações de mercado quer nas ações nos ativos financeiros quer nas propriedades de investimento, estão englobados no processo de gestão global do risco efetuada pela Companhia, pela aplicação de limites expressos nas respetivas diretivas e linhas de orientação internas.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos são classificados de acordo com 3 níveis de hierarquia. A classificação dos níveis na Companhia é determinada com base nos critérios definidos pelo Grupo Zurich Financial Services em conformidade com a IFRS 13. Ver adicionalmente a Nota 3 b).

O enquadramento da governação e a supervisão das normas e procedimentos do Grupo, no que refere à avaliação de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor, são da responsabilidade Group Risk Management, Group Investment Management, Treasury Capital Management e Group Finance. Os especialistas destas áreas asseguram a adequação de modelos de avaliação, aprovam metodologias e parâmetros, supervisionam a seleção de provedores de preços e verificam trimestralmente a classificação dentro da hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros em gestão.

Os procedimentos de controlo utilizados dependem da natureza e complexidade dos ativos investidos. Incluem revisões periódicas das técnicas de avaliação e dos critérios utilizados pelos provedores de preços, variação e análise de preços obsoletos e comparações com justos valores de instrumentos similares e com valores alternativos obtidos de gestores de ativos e corretores de ativos.

Ver adicionalmente a Nota 23.

Análises de Sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade relativas ao impacto líquido de imposto nas reservas e em Ganhos e Perdas das variações da taxa de juro sem risco e do valor de mercado das ações:

valores em euros

Impacto no resultado líquido e nas reservas	2017		2016	
	Resultado líquido	Reserva líquida de imposto	Resultado líquido	Reserva líquida de imposto
Crescimento de 100bp na taxa de juro sem riscos	0	(7 506 308)	0	(5 942 756)
Decréscimo de 100bp na taxa de juro sem riscos	0	8 452 234	0	5 750 071
Desvalorização de 10% no valor de mercado das ações	0	(1 596 043)	0	(1 126 614)
Valorização de 10% no valor de mercado das ações	0	1 596 043	0	1 126 614

No quadro seguinte são mostrados, em separado, os impactos estimados na carteira de ativos do grupo de um incremento das curvas de “yield” em 1 ponto percentual e de uma quebra de 10% no valor das ações com base em valores de 2017.

valores em euros

Impacto no valor dos ativos	2017	2016
Incremento de 100bp na curva de cupão zero	(34 046 538)	(26 898 345)
Decréscimo de 100bp na curva de cupão zero	38 402 883	25 720 538
Quebra de 10% no valor de mercado das ações	(3 942 608)	(3 252 958)
Valorização de 10% no valor de mercado das ações	3 942 608	3 252 958

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não refletem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a suscetibilidade das carteiras de ativos aos choques considerados.

Risco de Taxa de juro

O Risco de taxa de Juro é o risco associado às perdas resultantes de alterações nas taxas de juro incluindo as alterações nas curvas de “yield”. A exposição a este tipo de riscos inclui os riscos emergentes dos produtos com taxas garantidas. É ainda afetada por este tipo de riscos a carteira obrigações que seja considerada como disponível para negociação uma vez que a sua valorização está intrinsecamente dependente do comportamento das taxas de juro.

Nos Contratos de Investimento este tipo de risco manifesta-se devido aos encargos de gestão que serão receita da Zurich Vida por estarem diretamente relacionados com a valorização dos ativos.

Risco de liquidez

Relativamente ao risco de liquidez, faz parte dos princípios de gestão dos riscos da Zurich Vida, que as suas carteiras de investimentos financeiros sejam compostas por ativos suficientemente líquidos, de forma a mitigar eventuais riscos de inesperadas necessidades de tesouraria para fazer face aos compromissos financeiros assumidos, que pudessem resultar em perdas consideráveis.

Para isso, estão estabelecidas regras, que emanam da política de investimentos definida nos respetivos Comitês, com a forma como deve ser gerida e planeada a liquidez, tendo ainda em conta as maturidades das obrigações detidas.

Análises de adequação entre ativos e passivos (“Asset Liability Management” - ALM):

A Zurich Vida procede a análises de ALM com caráter regular utilizando este instrumento para definição e acompanhamento quer da política de investimentos quer da cobertura dos “cash flows” dos passivos pelos ativos.

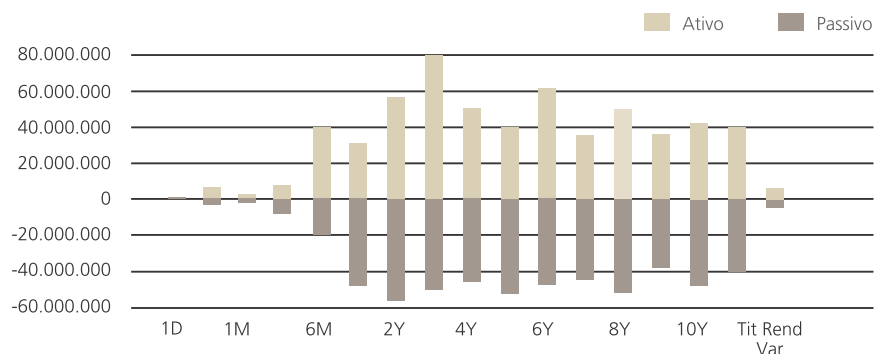
Nos quadros seguintes encontram-se os resultados da análise efetuada no final dos exercícios de 2017 e de 2016:

Data de avaliação: 31 de dezembro de 2017

valores em euros

Mapeamento	Total Vida							
	Ativos	%	Passivos	%	Excedente	%	Capital	%
1D	149 292	0%	0	0%	149 292	0%	31 118 779	34%
15D	8 974 838	1%	-5 224 626	1%	3 750 211	4%	0	0%
1M	2 091 902	0%	-4 693 856	1%	-2 601 954	-2%	500	0%
3M	11 824 296	2%	-12 021 464	2%	-197 168	0%	205 167	0%
6M	44 318 616	6%	-21 002 616	4%	23 316 000	22%	389 234	0%
1Y	33 531 376	5%	-52 796 945	9%	-19 265 570	-18%	1 020 593	1%
2Y	58 554 402	9%	-57 165 684	10%	1 388 718	1%	1 548 180	2%
3Y	84 687 163	12%	-51 479 456	9%	33 207 707	31%	1 926 846	2%
4Y	53 451 911	8%	-46 206 825	8%	7 245 086	7%	2 454 955	3%
5Y	43 049 396	6%	-54 513 755	9%	-11 464 359	-11%	5 114 824	6%
6Y	71 459 629	10%	-50 919 830	9%	20 539 799	19%	14 292 843	16%
7Y	37 601 226	5%	-46 401 458	8%	-8 800 232	-8%	325 402	0%
8Y	52 823 963	8%	-52 661 050	9%	162 914	0%	577 777	1%
9Y	36 610 647	5%	-33 097 700	6%	3 512 947	3%	203 566	0%
10Y	44 613 019	7%	-44 377 774	8%	235 245	0%	1 243 823	1%
20Y	41 469 184	6%	-36 661 623	6%	4 807 561	4%	4 114 943	5%
30Y	7 287 078	1%	-8 641 357	1%	-1 354 280	-1%	0	0%
Tit Rend Var	52 283 404	8%	0	0%	52 283 404	49%	26 783 256	29%
Valor da Carteira	684 781 342		(577 866 019)		106 915 323		91 320 688	
Duração	5,97		6,14		4,26		1,02	
Maximum Loss								
Value at Risk (84%) 1 Day	1 722 657	0,3%	1 627 159	-0,3%	1 169 766	1%	589 037	0,6%
Fixed Inc.	1 731 979	0,3%	1 627 159	-0,3%	111 415	0%	107 386	0,1%
Equity	1 207 747	0,2%		0,0%	1 207 747	1%	618 693	0,7%
Value at Risk (95%) 1 Year	45 121 446	6,6%	42 620 065	-7,4%	30 639 621	29%	15 428 621	16,9%
Fixed Inc.	45 365 623	6,6%	42 620 065	-7,4%	2 918 278	3%	2 812 742	3,1%
Equity	31 634 433	4,6%	0	0,0%	31 634 433	30%	16 205 393	17,7%
Value at Risk (99%) 1 Year	63 443 488	9,3%	59 926 395	-10,4%	43 081 163	40%	21 693 576	23,8%
Fixed Inc.	63 786 815	9,3%	59 926 395	-10,4%	4 103 275	4%	3 954 885	4,3%
Equity	44 479 930	6,5%	0	0,0%	44 479 930	42%	22 785 765	25,0%

Mapeamento de Ativos e Passivos

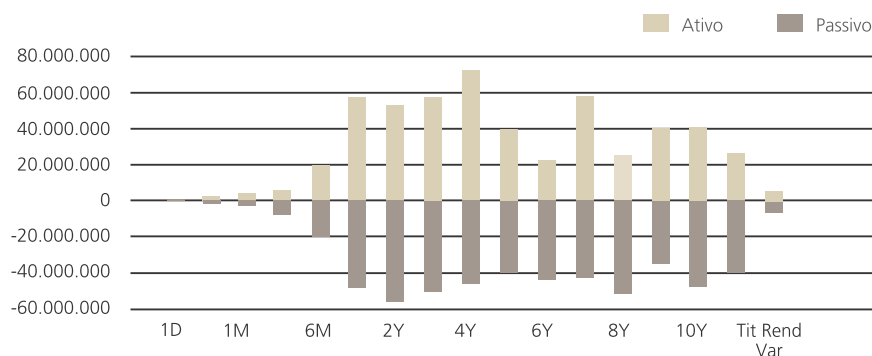


Data de avaliação: 31 de dezembro de 2016

valores em euros

Mapeamento	Total Vida							
	Ativos	%	Passivos	%	Excedente	%	Capital	%
1D	149 286	0%	0	0%	149 286	0%	8 869 998	16%
15D	473 462	0%	(3 713 754)	1%	(3 240 292)	-3%	0	0%
1M	2 908 421	0%	(3 773 584)	1%	(865 163)	-1%	0	0%
3M	4 811 624	1%	(9 775 843)	2%	(4 964 219)	-5%	198 161	0%
6M	21 366 823	4%	(18 380 220)	4%	2 986 603	3%	352 142	1%
1Y	58 289 141	10%	(48 598 545)	10%	9 690 596	10%	875 902	2%
2Y	55 619 787	9%	(52 910 416)	10%	2 709 371	3%	1 095 164	2%
3Y	57 746 162	10%	(48 160 990)	9%	9 585 172	10%	1 074 072	2%
4Y	75 947 166	13%	(44 051 800)	9%	31 895 366	34%	1 042 309	2%
5Y	39 876 891	7%	(36 904 473)	7%	2 972 418	3%	1 000 568	2%
6Y	26 469 279	4%	(41 807 245)	8%	(15 337 965)	-16%	3 483 806	6%
7Y	58 097 346	10%	(40 807 222)	8%	17 290 124	18%	12 254 087	22%
8Y	27 554 159	5%	(37 116 520)	7%	(9 562 361)	-10%	269 903	0%
9Y	41 272 086	7%	(31 481 967)	6%	9 790 118	10%	475 171	1%
10Y	42 015 121	7%	(46 870 934)	9%	(4 855 813)	-5%	797 836	1%
20Y	33 969 501	6%	(36 765 486)	7%	(2 795 985)	-3%	3 117 110	6%
30Y	5 592 658	1%	(8 255 943)	2%	(2 663 285)	-3%	78 428	0%
Tit Rend Var	51 612 925	9%	0	0%	51 612 925	55%	21 376 233	38%
Valor da Carteira	603 771 838		(509 374 942)		94 396 896		56 360 890	
Duração	5,86		6,32		0,36		3,12	
Maximum Loss								
Value at Risk (84%) 1 Day	1 564 629	0,3%	1 409 970	-0,3%	1 145 502	1,2%	471 296	0,8%
Fixed Inc.	1 528 327	0,3%	1 409 970	-0,3%	129 454	0,1%	91 229	0,2%
Equity	1 192 259	0,2%	0,0%	0,0%	1 192 259	1,3%	493 791	0,9%
Value at Risk (95%) 1 Year	40 982 236	6,8%	36 931 266	-7,3%	30 004 066	31,8%	12 344 633	21,9%
Fixed Inc.	40 031 382	6,6%	36 931 266	-7,3%	3 390 785	3,6%	2 389 560	4,2%
Equity	31 228 755	5,2%	0	0,0%	31 228 755	33,1%	12 933 836	22,9%
Value at Risk (99%) 1 Year	57 623 507	9,5%	51 927 599	-10,2%	42 187 535	44,7%	17 357 303	30,8%
Fixed Inc.	56 286 549	9,3%	51 927 599	-10,2%	4 767 649	5,1%	3 359 866	6,0%
Equity	43 909 522	7,3%	0	0,0%	43 909 522	46,5%	18 185 758	32,3%

Mapeamento de Ativos e Passivos



A existência de uma desadequação entre os valores de ativos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

A análise atrás apresentada é complementada com uma análise da adequação das durações dos ativos e passivos correspondentes de que apresentamos os quadros resumo:

No final do exercício de 2017:

Carteiras	Duração do mapeamento	Duração Macaulay TIR	Duração modificada Macaulay TIR	Duração da Curva de Cupão Zero
ZV - PPR - Passivos	6,54	6,52	6,47	6,55
ZV - PPR - Ativos	7,05	7,14	7,02	7,05
ZV - GCP - Passivos	6,28	6,27	6,22	6,30
ZV - GCP - Ativos	5,56	5,61	5,53	5,56
ZV - GSP - Passivos	9,55	9,47	9,37	9,50
ZV - GSP - Ativos	6,41	6,48	6,41	6,41
ZV - Total - Passivos	6,19	6,18	6,14	6,21
ZV - Total - Ativos	6,00	6,06	5,97	6,00
ZV - Total - Ativos com capital	5,78	5,84	5,76	5,78

No final do exercício de 2016:

Carteiras	Duração do mapeamento	Duração Macaulay TIR	Duração modificada Macaulay TIR	Duração da Curva de Cupão Zero
ZV - PPR - Passivos	6,68	6,67	6,63	6,69
ZV - PPR - Ativos	6,76	6,86	6,67	6,76
ZV - GCP - Passivos	6,60	6,60	6,56	6,62
ZV - GCP - Ativos	5,55	5,60	5,47	5,55
ZV - GSP - Passivos	10,45	10,45	10,36	10,48
ZV - GSP - Ativos	7,76	7,85	7,72	7,76
ZV - Total - Passivos	6,36	6,36	6,32	6,38
ZV - Total - Ativos	5,95	6,01	5,86	5,95
ZV - Total - Ativos com capital	5,93	6,00	5,85	5,93

Dos resultados apresentados ressalta que a duração dos ativos se adequa de forma global à duração dos passivos.

Globalmente pode-se concluir que, a política que tem vindo a ser seguida na definição e escolha dos ativos financeiros, se revela adequada face às responsabilidades que suportam.

A maturidade dos ativos e passivos é analisada como segue para os anos de 2017 e 2016:

valores em euros

Maturidade dos ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Sem maturidade	Total 2017
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	0	0	0	0	42 916 476	42 916 476
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	830 479	1 607 779	707 618	0	0	86 487 091	89 632 967
Ativos disponíveis para venda	17 983 270	19 729 725	60 278 901	256 357 391	118 607 853	44 472 605	517 429 746
Empréstimos e contas a receber	14 465	0	6 031	6 374	40 554	0	67 423
Investimentos a deter até à maturidade	44 037 164	69 276 984	50 565 648	0	0	0	163 879 797
Terrenos e edifícios	0	0	0	0	0	39 680 000	39 680 000
Outros ativos tangíveis	0	0	0	0	0	38 332	38 332
Outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	509 875	509 875
Ativos de resseguro cedido	2 374 892	0	0	0	0	0	2 374 892
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	0	0	0	0	127 125	127 125
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 492 277	84 547	0	0	0		3 576 824
Ativos por impostos	0	0	0	0	0	131 090	131 090
Outros ativos	95 515	0	0	0	0	0	95 515
Total de Ativos	62 865 379	90 614 489	111 558 198	256 363 764	118 648 407	173 876 172	860 460 062
Provisões técnicas	104 425 357	76 872 086	75 498 922	285 494 608	141 804 869	714 266	684 810 108
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	142 228	6 507 684	25 216 231	43 420 131	21 928 624	0	97 214 898
Outros passivos financeiros	142 575	0	0	0	0	0	142 575
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 903 317	0	0	0	0	0	6 903 317
Passivos por impostos	3 971 536	0	0	0	0	2 661 387	6 632 924
Outros passivos	1 588 182	0	0	0	0	276 031	1 864 213
Total de Passivos	117 173 196	83 379 770	100 715 154	328 914 739	163 733 493	3 651 683	797 568 035

valores em euros

Maturidade dos ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Sem maturidade	Total 2016
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0	0	0	0	0	16 262 460	16 262 460
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	357 499	2 811 890	5 561 858	570 435	0	59 165 525	68 467 206
Ativos disponíveis para venda	34 421 274	26 773 433	7 282 385	219 963 497	95 637 044	32 497 346	416 574 978
Empréstimos e contas a receber	2 074	14 465	2 693	8 836	50 393	0	78 461
Investimentos a deter até à maturidade	4 335 968	57 898 058	98 905 115	0	0	0	161 139 141
Terrenos e edifícios	0	0	0	0	0	40 750 588	40 750 588
Outros ativos tangíveis	0	0	0	0	0	42 284	42 284
Outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	401 298	401 298
Ativos de resseguro cedido	2 581 438	0	0	0	0	0	2 581 438
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0	0	0	0	0	150 077	150 077
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4 020 940	85 778	0	0	0	0	4 106 717
Ativos por impostos	1 545 041	0	0	0	0	541 809	2 086 850
Outros ativos	20 403	0	0	0	0	0	20 403
Total de Ativos	39 116 814	87 497 846	111 752 051	220 542 767	95 687 437	107 925 331	712 661 902
Provisões técnicas	65 845 384	72 364 492	73 664 288	227 550 259	133 697 550	3 239 740	576 361 713
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	579 987	132 034	20 636 123	36 388 648	16 219 357	0	73 956 149
Outros passivos financeiros	147 873	0	0	0	0	0	147 873
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 368 504	0	0	0	0	0	6 368 504
Passivos por impostos	521 579	0	0	0	0	1 648 829	2 170 409
Outros passivos	1 614 126	0	0	0	0	604 923	2 219 049
Total de Passivos	75 077 454	72 496 526	94 300 411	263 938 907	149 916 907	5 493 492	661 223 697

Gestão do risco operacional

A Gestão do Risco Operacional na Zurich assenta numa abordagem comum para avaliar, quantificar e gerir o risco operacional. Neste contexto, os riscos de natureza operacional são geridos através do sistema de controlo interno, capital, programa de resseguro e planos de continuidade de negócio.

A *framework* de gestão de risco operacional:

- Utiliza uma abordagem baseada em cenários (denominada “*Top Down Scenarios*”), por forma a avaliar e quantificar o requisito de capital (a nível do Grupo) para o risco operacional;
- Documenta e avalia eventos de perda acima do limite de tolerância determinado pela ZRP numa base de dados comum a todo o Grupo. Ações de melhoria são implementadas para evitar a recorrência desses eventos de perda operacional;
- Proceda à realização de avaliações de risco operacional, que permitam a identificação de riscos operacionais em áreas de negócio fundamentais. Estes riscos identificados necessitam de ser avaliados utilizando uma metodologia qualitativa. Os riscos identificados e avaliados acima de um determinado limite têm que ser mitigados e escalados ao Grupo. As ações de melhoria são documentadas e acompanhadas continuamente;
- Avalia a eficácia conceptual e operacional dos controlos operacionais, financeiros e de verificação do cumprimento através do processo de avaliação do controlo interno. Isto inclui a avaliação do risco residual, bem como da remediação das deficiências identificadas onde o risco residual exceda o limite de tolerância.

Para além da sua estrutura geral, a Zurich Vida tem processos e sistemas específicos que se focalizam nas matérias de maior prioridade, tais como segurança da informação, segurança física, gestão de continuidade do negócio e combate à fraude.

A Zurich Vida, através do cálculo de análises de sensibilidade do “*Embedded Value*” e do valor do novo negócio, avalia o potencial impacto de alterações nos fatores dos riscos operacionais e económicos. Os fatores operacionais avaliados são, entre outros, os riscos de mortalidade, de persistência e de despesas. Da mesma forma são avaliados os riscos de mercado associados às alterações nas taxas de juro.

Gestão do risco específico de Seguros

Este risco é aplicável a todos os ramos de atividade e pode subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (sub-tarificação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

Aquando da aceitação do risco, a Companhia rege-se por normas escritas baseadas em análise de indicadores estatísticos da carteira de forma a adequar o preço ao risco. As políticas de subscrição são definidas por segmento operacional.

- **Risco de Provisionamento:** é o risco de as provisões constituídas para sinistros se revelarem insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

A política de provisionamento da Companhia é prudente e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos.

A Seguradora tem prosseguido uma política de aceitação de riscos adequada e não existem indícios materialmente relevantes que indiquem o contrário.

Através de uma política de investimentos consistente e prudente tem conseguido garantir a segurança, o rendimento e a liquidez dos investimentos dos ativos representativos das provisões técnicas nas operações financeiras e assegurar a adequação dos ativos ao perfil das responsabilidades assumidas pela Seguradora.

Considerando estes dois aspetos tem sido comprovada a adequação dos prémios e provisões matemáticas constituídas às responsabilidades assumidas pela Seguradora.

- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

A Companhia celebra com o Grupo tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha operacional é resumida como segue:

Produtos	Tipo de resseguro	Exposição máxima ao risco
Previdência	Excedente	80.000 por apólice com capital de morte/invalidéz
Universal Life	Excedente	80.000 por apólice com capital de morte/invalidéz
Outros	Excedente	80.000 por apólice com capital de morte/invalidéz

41. Solvência

A Companhia está sujeita aos requisitos de Solvência II definidos pela Lei N.º 147/2015, de 9 de setembro, produzindo efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, e que transpõe, para o Direito português, a Diretiva N.º 2009/138/EU, de 25 de novembro, alterada pela Diretiva N.º 2014/51/EU, de 16 de abril e, habitualmente designada como “Diretiva Solvência II”.

A Lei N.º 147/2015 veio introduzir uma profunda mudança no regime jurídico de acesso à atividade seguradora, procedendo igualmente a algumas alterações aos regimes do contrato de seguro e dos fundos de pensões.

No quadro abaixo encontra-se o resumo da margem de solvência exigida:

valores em euros

Margem de Solvência	2017	2016
Capital	20 660 260	20 660 260
Reservas	31 636 804	20 440 604
Resultados transitados	422 002	224 139
Resultado do exercício	10 172 961	10 113 202
Valor de balanço	62 892 027	51 438 205
Dividendos	(9 155 665)	(9 101 882)
Margem de solvência disponível	57 344 942	40 378 271
Margem de solvência necessária	20 752 882	26 391 496
Cobertura	276,3%	153,0%

Os valores referentes ao final de 2017 não foram ainda auditados.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

No quadro que se segue pode-se observar os impactos dos riscos referidos na taxa de cobertura da margem de solvência e a taxa de cobertura resultante desses efeitos.

valores em euros

	2017	2016	Variação 2017/2016
Margem de solvência disponível	57 344 942	40 378 271	42,0%
Taxa de cobertura	276,3%	153,0%	123pp
Requisito de capital de solvência (RCS)			
Risco de mercado	26 439 670	22 547 463	17,3%
Risco de contraparte	5 337 521	1 812 745	194,4%
Risco específico vida	9 220 672	8 062 050	14,4%
Risco específico acidente e doença	984 687	995 841	-1,1%
RCS sem diversificação	41 982 550	33 418 099	25,6%
Efeito diversificação	(9 566 730)	(6 726 542)	42,2%
Risco operacional	5 773 176	6 986 599	-17,4%
RCS antes da capacidade de absorção	38 188 996	33 678 156	13,4%
Capacidade de absorção - provisões técnicas	(13 637 937)	(6 867 604)	98,6%
Capacidade de absorção - impostos diferidos	(3 798 177)	(419 056)	806,4%
RCS	20 752 882	26 391 496	-21,4%

A Seguradora ao longo dos anos procedeu às alterações necessárias para a entrada em vigor do novo regime de Solvência II em 1 de janeiro de 2016. Estas alterações permitiram assegurar o nível de preparação adequado para cumprir com este novo regime. Devido à sua situação financeira em 1 de janeiro e em 31 de dezembro de 2017 a Zurich Vida cumpria com o requisito de capital solvência II sem a necessidade de pedido de aprovação de medidas transitórias.

42. Compromissos

A Zurich Vida apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem multifunções, computadores e veículos. Trata-se de contratos celebrados por prazos de três ou quatro anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores das locações operacionais para os exercícios de 2017 e 2016 são:

valores em euros

Locação Operacional	2017			2016		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	315 117	20 914	17 565	397 238	22 556	28 205
Equipamento Informático	104 286	28 327	12 320	96 779	29 166	27 408
Total	419 404	49 241	29 885	494 017	51 722	55 613

43. Elementos extrapatrimoniais

Os fundos de pensões geridos pela Companhia têm um total de ativos de 6.802.849 euros em 2017 (2016: 6.144.611 euros). Estes fundos de pensões não garantem rendimento mínimo.

valores em euros

Fundos de Pensões geridos pela Companhia	Valor dos ativos do Fundo	
	2017	2016
Fundo Pensões Aberto Zurich Vida Empresas	5 245 775	4 622 220
Fundo Pensões Zurich Vida	1 557 074	1 522 391
Total	6 802 849	6 144 611

44. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos adicionais.

No dia 12 de fevereiro de 2018 a Companhia adquiriu um imóvel para investimento, pelo valor de 22.500.000 euros acrescido de impostos, despesas notariais e suporte jurídico.

Ver adicionalmente a Nota 21.

JUNTOS FAZEMOS HISTÓRIA!

**Este ano fazemos
100 anos em Portugal.**

Estes longos anos de
experiência ensinaram-nos
que o sucesso da nossa
missão está na atenção
que damos ao que é
essencial:
os nossos Clientes.

**VENHA FESTEJAR
CONNOSCO!**

**CONSULTE O SEU
MEDIADOR ZURICH
OU VISITE-NOS EM
WWW.ZURICH.COM.PT**

100 ANOS
EM PORTUGAL



**SEGUROS ZURICH.
PARA QUEM VERDADEIRAMENTE AMA O SEU MUNDO.**



ZURICH®

femina



ZURICH MultiPlano

O seu Plano de Previdência particular



Crian



IV. ANEXOS



Na resenha histórica da Zurich Vida e no que refere à composição da carteira, destaca-se o grande sucesso do produto Vita Criança, lançado em 1991.

Junta-se a este seguro outros delineados sob o desígnio da segmentação de mercado, como foram o Vita Femina e o Credit Plano Criança, ambos disponibilizados em 1993 e com boa recetividade por parte dos consumidores, bem como uma espécie de plano de previdência particular, intitulado de Zurich Multiplano.

VITA
nça



A capacidade de ajuste às expectativas dos consumidores, aos novos canais de distribuição, às novas metodologias de gestão e às oportunidades de crescimento, encontram-se espelhadas na história da Zurich Vida, onde prevaleceu uma atenção vigilante à realidade do panorama segurador, no intuito de compreender os consequentes caminhos da mudança.

IV. Anexos

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Ano: 2017

Empresa de Seguros: Zurich - Companhia de Seguros Vida. S. A.

Nº de identificação: 503 583 456

Anexo 1

valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal							
	Total							
2 - OUTROS								
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
PTALTOAE0002	ALTRI SGPS SA EQUITY	98 000			3,49	342 491	5,17	506 660
PTBCPOAM0015	BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA EQUITY	2 956 164			0,24	723 898	0,27	803 190
PTBESOAM0007	BANCO ESPIRITO SANTO SA EQUITY	500 000			0,00	0	0,00	1

valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
PTBUQ0AP0004	BUCIQUEIRA SGPS SA EQUITY	13			0,00	0	0,00	0
PTCNB0AP0009	CNB/CAMAC Companhia Nacional Borrachas SA **IN DEFAULT**	200			0,00	0	0,00	0
PTCTT0AM0001	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL SA EQUITY	137 100			3,51	480 536	3,51	480 536
PTEDP0AM0009	EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL SA EQUITY	530 000			2,05	1 085 360	2,88	1 527 460
PTGALOAM0009	GALP ENERGIA SGPS SA EQUITY	181 470			11,92	2 163 155	15,33	2 781 028
PTIBS0AM0008	IBERSOL SGPS SA EQUITY	701			11,46	8 033	11,70	8 202
PTPTI0AM0006	NAVIGATOR CO SA/THE EQUITY	212 000			2,78	589 089	4,24	899 304
PTRELOAM0008	REN - REDES ENERGETICAS NACIONAIS EQUITY	256 442			2,30	591 093	2,48	634 694
PTSC0AN0004	Portuguesa Empreend **IN DEFAULT** par value	23			0,00	0	0,00	0
PTSEM0AM0004	SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIMENTO EQUITY	19 714			16,94	333 996	17,74	349 628
PTSON0AM0001	SONAE SGPS SA EQUITY	757 000			0,59	446 196	1,13	851 625
PTZON0AM0006	NOS SGPS SA EQUITY	245 492			5,16	1 267 003	5,45	1 336 949
ES0127797019	EDP RENOVAVEIS SA EQUITY	189 220			3,97	750 392	6,92	1 309 592
921910016601	Gregorio & Companhia **IN DEFAULT**	500			0,00	0	0,00	0
	Subtotal	6 084 039				8 781 241		11 488 867
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	Subtotal	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
739930015501	IGFCSS, I. P.	4 057			1,03	4 196	1,05	4 274
	Subtotal	4 057				4 196		4 274
	2.1.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal	6 088 096	0			8 785 437		11 493 141
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.1 04/15/2037	41 500 000			0,83	34 292 270	1,22	50 485 807
PTOTEAOE0021	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.95 10/25/2023	63 500 000			0,93	59 350 557	1,24	78 756 910
PTOTEBOE0020	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.1 02/15/2045	19 250 000			1,12	21 652 600	1,20	23 115 648
PTOTECOE0029	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.8 06/15/2020	53 200 000			0,97	51 581 235	0,99	52 694 640
PTOTEKOE0011	OBRIGACOES DO TESOIRO 2.875 10/15/2025	44 500 000			1,03	45 785 062	1,11	49 194 531
PTOTEMOE0027	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.75 06/14/2019	19 500 000			0,99	19 333 395	1,01	19 599 365
PTOTENOE0018	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.45 06/15/2018	40 000 000			1,00	39 852 917	1,02	40 671 661
PTOTEQOE0015	OBRIGACOES DO TESOIRO 5.65 02/15/2024	10 700 000			1,15	12 314 728	1,32	14 123 887
PTOTEROE0014	OBRIGACOES DO TESOIRO 3.875 02/15/2030	34 200 000			1,05	35 826 197	1,19	40 770 382
PTOTESOE0013	OBRIGACOES DO TESOIRO 2.2 10/17/2022	13 500 000			1,03	13 938 429	1,09	14 686 522
PTOTETOE0012	OBRIGACOES DO TESOIRO 2.875 07/21/2026	32 750 000			0,97	31 603 978	1,10	36 077 041
PTOTEUOE0019	OBRIGACOES DO TESOIRO 4.125 04/14/2027	20 000 000			1,01	20 223 823	1,22	24 454 115
PTOTEYOE0007	OBRIGACOES DO TESOIRO 3.85 04/15/2021	54 400 000			0,96	52 268 076	0,96	52 057 550
PTOTVHOE0007	OBRIGACOES DO TESOIRO FLT 08/12/2021	3 550 000			1,04	3 687 980	1,07	3 805 597
PTOTVIOE0006	OBRIGACOES DO TESOIRO FLT 11/30/2021	1 000 000			1,04	1 036 987	1,07	1 067 712
PTOTVJOE0005	OBRIGACOES DO TESOIRO FLT 04/12/2022	781 000			1,04	811 317	1,07	833 048
PTOTVKOE0002	OBRIGACOES DO TESOIRO FLT 08/02/2022	3 580 000			1,03	3 685 169	1,06	3 804 184
XS0230315748	PARPUBLICA 3.567 09/22/2020	2 000 000			0,99	1 986 104	1,09	2 184 925
PTPETUOM0018	PARPUBLICA 3.75 07/05/2021	2 500 000			1,09	2 736 340	1,12	2 811 626
		460 411 000				451 967 163		511 195 152

Inventário de participações e instrumentos financeiros (cont.)

Ano: 2016

Empresa de Seguros: Zurich - Companhia de Seguros Vida. S. A.

Nº de identificação: 503 583 456

Anexo 1

valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
PTCFPAOM0002	CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/16/2019		1 500 000		1,07	1 599 743	1,08	1 617 949
PTRAMXOM0006	REGIAO AUTONOMA MADEIRA FLT 06/09/2022		3 000 000		1,02	3 073 498	1,03	3 094 395
PTCPECOM0001	INFRAESTRUTURAS DE POR 4.047 11/16/2026		2 000 000		1,00	1 999 994	1,16	2 324 239
PTCPEHOM0006	INFRAESTRUTURAS DE POR 5.875 02/18/2019		1 100 000		1,06	1 169 820	1,11	1 226 096
PTCPEJOM0004	INFRAESTRUTURAS DE POR 4.675 10/16/2024		500 000		1,00	501 992	1,22	608 732
PTMTLBOM0007	METROPOLITANO DE LISBOA 4.061 12/04/2026		3 000 000		1,10	3 297 889	1,18	3 542 562
Subtotal		0	11 100 000			11 642 936		12 413 974
2.1.2.3 - De outros emissores								
913910030301	Var% TEVISIL ***in default***		49 880		0,00	0	0,00	0
913910023201	0% Soc.Const.ERG S.C/88-93 1988-30.11.93 **IN DEFAULT**		12 969		0,00	0	0,00	0
913910027601	0% Sopsi/88 1988-01.01.99 **IN DEFAULT**		49 880		0,00	0	0,00	0
913910030101	0% Correia e Faria 1980-31.12.03 **IN DEFAULT**		49 980		0,00	0	0,00	0
913910030201	0% Oliva 1989-31.12.03 **IN DEFAULT**		14 964		0,00	0	0,00	0
913910001801	0% z-Francisco Fino 1a Tr.S.A /87 1987-15.02.97*IN DEFAULT*		15 238		0,00	1	0,00	1
Subtotal		0	192 910			1		1
Total		0	471 703 910			463 610 101		523 609 127
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Ações								
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV EQUITY	8 500			95,03	807 760	93,12	791 520
CH0012005267	NOVARTIS AG EQUITY	1 739			69,46	120 787	70,37	122 377
DE0005190003	BAYERISCHE MOTOREN WERKE AG EQUITY	5 745			85,72	492 449	86,95	499 528
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG EQUITY	55 000			13,17	724 530	14,77	812 075
DE0005785604	FRESENIUS SE & CO KGAA EQUITY	5 550			72,30	401 248	64,72	359 196
DE0007100000	DAIMLER AG EQUITY	8 408			71,42	600 475	70,72	594 614
DE0007164600	SAP SE EQUITY	8 630			60,28	520 237	93,29	805 093
DE0007236101	SIEMENS AG EQUITY	9 000			96,36	867 214	116,05	1 044 450
DE0008404005	ALLIANZ SE EQUITY	2 251			200,31	450 897	191,70	431 517
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS-GES EQUITY	1 558			192,80	300 376	180,75	281 609
DE000BASF111	BASF SE EQUITY	9 363			77,24	723 202	91,75	859 055
DE000BAY0017	BAYER AG EQUITY	9 500			115,12	1 093 633	103,75	985 625
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S EQUITY	82 777			7,52	622 865	7,11	588 627
ES0113860A34	BANCO DE SABADELL SA EQUITY	193 810			1,84	355 965	1,65	320 562
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA EQUITY	336 081			5,63	1 892 032	5,48	1 841 052
ES0118900010	FERROVIAL SA EQUITY	28 816			18,01	518 873	18,92	545 055
ES0132105018	ACERINOX SA EQUITY	10 706			11,57	123 858	11,91	127 508
ES0140609019	CAIXABANK SA EQUITY	58 503			3,88	226 863	3,89	227 460
ES0144580Y14	IBERDROLA SA EQUITY	86 888			5,13	445 362	6,46	561 296
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL SA EQUITY	16 400			23,62	387 348	29,03	476 092
ES0173516115	REPSOL SA EQUITY	51 280			16,01	820 887	14,75	756 124
ES0177542018	INTERNATIONAL CONSOLIDATED AIRLIN EQUITY	20 152			6,84	137 907	7,24	145 820
ES0178430E18	TELEFONICA SA EQUITY	89 345			10,97	979 958	8,12	725 839
ES06735169B1	REPSOL SA RTS	51 280			0,38	19 236	0,38	19 384

valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
921910036901	Orbiger - Companhia Geston	5 000			0,00	1	0,00	1
FR0000073272	SAFRAN SA EQUITY	3 897			87,37	340 462	85,91	334 791
FR0000120073	AIR LIQUIDE SA EQUITY	8 800			88,21	776 273	105,05	924 440
FR0000120271	TOTAL SA EQUITY	24 600			48,06	1 182 230	46,05	1 132 707
FR0000120321	L'OREAL SA EQUITY	2 770			137,82	381 752	184,95	512 312
FR0000120578	SANOFI EQUITY	12 500			82,96	1 036 986	71,85	898 125
FR0000120628	AXA SA EQUITY	29 744			23,94	711 995	24,74	735 718
FR0000121014	LVMH MOET HENNESSY LOUIS VUITTON EQUITY	3 163			137,43	434 688	245,40	776 200
FR0000121667	ESSILOR INTERNATIONAL CIE GENERAL EQUITY	4 591			105,58	484 722	114,95	527 735
FR0000121972	SCHNEIDER ELECTRIC SE EQUITY	10 300			63,84	657 570	70,86	729 858
FR0000125007	CIE DE SAINT-GOBAIN EQUITY	19 700			39,10	770 268	45,98	905 708
FR0000125486	VINCI SA EQUITY	11 000			53,08	583 918	85,14	936 540
FR0000130809	SOCIETE GENERALE SA EQUITY	9 651			48,52	468 263	43,04	415 379
FR0000131104	BNP PARIBAS SA EQUITY	13 487			68,45	923 177	62,24	839 431
FR0010208488	ENGIE SA EQUITY	35 000			18,90	661 516	14,34	501 725
FR0013176526	VALEO SA EQUITY	6 025			60,70	365 736	62,16	374 514
GB0007099541	PRUDENTIAL PLC EQUITY	7 093			19,39	137 513	21,42	151 939
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC EQUITY	5 581			24,22	135 161	27,78	155 012
GB00B24CGK77	RECKITT BENCKISER GROUP PLC EQUITY	709			81,93	58 089	77,87	55 211
GB00BZ4BQC70	JOHNSON MATTHEY PLC EQUITY	3 464			36,54	126 568	34,58	119 784
IE00B010DT83	C&C GROUP PLC EQUITY	100 000			3,00	299 857	2,82	282 000
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA EQUITY	166 320			2,97	493 517	2,77	460 374
IT0004176001	PRYSMIAN SPA EQUITY	764			25,56	19 526	27,19	20 773
NL0000009355	UNILEVER NV EQUITY	17 500			32,66	571 573	46,96	821 713
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS NV EQUITY	13 299			24,44	324 966	31,54	419 450
NL0000235190	AIRBUS SE EQUITY	3 510			85,83	301 267	82,99	291 295
NL0010273215	ASML HOLDING NV EQUITY	5 202			149,41	777 234	145,10	754 810
NL0011279492	FLOW TRADERS EQUITY	20 854			23,66	493 453	19,90	414 890
NL0011794037	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE NV EQUITY	19 317			15,54	300 199	18,33	354 081
NL0011821202	ING GROEP NV EQUITY	37 712			15,74	593 669	15,33	577 936
NL0011821392	PHILIPS LIGHTING NV EQUITY	18 529			32,42	600 651	30,50	565 135
SE0007100581	ASSA ABLOY AB EQUITY	22 585			18,16	410 257	17,35	391 850
DE0007664039	VOLKSWAGEN AG EQUITY	5 000			185,30	926 498	166,75	833 750
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG EQUITY	1 682			215,51	362 482	210,56	354 162
Subtotal		1 800 631				30 345 998		31 490 823
2.2.1.2 - Títulos de participação								
Subtotal		0				0		0
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
DE0006289309	ISHARES EURO STOXX BANKS 30- FUND	37 774			13,04	492 671	12,69	479 163
DE0009848010	DWS TOP PORTFOLIO OFFENSIV FUND	71			59,91	4 254	68,58	4 869
DE000A0H08R2	ISHARES EUR 600 TELECOMS DE FUND	21 773			24,82	540 503	25,00	544 325
DE000A0X7541	ACATIS-GANE VAL EVENT FD FUND	10 031			230,30	2 310 177	244,08	2 448 366
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI SA EQUITY	33 460			11,39	381 022	11,30	378 098
ES0110088038	BBVA BOLSA IND JAPON CUBIERT FUND	293 840			4,20	1 232 750	6,12	1 797 248

Inventário de participações e instrumentos financeiros (cont.)

Ano: 2016

Empresa de Seguros: Zurich - Companhia de Seguros Vida. S. A.

Nº de identificação: 503 583 456

valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES0110116037	BBVA BOLSA EMERGENTES MF FUND	67 420			10,88	733 842	13,72	924 926
FR0010251744	LYX IBEX35 DR ETF FUND	9 161			102,55	939 428	98,58	903 091
FR0010344960	LYX ETF EURSTX600 OIL&GAS FUND	23 734			40,33	957 182	40,93	971 314
FR0010345389	LYX STX600 BASIC RSRCEs ETF FUND	19 881			51,00	1 013 943	55,62	1 105 781
FR0010361683	LYX ETF MSCI INDIA FUND	78 268			15,34	1 200 788	16,62	1 300 814
GB00B56D9Q63	M&G DYNAMIC ALLOCAT-CAE FUND	79 608			17,36	1 382 029	17,86	1 421 401
GB00B56H1S45	M&G DYNAMIC ALLOCATION-AAEUR FUND	222 347			15,55	3 456 929	16,63	3 698 520
GB00BMP3SJ21	M&G 7 GL FLO RATE HY-EUR CHI FUND	274 826			9,83	2 702 012	9,67	2 656 935
IE0008869103	THEMA FUND-USD FUND	3 489			0,00	1	0,00	0
IE0033758917	MUZIN-ENHANCEDYIELD-ST E-ACC FUND	12 159			161,25	1 960 622	162,13	1 971 339
IE00B02KXK85	ISHARES CHINA LARGE CAP FUND	9 615			109,75	1 055 226	110,12	1 058 759
IE00B2QV6L30	ABS INS EM MKTS DBT-B2P EUR FUND	1 237 497			1,17	1 450 223	1,18	1 456 163
IE00B42Z5J44	ISHARES MSCI JPN MONTH EUR-H FUND	7 351			47,85	351 747	51,63	379 532
IE00B4613386	SPDR BBG BARC EM LOCAL BND FUND	41 639			64,98	2 705 613	63,36	2 638 247
IE00B6X2VY59	ISHARES EURO CORP BND IR-H FUND	34 378			97,79	3 361 905	97,94	3 366 981
IE00BKWQ0G16	SPDR EUROPE FINANCIALS FUND	30 521			54,25	1 655 851	57,43	1 752 821
LU0011254512	DWS EURO RESERVE FUND	2 882			134,48	387 582	134,09	386 447
LU0034353002	DEU FLOATING RATE NOTES FUND	43 337			84,24	3 650 755	84,47	3 660 676
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC FUND	8 878			41,68	370 028	45,20	401 288
LU0119753134	INVESTCO PAN EUR STRUC EQTY-C FUND	106 715			20,10	2 145 102	20,98	2 238 881
LU0145657366	DEU INVEST EURO BNDS SHRT-FC FUND	796			154,09	122 654	154,80	123 221
LU0151325312	CANDR BONDS-CRED OPPORT-I-C FUND	6 410			222,27	1 424 748	225,66	1 446 481
LU0159201655	LO FUNDS-CNVRTBLE BD EUR-PA FUND	144 411			17,45	2 519 474	17,76	2 564 956
LU0177222394	SCHRODER ISF EM DBT A R-CACE FUND	28 069			30,97	869 263	32,20	903 841
LU0188438542	SCHRODER INT ASIAN EQ YLD-CA FUND	22 577			25,87	584 068	28,98	654 309
LU0189895658	SCHRODER INTL GLB HI YD-CE FUND	39 737			39,23	1 558 704	43,94	1 745 857
LU0210877261	Alt St Alt MS M -A- Capitalisation **LIQUIDATED**	0			100,00	1	101,85	1
LU0227789863	SISF-GL CR DUR HEDG-C ACC FUND	7 457			114,86	856 487	120,70	900 032
LU0228660014	SCHRODER INTL BRIC-C AC USD FUND	826			170,66	140 963	219,71	181 482
LU0248177411	SCHRODER INTL EMERG MKTS-CAE FUND	12 373			13,32	164 792	15,88	196 476
LU0248183658	SISF-ASIAN OPPORT-CEA FUND	52 929			17,05	902 196	20,88	1 105 375
LU0248317363	PICTET-JAPAN EQ SELECT-HPE FUND	8 098			87,61	709 483	106,73	864 300
LU0278456651	BGF-FIXED INC GBL OP HED-ED2 FUND	70 282			10,43	732 900	10,56	742 178
LU0284394151	DNCA INVEST - EUROSE-I FUND	17 668			165,78	2 929 008	173,70	3 068 932
LU0313423500	BBVA LATAM FIXED INCOME-I FUND	7 186			84,61	607 974	81,88	588 361
LU0316493237	FRANK TP GLB TOT RT-I-AC-H1E FUND	104 622			20,08	2 100 363	19,64	2 054 776
LU0329591480	BGF-GBL ALLOCATION HED-ED2 FUND	13 271			38,56	511 769	40,85	542 120
LU0329592371	BGF-EUR SHORT DUR BOND-ED2 FUND	42 040			16,49	693 151	16,56	696 182
LU0329760937	DEUTSCHE INV GL INFRASTR-FC FUND	7 226			150,41	1 086 896	149,61	1 081 082
LU0351545230	NORDEA 1 SIC-STAB RET-BIE FUND	200 495			17,88	3 584 060	18,14	3 636 979
LU0438336421	BSF-FIXED INCOME STRAT-D2E FUND	10 468			123,11	1 288 760	125,68	1 315 618
LU0474968293	PICTET-SECURITY-HI EUR FUND	1 636			160,70	262 907	188,50	308 386
LU0507266228	DEUTS INV I TOP DVD-FC FUND	489			199,51	97 561	206,69	101 071
LU0533032008	LYX ETF MSCI WRLD CONS DISCR FUND	1 590			237,89	378 241	245,75	390 743
LU0658025977	AXA IM FIIS-EUR SH DUR H-BI FUND	26 062			131,28	3 421 468	133,92	3 490 223

valores em euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
LU0757064992	DWS FLEXPENSION II 2027 FUND	2 587			143,59	371 462	142,66	369 061
LU0792910563	ROBEKO HIGH YLD BD-FH E FUND	9 123			135,32	1 234 489	144,46	1 317 909
LU0809674541	NN L - FIRST CLASS MA-PA EU FUND	10 379			284,17	2 949 393	285,31	2 961 232
LU0827887604	BGF-US GROWTH FUND-D2 EUR FUND	106 991			15,62	1 671 086	17,58	1 880 902
LU0853555893	JUPITER JGF DY B FD-I EUR A FUND	101 167			12,95	1 310 462	12,96	1 311 124
LU0952573482	FLOSSBACH VON S MUL OP II-R FUND	29 955			128,15	3 838 845	132,63	3 972 932
LU0992627611	CARMIGNAC-PATRIMON-F EUR ACC FUND	15 194			119,66	1 818 185	117,38	1 783 472
LU0995125985	SCH ISF-EUROPEAN ALAR-CA EUR FUND	13 664			109,81	1 500 492	109,56	1 497 085
LU1040400043	DWS FLEXPENSION II 2029 FUND	498			134,59	67 026	132,78	66 124
LU1355508505	DWS FLEXPENSION II 2031 FUND	252			134,31	33 846	134,58	33 914
VGG3299V1085	FAIRFIELD SIGMA LTD FUND	642			0,00	3	0,00	0
	Subtotal	3 833 173				79 748 453		82 894 061
2.2.1.4 - Outros								
	Subtotal							
	Subtotal	5 195 028				103 052 917		107 015 963
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
AT0000385745	REPUBLIC OF AUSTRIA 4.65 01/15/2018		8 500 000		1,00	8 510 970	1,05	8 889 037
AT0000A08968	REPUBLIC OF AUSTRIA 4.35 03/15/2019		3 000 000		1,04	3 121 069	1,09	3 280 412
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA 3.65 04/20/2022		1 000 000		1,07	1 069 290	1,19	1 190 660
AT0000A0U3T4	REPUBLIC OF AUSTRIA 3.4 11/22/2022		2 100 000		1,10	2 318 027	1,18	2 467 989
AT0000A105W3	REPUBLIC OF AUSTRIA 1.75 10/20/2023		3 000 000		1,05	3 139 110	1,10	3 307 716
AT0000A10683	REPUBLIC OF AUSTRIA 2.4 05/23/2034		2 000 000		1,10	2 203 301	1,22	2 433 695
AT0000A185T1	REPUBLIC OF AUSTRIA 1.65 10/21/2024		6 000 000		1,04	6 247 666	1,10	6 611 398
DE0001102325	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND 2 08/15/2023		1 000 000		1,01	1 008 524	1,13	1 125 472
DE0001102366	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND 1 08/15/2024		2 000 000		1,01	2 015 201	1,07	2 134 262
DE0001135358	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND 4.25 07/04/2018		1 000 000		1,02	1 017 881	1,05	1 045 549
DE0001135457	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND 2.25 09/04/2021		1 000 000		1,03	1 030 288	1,11	1 105 424
DE0001135465	BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND 2 01/04/2022		9 500 000		1,02	9 709 500	1,11	10 586 618
FI0001006306	FINNISH GOVERNMENT 4.375 07/04/2019		5 800 000		1,03	6 002 266	1,10	6 359 615
FI4000006176	FINNISH GOVERNMENT 4 07/04/2025		2 000 000		1,15	2 307 252	1,29	2 588 732
FI4000079041	FINNISH GOVERNMENT 2 04/15/2024		2 000 000		1,06	2 119 375	1,13	2 261 873
FR0000189151	FRANCE (GOVT OF) 4.25 04/25/2019		3 500 000		1,04	3 632 052	1,09	3 825 009
FR0010192997	FRANCE (GOVT OF) 3.75 04/25/2021		2 500 000		1,09	2 728 511	1,16	2 904 787
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF) 4.25 10/25/2023		9 500 000		1,12	10 621 888	1,25	11 909 593
FR0011317783	FRANCE (GOVT OF) 2.75 10/25/2027		1 500 000		1,00	1 498 026	1,20	1 804 227
FR0011337880	FRANCE (GOVT OF) 2.25 10/25/2022		1 000 000		1,07	1 070 244	1,12	1 117 480
FR0011962398	FRANCE (GOVT OF) 1.75 11/25/2024		7 000 000		1,03	7 216 261	1,11	7 754 082
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3.75 01/15/2023		1 000 000		1,08	1 079 486	1,23	1 232 179
NL0006227316	NETHERLANDS GOVERNMENT 4 07/15/2018		1 000 000		1,02	1 015 571	1,04	1 043 511
NL0009086115	NETHERLANDS GOVERNMENT 4 07/15/2019		1 500 000		1,03	1 548 552	1,09	1 635 781
NL0010060257	NETHERLANDS GOVERNMENT 2.25 07/15/2022		6 500 000		1,03	6 679 259	1,12	7 298 446
NL0010733424	NETHERLANDS GOVERNMENT 2 07/15/2024		2 000 000		1,06	2 120 004	1,13	2 265 681
			86 900 000			91 029 572		98 179 225

* Inclui o valor dos juros decorridos

Inventário de participações e instrumentos financeiros (cont.)

Ano: 2017
Empresa de Seguros: Zurich - Companhia de Seguros Vida. S. A.
Nº de identificação: 503 583 456

valores em euros								
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário*	Total
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
EU000A1G0DE2	EFSS 0.2 04/28/2025		5 000 000		0,99	4 927 934	0,99	4 949 517
XS1511888932	INTL BK RECON & DEVELOP VAR 11/11/2031		2 000 000		1,00	2 000 723	1,00	1 997 680
XS1565194997	EUROPEAN BK RECON & DEV 1.2 02/20/2032 - STRPRD		2 000 000		1,00	2 000 754	0,97	1 948 067
XS1720202917	EUROPEAN BK RECON & DEV 1.05 11/27/2032 - STRPRD		1 000 000		1,00	1 001 214	0,97	970 192
FR0013256534	AGENCE FRANCE LOCALE 0.5 06/20/2024		1 000 000		1,00	1 004 400	1,01	1 008 808
Subtotal		0	11 000 000			10 935 025		10 874 263
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1586555515	VOLKSWAGEN INTL FIN NV FLT 03/30/2019		300 000		1,00	300 771	1,00	300 537
FR0013062684	HSBC FRANCE FLT 11/27/2019		200 000		1,00	200 312	1,01	201 974
FR0013155868	CARREFOUR BANQUE FLT 04/20/2021		400 000		1,00	400 624	1,01	405 241
XS1240146891	GOLDMAN SACHS GROUP INC FLT 05/29/2020		500 000		1,00	499 678	1,01	505 760
XS1246144650	INTESA SANPAOLO SPA FLT 06/15/2020		337 000		1,00	338 236	1,02	343 737
XS1289966134	GOLDMAN SACHS GROUP INC FLT 09/11/2018		327 000		1,00	327 301	1,00	328 318
XS1379630608	DEXIA CREDIT LOCAL 0.2 03/16/2021		5 000 000		1,01	5 025 844	1,01	5 052 945
FR0013298684	HOLDING D'INFRASTRUCTUR 0.625 03/27/2023		1 000 000		0,99	992 390	1,00	997 022
FR0012674182	RCI BANQUE SA FLT 07/16/2018		500 000		1,00	497 830	1,00	501 445
FR0013260486	RCI BANQUE SA FLT 03/14/2022		200 000		1,00	200 000	1,01	202 458
XS1292513105	FCE BANK PLC FLT 09/17/2019		253 000		0,99	251 667	1,01	256 146
XS1642546078	VOLKSWAGEN LEASING GMBH FLT 07/06/2021		100 000		1,00	100 156	1,00	100 261
XS1729872736	FORD MOTOR CREDIT CO LLC FLT 12/01/2024		2 000 000		1,00	2 000 081	1,00	2 006 898
XS1509942923	INMOBILIARIA COLONIAL SO 1.45 10/28/2024		1 200 000		1,01	1 215 157	1,00	1 199 127
Subtotal		0	12 317 000			12 350 047		12 401 869
2.3 - Derivados de negociação								
Subtotal								
2.4 - Derivados de cobertura								
Subtotal								
Total		0	110 217 000			114 314 643		121 455 358
3 - TOTAL GERAL		11 721 900	581 920 910			696 804 633		770 942 510

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Ano: 2017

Empresa de Seguros: Zurich - Companhia de Seguros Vida. S. A.

Nº de identificação: 503 583 456

Anexo 2

valores em euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/N	Reajustamentos
Vida	21 904 612	12 846 498	10 785 086	1 726 971
Não Vida	0	0	0	0
Acidentes e doença	0	0	0	0
Incêndio e outros danos	0	0	0	0
Automóvel	0	0	0	0
Responsabilidade civil	0	0	0	0
Outras coberturas	0	0	0	0
Marítimo, aéreo e transportes	0	0	0	0
Responsabilidade civil geral	0	0	0	0
Crédito e caução	0	0	0	0
Proteção jurídica	0	0	0	0
Assistência	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Total geral	21 904 612	12 846 498	10 785 086	1 726 971

Notas:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Adicionalmente ver nota 29 das Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

V. Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A. (doravante «Companhia») que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 860 328 972 euros e um total de capital próprio de 62 892 027 euros, incluindo um resultado líquido de 10 172 961 euros), a Conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Provisões técnicas

Descrição da matéria relevante de auditoria

Conforme divulgado na Nota 3 a) das notas anexas às demonstrações financeiras ("Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro e de investimento, respetivamente") a avaliação do Órgão de Gestão sobre as provisões técnicas envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, pelo que alterações nos pressupostos podem resultar em impactos relevantes na determinação destas responsabilidades.

Os pressupostos de mortalidade, longevidade e taxa de juro exigem julgamento. Alguns dos fatores que afetam os pressupostos subjacentes a estes indicadores são a evolução do mercado e a perspetiva do Órgão de Gestão sobre a evolução da mortalidade.

Adicionalmente, a Companhia detém responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento (produtos de capitalização), as quais são refletidas nas contas pela constituição de provisões técnicas (que incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, provisão para sinistros, entre outras).

Na determinação das provisões acima referidas, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais que dependem de uma base de dados sólida e confiável. Os pressupostos utilizados requererem julgamento significativo, julgamento de peritos e conhecimento do mercado.

Abordagem e resposta de auditoria

A nossa equipa de auditoria integrou especialistas em atuariado.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) o teste dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte e registo de sinistros, bem como aos controlos associados ao reconhecimento das provisões técnicas e (ii) a execução de procedimentos substantivos para validar a coerência do nível de provisões registado. Foram testadas substantivamente as provisões matemáticas, provisão para participação nos resultados, provisão para compromissos de taxa e ainda a provisão para prémios não adquiridos.

Procedemos ainda à identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros.

Por fim, avalíamos se as divulgações efetuadas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente às provisões técnicas, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Valorização de Instrumentos Financeiros e de Terrenos e edifícios de rendimento

Descrição da matéria relevante de auditoria

Conforme divulgado nas Notas 3 b) e 3 d), das notas anexas às demonstrações financeiras ("Justo valor dos ativos financeiros" e "Justo valor de propriedades de investimento), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros e dos terrenos e edifícios de rendimento podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Desta forma, a valorização dos instrumentos financeiros é uma área chave de foco da auditoria considerando o grau de complexidade envolvido na valorização de alguns dos instrumentos financeiros e na importância dos julgamentos e eventuais estimativas realizadas pelo Órgão de Gestão.

O risco não é uniforme para todos os tipos de investimentos mas é maior para os investimentos que não apresentam preços de mercado disponíveis.

Os instrumentos financeiros e os terrenos e edifícios de rendimento apresentados na demonstração da posição financeira como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda, de investimentos a deter até à maturidade e de terrenos e edifícios de rendimento, no montante de 810.623 milhares de euros, representam 94% do total do ativo da Companhia, em 31 de dezembro de 2017.

Abordagem e resposta de auditoria

Na valorização dos instrumentos financeiros, avaliamos a metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de Gestão na valorização da carteira de investimentos com referência a 31 de dezembro de 2017, assim como os procedimentos de controlo implementados para monitorizar estes processos.

Foram por nós executados os seguintes procedimentos:

- Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados no processo de valorização;
- Comparação dos preços utilizados com os valores de mercado, quando disponíveis, analisando quaisquer eventuais diferenças significativas;
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos utilizados nos modelos de valorização; e
- Realização de valorizações independentes de valorização de ativos, utilizando a nossa experiência nesta área.

No que respeita aos terrenos e edifícios de rendimento, dos procedimentos de auditoria realizados, destacamos os seguintes:

- Análise dos relatórios de avaliação, efetuadas por peritos independentes, de forma a entender a sua objetividade, abordagem e os seus resultados;
- Análise dos pressupostos significativos, áreas críticas de julgamento e ainda da sua adequacidade com as condições de mercado.

Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente aos Instrumentos Financeiros e aos terrenos e edifícios de rendimento, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor (IFRS).

Outras Matérias

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações em 29 de março de 2017.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- Declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na Assembleia Geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- O Órgão de Gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Companhia em 20 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 20 de março de 2018

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

VI. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos Senhores Acionistas,

Em cumprimento com as disposições estatutárias e a legislação em vigor, e no âmbito do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Zurich – Companhia de Seguros Vida S.A. (Companhia), apresentados por e da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao longo do exercício, em função da nossa incumbência legal e estatutária e com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, procedemos ao acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia, apreciando igualmente o reflexo dessa evolução nas contas da Companhia. Do âmbito dos trabalhos desenvolvidos inerentes à função desempenhada e tendo em conta as diferentes áreas de atuação, referimos em especial os respeitantes:

- i. Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- ii. À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- iii. À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- iv. À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Reunindo diversas vezes ao longo do ano, de forma conjunta ou parcial, cumprindo as exigências legais, tomámos conhecimento das deliberações que foram sendo tomadas pelos restantes órgãos sociais ou outras estruturas de controlo, apreciando-se o seu conteúdo, tendo igualmente em atenção a observância da lei e dos estatutos.

No acompanhamento que efetuámos, obtivemos do Conselho de Administração e demais Colaboradores, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da Companhia e andamento dos seus negócios, acompanhando também a evolução das atividades desenvolvidas pelas áreas Jurídica, Compliance, Financeira e Auditoria Interna.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., zelando pelo cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação desses serviços. Procedemos também à análise e posterior decisão sobre os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo Revisor Oficial de Contas em funções.

No final do exercício e no âmbito das nossas funções, foram obtidos os documentos de prestação de contas que incluem, para além do Relatório do Conselho de Administração a informação anual sobre as matérias financeiras, contabilísticas e fiscais, tendo o Conselho Fiscal procedido à apreciação do seu conteúdo e da adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados, que se encontram apropriadamente divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras.

No encerramento do trabalho de fim de exercício, foram também obtidos os documentos obrigatoriamente emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, nomeadamente a correspondente certificação legal das contas que foi emitida sem reservas e sem ênfases e o relatório adicional elaborado nos termos do art.º 24º da Lei 148/2015 e do art.º 11º, nº 2 e 4 do Regulamento (EU) nº537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, os quais foram objeto de cuidada apreciação quanto aos respetivos conteúdos e conclusões.

Nestes termos, somos de parecer que os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório do Conselho de Administração, a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados, sejam aprovados pela assembleia geral.

Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas, e a todos os Colaboradores da Companhia com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 27 de março de 2018

O Conselho Fiscal

Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra – Presidente
António José Marques Centúrio Monzelo - Vogal
José Manuel D'Ascensão Costa - Vogal

Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.
Rua Barata Salgueiro, 41 1269-058 Lisboa
Telefone: +351 213 133 100
Fax: +351 213 133 111
zurich.helppoint.portugal@zurich.com
www.zurich.com.pt

